



EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

GEOGRAFIA AGRÁRIA

Maria Aparecida dos Santos Tubaldini

(EDITORAufmg)

GEOGRAFIA AGRÁRIA



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Reitor: Clélio Campolina Diniz

Vice-Reitora: Rocksane de Carvalho Norton

Pró-Reitoria de Graduação

Pró-Reitora: Antônia Vitória Soares Aranha

Pró-Reitora Adjunta: André Luiz dos Santos Cabral

Centro de Apoio à Educação a Distância

Diretor de Educação a Distância: Fernando Selmar Rocha Fidalgo

Coordenador da UAB/UFMG: Wagner José Corradi Barbosa

Coordenador Adjunto da UAB/UFMG: Hormindo Pereira de Souza Júnior

EDITORA UFMG

Diretor: Wander Melo Miranda

Vice-Diretor: Roberto Alexandre do Carmo Said

Conselho Editorial

Wander Melo Miranda (presidente)

Antônio Luiz Pinho Ribeiro

Flavio de Lemos Carsalade

Heloisa Maria Murgel Starling

Márcio Gomes Soares

Maria das Graças Santa Bárbara

Maria Helena Damasceno e Silva Megale

Roberto Alexandre do Carmo Said

MARIA APARECIDA DOS SANTOS TUBALDINI

GEOGRAFIA AGRÁRIA

Belo Horizonte
Editora UFMG
2012

© 2012, Maria Aparecida dos Santos Tubaldini

© 2012, Editora UFMG

Este livro ou parte dele não pode ser reproduzido por qualquer meio sem autorização escrita do Editor.

T884g Tubaldini, Maria Aparecida dos Santos
Geografia agrária / Maria Aparecida dos Santos Tubaldini. -- Belo Horizonte : Editora UFMG, 2012.
239 p. : il. -- (Educação a Distância)

Inclui bibliografia.
ISBN: 978-85-7041-907-1

1. Geografia agrícola -- História. 2. Geografia agrícola -- Brasil. I. Título.
II. Série.

CDD:910.133
CDU:911.3:631

Elaborada pela DITTI – Setor de Tratamento da Informação
Biblioteca Universitária da UFMG

Este livro recebeu apoio financeiro da Secretaria de Educação a Distância do MEC.

COORDENAÇÃO EDITORIAL: Danívia Wolff
ASSISTÊNCIA EDITORIAL: Eliane Sousa e Euclídia Macedo
EDITORIAÇÃO DE TEXTOS: Maria do Carmo Leite Ribeiro
REVISÃO E NORMALIZAÇÃO: Maria do Rosário A. Pereira
PROJETO GRÁFICO: Eduardo Ferreira
FORMATAÇÃO E CAPA: Robson Miranda
COORDENAÇÃO GRÁFICA: Cássio Ribeiro
PRODUÇÃO GRÁFICA: Diêgo Oliveira

EDITORA UFMG
Av. Antônio Carlos, 6.627 - Ala direita da Biblioteca Central - Térreo
Campus Pampulha - 31270-901 - Belo Horizonte - MG
Tel.: +55 31 3409-4650 - Fax: +55 31 3409-4768
www.editora.ufmg.br - editora@ufmg.br

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
Av. Antônio Carlos, 6.627 - Reitoria – 6º andar
Campus Pampulha - 31270-901 - Belo Horizonte - MG
Tel.: +55 31 3409-4054 - Fax: +55 31 3409-4060
www.ufmg.br - info@prograd.ufmg.br - educacaoadistancia@ufmg.br

A Educação a Distância (EAD) é uma modalidade de ensino que busca promover inserção social pela disseminação de meios e processos de democratização do conhecimento. A meta é elevar os índices de escolaridade e oferecer uma educação de qualidade, disponibilizando uma formação inicial e/ou continuada, em particular, a professores que não tiveram acesso a esse ensino.

Não se pode ignorar que é fundamental haver, sempre, plena conexão entre educação e aprendizagem. A modalidade a distância é um tipo de aprendizagem que, em especial na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), já está concretizada como um ensino de qualidade. Hoje, a aprendizagem tornou-se, para todos os profissionais dessa universidade envolvidos no programa de Educação a Distância, sinônimo de esforço e dedicação de cada um.

Este livro visa desenvolver no curso a distância os mesmos conhecimentos proporcionados num curso presencial. Os alunos estudarão o material nele contido e muitos outros que lhes serão sugeridos em bibliografia complementar. É importante terem em vista que essas leituras são de extrema importância para, com muita dedicação, avançarem em seus estudos.

Cada volume da coletânea está dividido em aulas e cada uma delas trata de determinado tema, que é explorado de diferentes formas – textos, apresentações, reflexões e indagações teóricas, experimentações ou orientações para atividades a serem realizadas pelos alunos. Os objetivos propostos nas aulas indicam as competências e habilidades que os alunos, ao final da disciplina, devem ter adquirido.

Os exercícios indicados ao final das aulas possibilitam aos alunos avaliarem sua aprendizagem e seu progresso em cada passo do curso. Espera-se que, assim, eles se tornem autônomos, responsáveis, críticos e decisivos, capazes, sobretudo, de desenvolver a própria capacidade intelectual. Os alunos não podem se esquecer de que toda a equipe de professores e tutores responsáveis pelo curso estará, a distância ou presente nos polos, pronta a ajudá-los. Além disso, o estudo em grupo, a discussão e a troca de conhecimentos com os colegas serão, nessa modalidade de ensino, de grande importância ao longo do curso.

Agradeço aos autores e à equipe de produção pela competência e pelo empenho e tempo dedicados à preparação deste e dos demais livros dos cursos de EAD. Espero que cada um deles possa ser valioso para os alunos, pois tenho certeza de que vão contribuir muito para o sucesso profissional de todos eles, em seus respectivos cursos, na educação em geral do país.

Ione Maria Ferreira de Oliveira

Coordenadora do Sistema Universidade Aberta do Brasil
(UAB/UFMG)

AULA 1	A agricultura como objeto da Geografia Agrária.	11
AULA 2	Visão geo-histórica da agricultura no mundo.	21
	2.1 A origem da agricultura.	21
	2.2 Sistema agrário de floresta.	24
	2.3 Sistema agrário com pousio associado à criação e tração animal.	28
	2.4 O desenvolvimento do sistema agrário de pousio associado à tração animal na história.	34
	2.4.1 O período romano.	35
	2.4.2 O período feudal.	35
	2.5 A primeira revolução agrícola contemporânea na Europa: o cultivo das terras de pousio.	37
	2.6. A segunda revolução agrícola contemporânea – a industrialização da agricultura.	42
AULA 3	Conceituar e entender a Geografia Agrária.	49
	3.1 Conceituar Geografia Agrária, da Agricultura, Agrícola e Geografia Rural.	49
	3.2. Evolução da Geografia Agrária no Brasil.	50
	3.2.1 A Geografia Agrária no período de 1950.	50
	3.2.2 A Geografia Agrária no período de 1951 a 1960.	54
	3.2.3 A Geografia Agrária no período de 1970.	56
	3.2.4 A Geografia Agrária no período de 1980.	59
	3.2.5 A Geografia Agrária no período de 1990-2006.	66
AULA 4	Elementos da estrutura agrária como sustentação de estudos em Geografia Agrária.	71
	4.1 Introdução.	71
	4.2 Os elementos sociais da estrutura agrária.	73
	4.2.1 Classificação das propriedades segundo o INCRA.	74
	4.2.2 Tipos de propriedades.	75
	4.2.3 Caracterização do proprietário.	78
	4.2.4 A estrutura física da propriedade.	79

	4.2.5 As categorias dimensionais das propriedades agrícolas . . .	80
	4.2.6 O módulo fiscal segundo o INCRA	81
	4.3. Os elementos funcionais da estrutura da terra	82
	4.3.1 O uso da terra	82
	4.3.2 Uso agrícola	82
AULA 5	Análise da distribuição da terra – estrutura fundiária	89
	5.1 A análise da distribuição da terra.	89
	5.2 A concentração da terra – o índice de Gini como instrumento de cálculo da concentração da terra	97
AULA 6	Elementos da estrutura agrária como sustentação de análise em Geografia Agrária	103
	6.1 Valorização da terra e relações de trabalho	103
	6.2 Transição do feudalismo/capitalismo – formas arcaicas de trabalho e arrendamento	105
	6.3 Valorizações da terra e as relações de trabalho na agricultura brasileira.	107
	6.3.1 Valorização direta e indireta	107
	6.3.2 Parceria	108
	6.3.3 Outras formas tradicionais de trabalho no campo	109
	6.3.4 Arrendamento	109
	6.3.5 As relações de trabalho assalariadas	110
AULA 7	Questão agrária e questão agrícola: discussões	115
	7.1 Introdução.	115
	7.2 Questão agrária e desenvolvimento recente da agricultura brasileira – uma perspectiva histórica	119
AULA 8	Revolução Verde e modernização da agricultura brasileira.	125
	8.1 A Revolução Verde – a industrialização da agricultura.	125
	8.2 A modernização da agricultura brasileira – conservadora	127
	8.3 As políticas agrícolas.	131
	8.3.1 O crédito agrícola	131
	8.3.2 A política fundiária	133
	8.3.3 A ação das cooperativas	133
	8.3.4 A assistência técnica e a extensão rural	134

AULA 9	Questão agrária e consequências da modernização da agricultura brasileira	137
	9.1 Introdução.	137
	9.2 O fechamento da fronteira agrícola	137
	9.3 A modernização do Centro-Sul	139
	9.4 A crescente presença do capital monopolista no campo e a concentração fundiária	139
AULA 10	Conflitos sociais no campo: um breve histórico	143
	10.1 As lutas na escravidão	143
	10.2 Canudos e Contestado.	143
	10.3 As lutas dos colonos nas fazendas de café.	146
	10.4 Geografia da violência pós-64.	146
	10.5 A violência no campo	147
	10.6 A Nova República e a questão da terra: UDR x MST	150
	10.7 O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra: “Ocupar, resistir e produzir”	151
	10.8 Formação e territorialização do MST.	152
	10.9 O Estado e a reforma agrária na década de 1990	153
	10.10 Governo Lula e a questão da reforma agrária	154
AULA 11	Fundamentos teóricos para pensar a agricultura: agricultura camponesa e agricultura familiar	159
	11.1 Definindo o camponês	159
	11.1.1 A economia camponesa	160
	11.1.2 A família camponesa.	162
	11.1.3 A cultura, os costumes e a tradição camponesa.	165
	11.1.4 Quem é o camponês.	167
	11.1.5 Os camponeses e a incerteza do futuro.	169
	11.2 A agricultura familiar.	171
AULA 12	A agricultura familiar: família, trabalho e propriedade da terra.	175
	12.1 Introdução.	175
	12.2 Debates recentes sobre camponeses e agricultores familiares.	178

AULA 13	A formação da grande propriedade no Brasil	189
	13.1 Introdução.	189
	13.2 Feudalismo ou capitalismo?	189
	13.3 O processo de formação da grande propriedade	192
	13.3.1 Fazendas e engenhos	193
	13.3.2 O latifúndio cafeeiro	194
	13.3.3 A crise do sistema latifundiário	195
	13.4 A grande propriedade no século XXI	196
	13.5 O agronegócio brasileiro.	197
	13.6 A biotecnologia	198
AULA 14	O paradigma do desenvolvimento sustentável e a agroecologia como resposta às consequências ambientais da modernização da agricultura.	203
	14.1 Introdução	203
	14.2 O desenvolvimento rural sustentável	205
	14.3 Os critérios de sustentabilidade.	207
	14.4 A agricultura sustentável	210
	14.5 O desenvolvimento rural local sustentável	215
	14.6 O sistema agroecológico	221
AULA 15	As novas relações campo-cidade no mundo contemporâneo	229
	15.1 A construção das relações entre o espaço rural e o urbano	229
	15.2 O renascimento do rural	230
	15.3 O rural e o urbano	232
	15.4 Relação rural-urbana e as novas ruralidades	234
	15.4.1 A construção das relações entre o espaço rural e o espaço urbano – relação histórica	234
	15.4.2 Espaço técnico: o espaço rural no Brasil	235
	15.4.3 As novas ruralidades no espaço brasileiro	236
	Sobre a autora	239

A agricultura como objeto da Geografia Agrária

Iniciamos este livro trabalhando com conceitos básicos para chegarmos ao entendimento da Geografia Agrária e sua importância, tanto no contexto do curso quanto para a sociedade contemporânea como um todo. Para tal, é necessário retornar ao conceito de agricultura, objeto da Geografia Agrária, uma vez que, segundo Ferreira e Oliveira (2002, p. 26), “a agricultura é a atividade econômica mais antiga na sociedade e que, quando de sua sistematização, a Geografia surge em meio a uma sociedade agrária, na qual o econômico era o rural e o tipo de organização espacial mais visível e dominante era também o rural”, motivo pelo qual a ênfase nos estudos rurais foi, de certa forma, “natural”.

A agricultura, segundo Diniz (1986, p. 19), é “uma atividade criada pelo homem e, como tal, é artificial ao meio ambiente, que supria desde o *Homo sapiens* de coleta, caça e pesca até o homem contemporâneo”.

Outra maneira de entendimento consiste em buscar o significado etimológico do termo agricultura, que vem do latim: o vocábulo *ager* significa *campo*, e *cultura* significa *trabalho*. O termo *ager*, com significado de campo, é utilizado em contraposição ao termo *saltus*, que define uma superfície não cultivada (ALVAREZ, 1982).

Segundo René Dumont (*apud* DINIZ, 1986, p. 20), “a agricultura pode ser definida como a transformação do meio rural feita pelo homem”. Para este conceito, colocamos o seguinte questionamento: qual transformação a agricultura promove no espaço agrário? Uma segunda colocação do mesmo autor (*apud* BARROS, 1982, p. 1) sugere que “a artificialização pelo homem do meio natural [tem] o fim de o tornar mais apto ao desenvolvimento de espécies vegetais e animais, elas próprias melhoradas”. A “artificialização do meio natural” contém o que tecnicamente abrange a preparação do solo, o uso da água, a luta contra adversidades climáticas, a seleção e o melhoramento genético das plantas e animais (bem como a nutrição destes), a obtenção de energia e respectiva utilização, a reunião

articulada de forças produtivas, naturais e artificiais, em unidades criadas e geridas pelo homem. Este conceito, até bem negativo, hoje, aparece implícito na definição de Dumont na medida em que o “artificial” se opõe ao “natural”. A cada passo posto em relevo pelos ecologistas sobre os riscos de exaustão dos solos devido à artificialização excessiva da agricultura de grande escala do agro-negócio, decorrente de sua vulnerabilidade a agressões externas, “artificializar” passa a significar “alterar pelo homem”, o que pode conduzir a efeitos opostos aos pretendidos. Entretanto, a arte de cultivar continua a ser, por excelência, o domínio da diversidade (BARROS, 1982, p. 2).

Diniz (1986, p. 19-20) corrobora com tal colocação ao afirmar que a agricultura é uma atividade **dispersa e diversificada** na superfície terrestre, adicionando a esta característica diferentes afirmativas a seu respeito, tais como: “a atividade é débil”, “a agricultura é a maior expressão da cultura humana”, “a agricultura tem importância vital para a economia de um país”. Nas afirmações indicadas pelo autor, constatamos que algumas, se confrontadas, ganham um significado contraditório. Exemplo: se concluirmos que a referida atividade é atrasada, isso se confronta com a agricultura agroindustrial de grande volume de produção e tecnificada. Ademais, não podemos dizer que a roça tradicional praticada pelos índios e caboclos não deixa de ter manejos sustentáveis de proteção ao solo e, ao mesmo tempo, contrapõe-se à agricultura produtivista ligada à agroindústria. A sua condição de ser uma atividade diversificada apresenta-se em situações muito diferentes de uma área para outra e, inclusive, de uma propriedade para outra vizinha.

O entendimento da expressão “atividade dispersa e diversificada” é importante para a compreensão da distribuição da agricultura, atividades e tipos de plantios e criações no espaço agrário. O termo “disperso”, ao referir-se à agricultura, está ligado à distribuição espacial dos plantios em diferentes superfícies agrícolas. Já o termo “diversidade” era entendido em decorrência da diferenciação da atividade agrícola de uma área para outra, até de uma propriedade para outra. Tal diversidade decorre do fato de a agricultura ser:

1. espacialmente difusa;
2. apresentar estágios diferentes de desenvolvimento em decorrência dos estímulos do meio, influência da revolução científica e tecnológica do mundo moderno, do capital e do Estado;
3. uma atividade econômica com base em diferentes produtos.

Segundo Barros (1982), a diversidade na agricultura pode ser analisada sob diferentes olhares:

- diversidade na paisagem, ora amável, convidativa, encorajadora, estimuladora, ora severa, desencorajadora;

- diversidade decorrente da variação dos solos, alguns naturalmente fecundos, de fertilidade mediana, aptos a culturas regulares, pouco ou inaptos a elas;
- diversidade na presença de plantas espontâneas e na sua adaptação ao meio das plantas cultivadas;
- diversidade nas atitudes e nos comportamentos dos homens, tradicionalistas ou progressivos, prudentes ou audaciosos, cautelosos ou inovadores, individualistas ou cooperadores;
- diversidade no status sociológico das famílias envolvidas no processo da produção agrícola, com variadas colocações no vértice das pirâmides do bem-estar material e social;
- diversidade nos manejos e equipamentos utilizados, tradicionais e primitivos, de um legado inalterado de tempos longínquos, complexo, delicado, outras vezes produto da indústria moderna, em constante evolução;
- diversidade nas estruturas sociais, particularmente, na estrutura fundiária;
- diversidade na infraestrutura material (acesso a crédito), ora com facilidades e estímulos, ora inibidora da iniciativa criativa;
- diversidade na perspectiva sociológica das relações entre as unidades de produção e os grupos humanos nelas integrados – com vínculos tão próximos às vezes que formam conjuntos indissociáveis (tribos, aldeias – índios; comunidades tradicionais quilombolas, caiçaras; famílias extensas ou restritas), ou, pela falta deles, e mantidos só por contratos de caráter puramente econômico;
- e, finalmente, diversidade na organização interna e modo de funcionamento das unidades de produção, dos centros primários de decisão econômica – os mercados locais – até as estruturas empresariais e ao mercado financeiro internacional de capitais agrícolas (BARROS, 1982, p. 2).

Atualmente, o termo “diversidade”, quando utilizado na agricultura, decorre também da variedade de produtos que atualmente o agricultor é orientado a plantar na terra, seja ele proprietário, arrendatário, parceiro, grande ou pequeno produtor (Figura 1.1).

A base em diferentes produtos leva ao conceito atual de *diversidade e diversificação na agricultura* – este usado pelos agrônomos na década de 1980 –, que consiste no plantio de diversos cultivos numa mesma propriedade, seja ela familiar ou da grande produção, bem como no manejo de cultivos consorciados como forma de diversidade e sustentabilidade ambiental – melhoria da nitrogação do solo. Um exemplo são os sistemas agroflorestais, que são organizados para diversificar a agricultura de pequenos produtores em áreas de secas prolongadas, ou em áreas de recuperação de florestas e introdução de alimentos para agricultores familiares (Figura 1.2).

FIGURA 1.1 - Agricultura em pequenas propriedades – pastagens, batata-inglesa, batata-baroa, capins de corte e pastagens, município de Rio Branco-MG

Foto: M. A. S. Tubaldini (2003).



A diversidade é, também, uma lógica capitalista para inserir o pequeno agricultor familiar no mercado, municiando-o de produção constante para o mercado local e próximo, principalmente os cultivos de ciclo agrônômico curto – como legumes e verduras (Figura 1.3).

A lógica capitalista para a grande propriedade, ao inserir diversidade na agricultura, é fugir da queda de preço de um único produto, que a vulnerabiliza (A GRANJA, 2007, p. 24).¹ Isso tem sido preocupação da grande produção em espaços agrícolas de Campo Novo dos Parecis – Mato Grosso, onde, mesmo mantendo a soja como principal produto, planta-se, na safra, girassol, milho de pipoca, sorgo e milho (para o gado), conforme cita um produtor: “difícilmente todos os produtos estarão ruins ao mesmo tempo, e o que prejudicou uma cultura pode beneficiar a outra”, referindo-se a questões pluviométricas que podem ser desfavoráveis a um cultivo, mas podem beneficiar outro. Porém, é no econômico que os grandes produtores se apegam para diversificar: “diversificar é somar, a diversidade faz com que tenha trabalho e renda todo ano na fazenda (...)” (A GRANJA, 2007, p. 24).

¹ A situação benéfica da diversidade em termos de suplantando os azares climáticos é a mesma para a pequena produção familiar ou para a grande. A diversidade foi implantada inicialmente como alternativa ao processo de produção para a pequena produção familiar, posteriormente adotado pela grande.

Os referenciais espaciais, econômicos, organizacionais e públicos estão ligados ao espaço geográfico – onde a agricultura é praticada – e às ações do Estado, relacionados à agricultura. Ao econômico, referem-se os resultados de capital tanto em ganhos monetários do agricultor quanto em perdas decorrentes de uma agricultura capitalista – grande ou pequeno produtor inserido no mercado. As políticas públicas do Estado referem-se à introdução de financiamentos para tecnologias e produção, campo no qual o capital incide com mais frequência. Entretanto, a principal função da diversidade na agricultura deve ser a busca da redução do peso da monocultura em diferentes regiões agrícolas. A definição de Zimmermann (1957 *apud* DINIZ, 1984, p. 20) nos indica que o termo agricultura abarca os esforços produtivos mediante os quais o homem sedentário trata de aproveitar e, se possível, melhorar e acelerar o ciclo vegetativo natural das plantas e animais, a fim de obter os produtos vegetais e animais necessários ao homem ou desejados por ele.



FIGURA 1.2 - Sistema agroflorestal - diferentes espécies alimentícias plantadas juntas - usado em áreas de secas prolongadas. CAVE - Município de Turmalina

Foto: M. A. S. Tubaldini (2003).



FIGURA 1.3 - Pequenas propriedades - área de plantio de verduras e legumes - Município de Ibirité-MG

Foto: M. A. S. Tubaldini (2000).

Tal conceito pressupõe:

1. a agricultura é feita pelo homem sedentário e dela deve ser excluído o pastoreio nômade, feito em áreas desérticas;
2. a agricultura, apesar de artificial, trabalha com o meio biológico, tendo relações intensas com a natureza;
3. a agricultura altera o comportamento biológico de plantas e animais, regulando-o à satisfação das necessidades do homem. Tal transformação atinge outros fatores, como solo e clima. Exemplos: a fertilização orgânica ou química e a irrigação como meios de intensificar/solucionar problemas de fertilidade do solo, momentos de secas e aumento na produtividade dos cultivos.

Este conceito leva ao seguinte questionamento: **para praticar a agricultura, os homens tiveram que se sedentarizar?** Segundo diferentes autores, tais como Diniz (1984), o exemplo mais clássico é o dos grupos itinerantes de diferentes etnias do sul da Ásia e Oriente Médio que, paulatinamente, foram deixando suas rotas de caminhadas nas quais obtinham, nos territórios onde passavam, a caça, a pesca e a coleta para seu sustento e de sua prole. E, antes mesmo deles, o homem vivia da coleta em diferentes territórios.

A coleta é o aproveitamento dos recursos vegetais e animais de maneira sustentável por comunidades tradicionais e, ao mesmo tempo, constituiu-se como um recurso aos grupos itinerantes, como um estágio de transição para a agricultura racionalizar o trabalho e formar pequenas lavouras – de coletor a agricultor.

Paulatinamente, o homem foi se sedentarizando, existindo, até hoje, algumas etnias na Mongólia e no Saara que ainda mantêm vida itinerante em rotas e permanências breves em territórios, segundo suas necessidades e de seus animais, conforme as estações climáticas e a natureza. A lavoura itinerante efetuada nas florestas tropicais e savanas não sedentarizou o homem rapidamente. Tudo foi um processo gradual, no qual o manejo da coleta foi cedendo espaços para a introdução de pequenas lavouras e criação.

No Brasil, em comunidades tradicionais, índios, caboclos ainda praticam a agricultura de roça, sendo itinerantes dentro do seu território. Em relação aos manejos destas comunidades, a agricultura de roça ainda é uma prática agrícola existente. Porém, as queimadas constantes praticadas pelos caboclos/camponeses são consideradas inadequadas por serem predatórias aos solos. Destaca-se que algumas comunidades remanescentes de quilombolas² rurais no alto Jequitinhonha também praticam uma agricultura coletiva com plantio de mandioca para a fabricação de farinhas e polvilhos.

² Como na Comunidade de Pinheiros e Macuco em Minas Novas, citada por Lima (2006).

A agricultura convencional³ pressupõe alteração biológica de plantas e animais. O domesticamento das sementes foi paulatino até chegar ao plantio de pequenas lavouras, à criação de animais em cativeiro e ao estágio do uso de animais e pequenas máquinas. Neste contexto, o agricultor detinha relações de trabalho simples e informais até chegar à divisão do trabalho através da entrada do capital e das relações mais complexas com a indústria.

³ Praticada com manejos da agricultura moderna, em que o capital responde também pelo uso de adubos químicos, máquinas e sementes geneticamente modificadas.

Como a agricultura transforma o ciclo biológico das plantas e dos animais, há uma distinção aqui a ser feita entre:

- Coleta: prática de coletar produtos vegetais e/ou animais oferecidos pela natureza. Exemplo: coletores de raízes e frutos silvestres; e
- Agricultura: estágio de racionalização do trabalho do coletor. Exemplo: desmate das árvores selecionadas para coleta e introdução de pequena lavoura e/ou criatório.

Segundo Wright (1971 *apud* DINIZ, 1986, p. 21), “a agricultura é um sistema bioeconômico cujo fim é o controle da natureza pelo homem”. A definição de Wright leva à discussão e avaliação sistêmicas sobre a agricultura como um conjunto de elementos que interagem com um objetivo: controle da natureza.

A questão do controle da natureza – agricultura – sempre foi uma preocupação universal do homem. Ressalta-se que, na era moderna, inicia-se no pós-guerra, com objetivo de ampliar a produção mundial de alimentos, e intensifica-se com a difusão do modelo produtivista na agricultura. Tal momento retrata o que Zimmermann (1957 *apud* DINIZ, 1984, p. 20) coloca na sua definição: “acelerar o ciclo vegetativo natural das plantas e animais, a fim de obter os produtos vegetais e animais.”

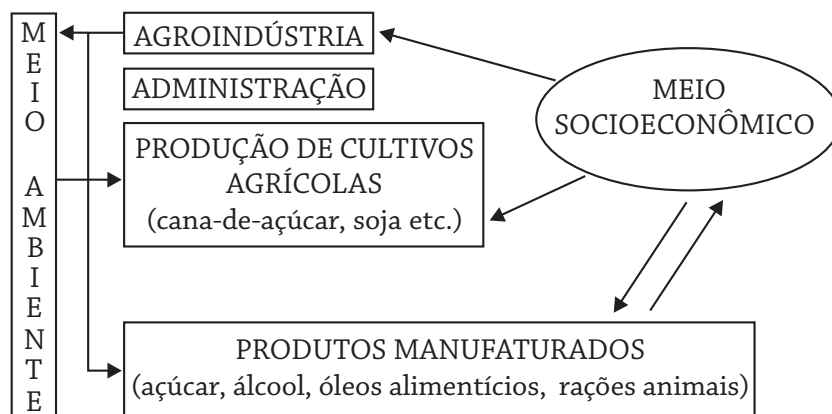
Neste momento, buscou-se também ampliar a relação agricultura--indústria e a entrada do capital no processo de produção agrícola – via insumos químicos para fertilização; sementes geneticamente modificadas para reduzir tempo e ampliar produtividade; defensivos (controle químico das pragas que se multiplicam em grandes cultivos da monocultura).

Na relação agricultura e indústria, esta última se distingue da primeira porque transforma a matéria-prima em produtos de consumo. No pós-Segunda Guerra Mundial, a política de recuperação dos países europeus e dos Estados Unidos levou à aproximação entre as atividades agrícolas e as atividades industriais.

Isso pode ser mostrado através de um exemplo do Sistema de Agricultura e Agroindústria de produção de açúcar, álcool, óleo alimentício e de ração animal, em suas múltiplas relações (Figura 1.4):

FIGURA 1.4 - Informação e controle do capital ao sistema de agricultura

Fonte: adaptado de DINIZ, 1986, p. 22. Elaboração: Breno Ribeiro Marent.



O organograma identifica interação, nos tempos atuais, da agricultura, que passa a ter o controle do capital via agroindústria. A análise sistêmica privilegia a identificação da morfologia do sistema de agricultura – mostrando sua estrutura.

Porém, não se pode considerar a agricultura como um sistema isolado dos demais sistemas ecológicos, econômicos e sociais na Terra. A Figura 1.4 mostra apenas a estrutura de relações entre a agroindústria que exige diferentes produtos da agricultura e sua posterior transformação. A análise da dinâmica dos processos espaciais, econômicos e ambientais que esta estrutura mostra exige uma complementação quanto às relações sociais, econômicas e ambientais, ao interpretar a relação entre a pequena e a grande produção ligadas aos complexos agroindustriais, e depende do nível de verticalização da análise chegar às unidades de produção agrícolas e às características ambientais e agroecológicas do espaço de produção agrícola/agrário.

Uma discussão importante relacionada à agricultura, nos dias atuais, refere-se à produção de alimentos para a população mundial, seu papel como alavanca de uma matriz energética e sua relação com o meio ambiente. Os processos de produções agrícolas sustentáveis e agroecológicos são as bases para a manutenção do solo por gerações – que ainda vão praticar a agricultura e fornecer alimentos – e da produção de qualidade, tanto vegetal quanto animal.

Como produtora de alimentos, a agricultura detém seu principal papel, já discutido por Castro (1972), como abastecedora de matéria-prima para a agroindústria, como reserva de mão de obra e mercado para o setor. A atividade teve sua importância no desenvolvimento urbano-industrial no país na década de 1970 e, como mercado para o setor industrial, destaca-se o caso dos produtos manufaturados e da própria agroindústria, que retorna aos produtores de suínos, aves sob a forma de imbutidos, presuntos e outros do Complexo Agroindustrial da Carne (CAI).

Outra questão em que nos detemos é analisar o espaço agrário do ponto de vista geográfico.

REFERÊNCIAS

A GRANJA. *O Brasil Agrícola*, Porto Alegre, Ano 63, n. 702, jun. 2007. Disponível em: <www.agranja.com>. Acesso em: 20 fev. 2009.

ALVAREZ, J. Ramón Díaz. *Geografía y agricultura componentes de los espacios agrarios*. Madrid: Editorial Cincel, 1982. 129 p. (Cuadernos de Estudio, 4, Serie Geografía).

BARROS, H. *Os grandes sistemas de organização da economia agrícola*. Lisboa: Sá da Costa, 1982. (Coleção Nova Universidade)

CASTRO, Antônio Barros de. *7 ensaios sobre a economia brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1972. v. I.

DINIZ, J. A. Filizola. *Geografia da agricultura*. 2. ed. São Paulo: Difel, 1986.

DUMONT, René. *Types of Rural Economy*. Londres: Methuen, 1957. p. 1. *apud* DINIZ, J. A. Filizola. *Geografia da agricultura*. 2. ed. São Paulo: Difel, 1986.

FERREIRA, D.; OLIVEIRA, A. de. *Mundo rural e geografia – geografia agrária no Brasil: 1930-1990*. São Paulo: UNESP, 2002.

LIMA, Gerson Diniz. *Os agricultores camponeses das comunidades quilombolas de Macuco e Pinheiros/Minas Novas – MG: um estudo de caso*. Monografia (Graduação) –, Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

WRIGHT. *Farming Systems, Models and Simulation*. In: DENT; ANDERSON. *Systems Analysis in Agricultural Management*. Sidney: John Wiley & Sons, 1971. p. 17-33. *apud* DINIZ, J. A. Filizola. *Geografia da agricultura*. 2. ed. São Paulo: Difel, 1986.

ZIMMERMANN, Erich W. *Industrias y recursos del mundo*. México: Fondo de Cultura Económica, 1957. p. 143 *apud* DINIZ, J. A. Filizola. *Geografia da agricultura*. São Paulo: Difel, 1984. p. 20.

Visão geo-histórica da agricultura no mundo

2.1. A ORIGEM DA AGRICULTURA

Ao abordar o tema da “história da agricultura no mundo”, é necessário que se contextualize esta discussão em uma linha temporal da evolução da espécie humana e da civilização moderna.

Apesar de não haver consenso no meio acadêmico, provavelmente o ancestral do atual *Homo sapiens* foi o *Australopithecus*, que habitou a Terra entre 6,5 a 1,5 milhões de anos (e que deve ter se originado dos primatas, há 15 milhões de anos). O passo seguinte na linha evolutiva teria sido o *Homo habilis*, que teria habitado o globo terrestre entre 3 milhões a 200 mil anos. Assim, a história do *Homo sapiens*, que teria iniciado a sua existência entre 200 a 100 mil anos, é uma parte pequeníssima na história da evolução da espécie humana. Na maior parte da existência do *Homo sapiens*, ele foi nômade e tirou da natureza, através da caça e coleta, os produtos de sua sobrevivência. Caça, pesca, coleta de frutos, raízes e cereais foram as primeiras atividades humanas até que a agricultura se consolidasse.

A agricultura não surgiu de uma transformação brutal na qual, como num passe de mágica, o homem, de caçador e coletor, passa a agricultor. Algumas espécies (vegetais e animais) começaram a ser cultivadas e criadas e, logo após, foram abandonadas. Animais e plantas foram domesticados e, em seguida, retornaram ao seu estado selvagem. Populações humanas diferentes domesticaram certas espécies por razões diferentes, para fins e usos também diferentes. Uma mesma população escolheu espécies distintas porque havia razões distintas para esta escolha.

É muito difícil definir as diferenças entre as atividades de caça e coleta de certas formas de agricultura naquele período. Não existe sucessão alguma de etapas que permita determinar com clareza os elementos capazes de demonstrar quando terminou o período

de caça e coleta e quando começou a agricultura. Alguns autores definem que foram necessários 1.000 anos para se passar da caça, pesca e coleta para uma predominância das atividades de agricultura em determinadas sociedades.

A **agricultura** é uma atividade recente na história da humanidade. Segundo a arqueologia, seus vestígios como uma prática constante têm aproximadamente 10.000 anos, enquanto a existência do homem é avaliada em aproximadamente 1.000.000 de anos. A agricultura surgiu quando uma determinada sociedade reuniu uma série de condições historicamente suficientes para tirar proveito das potencialidades de um meio natural determinado. Assim, ela se consolida como uma prática social em decorrência dos seguintes parâmetros:

A - Mudança no modelo alimentar – seleção de determinados alimentos, como a introdução de cereais na dieta alimentar, apesar de grande parte da população ainda se alimentar de caça, pesca e coleta; os cereais começam a ser componentes da dieta alimentar.

Isso levou à existência de uma nova forma de consumo alimentar (quantidade e tipos de cereais selvagens), possibilitando a existência de uma **economia produtora de alimentos**. Aparecem instrumentos para coleta e armazenagem, surgindo um novo aspecto essencial à existência da agricultura: a **sedentariedade**.

B - A sedentariedade – foi possível em determinadas regiões onde as condições do meio natural foram favoráveis ao desenvolvimento de plantas e animais componentes do modelo de consumo alimentar daquelas populações. Os cereais desenvolviam-se em **terrenos aluviais e ao longo de cursos d'água**.

Foi nesses ambientes que as populações do Oriente Médio (Curdistão, Palestina, Síria) se estabeleceram e começaram a fazer a coleta dos cereais, uma vez que esses cereais selvagens se reproduziam em tais locais. As populações do Oriente Médio perceberam que os cereais provinham de grãos semeados, e assim passaram a se estabelecer em lugares de grande concentração desses cereais. O sistema de agricultura de aluvião está na origem do surgimento da atividade agrícola. Os terrenos aluviais são terras ao longo dos cursos de água que, através dos sistemas de cheias, depositam sedimentos ricos em matéria orgânica ao longo de seus cursos (aluvião).

Como já citamos na Aula 1, a agricultura está relacionada a uma economia sedentária de coleta intensiva que também permitiu a criação de animais em cativeiro, atividade que começa a se estabelecer pouco a pouco, apesar da caça ainda ser o principal meio de alimentos. Se os animais fossem capturados vivos, eram guardados. Do aprisionamento dos animais, começa-se a reprodução em cativeiro.

O **desenvolvimento de instrumentos de trabalho** para esta economia produtiva de alimentos decorreu de sua utilização (talvez por gerações) para outras atividades, até sua utilidade funcional. A utilização de ferramentas desenvolvidas em outros períodos, como a foice, possibilitou a colheita e o processamento dos alimentos.

Por exemplo: na **coleta**, utilizava-se uma pequena foice (lâmina de sílex inserida ao longo de um pedaço de madeira); o **consumo de cereais** foi acompanhado pela utilização de moinhos (ainda no estado de colocar os cereais numa pedra para serem triturados com outra, roliça e pesada).

O conjunto de plantas e de animais característicos de cada área inicial era:

Quadro 2.1 - Áreas iniciais de agricultura e animais na Terra

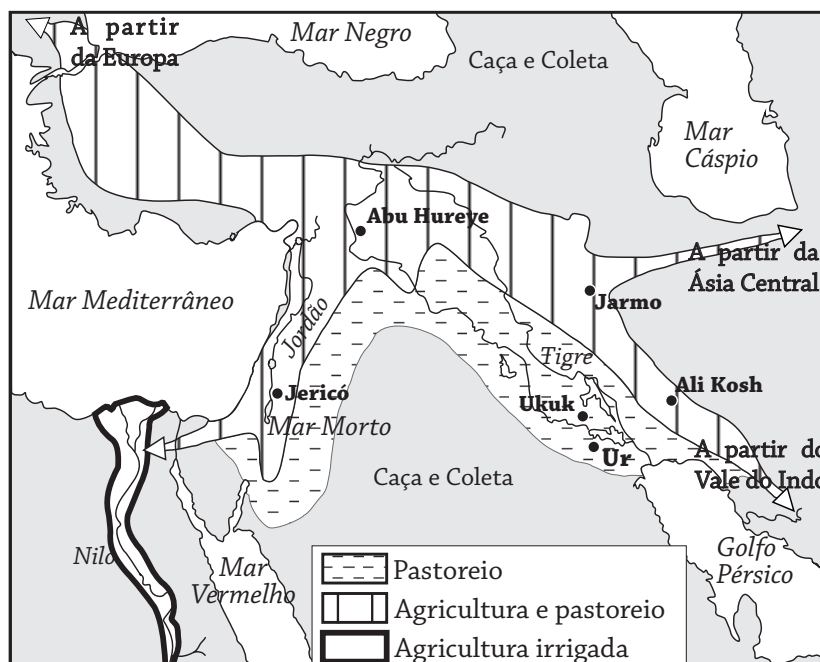
Área Inicial	Área de Expansão	Plantas e Animais
Oriente Médio (10.000 anos)	Europa, África, Oeste da Ásia	trigo, cevada, lentilha, ervilha, linho, bovinos, ovinos, aves, caprinos
América Central (6.000 anos)	Norte e Sul do Continente	milho, feijão, algodão, porcos, mandioca, batata
China (5.000 anos)	Região do Pacífico	arroz, soja

Fonte: adaptado de *Atlas de história mundial* e OLIVEIRA JR. (1989).

A organização social daquela época é de difícil conhecimento. Somente através dos símbolos como o sol, as plantas, os animais, entre outros, é possível obter alguns elementos indicativos de como os homens daquela época se organizavam. Alguns autores afirmam que houve uma modificação na organização social na passagem da caça e coleta para a agricultura. Enquanto na caça e coleta a organização básica era o bando, numa economia baseada em agricultura a sociedade era constituída em famílias. As indicações do Quadro 2.1 e a espacialização do denominado “Crescente Fértil e as origens da agricultura” apontam para a existência de uma agricultura sedentária e organizada pelo homem. O Mapa 1 mostra um estado precoce de evolução das economias agrárias e pastoris em torno de 6.000 a.C. Pesquisas arqueológicas indicam que a agricultura apareceu inicialmente no Crescente Fértil (sudoeste da Ásia) por volta de 8.000 a.C. A datação por carbono radioativo mostra que a cultura de cereais começou nesta região – no Levante – cerca de 1.000 anos antes do pastoreio. Certos sítios arqueológicos do Levante indicam a presença de grãos calcigenados, fardos de trigo e diversas variedades de leguminosas, além de ossos de cabra e de carneiro doméstico. Esta atividade e este modo de vida começam a se espalhar gradativamente em direção noroeste, através da Ásia Menor, chegando até a Europa (na Grã-Bretanha, 4.000 a.C.), em direção sudoeste rumo ao Nilo e em direção leste, Ásia Menor (na Índia 5.000 a.C.), como mostra o mapeamento a seguir (Figura 2.1).

FIGURA 2.1 - O Crescente Fértil e as origens da agricultura

Fonte: adaptado de *Atlas de história mundial – Seleções do Reader's Digest*, 2001, p. 36. Elaboração: Breno Ribeiro Marent e Luiz Fernando G. Leal.



A agricultura itinerante é considerada por muitos pesquisadores como a “primeira revolução agrícola no mundo”, devido à importância de suas transformações.

O consumo de cereais permitiu o aumento da população. Para continuarem sedentárias, aquelas populações deveriam ter uma quantidade suficiente de terras para suprir o aumento da demanda alimentar. Quando os cereais não eram mais suficientes para alimentar toda a população, estabeleceu-se a crise deste sistema.

Ocorreram, em consequência, as migrações das populações ou até mesmo conflitos entre as comunidades ou entre as famílias. A partir disso, surge o primeiro sistema agrário florestal.

2.2. SISTEMA AGRÁRIO DE FLORESTA

Este sistema surgiu a partir da necessidade da migração das populações do Oriente Médio que encontraram a floresta como ecossistema natural – para os ecossistemas florestais nas regiões subtropicais da África, do Mediterrâneo e nas regiões temperadas da Europa. A acumulação de forças produtivas de uma sociedade permite a mudança, caso seja necessária e vantajosa, do sistema agrário anterior.

Das áreas originais foi mantido(a):

1. a sedentariedade;
2. o complexo agrícola – plantas e animais (exceto o clima, que era diferente);
3. os instrumentos de trabalho: moinho de grãos, cerâmica e pedra polida.

Das áreas originais diferenciaram-se:

4. o ecossistema: no Oriente Médio, as culturas eram sobre aluviões, ao longo dos rios. Nas áreas de extensão, predominava a floresta;
5. o pioneirismo das populações migrantes.

O ecossistema encontrado era uma floresta densa, com um estrato arbóreo (árvores grossas), um estrato arbustivo e pouquíssimas ervas ao nível do solo. Outra formação florestal que as populações encontraram foram as florestas herbáceas como campos, savanas e estepes. Neste sistema natural, os seres vivos estão em equilíbrio depois de milhões de anos, com todos os espaços ecológicos ocupados. Não há, portanto, lugar para o homem, os animais domésticos e as plantas cultivadas. Para desenvolver a agricultura, a é necessário luz, ou seja, que os raios solares atinjam o solo. Como os instrumentos de trabalho ainda eram rudimentares, a história mostra que a escolha das florestas para a prática da agricultura foi feita naquelas áreas onde as árvores não eram espessas.

As principais operações de artificialização do meio florestal para a prática da agricultura consistiam **na derrubada, na queimada e na mistura das cinzas** com a camada superficial do solo.

A **derrubada manual** (com machado de pedra polida) **destruía** a vegetação baixa e as árvores menos grossas; assim, abria-se uma clareira para a prática da agricultura; a **queimada** vinha logo em seguida à derrubada e tinha função de:

- limpar mais rapidamente o espaço para o cultivo;
- liberar a matéria mineral contida na biomassa vegetal destruída.

Após a derrubada e a queimada, misturavam-se as cinzas na camada superficial do solo (matéria orgânica) – formava-se um leito de sementes –, onde os grãos eram semeados.

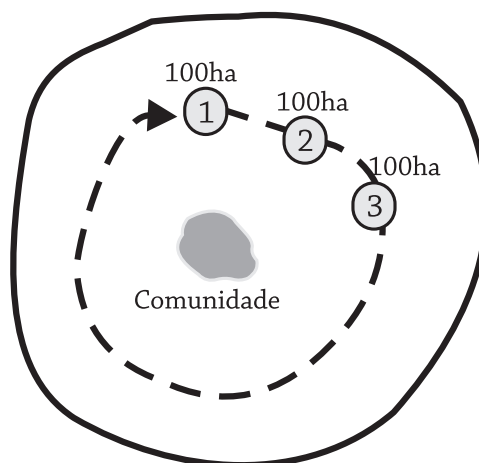
Sistema de plantio

O sistema se caracterizava por uma sucessão cultural associada a uma rotação de terras. As terras eram cultivadas por 3 a 4 anos e, após, eram colocadas em pousio por um longo período. O papel das florestas era de reciclar os nutrientes, e o papel das queimadas era de limpar o espaço e liberar os nutrientes minerais. A distância de uma comunidade a outra é determinada pelo seu raio de atividade: é necessário sair de manhã e retornar à noite (mais ou menos 10 km). Assim, a superfície possível de se derrubar por comunidade é de aproximadamente 8.000 ha, sendo que cada comunidade pode derrubar 200 ha por ano (8.000 ha/40 anos). Era realizada a escolha de áreas onde as árvores não eram muito espessas. Vejamos (Figura 2.2):

FIGURA 2.2 - Agricultura no sistema agrário de floresta

Fonte: adaptado de OLIVEIRA JUNIOR, 1989, p. 19. Elaboração: Luiz Fernando G. Leal.

Rotação, em 38 anos, para voltar a se cultivar no mesmo local.
Área total: +/- 8.000ha



Neste sistema, a produção de cereais é de aproximadamente 500 Kg/ha/ano. Com uma sucessão de 2 anos é possível produzir 200.000 Kg de cereais/ano (200 ha x 500 Kg x 2 anos), o que é suficiente para alimentar mil pessoas (200 Kg/pessoa/ano).

1. no 1º ano, é cultivado cereal (trigo e cevada) e algumas leguminosas (lentilhas);
2. no 2º ano, é cultivado o cereal no mesmo local (ocorre redução de produtividade das culturas) ou ocorre derrubada em nova área da floresta e repetem-se as mesmas operações do primeiro ano. Se a diminuição do rendimento não é muito grande, continua-se a cultivar o mesmo local;
3. no 3º ano, a fertilidade do solo é muito baixa e cultivam-se espécies vegetais menos exigentes, como leguminosas, hortaliças etc.;
4. a floresta é que nutre as plantas de minerais – através do seu enraizamento. A reprodução de fertilizantes do sistema era garantida a partir do desenvolvimento da rebrota florestal e de um ciclo cultural de longa duração;
5. após dois ou três anos de plantios sucessivos, é necessário um longo pousio (terra em descanso);
6. importante observar que neste sistema agrário de floresta existe uma sucessão de culturas (cultivos) associada a uma rotação da terra;
7. o pousio, a derrubada e a queimada são os momentos principais de um processo de produção que assegura o autoconsumo alimentar das populações e a reprodução **da fertilidade do sistema**.

Quando a comunidade alcança 1.000 habitantes, a floresta é explorada nos limites de reprodução da fertilidade do sistema agrário de floresta.

Com o aumento da pressão demográfica, o ciclo cultural diminui, o ciclo dos elementos minerais é menor e os rendimentos caem, o que implica falta de alimentos.

As soluções encontradas por aquelas sociedades foram, novamente, como no início da agricultura de floresta:

1. Migração parcial – algumas famílias partiam da comunidade para outros locais, começando uma nova comunidade.
2. Quando a migração não era possível:
 - ocorriam desenvolvimentos de parcelas ao redor da comunidade, plantando nelas hortaliças, árvores frutíferas e criando pequenos animais;
 - aumentava-se a superfície de derrubada da floresta por pessoa – diminuição de rendimento das culturas;
 - iniciava-se a derrubada de outros estratos arbóreos (derrubada de galhos e copas das árvores mais grossas), ocorrendo o ataque a outros estratos que não eram explorados anteriormente. A consequência desta prática é a mesma que aquela apresentada no item anterior, ou seja, o ciclo cultural de 40 anos cai para 33, 30, 20, 10 anos, até não se ter mais árvores para derrubar;
 - a luta contra a diminuição do rendimento das culturas levou à degradação da floresta, uma vez que ela não pôde recuperar-se, ocorrendo a degradação até chegar a um ecossistema de savana.

A paisagem florestal contínua desapareceu. No seu lugar, surgiu uma paisagem descoberta, onde o ciclo cultural se alternava – agora com um tapete herbáceo numa rotação de cultura de curta duração (cinco anos). As florestas restantes se concentram em manchas e em locais de difícil acesso, ou ainda pela dificuldade do homem de explorá-las.

Como desenvolver a agricultura num ecossistema de savana, com pouca biomassa?

A agricultura num ecossistema de savana, com pouca biomassa (5 t/ha/ano contra os 30 t/ha/ano do sistema florestal) resulta em:

1. queimam-se poucas árvores, arbustos e ervas; a biomassa mineralizada pelo fogo é pequena, portanto, poucos nutrientes são incorporados. Após o fogo, há uma rebrota de um bom leito de sementes;

2. diferente da floresta, a camada superficial do solo deste ecossistema de savana é cheia de raízes. Com o revolvimento das raízes com um enxadão, forma-se uma biomassa que pode ser queimada, deixada para decomposição para se fazer um bom leito de sementes.

No final do sistema agrário de floresta, aquelas sociedades viviam numa área com baixa fertilidade, principalmente, pela inadequação dos instrumentos para revolver o tapete de gramíneas do solo. As sociedades aí viviam numa área com uma baixa fertilidade, com uma sucessão de culturas de três anos e um pousio de cinco anos.

O sistema entrou em crise. Populações novamente migraram para encontrar outros locais e conquistar novas florestas. Aqueles que ainda tinham reservas de floresta mantinham-se no mesmo sistema. Onde a floresta desapareceu, a situação de crise deu lugar a:

1. **desertificação** (Saara, Ásia, Oriente Médio). A estepe ou o deserto foram resultados de um processo de destruição da floresta, não existindo mais condições essenciais para a prática da agricultura. Apareceu, nestes locais, uma criação de animais muito dispersa que consistia em um pastoreio nômade. Ao longo dos grandes rios, apareceu uma agricultura não pluvial – Vale do Nilo (Egito), cultura irrigada (Mesopotâmia, Pérsia);
2. **erosão**. Nas regiões mediterrâneas, a erosão fez aparecer o desenvolvimento de culturas nos vales. Nestes locais, iniciou-se um sistema agrário com pousio e associado à criação de animais;
3. **na América Latina** apareceu o sistema agrário inca;
4. **no Extremo Oriente** (Índia, China, sudoeste da Ásia), surgiu a rizicultura inundada, uma agricultura praticamente no fundo dos vales planos e aluviais, com drenagem de rios.

2.3. SISTEMA AGRÁRIO COM POUSIO ASSOCIADO À CRIAÇÃO E TRAÇÃO ANIMAL

Este sistema surgiu nas regiões mediterrâneas no sul da Europa como resultado da degradação do meio florestal pelo sistema agrário precedente. Foi um sistema agrário predominante na Europa empregado após o sistema agrário de floresta. Manifestou-se na Antiguidade greco-romana (mais ou menos 1000 a.C.) e estendeu-se por uma grande superfície na Europa; enquanto sistema predominante estendeu-se até a Idade Média nos séculos XIV e XV e, em algumas regiões, principalmente no sul da Europa, persistiu até o século XIX.

Surgiu nas sociedades fenícia e cartaginesa, nas cidades-estado gregas, passando em seguida para o Império Romano e se estendendo pela Europa, persistindo até a Revolução Burguesa e Industrial. Seu surgimento se deve ao desenvolvimento técnico, isto é, ocorreu a partir do desenvolvimento de instrumentos de trabalho capazes de destruir a cobertura vegetal para posteriormente instalar um ciclo cultural. Este processo produtivo se desenvolveu graças à evolução dos instrumentos de trabalho o que, posteriormente, permitiu uma ampliação das relações de troca e a divisão social do trabalho. Tal divisão social do trabalho era processada em duas etapas: enquanto uns produziam os instrumentos de trabalho, outros utilizavam-nos para a produção agrícola.

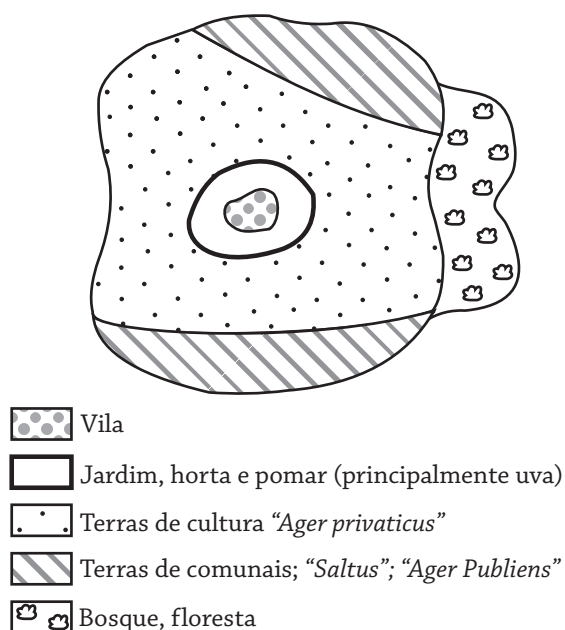


FIGURA 2.3 - O sistema de produção da época: a divisão do espaço em quatro partes (fora da vila)

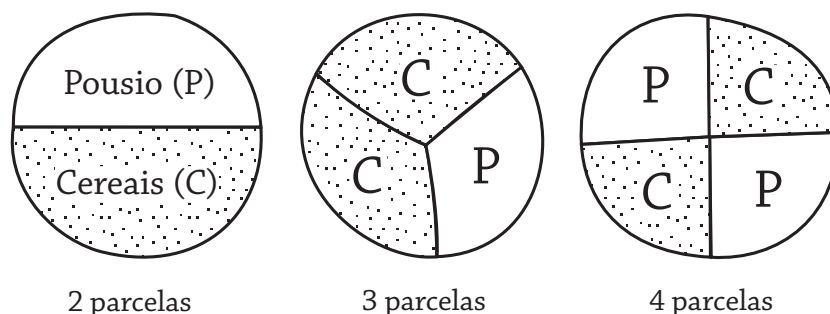
Fonte: adaptado de OLIVEIRA JR., 1989, p. 25. Elaboração: Breno Ribeiro Marent e Luiz Fernando G. Leal.

A organização do espaço para a produção agrícola era realizada em quatro etapas, como mostra a Figura 2.3.

1. **Os jardins, a horta, e o pomar:** ficavam próximos à vila. As hortas eram compostas por legumes e leguminosas (ervilha, vagem, tomates etc.), a uva tinha grande destaque no período do Império Romano. A adubação era realizada com esterco animal e humano e a camada superficial do solo de florestas.
2. ***Ager Privaticus* – Cultura de cereais:** eram agrupados em terra lavrada. Este sistema apresentava um agrupamento de lavouras de cereais em rotação com uma área em pousio, nos melhores solos (mais férteis). Assim, realiza-se a divisão da área de cultura de cereais em parcelas ou folhas (Figura 2.4).

FIGURA 2.4 - Sistema de rotação entre cereais e pousio

Fonte: adaptado de OLIVEIRA JR., 1989, p. 26. Elaboração: Luiz Fernando G. Leal.



O sistema bienal (duas folhas) foi utilizado no sul da Europa, onde era possível realizar somente um cultivo anual de cereais (cereal de inverno – trigo e centeio).

O sistema trienal (três folhas) predominou no centro-norte da Europa, onde era possível realizar dois cultivos anuais de cereais (inverno e verão – trigo, centeio, cevada, aveia). Os produtos retirados da horta, do pomar e das terras de cultura representavam 90% das necessidades de alimentação do homem.

3. **Terras comunais (*Ager Publions*):** eram terras de menor fertilidade do que as terras de cultura. As terras comunais não eram cultivadas e não tinham uma cobertura florestal fechada e contínua. Todos os agricultores da vila podiam fazer o uso destas terras, pois elas representavam um papel fundamental para este sistema de produção, apresentando várias funções para os agricultores, entre elas destacam-se:
 - **fonte de lenha** – para a construção das moradias, cozimento dos alimentos e aquecimento das casas;
 - **local de caça** – fonte de alimento;
 - **reconstituição da fertilidade das terras de cultura** – através da adubação pela transferência de biomassa das terras comunais para as terras de cultura. Destaca-se que era necessário um equilíbrio da biomassa entre os sistemas de forma que a biomassa transferida não poderia ser superior à capacidade de regeneração deste ecossistema. Caso contrário, o desequilíbrio poderia levar ao fracasso deste sistema agrícola;
 - **animais** – transferência de biomassa através da alimentação animal nas áreas comunais e a deposição deste esterco nas áreas de pousio como estratégia de adubação. Da mesma forma, os animais representavam força de tração para os instrumentos de trabalho no solo.

Dessa forma, três aspectos foram importantes no sucesso desse sistema:

1. A existência de animais que, além da força de tração, possibilitavam a transferência de fertilidade das terras comunais para as áreas individuais de lavoura. Os animais pastavam nos campos comunais e, à noite, pousavam nas áreas de lavoura. Os animais dessa época eram de pequeno porte.
2. A existência de um limite de população animal por família, conforme o tamanho das terras comunais e das florestas.
3. Os instrumentos de trabalho de revolvimento do solo com tração animal. No início eram basicamente de madeira: a enxada, a foice, a pá e o arado, como mostram as Figuras 2.5 e 2.6.

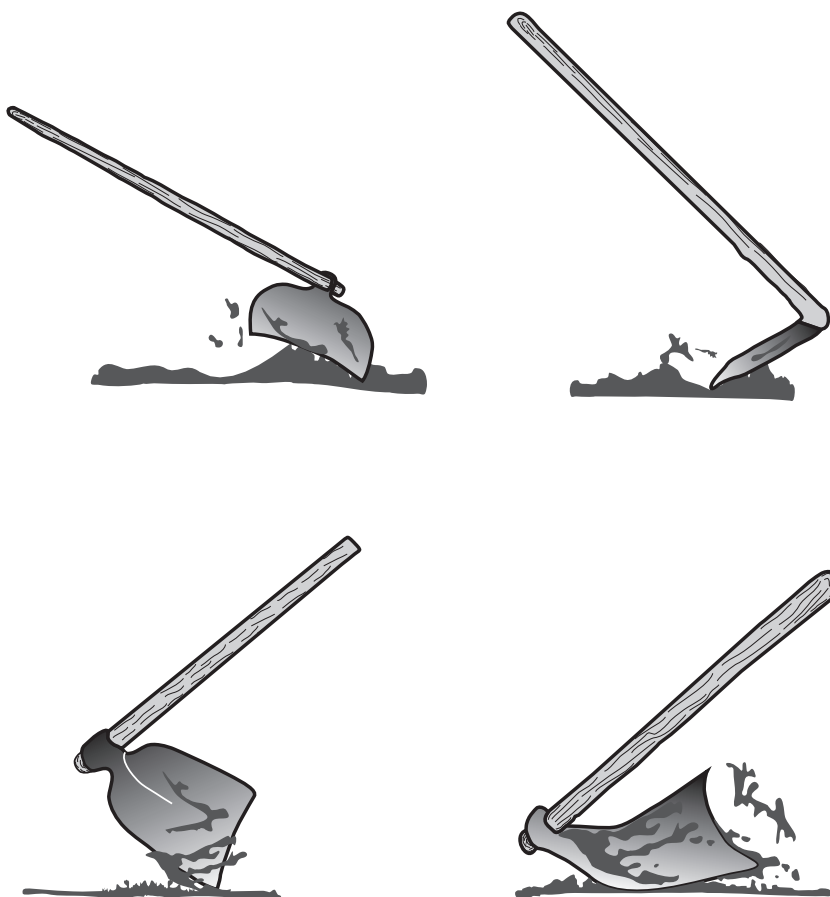


FIGURA 2.5 - Instrumentos de trabalho construídos com madeira

Fonte: adaptado de OLIVEIRA JR., 1989, p. 29.

Elaboração: Luiz Fernando G. Leal.

O arado, principal instrumento para trabalho do solo, era construído de madeira, e a ponta da relha, endurecida pelo fogo.

A agricultura era praticada em solos leves. Os solos argilosos, mais pesados (norte da Europa), foram trabalhados mais tarde no século X quando surgiu uma série de instrumentos agrícolas de ferro. Importante salientar o surgimento de moinhos de vento no século XI, já que os moinhos (originários do século V) eram movidos a água e confeccionados em madeira (Figuras 2.7a e b).

FIGURA 2.6 - Arados de madeira

Fonte: adaptado de OLIVEIRA JR., 1989, p. 35. Elaboração: Luiz Fernando G. Leal.

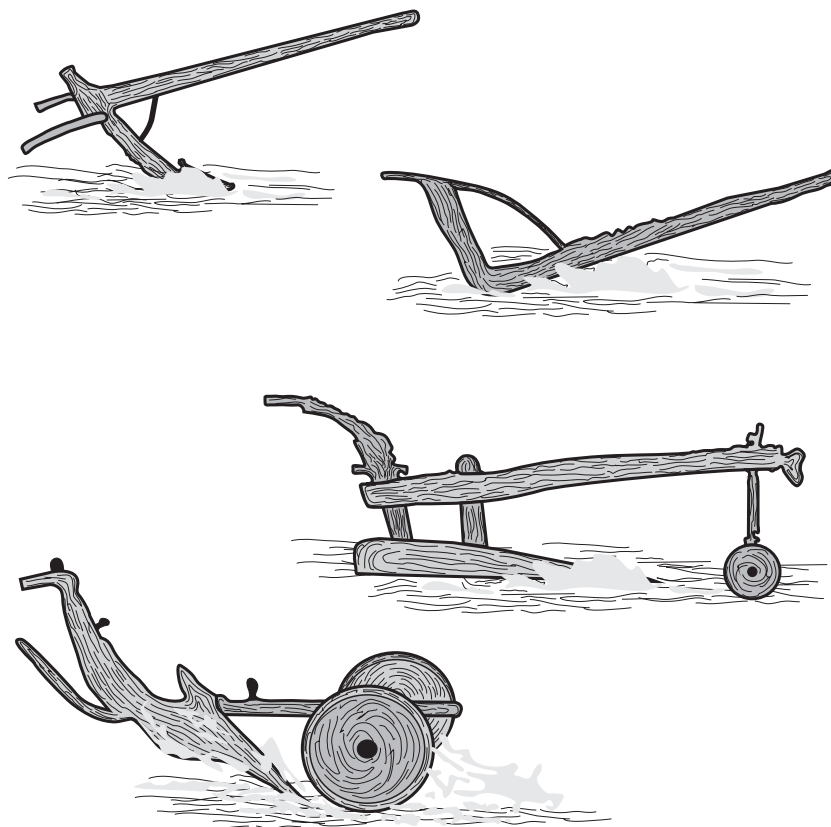


FIGURA 2.7a - Moinhos de cereais surgido no século XI. Moinho movido a vento

Elaboração: Breno Ribeiro Marent.

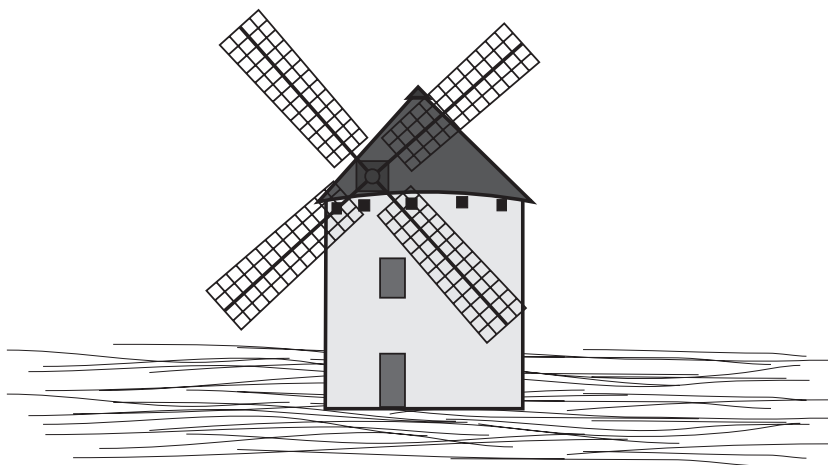
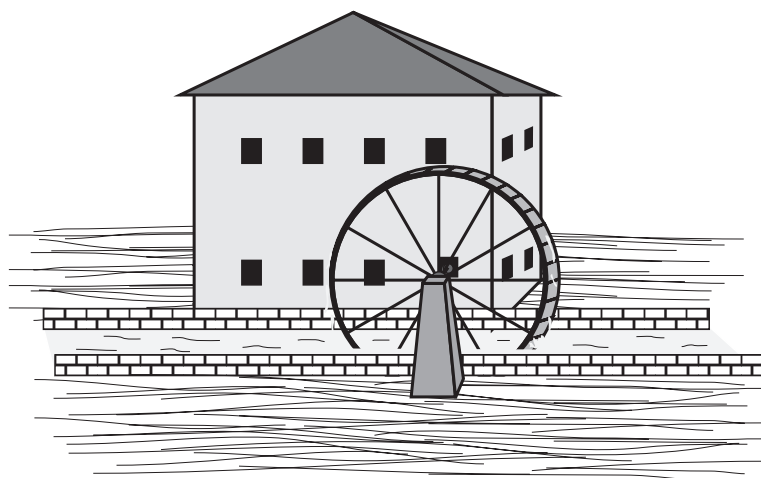


Figura 2.7b - Moinho movido a água

Elaboração: Breno Ribeiro Marent.



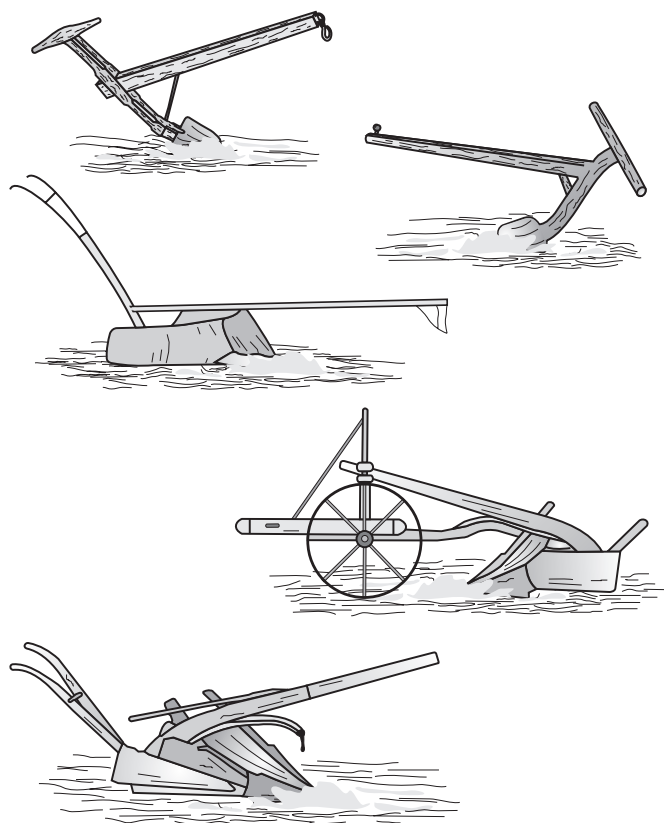


FIGURA 2.8 - Diferentes arados de aiveca forjados a ferro

Fonte: adaptado de OLIVEIRA JR., 1989, p. 36 e 55. Elaboração: Breno Ribeiro Marent.

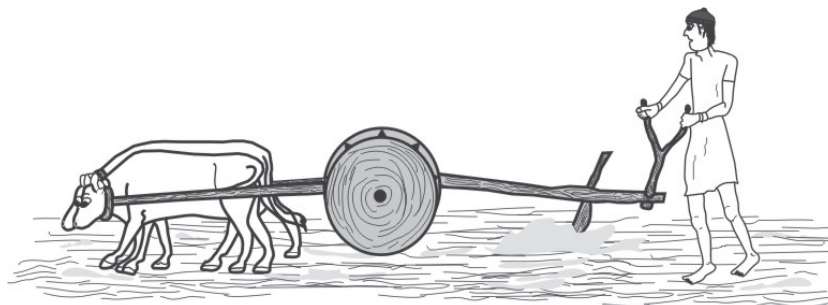
O arado de aiveca, diferentemente do de madeira, era montado sobre uma estrutura de ferro, apoiada sobre rodas, que sustentava a sega, a relha e a aiveca (Figura 2.8). Este instrumento representou a possibilidade de se trabalhar em terrenos pesados, cortando e revirando o solo. Com este arado, foi possível expor o solo profundo ao sol, aquecendo e enxugando a terra mais rapidamente, o que era importante principalmente para o norte da Europa onde, após a primavera, havia um encharcamento do solo dificultando as atividades agrícolas.

Até os séculos IX e X, a tração animal dominante foi o boi (principalmente durante o Império Romano), e o uso de cavalos como tração foi reduzido, devido ao tipo de atrelagem que dificultava a respiração dos animais (Figura 2.9). As sociedades dispunham, até então, apenas da força de trabalho humana, da força da tração dos bois e da energia hidráulica para movimentar os moinhos para o trabalho agrícola.

No entanto, nos séculos IX e X, houve grande avanço na atrelagem dos cavalos com o invento do cabresto, que representou naquele momento um aumento na produtividade do trabalho. A utilização dos cavalos abria novas possibilidades, ao mesmo tempo que exigia uma demanda maior de alimentos para os animais, provocando mudanças no sistema de produção. Diante desse fato, houve um aumento considerável do capital de exploração, possibilitando a

FIGURA 2.9 - Tração animal com bovinos

Fonte: adaptado de OLIVEIRA JR., 1989, p. 33. Elaboração: Luiz Fernando G. Leal.



quadruplicação da produção, pelo aumento do rendimento das culturas e pelo aumento da superfície agrícola cultivada. Os campos comunais passaram a ser utilizados como capinadeiras para obter feno no inverno, o que permitiu a criação de 5 animais/ha ao invés de 1/ha do sistema precedente.

O sistema de arados de aiveca com tração animal (cavalo) é utilizado até os dias atuais na agricultura familiar. A Figura 2.10 mostra um pequeno agricultor realizando uma aração para plantio de batata baroa em Minas Gerais.

FIGURA 2.10 - Uso de tração animal em pequenas propriedades familiares - MG

Foto: M. A. S. Tubaldini (2003) – Ouro Branco – MG.



2.4. O DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA AGRÁRIO DE POUSIO ASSOCIADO À TRAÇÃO ANIMAL NA HISTÓRIA

O sistema agrário de pousio associado à tração animal foi marcado por dois momentos históricos importantes do desenvolvimento da humanidade: o período do domínio do Império Romano e o período do feudalismo, na Idade Média.

2.4.1. O período romano

Assim como anteriormente nas cidades-estado gregas, Roma surgiu da união de várias tribos numa cidade. Esta sociedade desenvolveu extraordinariamente o urbano (e pouco a agricultura). A propriedade continuava sendo comunal, mas foi no Império Romano que a propriedade privada se institucionalizou.

A propriedade privada adquiriu um caráter sagrado, cuja origem é o culto dos ancestrais. Ela desempenhava um papel fundamental nessa sociedade, para a qual parecia normal garantir, a cada família, um direito inalienável que assegurava sua independência, a terra. Assim, o proprietário poderia fazer o que quisesse com a terra (um direito absoluto).

O modo de produção era baseado no trabalho escravo dos povos perdedores das guerras, e a repartição das terras era em grandes domínios, sob o controle de um latifundiário (latifúndio, na antiga Roma, significava um grande domínio privado da aristocracia), que comprava os escravos para que trabalhassem em seus domínios.

Com a crise do Império, os escravos tornaram-se cada vez mais escassos e caros (crise do sistema escravista). Os proprietários de terras tentaram várias vias de reprodução da força de trabalho. As primeiras foram a reprodução em cativeiro, como se faz com os animais, o que não teve êxito devido à recusa das mulheres. A estratégia implantada com relativo sucesso foi a de permitir a um casal a exploração de uma parcela de terra. Para o cultivo da terra, o dono fornecia os instrumentos agrícolas, e o casal pagava ao proprietário da terra uma fração de sua produção (a meia, a terça).

Este sistema foi definitivamente implantado nos séculos III e IV e tinha como finalidade a reprodução da força de trabalho no domínio do grande proprietário de terras. O “colonato” constitui o embrião da futura sociedade camponesa, baseada no trabalho familiar.

2.4.2. O período feudal

O fim do Império Romano (séculos V e VI) foi marcado por uma profunda desarticulação da economia e das relações comerciais estabelecidas. Iniciou-se um período de saques e pilhagem da produção agrícola e, em troca de segurança, os agricultores se vinculavam a bandos armados. Parte da produção era destinada, então, para manter um exército. O responsável pelo bando, o “senhor”, subjugava os agricultores e artesãos, desenvolvendo assim os meios para a sua própria proteção, utilizando-se dos artesãos para a fabricação de suas armas e construção de seus castelos.

Os usos de um mesmo pedaço de terra eram designados a indivíduos diferentes: os pobres tinham o direito de recolher a madeira

morta das florestas; os exploradores agrícolas poderiam enviar alguns animais para pastagem, enquanto a madeira de aquecer e a madeira de construção destinavam-se ao senhor.

A partir do século X, a hierarquia feudal estava bem constituída, e o poder central (do rei) era cada vez mais absoluto. Do final do período romano até este período, a economia era a denominada “natural”, ou seja, os agricultores produziam os alimentos que eram diretamente consumidos tanto por eles como pelas outras pessoas que não participavam diretamente da produção agrícola, sem intermediários.

A partir do século XI, as atividades comerciais se intensificaram na Europa Ocidental. Com o fim das invasões, novas áreas de cultivo foram aparecendo, os transportes se reorganizaram e a economia comercial e urbana se reconstituiu a partir da venda de excedentes.

Os impostos foram criados para o sustento do rei e de sua corte, tanto para vilas como para os senhores feudais e os camponeses livres. Naquele período, 1/3 do campesinato era livre, enquanto 2/3 eram “servos” dos senhores feudais. Eram esses camponeses livres que, principalmente, iriam abastecer as vilas.

A acumulação de capital pelos camponeses livres e a aparição de novas forças produtivas (artesãos e comerciantes) permitiram o aumento da concorrência com os senhores feudais.

Surge uma classe social nova e dinâmica, envolvida com atividades comerciais e tipicamente urbanas: a burguesia.

Contra a baixa de seus rendimentos, os senhores feudais iniciaram um processo de “abolição” de seus servos. Repartiram suas terras, arrendando-as ou adotando o sistema da “meia”. Inicia-se também o trabalho agrícola com mão de obra assalariada.

Neste período, houve uma grande expansão da área agrícola com a incorporação de outras regiões (migrações para o nordeste e leste da Europa) sob o impulso dos “locadores”: ordens monásticas e aristocratas.

Ao mesmo tempo que os locadores fundiários ofereciam condições vantajosas de arrendamento, amarravam os camponeses a uma série de obrigações. Assim, por exemplo, todo cereal que fosse produzido deveria necessariamente ser moído no moinho do senhor, que também exigia igualmente taxas sobre mercadorias, taxas sobre a guarda do castelo, taxas de circulação (pedágios) etc.

Do século IX até o século XIII ocorreu um aumento considerável da produção agrícola, o que propiciou o aumento da população. A França, na época, tinha 20 milhões de habitantes.

Entretanto, a extensão desse modo de exploração da natureza não pode ultrapassar um limite ecológico determinado. E o aumento da população, por sua vez, gerou um aumento na demanda de alimentos ao qual o sistema não podia responder. O resultado era o aumento da pobreza e da fome e, em consequência disso, das epidemias e doenças (a Peste Negra de 1340), que causaram uma mortandade muito grande (a população francesa caiu para 10 milhões).

A agricultura se reconstituiu a partir de 1350 sobre as mesmas bases do sistema agrário precedente. Os problemas alimentares e sociais ressurgiam quando a população chegava aos 20 – 25 milhões de habitantes (no caso da França).

A insuficiência da produção agrícola passa a ser a maior preocupação do século XV ao XVIII. Neste sentido, foram tomadas diversas iniciativas.

É um período em que, ao mesmo tempo que a agricultura buscava alternativas para o aumento da produtividade, o comércio e uma incipiente indústria se desenvolviam. Foi a época das grandes descobertas e da expansão colonial. No entanto, as tentativas do regime feudal não foram suficientes para realizar o desenvolvimento econômico e social da população.

A crise do sistema agrário com pousio associado à tração animal, que era mantido pelo sistema feudal, provocou, no final do século XVIII, uma crise política que pôs fim ao Antigo Regime.

2.5. A PRIMEIRA REVOLUÇÃO AGRÍCOLA CONTEMPORÂNEA NA EUROPA: O CULTIVO DAS TERRAS DE POUSIO

Surgiu no centro-norte da Europa no século XVIII, implantando--se como sistema de produção dominante no século XIX até as primeiras décadas do século XX.

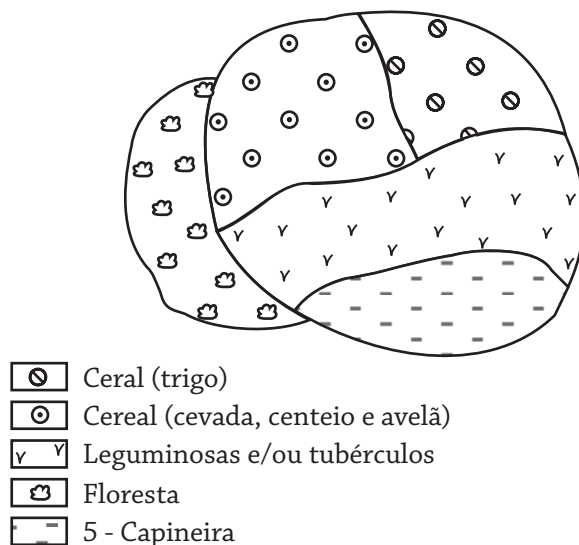
O pousio foi extinto a partir da introdução da rotação de culturas com novas variedades de espécies vegetais cujas características biológicas apresentam vantagens de proporcionar a incorporação de uma quantidade importante de nitrogênio ao solo. As novas variedades de plantas introduzidas foram:

- Raízes – beterraba, nabo etc.
- Tubérculos – batata (após a descoberta da América)
- Plantas industriais – têxteis e tintoriais
- Leguminosas – leucenia, feijão, lentilha, ervilha etc.

O novo sistema provocou um aumento significativo de forragens para os animais, ao mesmo tempo que aumentou a fertilidade do solo através da incorporação de nitrogênio advindo do plantio de leguminosas (Figura 2.11).

FIGURA 2.11 - Novo sistema de cultivo

Fonte: adaptado de OLIVEIRA JR., 1989, p. 53. Elaboração: Breno Ribeiro Marent e Luiz Fernando G. Leal.



Para substituir o “pousio” como método de controle de ervas daninhas e preparo do solo, esse novo sistema seguia certas regras agrônômicas para estabelecer a posição de cada cultura no esquema de rotação.

Primeira: começar a rotação com uma planta exigente em controle de ervas daninhas e preparo do solo, além da capacidade de suportar uma carga elevada de fertilizantes.

Segunda: recomendação para semear, em seguida, uma cultura exigente (cereais, principalmente o trigo) quanto ao preparo e ao nível de fertilidade do solo, de modo a aproveitar o bom estado deste, deixado pela cultura anterior.

Terceira: cultivo de uma leguminosa, de modo a controlar as ervas daninhas que já começam a rebrotar após duas sucessões de culturas e a melhorar a fertilidade do solo, quase esgotada pelo trigo, através da fixação de nitrogênio atmosférico.

Quarta: introdução de uma cultura de cereais menos exigentes que o trigo (aveia, centeio ou cevada), capaz de produzir bem num solo parcialmente recuperado pelo cultivo de leguminosas.

Os meios de produção deste novo sistema agrícola continuaram os mesmos do sistema anterior. O trabalho de tração era realizado por animais, e a reprodução da fertilidade do solo dependia ainda do esterco animal. Entretanto, uma série de fatores foi introduzida. Entre eles, pode-se ressaltar:

- a. **O artesanato**, que começava a produzir os equipamentos para as manufaturas nascentes, iniciando a produção de implementos agrícolas mais aperfeiçoados, permitindo mais produtividade do trabalho, além do desenvolvimento de novos instrumentos mecânicos de tração animal (ceifadeiras, debulhadoras, batedeiras);

- b. **As leguminosas** que, retendo o nitrogênio da atmosfera em suas raízes e no solo, permitiam que o rendimento dos cereais aumentasse de 100 a 200 kg por ha. As leguminosas plantadas nas terras de pousio forneciam uma quantidade de forragem aproximadamente 12,5 vezes maior que os sistemas precedentes (nas condições da época). Os cultivos de leguminosas nas terras de pousio permitiram dobrar a quantidade de animais e, conseqüentemente, de esterco incorporado às terras de cultura.
- c. **O início da seleção animal**, pois a partir de uma melhor alimentação dos animais, houve o aumento de sua capacidade produtiva (leite, ovos, carne) e também a sua força de tração.
- d. **O aumento de fertilidade**, devido à introdução das plantas leguminosas, permitiu a introdução de novas plantas na rotação de culturas nas explorações agrícolas. Plantas como nabo (tanto o forrageiro como para a alimentação humana), beterraba (forrageira, para alimentação humana e para produção de açúcar) e batata são cultivadas em rotação com os cereais. Conforme a região e o tipo de orientação das explorações, existiam múltiplas combinações de rotação das culturas, por exemplo, nas rotações quadrienais plantavam--se *leguminosas – cereais, nabo forrageiro, cereais, leguminosas*. É importante colocar que, naquele período, as leguminosas faziam parte integrante e eram obrigatórias em qualquer rotação de cultura.
- e. O aumento da fertilidade do sistema permitiu um **crescimento das terras de culturas** em detrimento das terras comunais, que tinham a função de alimentar os animais, possibilitando a reprodução da fertilização existente no sistema precedente.

Fazendo um paralelo entre este período e o final do século XX/início do XXI, com áreas de agricultura de plantio intensivo na Europa, podemos comparar atualmente, no Brasil, as regiões do Paraná, Rio Grande do Sul, São Paulo, Alto Paranaíba e Triângulo Mineiro, em Minas Gerais, e partes do Mato Grosso na fronteira agrícola –, a rotação de cultura cedeu lugar ao plantio direto e uso de plantio de trevo entre as culturas para recuperação do nitrogênio do solo de maneira mais natural. A foto a seguir (Figuras 2.12 e 2.13) mostra um campo de nabiscos no Estado de São Paulo para produção de óleo vegetal. Entretanto, a grande produção intensiva também se faz valer deste recurso, como forma de nitrogação de solo agricultável depois do plantio do milho (Figura 2.14). Esta tem uma forma de resgate de manejos tradicionais do passado.

Os efeitos da primeira revolução agrícola na produção de alimentos logo se fizeram sentir. Em poucos decênios, houve uma duplicação e uma diversificação da produção vegetal, possibilitando a oferta de alimentos para as cidades – que se tornavam cada vez mais populosas – e a matéria-prima para as indústrias nascentes.

FIGURA 2.12 - Imagem de plantio de nabisco – município de Altinópolis – São Paulo

Foto: M. A. S. Tubaldini (2006).



FIGURA 2.13 - Visão das flores brancas de nabos que são colhidas com máquina apropriada para a indústria de óleo vegetal

Foto: M. A. S. Tubaldini (2006).



Do ponto de vista econômico, este novo sistema gerava resistência por parte de muitos agricultores, uma vez que sua introdução implicava a diminuição da área cultivada com cereais, especialmente o trigo, produto que mesmo com as variações do mercado possuía preços atrativos.

Este sistema foi possível nas explorações agrícolas com mão de obra abundante. Entretanto, a falta de mão de obra gerada pela constante fuga de trabalhadores para os centros urbanos dificultava a implantação e manutenção deste novo sistema em muitas regiões.

Em locais onde o sistema feudal era forte – mantendo uma série de regulamentações privilegiando a aristocracia –, a primeira revolução agrícola só se implantou após uma série de revoluções sociais. Foram as revoluções burguesas e industriais dos séculos XVIII e XIX que aboliram, com muito sangue, os antigos direitos de propriedade, entre os quais a propriedade do solo.

Na Inglaterra, os burgueses se aliaram à nobreza contra os camponeses. Os campos comunais e as florestas foram fechadas (cercaamentos) e declaradas propriedades privadas da aristocracia rural. Mais tarde, as terras de cultura também foram fechadas, dando lugar às pastagens, e os camponeses foram expulsos (aldeias inteiras foram destruídas). Nestes espaços, foram criadas ovelhas pela aristocracia, que forneciam lã para as indústrias. Na França, ao contrário, houve uma aliança entre campesinato e burguesia contra nobreza e clero. Todas as terras em poder da nobreza e do clero foram tomadas e distribuídas para o campesinato. Os camponeses, encontrando-se livres das taxas e das obrigações, implantaram os métodos da primeira revolução agrícola, até então proibidos pela nobreza. Com o desenvolvimento do comércio e dos mercados, este campesinato começou a produzir não apenas para o seu autoconsumo, mas também para fornecer matéria-prima para as indústrias. Neste caso, a primeira revolução agrícola se passou nas terras camponesas.



FIGURA 2.14 - Plantio direto de milho intercalado com trevo – leguminosa para nitrogenar o solo. Município de Machado – Minas Gerais

Foto: M. A. S. Tubaldini (2007).

O poder político foi tomado pela burguesia urbana, que implantou uma nova ordem econômica: o capitalismo. O capitalismo apresenta, entre outras características:

- a transformação do trabalho humano e da terra em mercadoria;
- o desenvolvimento da indústria. Diferentemente de antes, a indústria passa a ser o centro das atividades econômicas na economia nacional e internacional;
- uma grande divisão do trabalho não se apresenta, por exemplo, apenas entre agricultores e artesãos, mas também entre trabalho manual e trabalho intelectual.

O desenvolvimento industrial lança as bases de uma total mudança na agricultura.

2.6. A SEGUNDA REVOLUÇÃO AGRÍCOLA CONTEMPORÂNEA – A INDUSTRIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA

A primeira revolução agrícola contemporânea possibilitou o desenvolvimento industrial, principalmente da indústria química e mecânica no século XX. É neste contexto que as condições de produção em massa dos insumos agrícolas tornaram-se presentes. Sobretudo a partir da Primeira Guerra Mundial, a agricultura se instrumentalizou e passou a utilizar cada vez mais em seu processo produtivo insumos oriundos da produção industrial.

A Revolução Industrial promoveu profundas mudanças nas relações de trabalho, na tecnologia e no desenvolvimento urbano, lançando as bases de uma total mudança na agricultura. Contudo, o processo da transformação moderna da agricultura atingiu uma incidência particular quando as conquistas da ciência moderna, da mecânica, da química, da fisiologia vegetal e animal foram transportadas das cidades, onde tinham sido realizadas, para o campo.

Os brilhantes resultados que a máquina obteve na indústria fizeram surgir a ideia de introduzi-las na agricultura. A agricultura passou a depender cada vez menos dos recursos locais.

As indústrias investiram cada vez mais intensamente nos meios de produção da agricultura: tratores, arados, grades, colhedadeiras, adubos químicos, ração animal, venenos, energia etc.

O desenvolvimento industrial levou, ao mesmo tempo, ao progresso dos meios de transporte e da armazenagem e conservação dos produtos agrícolas. Um mercado nacional e internacional relativamente unificado se formou, possibilitando a concorrência de produtos oriundos de regiões distantes e diferentes. Isso levou a uma acentuação cada vez maior da diferenciação entre as regiões.

Em cada lugar, as explorações e as produções menos rentáveis desapareciam.

O antigo sistema de produção baseado na rotação e diversificação de culturas e animais deu lugar a sistemas de produção simplificados, especializados – ou seja, a **monocultura**. A produção se concentra em regiões e nas explorações (propriedades, estabelecimentos) com maiores vantagens físicas e econômicas.

Através do esquema a seguir (Figura 2.15), podemos observar o sistema de produção agrícola dependente, desde os insumos necessários à produção até a comercialização:

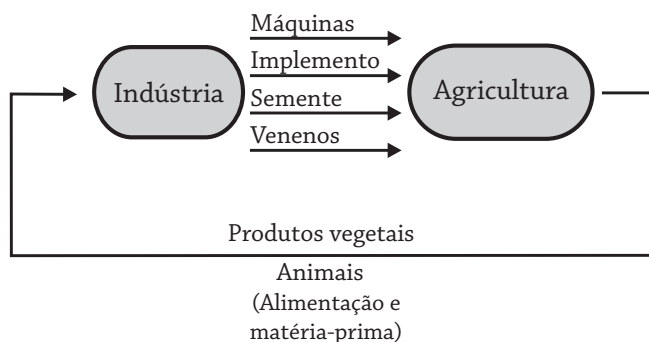


FIGURA 2.15 - Sistema de produção agrícola dependente

Fonte: adaptado de OLIVEIRA JR., 1989, p. 68. Elaboração: Breno Ribeiro Marent.

Este novo sistema de produção é caracterizado pelos seguintes aspectos:

1. a motorização como meio de tração. Novos instrumentos permitem o aumento da produtividade do trabalho;
2. os adubos químicos como meio de reprodução da fertilidade (venenos, herbicidas e veterinários);
3. o desenvolvimento dos transportes e da conservação dos produtos agrícolas, possibilitando a transformação industrial e posterior distribuição nas cidades;
4. a acentuação da divisão social do trabalho, com a maior separação cidade/campo, e também entre trabalho intelectual e manual;
5. a melhoria genética das plantas e dos animais;
6. a relativa unificação dos mercados nacional e internacional, que permitiu uma maior especialização regional de certas culturas e criações (monocultura); e
7. a maior dependência da agricultura em relação à indústria.

A segunda revolução agrícola torna o espaço agrícola não mais fundamental para a produção de alimentos, mas traz como consequência uma série de problemas ambientais/ecológicos e sociais, que acabam impondo restrições ao uso individual absoluto da propriedade: a necessidade de sua função social.

Em toda sua história, foram os agricultores, de maneira geral, que ditaram os rumos da produção agrícola. O *saber* popular camponês desenvolveu todos os seus instrumentos de trabalho e sistemas de produção, passando de geração a geração este conhecimento. A partir da segunda revolução agrícola, há uma alienação material e econômica do *saber* necessário à produção. Até mesmo os manuais de utilização de um instrumento agrícola ou as instruções de uso de agrotóxicos não são feitos por agricultores. A indústria subordinou a agricultura à sua lógica.

Os problemas gerados e resolvidos pela própria agricultura fogem de sua esfera de decisão, constituindo-se numa questão de ordem econômica e política em escala ampliada e mundial.

Os efeitos e consequências da segunda revolução agrícola, mundial e vivida como primeira no Brasil, serão discutidos em aulas posteriores quando trataremos da Revolução Verde, da modernização da agricultura brasileira e da entrada de capital, bem como das mudanças decorrentes deste capital na agricultura brasileira.

REFERÊNCIAS

ATLAS DE HISTÓRIA MUNDIAL. Rio de Janeiro: Reader's Digest Brasil, 2001. 376 p. Adaptação das edições inglesa e francesa de *The Times History of the World*.

OLIVEIRA JR., Paulo H. B. *Notas sobre a história da agricultura através do tempo*. Rio de Janeiro: Fase, 1989.

LEITURA COMPLEMENTAR

CERON, Antonio Olívio; GERARDI, Lúcia Helena de Oliveira. Geografia agrária e metodologia de pesquisa. *Revista Campo-Território: Revista de Geografia Agrária*, v. 2, n. 3, p. 04-16, fev. 2007. Disponível em: <www.campoterritorio.ig.ufu.br/include/getdoc.php?id=126&article=84&mode=pdf>. Acesso em: 19 ago. 2008.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. O conceito de espaço rural em questão. *Revista Terra Livre*, São Paulo, v. 18, n. 19, p. 95-112, 2002. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/nera/usorestrito/MARTA.pdf>>. Acesso em: 19 ago. 2008.

Com o objetivo de organizar melhor seus conhecimentos, utilizando como base a leitura das Aulas 1 e 2, bem como dos textos complementares sugeridos, entre outros, responda às seguintes questões:

1. **EXPLIQUE** a afirmação: “No que se refere à agricultura, podemos destacar que ela *é uma atividade dispersa e diversificada na superfície terrestre*, apresentando-se em condições muito diferentes de uma área para outra, de uma propriedade para outra.”
2. O termo “diversidade”, ao referir-se à agricultura, decorre de alguns fatores. **APONTE** e **EXPLIQUE** cada um dos três fatores.
3. Considere a seguinte definição: “o termo agricultura abarca os esforços produtivos, mediante os quais o homem sedentário trata de aproveitar e, se possível, melhorar e acelerar o ciclo vegetativo natural das plantas e animais, a fim de obter os produtos vegetais e animais necessários ao homem ou desejados por ele.” (Zimmerman) O que **PRESSUPÕE** o conceito acima mencionado? **EXPLIQUE** e **PROBLEMATIZE** sua resposta.
4. Segundo René Dumont, “a agricultura pode ser definida como a transformação do meio rural feita pelo homem”. **EXPLIQUE** a frase acima colocada e **PROBLEMATIZE** sua resposta com base na diferenciação entre “coleta” e “agricultura”.
5. Com base nas leituras realizadas e em seus conhecimentos, **EXPLIQUE** o “Esquema da relação agroindústria – meio ambiente – meio socioeconômico”, apresentado na Aula 1.
6. Analise a seguinte afirmativa: “As definições, por parte de vários autores, de Geografia da Agricultura, Agrária, Agrícola e a Geografia Rural não têm como ponto o aspecto espacial nem o aspecto temporal.” Com base nas leituras e em seus conhecimentos, **CONCORDE** OU **DISCORDE** da afirmativa e **JUSTIFIQUE** sua resposta.
7. Ao estudar a evolução da Geografia Agrária no Brasil, podemos dividir sua história em algumas fases. Cada uma delas está marcada por características particulares que as distinguem das demais. Com base nas leituras, **CHARACTERIZE**, de maneira breve e sintética, cada uma das fases abaixo citadas, mencionando: contexto sócio-histórico, principais preocupações dos estudos e/ou temas mais estudados, autores/ estudiosos de destaque e outras informações que julgar importantes:
 - a) A Geografia Agrária no período de 1951 a 1960
 - b) A Geografia Agrária no período de 1970
 - c) A Geografia Agrária no período de 1980
 - d) A Geografia Agrária no período de 1990 a 2006

8. De acordo com Marques (2002), tendo em vista o atual debate em torno das mudanças verificadas no campo, existe uma grande necessidade de repensar o conceito de espaço rural e suas possibilidades de desenvolvimento. Segundo a autora, “o espaço rural tem passado recentemente por um conjunto de mudanças com significativo impacto sobre suas funções e conteúdo social, o que tem levado ao surgimento de uma série de estudos e pesquisas sobre o tema em vários países, sobretudo nos países desenvolvidos, onde esse processo apresenta maior importância” (p. 96). Com base nas ideias apresentadas pela autora, **CONSTRUA**, de maneira sucinta, um conceito de **ESPAÇO RURAL**.
9. No texto “Geografia Agrária e metodologia de pesquisa”, Ceron e Gerardi (2007) apontam que existem múltiplos problemas que envolvem a Geografia da Agricultura como disciplina, como campo de conhecimentos teóricos e como campo de pesquisa. **INDIQUE** dois problemas e duas sugestões sobre os rumos da pesquisa em Geografia Agrária e **EXPLIQUE** cada um deles.
10. No que se refere à visão geo-histórica da agricultura no mundo, **CHARACTERIZE**, de maneira sucinta, os tópicos abaixo, apresentando significado, mudanças e permanências em relação ao sistema anterior vigente, principais práticas e materiais utilizados, uso da terra, entre outras informações que julgar mais importantes:
 - a) Sistema agrário de floresta
 - b) Sistema agrário com pousio associado à criação e tração animal
 - c) A primeira revolução agrícola contemporânea na Europa – O cultivo das terras de pousio
 - d) A segunda revolução agrícola contemporânea – A industrialização da agricultura

Conceituar e entender a Geografia Agrária

3.1. CONCEITUAR GEOGRAFIA AGRÁRIA, DA AGRICULTURA, AGRÍCOLA E GEOGRAFIA RURAL

A Geografia Agrária tem como objeto uma atividade que não é exclusiva dela – a agricultura –, uma vez que outras ciências também a têm como seu objeto de estudo. Definir Geografia Agrária, portanto, tem suas dificuldades, decorrentes da questão do objeto com o qual ela trabalha.

Diferentes autores se preocuparam em registrar como a Geografia Agrária foi definida, tais como: Migliorini (1950); Valverde (1961, 1964); Megale (1976); Diniz (1986); Galvão (1987, 1988), entre outros.

Vamos buscar analisar os estudos de Geografia Agrária no Brasil, numa sequência temporal como a usada por Ferreira (2002), procurando perceber na diversidade de definições como refletiam o modo de pensar do momento resultante dos diferentes enfoques que as produziam.

Destaca-se que, no princípio, a Geografia Agrária era desenvolvida como “parte” da Geografia Econômica, sendo que os estudos geográficos de agricultura tinham focos econômicos, segundo Ferreira (2002, p. 28-29).

A denominação mais adequada para este ramo da Geografia decorreu de diferentes denominações: Geografia Agrícola, Agrária, Rural e da Agricultura, sendo que seus significados tinham base no que priorizava os aspectos econômico, espacial e social.

Segundo Diniz (1986, p. 30), a Geografia Agrária imbrica-se com a Geografia da Agricultura e “se preocupa com a caracterização dos lugares em função dos atributos” (qualidade). O aspecto espacial é um ponto comum entre todos os autores, embora as definições variem ao longo do tempo, conforme a realidade e as vertentes

paradigmáticas da Geografia Clássica, Teorética e Crítica, que dão diferentes caminhos a trilhar para a Geografia Agrária. Segundo Olmstead (1984 *apud* DINIZ, 1986, p. 30),

a Geografia da Agricultura é algo mais do que a Geografia dos Cultivos e produtos animais que resultam da agricultura (...) A Geografia da Agricultura se preocupava com a agricultura, ou sistemas de cultivo, e com os elementos, unidades operacionais, funções características e inter-relações entre esses sistemas.

A Geografia da Agricultura é uma análise espacial na qual se procura descobrir por que as distribuições espaciais estão estruturadas de uma determinada forma. Porém, deve-se somar a isto a dimensão temporal, pois não se pode separar estruturas de processos.

A Geografia Agrícola tem como objetivo principal o estudo das configurações espaciais criadas pelas atividades agrícolas, tentando explicar, de modo sistemático, os aspectos locacionais e as interações espaciais existentes nessas atividades (DINIZ, 1986, p. 30).

Segundo Diniz (1986), para alguns autores, a Geografia da Agricultura, Agrária, Agrícola e a Geografia Rural são consideradas como sinônimos entre si, sendo que a diferenciação está na escala de abrangência dos conceitos.

A Geografia da Agricultura é mais restrita, fundamentalmente econômica, como já colocado, enquanto a Geografia Rural

é conceitualmente mais ampla, tratando também das formas de povoamento, demográficas, das formas de ocupação não agrícolas da terra rural e dos seus conflitos com a agricultura, das condições de vida das populações rurais e dos seus problemas. (DINIZ, 1986, p. 31)

3.2. EVOLUÇÃO DA GEOGRAFIA AGRÁRIA NO BRASIL

3.2.1. A Geografia Agrária no período de 1950

A Geografia no Brasil, até as décadas de 1930 e 1940, apresentava uma acentuada divisão entre Geografia Física e Humana. No que se refere aos aspectos humanos, a prioridade era dada aos estudos econômicos, enfocando a agricultura como interesse principal. O papel desempenhado pela atividade agrícola neste período colocou-a como temática principal dos trabalhos científicos, no referido momento.

A partir de 1950, com o desenvolvimento urbano-industrial, a efetivação da divisão social do trabalho, a cidade e a indústria foram colocadas como elementos novos de uma incipiente realidade econômica sendo, com isto, delegado à agricultura o papel

coadjuvante num novo cenário de análise e estudo da Geografia. O surgimento destes recentes ramos de conhecimento demandou a necessidade exata da definição do campo de estudo de cada um. Andrade (1987, p. 96) coloca que, na década de 1950, “os estudos de Geografia Urbana e Geografia Econômica intensificam-se, ganham importância, e a agricultura passou a ser encarada não mais como gênero de vida, mas como uma atividade profissional”.

As primeiras contribuições à definição e ao objeto da Geografia Agrária foram dadas por geógrafos estrangeiros como Leo Waibel (1979), Elio Migliorini (1950), Daniel Faucher (1953) e Pierre George (1956), que discutiram o objeto e definiram a Geografia Agrária.

Segundo Migliorini (1950 *apud* FERREIRA, 2002, p. 30), a Geografia Agrária é um dos campos da Geografia Econômica que tem, além de uma importância teórica, uma valorização prática, evidenciada na “avaliação da produção e suas eventuais modificações, a maior ou menor conveniência de certas culturas e a influência dos mercados”.

A Geografia, segundo o referido autor, preocupa-se com o estudo de um conjunto de características fisiográficas aliadas aos aspectos econômicos, tendo particular atenção à descrição dos aspectos físicos da área de estudo, como

a configuração dos solos, sua estrutura, situação, exposição, clima e a ação exercida pelo homem na escolha dos sistemas de utilização dos solos, nas categorias de empreendimentos agrícolas etc. de modo que se avalie bem, junto aos fatores espaciais e naturais, as influências históricas e econômicas que contribuem para tornar variada a paisagem agrária. (Migliorini, 1950 *apud* FERREIRA, 2002, p. 30)

Para o autor, *a paisagem agrária* é, em si, o objeto de estudo, na medida em que todos os aspectos citados contribuem para defini-la.

Waibel (1979, p. 30 *apud* FERREIRA, 2002, p. 31) destaca que a Geografia Agrária “é a denominação dada a uma disciplina preocupada com a diferenciação espacial da agricultura”. Para o autor, a agricultura é um fenômeno da paisagem, sendo que são vários os métodos e pontos de vista que advêm daí. Um deles é que “a agricultura é um importante fenômeno da superfície da terra e é sua atribuição tentar descrever a sua diferenciação espacial, procurando ao mesmo tempo esclarecer as forças atuantes”.

Segundo Waibel (1979), a Geografia Agrária tem como ponto de partida a análise da *fito e da zoogeografia* – aqui se tem a Geografia das *plantas úteis* e dos *animais domésticos*, podendo ser considerada segundo três disciplinas diferenciadas. A primeira, a Geografia Agrária Estatística, preocupa-se com a distribuição das espécies

vegetais e animais ligadas à agricultura. A Geografia Agrária Ecológica trata das formas econômicas e privilegia a relação com o meio ambiente, e a última, a Geografia Agrária Fisionômica, tem suas análises direcionadas para os diferentes aspectos da paisagem.

Finalizando suas colocações, Waibel (1979, p. 34) destaca um método ecológico-fisionômico que busca “descrever da maneira mais completa e pormenorizada possível o aspecto de uma paisagem”. Neste método busca-se:

- observar o terreno;
- ver e interpretar os aspectos examinados;
- buscar definir a fisiologia de uma formação, resultando na identificação de organizações espaciais e da distribuição de eventos sobre a superfície da Terra.

Segundo Daniel Faucher (1953 *apud* DINIZ, 1984, p. 30), a Geografia Agrária busca “a natureza dos produtos, as condições econômicas de sua obtenção, o modo de vida dos agricultores, as características e as transformações da paisagem rural, que constituem seu objeto particular”. Com este conceito, pode-se observar que os estudos estavam voltados para uma análise qualitativa dos produtos e da distribuição dos cultivos, sendo que pouca atenção era dada às questões sociais – característica dos estudos agrários. Ao ator social da Geografia Agrária – o agricultor(a), produtor(a) agrícola – pouca atenção era dada, uma vez que se considerava que o mesmo estava incluso na paisagem, estudado no seu habitat e gêneros de vida.

Daniel Faucher (1953) aponta a Geografia Agrária como qualitativa, diferenciando-se da Agronomia, uma vez que ela não tem como objetivo o estudo das condições técnicas de produção, mas sim explicar as paisagens rurais e modos de vida rurais, por meio dos sistemas agrícolas e sua evolução. Os sistemas agrícolas caracterizam-se pelo habitat e formas dos campos, condicionados por fatores físicos.

A vida agrícola é composta do trabalho na terra, tendo em vista a produção, e ainda comporta a exploração de vegetais espontâneos (extrativismo vegetal), o que torna seu estudo amplo e complexo. A agricultura, para Faucher, é estudada pela ciência geográfica pela Geografia Agrária e pela Geografia Econômica, cada uma com seu foco de atenção em um aspecto da agricultura.

Pierre George (1978) procura também definir papéis específicos para a Geografia Agrária e para a Geografia Econômica, referindo-se ao objeto da Geografia Agrícola¹ como

¹ O autor não se refere à Geografia Agrária, mas sim à Geografia Agrícola.

o milagre anual da colheita sempre renovada, que é, no fundo, o próprio milagre da vida, repetido ao infinito em todos os campos do mundo, entre os homens negros, debaixo do sol dos trópicos e até além do círculo polar em certos pontos. (GEORGE, 1978, p. 7)

O referido autor distingue três campos diferentes para o estudo dos aspectos agrícolas, a saber:

- **a Geografia Agrícola:** que se preocupa com a descrição dos eventos agrícolas;
- **a Geografia Econômica:** com a produção e o transporte dos cultivos; e
- **a Geografia Social:** com o tratamento dos agrupamentos humanos e das civilizações envolvidas com o trabalho da terra.

O autor, em outro trabalho (1956), embora não tratando especificamente da Geografia Agrária, faz uma descrição do “fato rural através do mundo”, na qual descreve a diferenciação agrícola mundial, buscando o que denomina de “características geográficas do trabalho agrícola”. Ele não se preocupa em definir a Geografia Agrária, mas sim em mostrar o que o geógrafo deve estudar em relação ao meio rural. A preocupação da Geografia Agrícola, para Pierre George, por tratar de um objeto trabalhado por outras ciências, deveria consistir em descrevê-la.

Erich Otembra (1955, *apud* FERREIRA, 2002, p. 33) trata da Geografia Agrária na década de 1950 fazendo uma ligação entre a economia agrária e a economia industrial, considerando que ambas deveriam ser consideradas de formas distintas. A economia agrária, para este autor, está submetida aos fatores naturais, e sua variedade é resultante da dependência das características geográficas, o que não acontece com a economia industrial. O autor define dois aspectos importantes: a função determinista, que estabelece para o meio físico em relação à agricultura, e a análise comparativa, traçada entre a Geografia Agrária e a Industrial, buscando definir o papel de cada uma. Ainda para Otembra, a função principal da Geografia Agrária está no “estudo da diferenciação espacial das práticas agrícolas, contribuindo na análise do problema da alimentação da humanidade e abastecimento das matérias-primas agrícolas” (p. 33).

É importante destacar que, nos anos de 1950, a Geografia passa a considerar relevante o papel das cidades e da indústria, sendo que a Geografia Agrária passa a incorporá-lo em seus conceitos.

Os trabalhos dos geógrafos sobre agricultura até 1950 podem ser distribuídos em três categorias:

- estudos econômicos – referentes à avaliação da produção e comercialização de produtos agrícolas, analisados na forma de dados estatísticos;
- estudos ecológico-físicos – nos quais há condicionantes físicos: forma de terrenos, clima, tipos de solos, erosão, explicativos da localização dos cultivos e o uso de recursos;
- estudos sobre formas espaciais de agricultura – a paisagem, como resultado da ação humana.

Este período marca, para a Geografia Agrária, o momento do paradigma da “diferenciação do espaço” ou “regionalista”. É o momento das descrições que resultavam da observação no campo e revelavam a distribuição no espaço de aspectos os mais variados da agricultura. Porém, para Amorim Filho (1985), as pesquisas tinham por fim ser cumulativas e eram descrições resultantes de observação no campo, revelando a distribuição dos mais variados aspectos da agricultura.

3.2.2. A Geografia Agrária no período de 1951 a 1960

No período seguinte, entre 1951 e 1960, não ocorrem mudanças na forma de análise. Surgem dois trabalhos de Valverde (1961, 1964) levantando discussões sobre o que é a Geografia Agrária. Os trabalhos de Waibel e Faucher são retomados para fundamentar o posicionamento do autor.

Valverde (1961) coloca que a Geografia Agrária deveria ser tratada no âmbito da Geografia Econômica, e não isoladamente. O autor destaca que à Geografia Agrária devem interessar os sistemas agrícolas, e não os produtos agrícolas, as formações econômicas, e não os métodos agrícolas; ou seja, o como plantar e o que plantar cabe aos agrônomos. O agroeógrafo, assim denominado pelo autor, deve definir os tipos de paisagens agrícolas, descrevendo os elementos que compõem esta paisagem. Segundo o autor, “não lhes basta, porém, descrever: o geógrafo deve explicar a função que cada um desses elementos desempenha na atividade agrícola” (VALVERDE, 1961, p. 431).

Em suma, segundo Valverde (1961), o interesse da Geografia Agrária deve estar centrado nos sistemas agrícolas, e não nos produtos, deve estudar as formações econômicas, os *tipos de paisagem agrícola* com seus diferentes elementos correspondendo à *anatomia* da paisagem, à *morfologia agrária*, explicando quais os elementos que a compõem. Para entender a dinâmica da paisagem, devemos fazer uma interpretação histórica, buscando as causas do desaparecimento/surgimento de algumas culturas (cultivos agrícolas).

Valverde (1961) afirma também que, ao considerar a Geografia Agrária como sendo um ramo da Geografia Econômica, cabe a ela priorizar os aspectos econômicos advindos da atividade agrícola, determinantes dos fatos culturais. Faz também uma ressalva para o aspecto descritivo que a Geografia Agrária vinha desenvolvendo até então, não explicando mais a realidade. Por isso, o autor coloca de forma contundente a influência da Economia na Geografia Econômica. Isso mostra, de maneira ainda não tão forte, que a Geografia começa a aproximar-se de outras ciências.

Em 1960, o autor fala sobre a influência da Economia Política e, fazendo uso dos termos do materialismo histórico como relações de produção, modo de produção e formas de economia, difere dos demais geógrafos na interpretação do agrário. Em sua interpretação, o fundamental na agricultura capitalista está na comercialização. Nas economias pré-capitalistas, as proposições da etnologia (preocupada com a cultura dos povos naturais) eram suficientes para responder aos problemas econômicos simples aí existentes. A economia capitalista é mais complexa, e o geógrafo agrário deve entender as leis de mercado.

O mesmo autor ressalta a comercialização,

quando na economia capitalista é necessária a distinção do “objetivo da produção”, separando culturas de subsistência das comerciais, nas quais comercialização e rentabilidade devem ser estudadas. A análise da rentabilidade permite distinguir a participação de diferentes classes sociais na distribuição da renda, possibilitando a compreensão da estratificação social em dada área. (Valverde, 1961 *apud* FERREIRA, 2002, p. 38)

Em seu livro intitulado *Geografia Agrária do Brasil*, Orlando Valverde (1964) faz um capítulo que aborda a história da Geografia Agrária no Brasil, sua denominação e metodologia, de interesse elucidativo para nossa disciplina.

A indecisão quanto à escolha do nome que melhor designe o estudo da agricultura pela Geografia é justificada pelo autor por se tratar de uma ciência de história recente. Geografia Agrária e Geografia Agrícola são duas expressões conhecidas. Partindo da etimologia da palavra, o termo agrícola é mais restrito. Portanto,

a expressão **Geografia Agrícola** deveria englobar apenas o estudo da distribuição dos produtos cultivados e de suas condições de meio, sem envolver aspectos sociais, como regimes de propriedades, relações de produção, gêneros de vida, habitat, tipos de habitação etc. Dado o sentido restrito que têm as palavras “agrícola” e “agricultura”, não abrangeria sequer a geografia da pecuária. O emprego da expressão **Geografia Agrária** é, por conseguinte, mais conveniente, porque exprime melhor o conteúdo desse ramo da ciência. (Valverde, 1964, p. 18 *apud* FERREIRA, 2002, p. 38)

Sendo assim, o sentido amplo da expressão Geografia Agrária permite que, ao utilizá-lo, possa-se abranger o estudo geográfico da agricultura e da pecuária.

Ao conceituar a Geografia Agrária, este autor propõe uma definição em que estão presentes a descrição “das diferenças espaciais da superfície da terra, do ponto de vista da exploração agrícola e a interpretação de suas causas”, dando uma conotação regional ao conceito e atribuindo uma característica própria e particular à Geografia. (Valverde, 1964, p. 21 *apud* FERREIRA, 2002, p. 40)

3.2.3. A Geografia Agrária no período de 1970

A década de 1970 traz grandes mudanças e revela o objeto de estudo da Geografia Agrária bastante modificado. O processo de modernização da agricultura levou ao campo novas formas de produzir, diferentes relações de trabalho ligadas à lógica do sistema capitalista de mercado e uma relação intensa com a indústria para a compra de insumos químicos e bens agrícolas (máquinas).

Como é um processo mundial advindo da Revolução Verde, modificações metodológicas são sentidas no meio científico da Europa e na América anglo-saxônica. No Brasil, os estudiosos começam a discutir o assunto, e tendências são projetadas. Os trabalhos ligados às definições da Geografia Agrária buscam uma nova ordem teórico-metodológica que responda ao conteúdo e à natureza da atividade agrícola, praticada sob uma nova lógica, a do capitalismo, em consonância com as diretrizes do novo paradigma geográfico.

A preocupação dos geógrafos neste momento está em determinar qual o campo e a metodologia que melhor se adaptam aos estudos agrários. O estudo de Megale (1976) procura indicar o quê (objeto) e como (método através do qual é estudada a Geografia Agrária, como parte da Geografia, como ciência humana):

A Geografia, como ciência humana, tem método das ciências de observação (...) Nós, nas ciências de observação – ciências humanas – não trabalhamos diretamente com a realidade. Colhemos dados destas, constituindo estes dados as instâncias empíricas: dados ou informações de uma situação real, viva, dinâmica. Com estes dados é que procuramos descobrir a causa do problema estudado. (MEGALE, 1976, p. 12-13)

Diniz (1973), neste momento, está preocupado com a renovação da Geografia Agrária e propõe que os fenômenos geográficos, em virtude de uma renovação metodológica, deveriam ser analisados sob novas concepções, e que o estudo geográfico da agricultura deveria se inserir nesse processo. Nesta linha do entendimento da origem da renovação da Geografia Agrária, o autor parte da análise dos estudos da Geografia Agrária tradicional, confrontando seus fundamentos principais com os novos conceitos.

O autor inicia com a análise da Geografia da Paisagem Agrária, na qual a observação da paisagem natural ou transformada, o ponto central e os elementos da paisagem rural, a influência do meio físico na execução da atividade agrícola e, finalmente, a abordagem histórica constituíam os pontos centrais desta corrente. Diante disso e preocupado em mostrar os componentes de análise, o autor destaca:

Os trabalhos de Geografia Agrária mais recentes, e mesmo a metodologia iniciada por estes autores sob esta concepção, não se restringem à descrição da morfologia agrária, ou seja, das culturas e do habitat rural. Outros elementos passam a ser destaques, como os chamados sistemas agrários ou de cultivo, englobando as técnicas de rotação associadas a outros fatores agrários, numa nova tentativa de obtenção de síntese. Um outro fato da organização agrária que passou a ser intensamente estudado foi a forma da propriedade e de exploração da terra, englobados sob o nome de “estrutura agrária”. (DINIZ, 1986, p. 41)

Para Diniz (1986), o estudo da Geografia Econômica da Agricultura é outra concepção analisada por ele, que apresenta as seguintes características: primeiro, a ênfase na descrição da distribuição de produtos e rebanhos; segundo, a grande correlação entre esta distribuição e os fenômenos de ordem física; terceiro, a definição das “regiões agrícolas”.

Estas ideias são transportadas, na década de 1970, para os estudos de classificações regionais agrícolas, nos quais os princípios de subordinação às divisões climáticas marcam a persistência de tais concepções. Um dos pontos da mudança nesta década é a contestação das ideias tradicionais, buscando novos caminhos conceituais, analíticos e teóricos.

Neste período, procurou-se ampliar a acuidade visual do geógrafo, não mais apenas pela observação da paisagem, mas pelo uso de fotografias aéreas, tentando-se obter classificações mais objetivas e significantes. Hoje, este instrumento foi substituído pelas imagens de satélite, que têm precisão e são usadas para entendimento do uso da terra.

As mudanças neste período são consequências da atuação da União Geográfica Internacional, através da qual se inserem os trabalhos com princípios da Tipologia Agrícola, propondo análises da agricultura com base na Teoria dos Sistemas. Em outras palavras, a agricultura é vista como um sistema no qual os elementos, características ou propriedades da atividade é que deveriam ser usados na definição tipológica. Os elementos internos são divididos em *sociais*, *funcionais* e *de produção*. Os elementos internos contêm variáveis que valorizam características sociais e econômicas.

Na renovação da Geografia Agrária deste período, segundo Diniz (1973, p. 49), é possível distinguir três elementos: “a utilização de métodos quantitativos, o desenvolvimento ou ampliação de teorias de localização; terceiro, o enfoque sistêmico.”

Neste momento se dá mais atenção nos estudos de Geografia Agrária para “a relação entre o sistema de agricultura e a política governamental; a difusão de inovação na agricultura e o enquadramento global do sistema agrário no sistema urbano mais amplo” (DINIZ, 1973, p. 72-73).

O trabalho de Gusmão (1978), intitulado “Os estudos de Geografia Rural no Brasil: revisão e tendências”, demonstra a introdução dos estudos de desenvolvimento rural na Geografia Agrária e, ao mesmo tempo, utiliza o termo “rural”, no lugar de “agrário”, para designar seu objeto de estudo. Os estudos rurais com base no conceito de desenvolvimento rural ampliam a abordagem do objeto da Geografia Agrária ao reunir população e atividades agrárias numa única abordagem: “o problema agrário não poderia ser analisado apenas com a abordagem restrita às características internas ao estabelecimento rural, mas deveria ser tratado dentro de um contexto mais amplo, que procurasse explicar a estrutura espacial da agricultura brasileira” (GUSMÃO, 1978, p. 60).

É destacado por este autor que os geógrafos deveriam estudar os problemas rurais não só considerando a distribuição espacial da produção, mas compreendendo a estrutura espacial do desenvolvimento rural.

Ao colocar o termo rural no lugar de agrário, não existe uma justificativa da autora para tal, segundo Ferreira (2002, p. 45). Pressupõe-se que busca ressaltar os estudos sobre o local, e não somente a atividade agrícola, ampliando-se o olhar do geógrafo sobre o objeto agricultura.

Ceron e Gerardi (2007, p. 8) tratam do tema abordando a Geografia da Agricultura enquanto campo de estudos e como disciplina. Definindo o campo de estudos da Geografia da Agricultura, afirmam: “o ponto de vista do geógrafo agrário é o espacial e dirigido particularmente para o arranjo e distribuição dos padrões de atividade agropecuária bem como para seus processos geradores cuja dinâmica procura analisar e compreender na dimensão espaço-tempo.”

É interessante ressaltar a contribuição dos autores quando postulam:

(...) a preocupação com o homem do campo e suas condições de vida [transcende], assim, a preocupação simples com fatos importantes como produção, produtividade, sistema de cultivo, estrutura fundiária etc., porém desvinculados de suas implicações mais profundas quer com o próprio nível de vida do trabalhador rural, quer com o contexto geral da economia e sociedade. (p. 8-9)

É importante observar, segundo estes autores, que na década de 1970 a Geografia deveria ter um caráter mais pragmático, realizando estudos que gerassem resultados a serem sentidos pelos agricultores – os mais envolvidos no processo da agricultura – e buscar “a volta do geógrafo para a realidade”. A maior aproximação da Geografia Agrária com as ciências afins permite este olhar mais social para a agricultura, através do qual o agricultor e seu trabalho são os aspectos mais importantes.

Uma crítica é feita por Silva e Mesquita (1979, p. 46) aos geógrafos no final de 1970:

(...) entre os cientistas sociais, têm sido os geógrafos aqueles que menos explicitamente têm se envolvido com a temática questão agrária (...) a problemática social da agricultura só tem sido tradicionalmente privilegiada, por profissionais dessa formação, nas regiões em que no território nacional a questão agrária assume formas muito concretas.

3.2.4. A Geografia Agrária no período de 1980

Em 1980, a discussão teórica da definição de Geografia Agrária é suplantada pelo movimento de Renovação Paradigmática da Geografia, que estabelece uma ótica social ao pensar do agro (FERREIRA, 2002, p. 48).

Alguns artigos tratam das tendências da Geografia Agrária brasileira, tais como o de Teixeira (1981), que busca revisar as tendências dos estudos de Geografia Rural, tratando dos estudos regionalistas; do comportamento de um produto agrícola; de temas relacionados à colonização; do habitat e de frentes pioneiras. Aponta um momento importante, ao afirmar:

Esta evolução da Geografia Agrária (e urbana) francesa em direção às noções de civilização (vizinha às dos historiadores como Fernand Braudel e outros) permitiu um avanço dos estudos agrários em direção à temática social, mas foi interrompida de fora (tendências anglo-saxônicas) pela geografia quantitativa, eminentemente formalista, enquanto estudando o espaço. (p. 85)

O estudo de Longo (1983), intitulado “Algumas reflexões em torno da Geografia Agrária”, mostra a maior ênfase dada à sociedade agrária, as reflexões sobre a sociedade ou a problemática agrária do país da perspectiva histórica, não mais centrando forças em definir a Geografia Agrária. Faz colocações que mostram o porquê dos estudos geográficos sobre a agricultura, que não necessitam mais definir-se.

Neste momento, atentamos para o que é de interesse e o que não é nos estudos de Geografia Agrária:

- o objetivo, a metodologia e o conteúdo deixam de ser a preocupação;
- a organização da atividade agrícola é o elemento de análise;
- não mais a paisagem, a distribuição, mas a forma de produzir, dominada pelo sistema capitalista.

Segundo a autora, “observa-se, então, que embora as paisagens do campo e das cidades sejam diferentes, ambas acabam por formar uma só realidade, comandada é claro pelo meio urbano, que é o centro do controle econômico, social e político” (LONGO, 1983, p. 46).

As definições do trabalho de Diniz (1986) apresentadas na primeira parte da aula constituem o trabalho que ainda se preocupou, neste momento, em dar uma contribuição clara aos conceitos da agricultura enquanto objeto da Geografia da Agricultura ou Agrária, fazendo uma diferenciação entre Agrária e Rural à qual, aqui, tornamos a dar ênfase: a Geografia Agrária ou da Agricultura sempre se preocupou com a caracterização dos lugares em função de atributos agrícolas. O seu caráter espacial está assentado há muito tempo e, embora as definições variem, todas coincidem nessa perspectiva.

A Geografia da Agricultura é uma análise espacial em que se procura descobrir por que as distribuições espaciais estão estruturadas de uma determinada maneira. Assim, a **Geografia da Agricultura** é mais **restrita**, fundamentalmente econômica, enquanto a **Geografia Rural** é mais **ampla**, tratando também das formas de povoamento, de questões demográficas mais profundas, de formas de ocupação não agrícolas da terra rural e dos seus conflitos com a agricultura das condições de vida das populações rurais e dos seus problemas (DINIZ, 1986, p. 30-31). Desse modo, o que se deve ter claro é que “o caráter espacial das análises é que define os estudos geográficos sobre agricultura”.

Galvão (1987, 1988) evidencia suas preocupações nas perspectivas teórico-metodológicas e nas investigações da Geografia Agrária. Neste sentido, destaca que os estudos da Geografia Agrária buscam:

- estar mais em sintonia com a realidade, acompanhando os avanços da Geografia;
- passar pelas mesmas indagações impostas ao pensamento geográfico, distinguindo dois momentos: a revolução teórico-quantitativa e o materialismo histórico.

Segundo a autora, a Geografia Agrária precisa responder e compreender o processo de transformação por que passa o meio rural. A articulação e interação com o meio urbano, resultando em uma nova concepção de espaço agrário, coloca-se como elemento de revitalização dos estudos de Geografia Agrária.

A compreensão dos problemas agrários passa a exigir, de forma cada vez mais presente, uma análise ampla e cuidadosa das relações entre rural e urbano (...)

(...) para a Geografia Agrária, entretanto, as relações campo/cidade têm muitas outras conotações, constituindo referencial básico imprescindível, seja para o estudo da agricultura enquanto atividade produtiva, seja para o estudo da população nela envolvida enquanto agente de produção, seja ainda para a compreensão do próprio espaço agrário, enquanto segmento individualizado de um contexto espacial maior no qual se insere. (GALVÃO, 1987, p. 9-10)

Bray (1987), ao estudar a trajetória teórico-metodológica da Geografia Agrária no Brasil, pontua que, nos estudos de fins da década de 1980, rompe-se o chamado academicismo formal, e os geógrafos passam a trabalhar mais intensamente com outros estudiosos da agricultura brasileira.

A década de 80 será marcada pela descolonização da Geografia Agrária nacional e uma vinculação ampla com os demais estudiosos da agricultura. Desenvolve-se um discurso mais voltado para as questões da agricultura nacional, alicerçadas na ótica marxista, através das transformações dos modos de produção capitalistas no país. (BRAY, 1987, p. 12)

Observamos que, no final da década de 1980, os estudos cujos objetivos giravam em torno da conceituação da Geografia Agrária findam, uma vez que novas preocupações marcam a Geografia e a Geografia Agrária contemporânea ante as transformações da ciência e da sociedade. As relações com outras ciências passam a ser uma constante nos estudos desenvolvidos pela Geografia Agrária.

Diferentes temáticas analisadas desde 1980, como a reforma agrária, a luta pela terra e os conflitos sociais tornam-se mais frequentes no debate acadêmico e no campo. O trabalho de Oliveira (1982), ao tratar da luta pela terra e os conflitos sociais, demonstra o posicionamento teórico bastante claro em relação ao entendimento do desenvolvimento do capitalismo no campo. A luta pela terra era o contraponto dialético a essa trajetória e ganhou uma interpretação “crítica”, baseada nas análises sociológicas, citadas pelo autor.

Neste caso, a questão da terra ganhou uma conotação sociológica e política como geradora de conflitos sociais, na qual o papel do Estado era avaliado como fator condicionante da instituição ou extensão desses conflitos. Perde ênfase a análise centrada na localização e distribuição da terra.

A chamada lógica do sistema capitalista, tratada por Oliveira (1982), passou a ser incorporada para o entendimento das questões do campo. As mesmas ações sentidas pelo trabalhador na indústria

seriam sentidas pelo trabalhador rural, daí a expropriação da terra. A transposição deste raciocínio se fez de modo concomitante ao crescimento da Geografia Crítica, que usa o aporte teórico do materialismo histórico e dialético, um conjunto explicativo capaz de responder e explicar tais fatos no campo.

A posição teórica de Oliveira (1982), ao tratar da questão da posse da terra no Brasil no contexto do desenvolvimento do capitalismo, difere das análises vigentes até então, centradas no contexto histórico resultante da colonização, como era vista por A. P. Guimarães, Caio Prado, entre outros.

Não há capitalismo sem subjugação do trabalho. Assim, na medida em que o trabalhador vende sua força de trabalho ao capitalista, mediante salário, os frutos do seu trabalho aparecerão necessariamente como frutos do capital que o comprou, como propriedades do capitalista. (OLIVEIRA, 1982, p. 82-84)

A referência à atividade agrícola como uma paisagem com elementos próprios, como uma atividade econômica ou algo mensurável, desapareceu na perspectiva de Ariovando Umbelino de Oliveira (1982). Ademais, apesar de ser a modernização da agricultura o dado empírico da expansão do capitalismo no campo, e em muitos casos, ser a geradora de conflitos, o autor não faz referência a ela.

Outros autores como Rees (1983), Innocêncio e Oliveira (1983) e Tubaldini (1992) abordam a modernização da agricultura brasileira do ponto de vista da absorção de técnicas e máquinas, sendo tais questões um problema latente na agricultura. Buscaram analisar e definir graus de modernização no território brasileiro. A análise ganhava contornos distintos: como um conjunto de técnicas é assimilado diferentemente pelo conjunto de agricultores e distribuído no espaço de maneira também diferente? Innocêncio e Oliveira (1983) procuraram medir os efeitos da modernização no campo brasileiro privilegiando as relações de trabalho.

Os autores afirmam que, em relação ao comportamento da mão de obra, apesar do desenvolvimento de novas formas de relações de trabalho, principalmente a assalariada, foram as consideradas tradicionais, como a força de trabalho familiar, que passaram a coexistir com outras modalidades, confirmando a não destruição total dessas formas citadas em primeiro lugar. Tubaldini (1992) mostra, em estudo sobre a modernização da agricultura mineira – 1970/1985 (Figura 3.1), a distribuição das relações de trabalho em Minas Gerais no período em questão, no qual tais situações se confirmam.

A Figura 3.1 mostra que, em 1970, no espaço rural de Minas Gerais, ainda ocorria predominância de trabalho familiar entre 50 e 80% por hectare plantado, seguido de trabalho temporário entre 15 e 30% no Triângulo Mineiro, centro e em direção norte-noroeste.

Grupos de representatividade do trabalho em Minas Gerais 1970 (em ha)

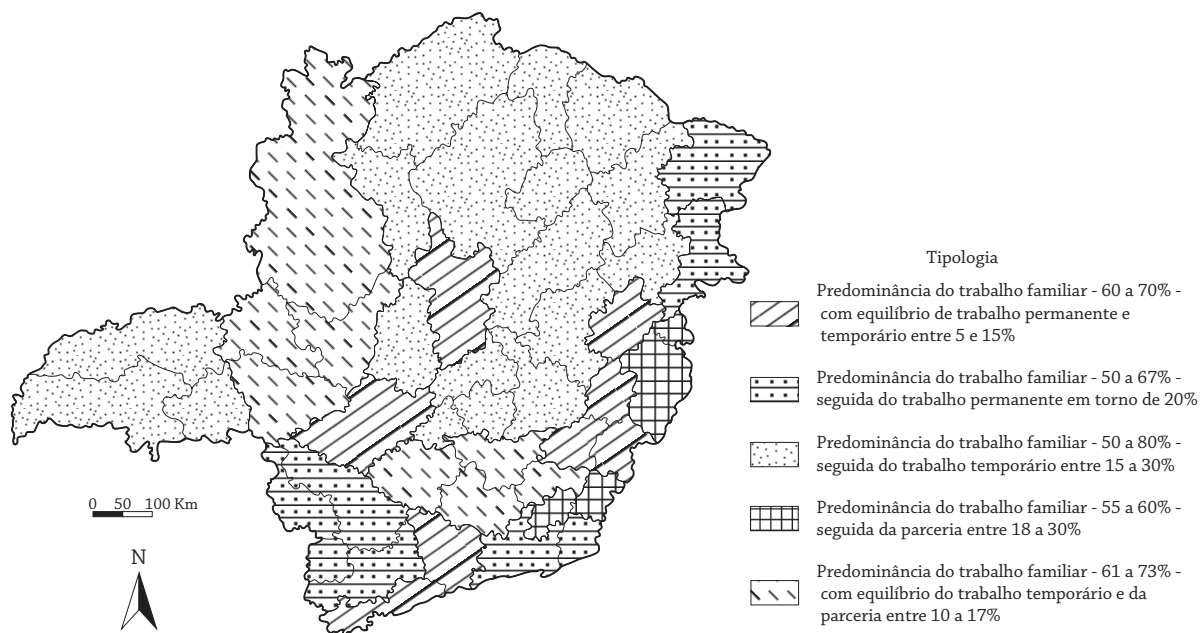


FIGURA 3.1 - Grupos de representatividade do trabalho em Minas Gerais – 1970, em ha

Fonte: M. A. S. Tubaldini (1992). Elaboração: Breno Ribeiro Marent.

Grupos de representatividade do trabalho em Minas Gerais 1985 (em ha)

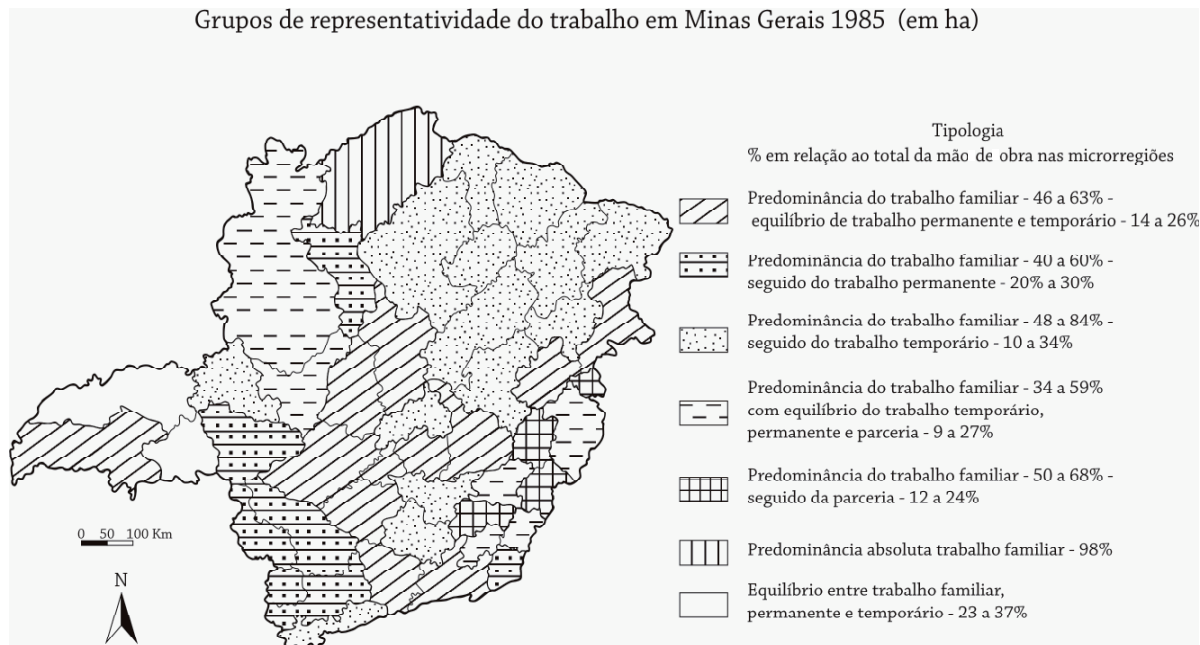


FIGURA 3.2 - Grupos de representatividade do trabalho em Minas Gerais – 1985

Fonte: M. A. S. Tubaldini (1992). Elaboração: Breno Ribeiro Marent.

No sul de Minas e sul da Zona da Mata predominavam trabalho familiar entre 50 e 67%, seguido de trabalho permanente em torno de 20%, pois são áreas onde a cafeicultura estava se modernizando, não chegando ao êxodo rural para as áreas urbanas e ao trabalho dos assalariados diaristas. O noroeste de Minas Gerais, nesta mesma década, detém valores de parceria e trabalho temporário entre 10 e 17%, além da maior percentagem de trabalho familiar.

Em 1985, as relações de trabalho se modificam espacialmente em todo o Estado mineiro, tal como é possível observar na Figura 3.2.

Os valores percentuais de mão de obra familiar caem para o patamar de 40 a 60% no sul de Minas, seguido do trabalho permanente de 20 a 30%. No Triângulo Mineiro ocorre equilíbrio de mão de obra familiar, temporária e permanente neste período. No noroeste de Minas, ainda predomina o trabalho familiar, porém, com forte redução em relação a 1970, aumentando os valores percentuais do trabalho temporário e da parceria. O Alto Paranaíba, neste período de 1985, passa a ter valores iguais ao sul de Minas em decorrência da introdução da cafeicultura. Na Zona da Mata mineira cai o trabalho familiar, diminuindo o equilíbrio entre trabalho temporário, permanente e a parceria, posto que a cafeicultura, a partir de 1970, sob moldes capitalistas, reduz relações tradicionais de trabalho.

Estes dois momentos de análise do trabalho empregado na agricultura mineira mostram exatamente a consequência das relações capitalistas decorrentes da modernização; amplia-se o trabalho temporário e sazonal, mantém-se o trabalho familiar e as parcerias, sendo o trabalho familiar de baixo custo, em enclaves de interesse da grande produção, e a parceria, trabalho não remunerado, em decorrência das relações que se processam nela.

Em outra perspectiva, a modernização também foi vista a partir da sua relação com a questão ambiental. Barros (1982) afirma que, na sociedade capitalista, a apropriação dos recursos naturais, em um dado momento histórico, foi marcada por um caráter destrutivo acelerado ainda mais pelas condições da sociedade atual. A relação do conhecimento científico e a agricultura gerou a aplicação da racionalidade científica na produção, liberando a agricultura dos condicionantes ecológicos, mas limitando a inserção do trabalho na nova estrutura produtiva. Não havia mais lugar para o trabalhador no campo: “no fundo a questão é a de como o conhecimento científico vai mediatizar a relação homem-natureza, de como a ciência serve até um dado fim” (BARROS, 1982, p. 16).

Outro tema levantado nessa época foi a questão da dualidade entre grande e pequena produção, analisada sobre a ótica da penetração do capitalismo no campo, definida pela modernização da agricultura. Estudando a pequena e a grande produção no Rio de

Janeiro, Galvão (1983, p. 78) iniciou suas colocações preocupado com a questão conceitual pois, segundo ela, seriam de interesse da Geografia e da Geografia Agrária questões envolvendo “a definição de critérios dos quais dependem a seleção de variáveis e indicadores referentes ao dimensionamento da produção, e a caracterização do processo produtivo”.

A coexistência da pequena e da grande produção numa mesma área ou a complementaridade que sob diferentes formas entre elas se estabelece representam um desafio de alto significado para investigações em Geografia Agrária.

Observa-se que os autores estavam preocupados em definir com clareza as diferenciações que se fizeram presentes no espaço agrário a partir da modernização, sabendo que um sistema global de relações se concretizava, definindo diferentes papéis para cada categoria de produtor agrícola.

Os trabalhos desenvolvidos sobre a pequena produção mercantil deixam claro a relação agricultura-indústria, os estudos de caso sobre diferentes áreas voltadas para a produção de matérias-primas industriais proliferam pela década e, embora variassem as regiões e os cultivos, eles tiveram em comum a análise da relação do pequeno agricultor com a indústria, mencionando a subordinação, a independência e a autonomia do produtor agrícola. Nos estudos sobre desenvolvimento da agroindústria, os geógrafos agrários também se dedicaram ao complexo canavieiro, discutindo a problemática espacial da dominação e concentração das terras pelo sistema canavieiro ligado ao Proálcool.

O estudo dos conflitos sociais no campo e a dominação do sistema capitalista sobre a sociedade tornaram-se referência para diferentes autores, tais como Oliveira (1982) e Rossini (1983). Tratando da ocupação agrícola da fronteira, Becker (1980) discute o acesso à terra na Amazônia, buscando elucidar a origem das transformações no interior da grande exploração ou a manutenção da economia camponesa, mostrando como a Geografia poderia contribuir na análise desta questão. Em outro estudo, Becker e Machado (1980) enfatizam a instabilidade ocupacional da Amazônia pela ótica da mobilidade do trabalhador camponês, destacando também as relações campo-cidade na fronteira.

A colonização foi uma temática de pouco destaque durante a década de 1980. O trabalho de Henriques (1986, p. 3) teve como objetivo “examinar as condições de vida” dos colonos de Rondônia e proporcionar respostas a questões como quem são os colonos, quais são seus antecedentes, suas formas de produção e pretensões.

A reforma agrária foi outro tema discutido nesse período, graças ao movimento que se instalava, além da elaboração do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República.

3.2.5. A Geografia Agrária no período de 1990-2006

O período de 1990 e 1995 não representou grande relevância na produção de trabalhos, publicações e periódicos relativos à agricultura. Neste período, as temáticas se mantêm variadas tais como no final da década de 1980, tratando de questões como a luta pela terra como resultado da ocupação da fronteira agrícola, os assentamentos rurais, a produção familiar, as consequências da modernização agrícola no meio ambiente, novas formas de análise cartográfica da terra, a relação campo-cidade e a constituição do complexo agroindustrial. As discussões sobre a luta pela terra relacionadas à expansão da fronteira agrícola continuam dentro da racionalidade desenvolvida através da penetração do capitalismo na década de 1980. A grilagem e o conflito com grupos indígenas e posseiros na Amazônia aparecem em diferentes momentos da década de 1990 – que tornou pública tal discussão –, além das lutas destes grupos desapropriados que foram inseridas no dia a dia da nação e no rol de interesse do geógrafo agrário.

A institucionalização do movimento social rural e os assentamentos populacionais representaram a incorporação do espaço agrário camponês de tal forma que hoje é parte integrante da questão agrária brasileira. Segundo Antônio (1992), a institucionalização do Movimento Social Rural se deu a partir da concretização dos assentamentos rurais e da autonomia produtiva a que se submeteram os camponeses, sendo que tal fato consolidou a existência e a manutenção da produção camponesa.

Na década de 1990, uma nova forma interpretativa buscou entender a lógica das relações mantidas no grupo familiar. Ganha destaque a família como unidade de produção. É interessante notar que o pequeno produtor passa, gradativamente, a produtor familiar e a camponês, significando não apenas uma mudança semântica, mas uma mudança de enfoque.

A referência dada à produção familiar se fazia em razão da pequena produção, considerando o tamanho da propriedade e a participação no volume total de produção. A mudança do olhar para uma agricultura familiar e camponesa se deu através da utilização de diferentes literaturas encontradas sobre a produção familiar, utilizando as proposições sociais de Chayanov (1974, 1981) e seus seguidores, Chonchol (1986), Abramovay (1992) e Lamarche (1993, 1993a, 1998).

Sobre a questão ambiental, uma vertente se dedicou à problemática da consequência da modernização da agricultura e aplicação de insumos químicos, perda de solo e busca de alternativas sustentáveis ambientalmente, principalmente por parte dos agricultores familiares. Outra vertente de estudos do meio ambiente passou a se preocupar com a ocupação dos assentamentos e as formas de uso

da terra aí desenvolvidas, objetivando a conscientização ambiental, tais como utilização de sementes “crioulas”, que não demandam uso de adubos químicos e implantação de sistemas agroflorestais em áreas semiáridas.

Os trabalhos do final da década de 1990 que estavam ligados às preocupações ambientais partem para análises holísticas, enfatizando as relações sociais, ambientais, socioeconômicas, socioculturais e socioespaciais e definindo uma nova visão sobre desenvolvimento a partir da ótica da relação entre estes critérios. Trabalhar a relação entre estes critérios é a base do desenvolvimento sustentável, que se torna parâmetro para os estudos da Geografia Agrária. A partir dos estudos holísticos, preocupa-se com os legados naturais e culturais e o que será deixado às próximas gerações – princípios básicos do desenvolvimento sustentável. As relações com outras áreas da Geografia, como a Geografia Cultural, Demográfica, Urbana e outras ciências como Economia, Sociologia, Antropologia, Educação, Ecologia e Biologia dialogam com as novas investigações realizadas na Geografia Agrária.

A atenção dada para a escolha da categoria espacial básica de estudo é um ponto primordial na investigação geográfica, de maneira mais geral, e para os trabalhos de pesquisa na área da Geografia Agrária, mais especificamente. Entender as definições e os conceitos espaciais de análise, o espaço, o território, a paisagem, o lugar ou a região, deve ser uma preocupação do discente do curso de bacharelado em Geografia.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1992.
- AMORIM FILHO, O. B. *Reflexões sobre as tendências teórico-metodológicas da Geografia*. Belo Horizonte: UFMG, 1985. 56 p. (Publicação Especial, 2).
- ANDRADE, M. C. de. *Geografia ciência da sociedade: uma introdução à análise do pensamento geográfico*. São Paulo: Atlas, 1987.
- ANTONIO, A. P. O movimento social rural e a recriação da produção camponesa. *Boletim de Geografia Teórica*, v. 22, n. 43-44, p. 18-20, 1992.
- BARROS, O. N. F. Recursos naturais, usos e abusos – o caso da agricultura no Brasil. *Caderno Prudentino de Geografia*, n. 3, p. 11-16, 1982.
- BECKER, B. K. A questão da terra na Amazônia e a via brasileira de desenvolvimento capitalista no campo: uma contribuição geográfica. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 3., 1980, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: UFRJ, 1980. p. 20-24.
- BECKER, B. K.; MACHADO, L. O. Mobilidade do trabalho: proletarização e conservação do campesinato na Amazônia. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 3., 1980, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: UFRJ, 1980. p. 25-28.
- BRAY, S. L. Aspectos da trajetória teórico-metodológica da Geografia Agrária no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 8., 1987, Barra dos Coqueiros. *Mesas-redondas e comunicações...* Barra dos Coqueiros: UFS, 1987. p. 4-12.
- CERON, Antonio Olívio; GERARDI, Lúcia Helena de Oliveira. Geografia agrária e metodologia de pesquisa. *Revista Campo-Território: Revista de Geografia Agrária*, v. 2, n. 3, p. 04-16, fev. 2007. Disponível em: <www.campoterritorio.ig.ufu.br/include/getdoc.php?id=126&article=84&mode=pdf>. Acesso em: 19 ago. 2008.
- CHAYANOV, A. V. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974. 131 p.
- CHAYANOV, A. V. *Chayanov y la teoría de la economía campesina*. [s.l.]: Siglo XXI, 1981.
- CHONCHOL, J. L'agriculture dans les pays en développement. In: _____. *Paisans a venir – les sociétés rurales du Tiers Mond*. Paris: La Decouvert, 1986. p. 986-996.
- DINIZ, J. A. F. *Geografia da agricultura*. São Paulo: Difel, 1986. 277 p.
- DINIZ, J. A. F. A renovação da Geografia Agrária no Brasil. In: REUNIÃO ANUAL DA SBPC, 25., Simpósio Renovação da Geografia, 1973, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: SBPC, 1973. p. 29-81.
- FAUCHER, D. Princípios generales de Geografia Agrária. Trad. R. Martínez. In: _____. (Org). *Geografia Agrária, tipos de cultivos*. Barcelona: Omega, 1953. p. 11-28.
- FERREIRA, D. A. O. *Mundo rural e geografia*. A Geografia Agrária no Brasil. 1930/1990. São Paulo: Ed. UNESP, 2002. (PROPP)

GALVÃO, M. C. C. Contribuição ao debate sobre perspectivas teórico-metodológicas para a Geografia Agrária. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 8., 1987, Barra dos Coqueiros. *Mesas Redondas e Comunicações...* Barra dos Coqueiros: UFS, 1987. 17 p. Mimeografado.

GALVÃO, M. C. C. A proposta da pequena e da grande produção agrícola no estado do Rio de Janeiro. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 4., 1983, Uberlândia. *Comunicações...* Uberlândia: UFU, 1983. p. 78-80.

GALVÃO, M. C. C. Questões e desafios para a investigação em Geografia Agrária. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 9., 1988, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: UFSC, 1988. Não paginado.

GEORGE, P. Introdução. In: _____. *Geografia agrícola do mundo*. Trad. O. M. Cajado. 3. ed. Rio de Janeiro: Difel, 1978. p. 7-8.

GEORGE, P. La campagne: une création humaine aux multiples aspects. In: _____. *La campagne*. Le fait rurale através le monde. Paris: Press Universitaire de France, 1956. cap. 1, p. 3-10.

GUSMÃO, R. P. Os estudos de geografia rural no Brasil: revisão e tendência. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 1978, Fortaleza. *Seções dirigidas...* Fortaleza: AGB/UFC, 1978a. p. 57-62.

HENRIQUES, M. H. F. T. Os colonos de Rondônia: conquistas e frustrações. *Revista Brasileira de Geografia*, ano 48, n. 1, p. 3-42, 1986.

INNOCÊNCIO, N. R.; OLIVEIRA, T. M. R. Transformações técnicas e relações de trabalho na agricultura brasileira em áreas de nível médio de modernização. *Revista Brasileira de Geografia*, ano 45, n. 3-4, p. 263-309, 1983.

LAMARACHE, Hugues (Org.). *A agricultura familiar: comparação internacional*. Uma realidade multiforme. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1993.

LAMARACHE, Hugues (Coord.). *A agricultura familiar*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993a. 336 p.

LAMARACHE, Hugues (Org.). *A agricultura familiar*. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1998. v. II. Do mito à realidade.

LONGO, E. M. Algumas reflexões em torno da Geografia Agrária. *Boletim Gaúcho de Geografia Agrária*, n. 13, p. 45-48, 1983.

MEGALE, J. F. Geografia Agrária – objeto e método. *Métodos em Questão*, n. 12, p. 1-30, 1976.

MIGLIORINI, E. A Geografia Agrária no quadro da ciência geográfica. *Boletim Geográfico*, Ano 8, n. 93, p. 1072-1091, 1950.

OLIVEIRA, A. U. Os posseiros e a luta contra o capital: "...A terra é de ninguém". *Caderno Prudentino de Geografia*, n. 3, p. 78-92, 1982.

OLMSTEAD, Clarence W. The Phenomena, Functioning Units and Systems of Agriculture. *Geographia Polonica*, n. 19, p. 31, 1970. *apud* DINIZ, J. A. F. *Geografia da agricultura*. São Paulo: Difel, 1986. 277 p.

OTREMBIA, E. *Geografia general agraria e industrial*. Barcelona: Omega, 1955.

OTREMBA, E. Geografia Agrária. In: LUTGENS, R. *La tierra y la economia mundial*. Barcelona: Omega, 1955. v. 3. p. 5-28. *apud* FERREIRA, D. A. O. *Mundo rural e geografia*. A Geografia Agrária no Brasil. 1930/1990. São Paulo: Ed. UNESP, 2002. (PROPP) p. 33.

RESS, A. I. Experiments on the Production of Transverse Grain Alignment in a Sheared Suspension. *Sedimentology*, 30, p. 437-448, 1983.

ROSSINI, R. E. Pressupostos gerais para compreensão dos conflitos sociais no campo. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 4., 1983, Uberlândia. *Anais...* Uberlândia: UFU, 1983. p. 1-32.

SILVA, S. T.; MESQUITA, O. V. Uma abordagem da questão agrária no Brasil. *Boletim de Geografia Teorética*, v. 9, n. 17-18, p. 46-58, 1979.

TEIXEIRA, M. A. A. A geografia rural no Brasil: contribuição aos estudos de revisão e tendência. *Caderno Prudentino de Geografia*, n. 1, p. 82-89, 1981.

TUBALDINI, M. A. S. *Caracterização da agricultura mineira e a ação do Estado*. Um estudo exploratório – 1970/1985. Tese (doutorado em geografia) –, IGCE-UNESP, Rio Claro, 1992. 426 p.

VALVERDE, O. A Geografia Agrária como um ramo da Geografia Econômica. *Revista Brasileira de Geografia*, Ano 23, n. 2, p. 430-432, 1961.

VALVERDE, O. Metodologia da Geografia Agrária. In: _____. *Geografia Agrária do Brasil*. Rio de Janeiro: Centro de Estudos de Pesquisas Educacionais, 1964. v. 1, p. 11-37.

WAIBEL, Léo. *Capítulos de geografia tropical e do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

AULA 4

Elementos da estrutura agrária como sustentação de estudos em Geografia Agrária

4.1. INTRODUÇÃO

Quando analisamos a questão da evolução da Geografia Agrária no Brasil, um momento apontado por Diniz (1986, p. 41) trata dos elementos do espaço agrário e rural que os estudos incorporam em suas análises:

(...) outros elementos passaram a ter destaque, como os chamados sistemas agrários ou de cultivo, englobando as técnicas de rotação associadas a outros fatores agrários, numa nova tentativa de obtenção de síntese. Um outro fato da organização agrária, que passou a ser intensamente estudado, foi a forma da propriedade e de exploração da terra, englobados sob o nome de “**estrutura agrária**”. (grifo nosso)

A agricultura, como objeto de investigação do geógrafo, juntamente com o homem que a pratica, não está isolada no espaço, no território ou no local, conforme o referencial teórico escolhido para dar suporte espacial ao estudo ou planejamento.

Segundo Diniz (1986), a agricultura é entendida como um sistema que se interconecta e tem interferências de sistemas externos como **o econômico, o ecológico, o demográfico-cultural e o político**. Internamente, a agricultura detém elementos básicos que buscamos para entender a questão agrária com que nos confrontamos, os quais, segundo Diniz (1986, p. 57-58), são **sociais, funcionais e de produção**.

Ao que se denomina de estrutura agrária, para Diniz (1986), é expresso no conjunto de elementos que abrangem três questões básicas nas análises do agro e que também abarcam diferentes questões agrárias e agrícolas. Quando focamos **os elementos sociais**, estamos buscando analisar: quem é o produtor? Ou quem

é o(a) agricultor(a)? Ao analisar os **elementos funcionais**, estamos buscando respostas à pergunta “como é produzido?”, somando à utilização da terra os manejos tradicionais ou mecânicos, que podem ser traduzidos por terra/trabalho e capital. Os **elementos de produção** buscam responder a questões como: o que é produzido? Quanto é produzido? Para quem é produzido?

É muito importante ter conhecimento dos elementos e variáveis que respondem às indagações básicas:

- Quem é o produtor? Quem é o agricultor(a)?
- Como é produzido?
- O que é produzido? Quanto é produzido? Para quem é produzido?

Essas variáveis são tratadas na Geografia Agrária desde 1940 como “estrutura agrária” e passam nas décadas de 1970/1980 a serem analisadas com suporte na teoria de sistemas adotada na análise empreendida por Diniz em seu livro *Geografia da agricultura*.

Silva (1978)¹ analisa a estrutura agrária a partir das variáveis: *distribuição da propriedade da terra, do uso da terra, da mão de obra nos imóveis rurais e composição da força de trabalho – parceria e arrendamento, da produção e produtividade da terra*.

Na disciplina de Geografia Agrária (e em outras ciências), as questões básicas da teoria do conhecimento dão sustentação para uma análise do espaço rural, independente do aporte teórico interpretativo, seja o materialismo histórico ou aportes não capitalistas que podem ser buscados na antropologia e na sociologia rural. Por exemplo: os impactos que a agricultura produtivista² da Revolução Verde, denominada no Brasil de modernização da agricultura, causaram no espaço agrário, ambiental e social levam os estudos do agro em direção às análises do capitalismo na agricultura.

Os estudos e o planejamento de melhoria de qualidade de vida do homem do campo são desenvolvidos desde este momento, e ao geógrafo interessam as análises das modificações de relações de trabalho³ na agricultura, incidindo na qualidade de vida de agricultores diaristas (boias-frias); a expansão dos produtos de exportação; o uso de mecanização e redução de emprego – gerado pela introdução da mecanização; e a dificuldade crescente ao acesso à terra de plantio para trabalhadores diaristas e permanentes na propriedade, pois sempre prevaleceram relações espúrias de trabalho (parcerias meia e terça), que contornavam as tensões pela terra no campo.

Neste momento, vamos dar atenção à identificação e ao entendimento desses elementos sociais, de produção e funcionais e direcionar nosso olhar para as maneiras de como buscá-los: na forma de informações qualitativas ou quantitativas.

¹ Este trabalho interessa-nos quanto à estrutura que conduz a análise do economista Graziano Silva, no estudo da estrutura agrária e a formação da pequena produção na agricultura brasileira.

² O modelo produtivista foi acionado no Brasil com maior intensidade de recursos financeiros de crédito subsidiado, por volta de 1966/1967. Introduziu o uso de adubos químicos – derivados do petróleo – e de recursos minerais como calcário, instrumentos mecânicos e modelos organizacionais para a obtenção de maior produção e produtividade nos cultivos de exportação e estendido aos demais. Os impactos da moderna agricultura são analisados por diferentes autores: José Graziano Neto, Zander Navarro, José Graziano da Silva etc.

³ Hoje analisada como Geografia do Trabalho por Antonio Tomás Jr.

4.2. OS ELEMENTOS SOCIAIS DA ESTRUTURA AGRÁRIA

Estamos buscando respostas para perguntas como quem é o agricultor, quais as formas de uso da terra e como a propriedade é gerenciada pelo proprietário. Como a atividade agrícola pressupõe produzir algo (cultivos alimentares, ornamentais, flores etc.) num determinado espaço, duas noções estão contidas aí: a noção de propriedade e a de uso ou exploração.⁴ A noção de uso e exploração da terra não significa, muitas vezes, a utilização por um único proprietário, uma vez que podem ocorrer, numa mesma propriedade, várias explorações por diversos parceiros ou arrendatários.

A propriedade da terra pode ser entendida como uma *área juridicamente definida e voltada à produção*. O essencial na propriedade é sua *conceituação legal*, e a *escritura* é o documento que tem maior importância na sua definição.

A propriedade dentro do espaço rural, direta ou indiretamente, vai estar associada em maior ou menor grau às atividades agrícolas. Entretanto, ela não pode ser olhada com uma visão unicamente produtivista e agrícola. Em um mundo onde a tecnologia e o modo de vida aproximam cada vez mais o campo e a cidade, devemos levar em consideração a diversidade de atividades que vêm sendo incorporadas ao meio rural e que se mesclam às atividades agrícolas em graus diferenciados como, por exemplo, atividades de lazer: turismo histórico, ecológico, religioso, pedagógico, além da agroindústria, entre outras. Quando tratamos da propriedade da terra, remetemos geralmente às noções de **imóvel rural** ou à noção de **estabelecimento rural**. Vejamos as diferenças.

Imóvel rural é definido pela condição legal da posse da terra pelo INCRA (Instituto Nacional de Reforma Agrária) e deve conter um tamanho suficiente para que uma família possa se sustentar e tirar sua sobrevivência dela.

Estabelecimento rural é uma unidade de produção dedicada total ou parcialmente a atividades agropecuárias, florestais e, aqui, subordinada a uma única administração, do produtor ou do administrador, independente do seu tamanho, de sua forma jurídica ou de sua localização em área rural ou urbana, tendo como objetivo a produção para venda ou subsistência. É a unidade básica de análise e coleta do IBGE no campo.

O imóvel rural é uma unidade de propriedade, pesquisada pelos censos agropecuários.

Quando nos referimos ao estabelecimento do IBGE, temos a seguinte classificação de acordo com a administração da terra: as **áreas confiáveis sob mesma administração**, ocupadas segundo diferentes condições legais (próprias, arrendadas e ocupadas gratuitamente),

⁴ A palavra uso é empregada no sentido jurídico de exploração e na concepção mais comum entre os geógrafos, para tipos de cultivos do solo. Para isso, deve-se usar a palavra “utilização”, que significa tornar útil.

são consideradas como um único estabelecimento. As **áreas confi-nantes pertencentes a um só proprietário, mas entregues a dife-rentes administrações**, são consideradas como estabelecimentos distintos. É o caso de áreas em parceria onde os parceiros são responsáveis pela administração.

Essas nomenclaturas vão sustentar não apenas conceitos, mas os dados disponíveis nos dois órgãos governamentais que nos permitem analisar a questão da estrutura fundiária e outras ques-tões agrárias em diferentes escalas de abordagem: no caso do INCRA, têm-se dados do imóvel rural em número e área desde o município ao país e, no caso do IBGE, obtemos dados de esta-belecimentos em número e área no nível territorial da federação (subdivididos em estados, municípios, distritos, subdistritos e subdivisões intraurbanas) e setores censitários contínuos e rurais, que são áreas definidas pelo IBGE para coleta de dados.

É importante ressaltar que o dado de “estabelecimento” do IBGE identifica o uso da terra através da administração de um dado espaço rural e, por vezes, pode indicar um número maior de pessoas utili-zando a terra. Vamos exemplificar: uma propriedade (imóvel rural) é utilizada pelo patriarca, sua esposa e um filho solteiro e mais dois filhos casados com suas respectivas famílias. A terra é adminis-trada separadamente e é suficiente para manutenção e alimentação das cinco famílias. Tem-se aí, especialmente, uma **propriedade** do ponto de vista conceitual – **o imóvel rural** –, significando a posse jurídica, e **cinco estabelecimentos** – não importando que, na execução de algumas atividades, todos trabalhem de forma solidária, auxiliando-se ou fazendo trocas de serviços. Da mesma forma, a análise da estrutura fundiária de um município pode ser mais concentrada quando realizada através dos dados dos imóveis rurais do INCRA do que os estabelecimentos rurais do IBGE. Isso porque podemos ter mais unidades administrativas de estabeleci-mentos rurais do que de imóveis rurais – unidade jurídica da terra.

4.2.1. Classificação das propriedades segundo o INCRA

O Estatuto da Terra de 1964 procurou, teoricamente, regular os direitos e as obrigações relativas aos bens imóveis rurais. O cadas-tramento de imóveis passou a ser realizado tendo por base um “módulo rural” fixado para cada região. O módulo rural é definido como:

Área explorável que, em determinada posição do país, direta e pessoalmente explorada por um conjunto familiar equivalente a quatro pessoas adultas, correspondendo a 1.000 jornadas anuais, lhe absorva toda a força de trabalho em face do nível tecnológico adotado naquela posição geográfica e, conforme o tipo de exploração considerado, proporcione um rendimento

capaz de assegurar-lhe a subsistência e o progresso social e econômico (Lei nº 4.504, de 30/11/1964 – Estatuto da Terra)

1. **Minifúndio** – imóvel rural com área explorável inferior ao módulo fixado para a respectiva região, ou seja, seria incapaz de promover a subsistência da família.
2. **Empresa rural** – imóvel rural com área entre uma e 600 vezes o módulo rural da região, explorada econômica e racionalmente, que cumprisse a legislação trabalhista e que tivesse preocupação com a preservação do meio ambiente.
3. **Latifúndio por exploração** – todo imóvel que obedecesse às dimensões da empresa rural, contudo que fosse inexplorado em relação às possibilidades físicas, econômicas e sociais do meio, com fins especulativos (latifúndio improdutivo).
4. **Latifúndio por dimensão** – todo imóvel rural com área superior a 600 vezes o módulo rural fixado para a respectiva região, independentemente do tipo e das características da produção nela desenvolvida.

No Brasil, a classificação de imóveis rurais é uma tarefa muitas vezes difícil, em decorrência dos processos de grilagem de terra, posseiros, falta de registros adequados em cartórios em áreas de fronteira agrícola avançada, onde existe mudança constante da posse da terra e atrasos na regularização da propriedade da terra junto ao INCRA. Porém, a regularização fundiária do proprietário na titulação de suas terras no Centro-Oeste, Sudeste e Sul do país, na atualidade, em conjunto com a legislação ambiental, tem o objetivo de ter, num futuro próximo, o cadastramento em GPS de todas as propriedades rurais num banco de dados do INCRA.

4.2.2. Tipos de propriedades

Três tipos de propriedades podem ser considerados e têm representação mundial.

1. **Propriedades individuais** – é o tipo mais encontrado no mundo. Trata-se da propriedade pertencente a um único proprietário. Embora seja mais representado por pequenas e médias propriedades (com base familiar), pode ocorrer a presença de latifúndios.⁵
2. **Propriedades cooperadas e de sociedades** – trata-se de propriedades pertencentes a mais de uma pessoa, podendo assumir as mais diversas formas. As cooperativas possuem a terra e distribuem-na entre seus membros de acordo com critérios próprios (ex.: em regimes capitalistas, é proporcional ao capital investido em cotas pelo associado). Da mesma forma, os investimentos, gastos de manutenção e impostos são partilhados proporcionalmente pelos cooperados.

⁵ Em muitos países, são decorrentes de uma herança colonial ou da entrada do capitalismo na agricultura.

No Brasil, o melhor exemplo foi Holambra que, nos seus tempos iniciais, em 1948, fundou a cooperativa, e os colonos que aqui chegaram receberam lotes proporcionais ao capital entregue a ela, mas não ficaram de posse da terra. Decorrente de conflitos iniciais, a propriedade passou para os colonos.

Os *kolkhozes* da ex-URSS e da Europa Oriental, teoricamente formados pela associação de camponeses que integravam a cooperativa, possuíam uma parte definida da terra, tinham como objetivo a produção de alimentos para a população e a produção era dividida entre os agricultores e o Estado. Os salários eram pagos pelos próprios *kolkhozes* e variavam em função da produção total e das horas trabalhadas. Atualmente, segundo Shanin (2007), muitas fazendas desse tipo continuam produzindo na Rússia, apesar da entrada do capitalismo, uma vez que o sentimento de solidariedade e o trabalho comunal levaram os trabalhadores a se tornarem associados, mantendo a produção e a circulação de produtos alimentícios.

As **propriedades de sociedade** dividem-se basicamente em dois grupos: familiar e anônimo. Esse tipo de propriedade teve início no Brasil com a entrada do capitalismo no campo e com a legislação de proteção fundiária à empresa rural, protegida de ser objeto de reforma agrária. Por exemplo: nas terras de herança que não são repartidas, criando-se uma sociedade anônima em que todos os herdeiros detêm cotas, sendo geralmente geridas por um elemento da família e assessores, hoje, mediante o crescimento para outras áreas de aplicação de capital, transformam-se em *holdings*, mesmo sendo familiares. No Brasil, este tipo de propriedade é bastante comum nas regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e na Amazônia. Trata-se, em sua maioria, de grandes grupos empresariais (nacionais e estrangeiros) com grande investimento de capital nas grandes propriedades – o latifúndio.

3. **Propriedades coletivas** – pertencem a um grupo social ou ao Estado. Trata-se da forma mais antiga de propriedade agrícola, encontrada em quase todos os povos primitivos e ainda dominantes em partes da África, onde a terra pertence à aldeia e, atualmente, em comunidades tradicionais quilombolas sendo que, no Brasil, algumas destas terras são comunitárias e pertencem à comunidade como um todo. Mesmo tendo desaparecido, na Europa ainda têm-se resquícios em algumas partes europeias, como bosques e pastagens comunitárias.

Os *sovkhozes* na antiga URSS e os *kibuts* israelenses são exemplos de propriedades coletivas. Os *sovkhozes* predominavam em extensão e estavam mais concentrados na porção asiática da URSS. A produção era totalmente apropriada pelo Estado que a comercializava, sendo os salários fixos também pagos pelo Estado. Nos países

socialistas, a reação ao processo de coletivização foi intensa, sendo que em muitas áreas tornou-se um tipo de propriedade individual, através do arrendamento das terras do Estado pelos agricultores. O tamanho era proporcional, por exemplo, na Hungria, ao tipo de atividade explorada: culturas ou pecuária.

Basicamente, a agricultura socialista dos países da Europa Oriental, segundo Enyedi (1967, p. 359-372), estava dividida da seguinte forma:

- a) **Propriedade estatal** – pertencente ao Estado e financiada pelo orçamento nacional com empregados assalariados.
- b) **Propriedade coletiva** – pertencente a uma cooperativa de produtores, onde o lucro é dividido entre os membros e cada um recebe 0,5 ha (hectares) de terras para a pequena lavoura e criação.
- c) **Propriedade camponesa** – subsiste ao lado dos dois tipos anteriores, geralmente pequena e trabalhada pela família do agricultor.

Desde a transição do sistema socialista para o capitalista, os agricultores dessas regiões continuaram aterrorizando fazendeiros e outros apegados ao sonho dos *kolkhozes*, ou fazendas coletivas, que ainda representam mais de 90% das fazendas da nação. Acima de tudo, eles temem uma repetição das privatizações – cercadas de corrupção – de bens e empresas estatais nos anos de 1990, quando russos comuns receberam ações de empresas do Estado, mas a maioria das companhias acabou nas mãos dos oligarcas mais ricos.⁶

A estrutura fundiária de Israel comporta diferentes níveis de estatização da terra. A forma mais coletiva de exploração é o *kibutz*, uma fazenda estatal com trabalho comunitário, apresentando elevados níveis de integração social e inclusive com finalidade de defesa militar, na Faixa de Gaza.

Segundo Barros (1982, p. 221), não é como empresa agrícola que o *kibutz* apresenta originalidade real: empresas existem em outros lugares. Ele caracteriza-se, acima de tudo, pelo modo de vida. É necessário aceitar certa concepção da existência para admitir que seja a coletividade a satisfazer a quase totalidade das necessidades individuais e também a igualdade na repartição. O estímulo ao trabalho não é aqui a perspectiva de um rendimento elevado.

O *kibutz* passa, atualmente, por um processo de reorganização, pois a atual geração que está à frente da organização não mais aceita certos valores como, por exemplo, os casamentos entre as pessoas do próprio *kibutz*. A manutenção deste sistema coletivo de uso da terra e de vida tem sido questionada por pesquisadores.

⁶ Disponível em: <<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2002/06/29500.shtml>>. Acesso em: 28 ago. 2008.

No Brasil, os tipos de propriedades da terra são tidas como: individuais, de condomínio e sociedade de pessoas; de sociedade anônima, limitada e cooperativa; de instituição pia e religiosa e ainda de entidades públicas. Os dados podem ser obtidos através dos censos agropecuários do IBGE, com coletas por décadas e, a partir de 1970, foram publicados a cada cinco anos até o último, em 2006. Tem-se, portanto, uma quantidade de dados que permitem estudos evolutivos do uso da terra, dos tipos de propriedade e dos tipos de proprietários que estão relacionados ao uso e à exploração da terra, bem como da questão social e condições de acesso à terra que fogem da propriedade privada.

4.2.3. Caracterização do proprietário

O proprietário está muito ligado ao tipo de propriedade, mas pode ser especificado em termos de sua função principal, se é agricultor ou não, e de sua condição de residência. A valorização dos espaços no entorno das cidades e das metrópoles leva à organização de uma agricultura urbana, considerada uma área de múltiplos usos, onde se intercalam usos residenciais, de lazer e de produção agrícola em pequenas áreas trabalhadas por agricultores em sistema *part-time*, ou seja, um período se trabalha em uma atividade não agrícola e em outro período do dia pode-se ser um horticultor, pequeno granjeiro, produtor de plantas ornamentais etc. Isso leva a um uso intenso do solo, à entrada de capital urbano no espaço rural, à entrada de outros profissionais no espaço rural, como é o caso de profissionais liberais que se voltam para atividades agrícolas e de criação de pequenos animais que, de certa forma, são lucrativas e demandam pequenos espaços.

Um exemplo típico acontece em áreas de chácaras de fim de semana, ainda em processo de implantação na região de Igarapé – região metropolitana de Belo Horizonte –, que apresenta proprietários dedicados ao lazer e proprietários que adquirem três lotes e fazem uma pequena pecuária de leite para produção de queijo e revenda de bezerros. O gado, neste caso, é pastoreado no condomínio, nos lotes vagos pelo proprietário. Na área de seus próprios lotes – menos de 1 ha – o proprietário planta capim de corte, constrói um pequeno curral e um barracão para abrigar o gado durante a noite.

Em áreas do município de Sarzedo, localizado na Região Metropolitana de Belo Horizonte, onde a horticultura sempre foi a base do uso da terra em loteamentos de baixa renda, Rodrigues (2002) coloca que, na maioria dos quintais e nos lotes vagos, instala-se uma horticultura de folhas com produção voltada para Ibirité e CEASA. Culturalmente, todos são agricultores horticultores em potencial e, quando chega um novo residente de outro município, ele é incentivado a fazer uma horta depois do trabalho ou, em conjunto com esposa e filhos, trata das hortaliças, obtendo assim um rendimento complementar para a família.

Quando tratamos do agricultor residindo em sua propriedade, estamos quase sempre nos remetendo à agricultura familiar e à busca de manutenção da população no campo. Geralmente, o agricultor, quando se torna mais modernizado, nas proximidades de uma pequena cidade, muda-se para o urbano, o que faz com que ele se desloque diariamente do urbano para o rural. As alegações da mudança do rural para o urbano são várias para o produtor médio, e uma delas é decorrente do fato de as crianças frequentarem a escola no urbano. Neste sentido, os valores urbanos acabam sendo mais fortes na vida dessas pessoas. Os agricultores trabalhadores assalariados permanentes também se mudam para o urbano na busca de melhores condições de vida e de recursos básicos – energia elétrica, transportes adequados e bons salários. A vivência dos filhos deslocando-se entre o rural e o urbano diariamente para estudar, desde a primeira série, leva-os fatalmente a deter valores urbanos e, na adolescência, mudam-se com os pais para a cidade/urbano.

Essa situação é também uma forma capitalista encontrada para as crianças não criarem vínculos com a terra e não levarem a tensão social pela terra. Ou, quando não é o contrário, o município não mais se responsabiliza pelo deslocamento dos jovens para realizarem o segundo grau e assim permanecem na terra como diaristas, parceiros em plantios de café ou alimentos, enquanto é interesse dos proprietários da terra. Em pesquisa de campo em março de 2009, no município de Capelinha/MG, no Vale do Jequitinhonha, nas pequenas propriedades de famílias cafeeiras, mesmo com uma lavoura de exportação e de lavoura branca – arroz, feijão e milho –, não comportam a reprodução familiar, em decorrência da submissão aos atravessadores na compra de suas produções, que sempre são mal avaliadas, e dos custos de insumos químicos – adubos e agrotóxicos – de que ainda estão dependentes. Em consequência disso, um dos filhos das famílias busca a cidade para aprender outro ofício além de agricultor.

4.2.4. A estrutura física da propriedade

Por estrutura física entende-se a repartição espacial das terras submetidas a uma mesma unidade jurídica. A propriedade pode ser composta por uma superfície contínua ou por várias não contíguas. Da descontinuidade espacial decorre o parcelamento da terra.

O parcelamento da terra é um fenômeno provocado por tradições agrícolas e, sobretudo, por processos de herança, quando ocorre uma divisão mais equitativa da terra, mas não ocorre uma distribuição social equilibrada da terra.

Outro fator que leva ao parcelamento da terra consiste nos momentos de crises provocados pelo capital, ou por azares climáticos em áreas de produtos de exportação, e quando ocorre divisão e venda de partes da grande propriedade ou mesmo da média propriedade. Posterior ao momento da crise, a grande propriedade volta a se aglutinar, e assim sucessivamente. Este movimento de parcelamento e aglutinação é frequente no país em momentos de crise financeira que atingem a grande propriedade.

Áreas de propriedades descontínuas em um só município podem ser aglutinadas numa única inscrição do INCRA, para efeito de pagamento de impostos. Atualmente, os proprietários também lançam mão da compra de áreas de matas descontínuas à propriedade para suprir a necessidade legal ambiental de Reservas Florestais Permanentes (RPs) numa mesma bacia hidrográfica. Este fato acontece com frequência em decorrência do desmatamento total das propriedades.

4.2.5. As categorias dimensionais das propriedades agrícolas

Um dos pontos mais complexos da análise da propriedade agrícola é determinar as suas categorias dimensionais, num certo lugar e tempo, em pequena, média e grande propriedade.

Um dos elementos para definição das categorias dimensionais pode ser **a força de trabalho**. Sendo assim, tamanhos poderiam ser conceituados da seguinte forma:

- a) **pequena propriedade:** essencialmente trabalhada pelo proprietário e sua família. Quando a mão de obra se torna tão excedente que membros da família têm que procurar outra ocupação, fica caracterizado o minifúndio;
- b) **média propriedade:** ainda trabalhada pelo proprietário e sua família, mas com um tamanho que leva à contratação de assalariados ou mesmo a uma divisão da área com parceiros ou arrendatários;
- c) **grande propriedade:** definida pela ausência do proprietário nos trabalhos diretos no campo, ficando apenas com a gestão. Utilização de assalariados, administradores, caracteriza-se como latifúndio.

Embora possa se chegar a interessantes conclusões quando se usam dados de *trabalho* para analisar a distribuição da terra e classificar um rol de dados, o *tamanho do imóvel rural* ou do *estabelecimento agrícola* é melhor, ou seja, o tamanho – ha (em hectare). Isso ocorre porque o tamanho e a disponibilidade de trabalho podem não corresponder a uma situação real. Por exemplo: numa dada área, podemos ter uma variação de tamanho de propriedades entre 0,5 e 300 ha, com uma diversidade de plantios e de capital. Podemos ter propriedades com plantio de horticultura de 1 ha, cultivadas

e trabalhadas pela família do proprietário, com intensa produção semanal, ao lado de propriedades com cultivo de laranja e café de 200 ha e que empregam exclusivamente mão de obra assalariada. Ao lado, podemos ter propriedades de 300 ha dedicadas à criação de gado e com trabalho familiar suficiente para a realização das tarefas agrícolas. Considerando a área como um todo, obviamente existem pequenas e grandes propriedades que, no entanto, não ficam bem definidas em termos de trabalho. A intensidade do uso da terra também varia entre pequena e grande. Neste caso, ao comparar uma pequena área de horticultura, com alta produção semanal de legumes e verduras (folhas), com a intensidade do uso de cabeça/boi por hectare, temos uma variação muito grande, é claro, guardadas as devidas proporções do preço dos dois modos de produção exemplificados, horticultura e bovinocultura.

A Lei Agrária de 1993 estabeleceu novos conceitos relativos às dimensões e classificações dos imóveis rurais, passando a utilizar o “módulo fiscal” (módulo rural médio do município). No Brasil, varia de 5 a 110 hectares e, próximo às capitais dos estados, equivale a 5 hectares. No pantanal mato-grossense está o maior módulo fiscal: 110 hectares.

- a) **Minifúndio** – todo imóvel rural cuja dimensão é inferior ao módulo fiscal fixado pelo município.
- b) **Pequena propriedade** – o imóvel rural cuja dimensão esteja compreendida entre 1 e 4 módulos fiscais.
- c) **Média propriedade** – o imóvel rural cuja dimensão esteja compreendida entre mais de 4 e 15 módulos fiscais.
- d) **Grande propriedade** – o imóvel rural cuja dimensão é superior a 15 módulos fiscais.

4.2.6. O módulo fiscal segundo o INCRA

- Unidade de medida expressa em hectares, fixada para cada município, considerando os seguintes fatores:
 - tipo de exploração predominante no município;
 - renda obtida com a exploração predominante;
 - outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam significativas em função da renda ou da área utilizada.
- “Módulo fiscal” (módulo rural médio do município).
- O módulo fiscal é uma unidade de medida, expressa em hectares, fixada para cada município instituída pela Lei nº 6.746, de 10/12/1979.
- Atualmente, o módulo fiscal serve de parâmetro para a classificação do imóvel rural quanto a sua dimensão.

Podemos obter os dados do INCRA para os municípios classificados neste formato e analisá-los, como também comparar dados de estabelecimentos do IBGE e de imóveis rurais do INCRA, como faremos na aula seguinte.

4.3. OS ELEMENTOS FUNCIONAIS DA ESTRUTURA DA TERRA

Vamos tratar, nesta parte da nossa aula, da questão da utilização da terra, expressão espacial de uma organização agrário/rural e que também compõe a paisagem agrícola.

4.3.1. O uso da terra

Apesar de nos interessar num primeiro momento o uso da terra agrícola, o uso da terra é também objeto de usos não rurais – não agrícolas – expressos em cidades, em loteamentos rurais/urbanos – áreas de loteamentos de condomínios e chácaras. Para Silva (1978), o uso não agrícola da terra é denominado de “novo rural” ou “rurbano”, que consiste em outras atividades desenvolvidas no rural e que não implica somente atividade da agricultura. Sendo assim, o novo rural é expresso através de atividades que geram emprego e novos tipos de trabalho no rural, como turismo, por exemplo. A União Econômica Europeia define o espaço rural como multifuncional – local onde se executam inúmeras atividades agrícolas e não agrícolas. Decorrente das múltiplas atividades, o trabalho se torna pluriativo, ou seja, uma pessoa executa diferentes atividades no espaço agrário, tanto cultiva a terra como pode ser um guia de turismo rural, fazer artesanato, trabalhar numa agroindústria e outras atividades.

Podemos distinguir o uso não agrícola da terra através de:

- a) áreas residenciais – cidade, loteamentos de lazer, casas e infraestrutura de propriedades agrícolas, aglomerados rurais;
- b) estabelecimentos industriais – usinas de açúcar, álcool e biodiesel, olarias, cerâmicas etc.;
- c) estabelecimentos ligados ao transporte – estradas de rodagem e de ferro, estações ferroviárias, postos de gasolina e aeroportos;
- d) extração mineral – empresas de extração de ferro, calcita, carvão mineral etc.;
- e) rios, lagos e florestas.

4.3.2. Uso agrícola

Partindo do uso agrícola da terra, distinguimos três grandes grupos: as terras de cultivo, as pastagens e as áreas florestadas ou de matas plantadas.

As culturas perenes são geralmente arbóreas e têm uma relação com o tempo que permanecem no solo produzindo. As perenes mantêm-se por um tempo relativamente longo, como é o caso dos cultivos de café, abacate, os cítrus (laranja, limão, mexerica). Este tempo com manejos e uso de insumos químicos – adubos – leva a planta a ter grandes produções, o que provoca estresse e reduz o tempo de vida delas. Este é o caso do café, que no passado mantinha-se produzindo até 50 anos, e atualmente os plantios têm um tempo reduzido de vida, sendo tratados com técnicas de podas e outras recuperações no âmbito da agronomia. O mesmo ocorre com os grandes cultivos de cítrus.

Os cultivos semiperenes são aqueles em que ocorre renovação frequente dos plantios – entre quatro e seis anos. O mais conhecido, atualmente, é a cana-de-açúcar, que no Sudeste é renovada de quatro em quatro anos, dependendo da variedade e das condições de plantio e manejo.

Os cultivos anuais, como o nome indica, são plantados anualmente, é o caso de produtos básicos de alimentação: arroz, feijão, milho e outros produtos utilizados para exportação e agroindústria alimentícia – ervilha, soja, amendoim, algodão, canola, girassol, sorgo, nabisco e outros. O ciclo de produção destes cultivos foi reduzido (três meses) pela biotecnologia a partir da Revolução Verde, que começa a gestar no pós-Segunda Guerra Mundial. Há cultivos considerados anuais e que têm um ciclo de 18 meses, como é o caso da mandioca.

As pastagens têm espécies diversificadas no uso da terra, podendo ser artificiais, naturais ou nativas. As pastagens nativas correspondem vegetações originais em áreas agrícolas, como os campos limpos do Sul do país, os campos de altitude, as manchas de cerrado ainda existentes. As pastagens naturais quase não existem, pois são aquelas formadas por agentes naturais como vento e animais – pássaros. Esses agentes, atualmente, reproduzem sementes de pastagens artificiais, e as mais comuns são as da espécie das *brachiarias*, que também são invasoras, reduzindo ainda mais os campos nativos. As pastagens artificiais são aquelas plantadas pelo homem e têm como objetivo maior produção de massa alimentar para o gado. Elas podem ser perenes ou temporárias, dependendo do tempo que permanecem no solo. As pastagens artificiais hoje são formadas por consórcio de espécies: uma gramínea e leguminosas, para obter uma melhor qualidade de alimentação para os animais.

Como geógrafos e trabalhando com a Geografia Agrária, estudamos e fazemos mapeamentos do uso da terra e, para tal, utilizamos imagens de satélite na atualidade, ou fotos aéreas, se não dispomos de imagens de qualidade e custo acessível.

Resumindo o exposto acima, temos uma chave de usos da terra não agrícola e agrícola, segundo Diniz (1986, p. 86-88):⁷

⁷ Isso não significa que ocorram no espaço rural apenas estes usos, pois o homem cada vez cria outros usos da terra.

Utilização não agrícola

Áreas Residenciais – cidades, loteamentos, moradias rurais, aglomerados rurais

Estabelecimentos industriais – usinas, olarias, cerâmicas etc.

Áreas de extração mineral – pedreiras, barreiros, extração de bauxita etc.

Estabelecimentos ligados ao transporte – estradas de rodagem e de ferro, estações ferroviárias, postos de abastecimento e aeroportos etc.

Utilização agrícola

Horticultura

Culturas perenes – café, laranja, abacate etc.

Culturas semiperenes

Culturas anuais – arroz, feijão, milho e outros

Pastagens: plantadas; pastagens nativas (cerrado, caatinga etc.)

Matas e áreas reflorestadas

Águas – rios, represas, lagos

Terras improdutivas

Áreas de proteção ambiental

APP - Área de Proteção Permanente

Terras improdutivas

Por motivos econômicos

Por motivos ecológicos – áreas de voçorocas, áreas desertificadas etc.

Fotos aéreas e de satélites são recursos técnicos amplamente utilizados atualmente, dependendo do objetivo do trabalho. O que vai validar seu uso é a interpretação dada a este recurso, e não a foto ou imagem em si. Como pode ser visto na Figura 4.1, Godoy da Silva (2008) faz uma classificação do uso do solo no entorno desta cidade para definir relações rurais/urbanas. Observem a imagem de satélite que, apesar de acessada no Google Earth, permite precisão de reconhecimento dos usos do solo, porque é uma região de interesse das mineradoras localizadas a sudeste da imagem.

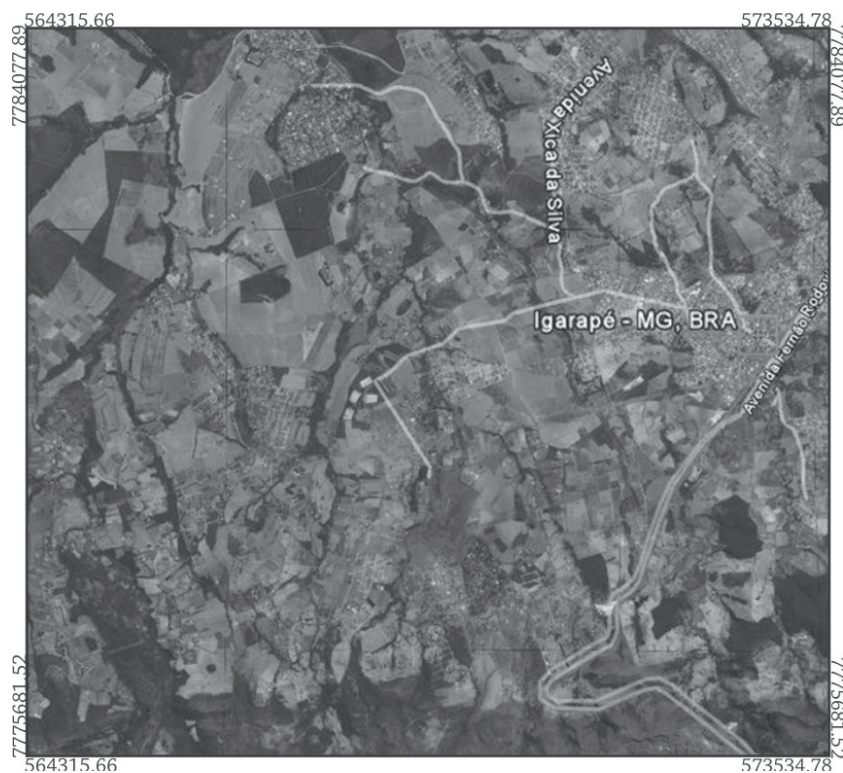


FIGURA 4.1- O entorno agrário da cidade de Igarapé - MG, situação em 2008

Fonte: Google Earth. Acesso em: 07/2008. Autora: Alessandra F. G. da Silva. IGC-UFGM.

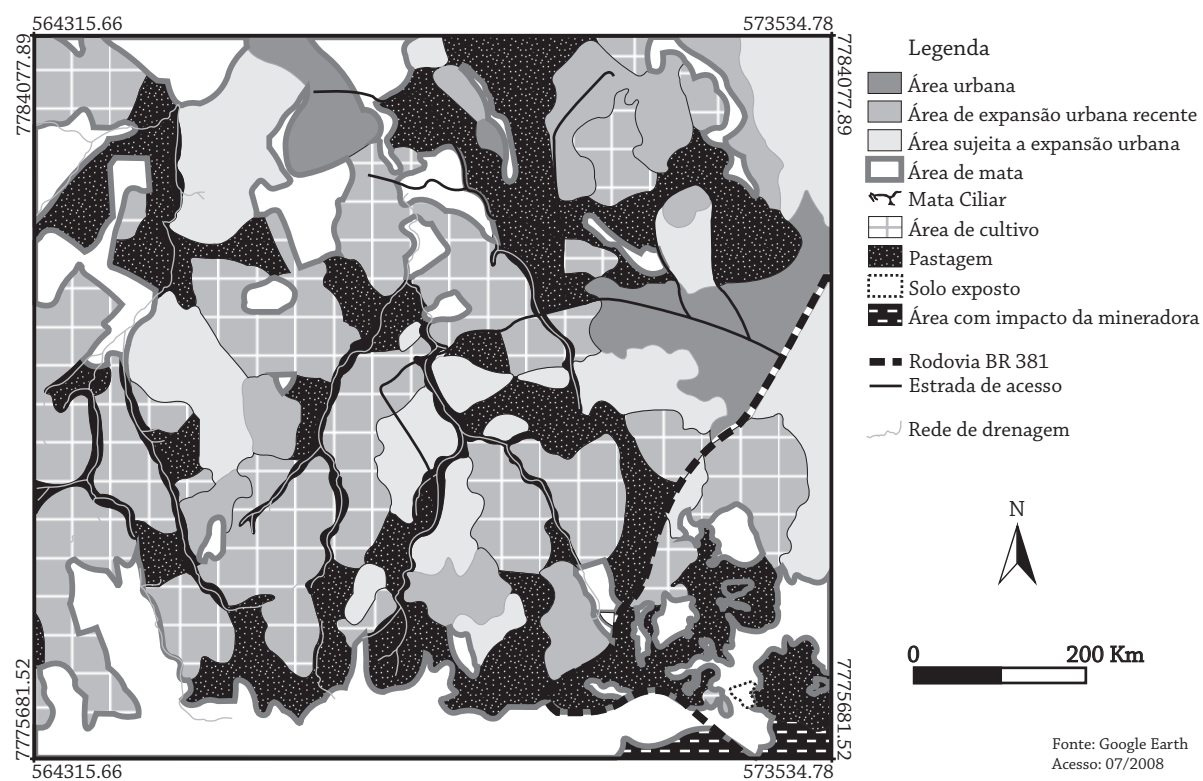


FIGURA 4.2 - Uso e ocupação do solo no entorno da cidade de Igarapé - MG, situação em 2008

Fonte: Google Earth. Acesso em: 07/2008. Autora: Alessandra F. G. Silva. IGC-UFGM. Elaboração: Breno Ribeiro Marent.

⁸ Observa-se que a Figura 4.2 é apenas uma interpretação da imagem, não tendo precisão exata em ha (hectare) para cada uso da terra.

Quando passamos para a interpretação da imagem ou da foto usando uma classificação é que fazemos uso de uma metodologia divulgada a partir das colocações de Diniz na década de 1970 na Geografia Agrária. Na Figura 4.2, Godoy da Silva (2008)⁸ faz uma interpretação da imagem e uma classificação dos diferentes usos do solo.

No processo de produção, e na relação do uso da terra com a questão ambiental, técnicas agrícolas tradicionais ligadas à agricultura – rotação de terra – ou à pecuária – cercamento de pastagens – são importantes para manter o equilíbrio de nutrientes no solo, rotacionar os bovinos e as ovelhas, evitar superlotação e impactos que gerem erosão em áreas de pastagens.

REFERÊNCIAS

BARROS, H. de. *Os grandes sistemas de organização da economia agrícola*. Lisboa: Sá da Costa, 1982. (Coleção Nova Universidade)

DINIZ, J. A. *Geografia da agricultura*. 2. ed. São Paulo: Difel, 1986. 277 p.

ENYEDI. The Changing Face of Agriculture in Eastern Europe. *Geographical Review*, 57, p. 350-372, 1967.

GODOY DA SILVA, Alessandra F. *A dinâmica dos processos de apropriação no espaço multifuncional rural e periurbano em Igarapé-MG 2008*. Dissertação (Mestrado) –, Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

RODRIGUES, Ronan Silva. *Agricultura familiar e sustentabilidade nos nichos agrícolas de Bom Jardim - município de Mário Campos - MG/2001*. 156 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) –, Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

SHANIN, T. Conferência. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 10., Londrina, 2007.

SILVA, J. F. Graziano (Coord.). *Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1978. 277 p.

Análise da distribuição da terra – estrutura fundiária

5.1. A ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DA TERRA

Quando estamos analisando a distribuição da terra, mais comumente denominada de *estrutura fundiária* – a referência básica espacial de estudo –, o espaço, território ou lugar deve ser definido ao se determinar o projeto de análise. Podemos usar um município, uma microbacia, uma microrregião para um estudo agrário, para uma pesquisa com dados de tamanho das propriedades (imóveis rurais do INCRA) ou dos estabelecimentos agrícolas, e a forma de obtê-los pode ser:

- Por meio de instituições públicas como IBGE, INCRA ou em bancos de dados de prefeituras quando detêm levantamentos detalhados do município¹ (no caso de usar qualquer fonte de coleta não oficial, ela deve ter confiabilidade).
- Por meio de coleta direta no campo.²

Os dados do IBGE são agregados para os municípios ou por setores censitários através dos quais analisamos espaços e/ou territórios menores; os dados do INCRA de *imóveis rurais*³ também podem ser obtidos por unidade de coleta para todo município ou classificados em extratos de área.

Os dados são fornecidos para *estabelecimento e imóveis rurais*, e não para as propriedades individuais. As análises de regime – estrutura fundiária/distribuição da terra – são feitas com dados de estabelecimentos e, embora o dado do imóvel rural aproxime-se mais da propriedade, seu conceito não corresponde exatamente ao da propriedade.

É importante saber como analisar os dados e saber analisar a estrutura fundiária, ou seja, temos que conhecer a parte conceitual – o que significa estrutura fundiária – e como tratar os dados através de recursos estatísticos para classificá-los. Vejamos passo a passo como realizar esta análise da distribuição de terra.

¹ Os dados de fontes não oficiais devem ter nível de confiabilidade.

² A coleta de dados direta está mais ligada a estudos locais, com amostragem. Mesmo em estudos regionais com recursos financeiros suficientes para uma coleta ampla usa-se amostragem.

³ Os dados são fornecidos para estabelecimento e imóveis rurais, e não para as propriedades individuais. As análises de regime ou estrutura fundiária/distribuição da terra são feitas com dados de estabelecimentos; embora o dado do imóvel rural se aproxime mais da propriedade, seu conceito não corresponde exatamente ao da propriedade.

⁴ Ao estudarmos a estrutura fundiária no item do programa, não vamos nos ater somente aos dados e à concentração da terra em pequena, média e grande propriedade, mas entender as realidades plurais do país, regiões e sociedades e da complexa trama que redefine o conteúdo social, político, econômico e geográfico da estrutura fundiária.

⁵ Para abrir os dados temos que inserir em nosso computador o programa Win ZIP da Microsoft.

Em primeiro lugar, devemos recordar que “a estrutura fundiária significa como a terra está distribuída em um dado espaço num dado momento” (ANDRADE, 1980).⁴

Para entendermos e analisarmos a estrutura fundiária, vamos iniciar com a busca de dados do IBGE de Minas Gerais e do INCRA (MDA), dos municípios de Arinos – localizado no noroeste mineiro – e Andradas – no sul de Minas Gerais. Os dados podem ser acessados no site do IBGE, na plataforma SIDRA, na qual buscamos pela tabela denominada “Grupos de área total, segundo as mesorregiões, microrregiões e municípios”. As tabelas vêm zipadas,⁵ e nelas selecionamos o estado e, em seguida, os municípios com que desejamos trabalhar. Para melhor analisar a estrutura fundiária de Minas Gerais, no que se refere a Arinos e Andradas, coletamos os dados segundo as classes de área usando todas aquelas que têm dados no local analisado, pois captamos as menores variações de pequenos estabelecimentos em número e área. Quando queremos reduzir as classes de área (porém perdendo os detalhes), adicionamos uma a outra, mantendo os maiores valores. Por exemplo: podemos somar a classe de área – 1 + 1 - 2 + 2 - 5 = temos 1 - 5; somamos os dados de número e área e colocamos nas colunas, e assim sucessivamente.

Tabela 5.1 - Distribuição da terra – a estrutura fundiária em Arinos - MG, 1995-1996

Arinos (MG) - Estrutura fundiária 1995-1996				
Classes de área (ha)	Nº de estabelecimentos	%	Área (ha)	%
Menos de 1	0	0,0	0	0,0
1 a menos de 2	0	0,0	0	0,0
2 a menos de 5	10	1,0	34	0,0
5 a menos de 10	13	1,3	90	0,0
10 a menos de 20	47	4,8	681	0,2
20 a menos de 50	154	15,6	4919	1,2
50 a menos de 100	219	22,2	15225	3,8
100 a menos de 200	195	19,7	26504	6,6
200 a menos de 500	149	15,1	45356	11,4
500 a menos de 1000	102	10,3	70846	17,7
1000 a menos de 2000	57	5,8	80361	20,1
2000 a menos de 5000	36	3,6	104380	26,1
5000 a menos de 10000	4	0,4	25899	6,5
10000 a menos de 100000	2	0,2	25000	6,3
100000 a mais	0	0,0	0	0,0
TOTAL	988	100,0	399295	100,0

Fonte: Dados do Censo Agropecuário 1995-1996/IBGE.

Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/1995_1996/brasil/>.

Coletado por Áldia Alves.

Nas Tabelas 5.1, 5.3 e 5.5, estamos mostrando duas situações díspares de distribuição da terra/estrutura fundiária de Minas Gerais, com base em dados de estabelecimentos agrícolas (IBGE). A primeira análise a ser feita consiste em conhecer os dados da área que estudamos e investigarmos os dados de maneira mais simplificada: através do cálculo dos percentuais de número e área dos estabelecimentos por classes de tamanho em relação ao total de cada um, analisar, no primeiro momento, os dados com todas as classes que o IBGE lança na plataforma de dados ou no censo agropecuário.

Observe os dados da Tabela 5.1 e comece agrupando a classe que detém valores percentuais de número e área mais próximos entre si. Para tal, precisamos observar o número e a área dos estabelecimentos, pois quando temos número e área de estabelecimentos próximos em si, o que nos leva a agrupar tais classes, podemos ter classes de número de estabelecimentos que estão próximas em número, mas se afastam em área, o que nos leva a agrupá-las a outras ou deixá-las como uma classe individual. Este é o caso da classe de 500 a 1000 ha.

Por exemplo, em Arinos, as menores classes de 1 ha a menos de 20 ha demonstram que no município não há pequenos estabelecimentos agrícolas; entretanto, a classe de 20 ha a menos de 50 ha é significativa em número de estabelecimentos, ainda que ocupe uma área agrícola muito pequena no município. A classe de 500 ha a menos de 1000 ha tem uma representatividade por si mesma, pois detém alto número de estabelecimentos nesta classe com alta representatividade de terra no município. A classe de estabelecimentos de 1000 ha a menos de 5000 ha detém a maior área de terra no município. Nessa classe de área, estão as propriedades rurais muito grandes do município, com 46,2% do total da terra no município. Os estabelecimentos de 5000 ha a menos de 100000 ha são apenas 6 no município e detêm 12% das terras, podendo ser considerados latifúndios neste município. Temos que considerar que perdemos detalhe em dados agregados e que, numa classificação em classes, não se sabem os detalhes dos diferentes tamanhos contidos nela, o que não acontece quando estamos fazendo um estudo com coleta de dados direta no campo. As classes foram coloridas conforme a intensidade dos dados e para melhor visualização da metodologia explicada.

Colocando esta análise em uma tabela temos:

Tabela 5.2 - Classes de maior concentração da terra no município de Arinos - MG 1995-1996

Classes de área (ha)	Nº de estabelecimentos	%	Área (ha)	%
1 a menos de 20	70	7,08	805	1,23
20 a menos de 50	154	15,58	4919	1,23
50 a menos de 100	219	22,16	15225	3,81
100 a menos de 500	344	34,81	71860	18,00
500 a menos de 1000	102	10,32	70846	17,74
1000 a menos de 5000	93	9,41	184741	46,26
5000 a menos de 100000	6	0,60	50899	12,74
Total	988	100	399295	100

Fonte: Censo Agropecuário -1995-1996/IBGE, adaptado por M. A. S. Tubaldini.

⁶ Por etnografia entendem-se os estudos culturais materiais e imateriais de uma dada sociedade.

A análise feita na Tabela 5.2 refere-se apenas à maneira como podemos organizar os dados, fazendo uma leitura prévia de como é a estrutura fundiária. Não estamos, neste caso, entrando no porquê de a estrutura fundiária ser concentrada em grandes estabelecimentos por área na classe de 1000 a 5000 ha e em número de estabelecimentos na classe de 100 a 500 ha. Temos que buscar informações teóricas e bibliográficas no primeiro momento e, quando possível, em campo – buscando informações locais – para, conjuntamente, explicar o porquê desta estrutura fundiária. É importante conhecer a formação histórica do município no contexto da expansão e ocupação das terras em relação ao espaço mais amplo, das ações do Estado incidindo neste espaço, levantar uma bibliografia que permita um estudo etnográfico⁶ do município. Levantamos algumas indagações com os recursos teóricos que temos até agora para nos nortear, tais como: que produtos são cultivados neste município: de exportação ou de alimentação? Que processo de produção é usado nesta produção: da agricultura produtivista? Esta área passou por processo de incentivos agrícolas estatais no período de 1970/1982? Que tipo de mão de obra predomina aí? São todos assalariados? Ou temos mão de obra familiar? Parceria? Temos arrendatários? Em qual categoria de produtos estão incluídos?

Todas estas perguntas podem ser respondidas com dados do IBGE coletados para o município e, juntamente com a revisão bibliográfica, vamos fazer uma análise do ponto de vista do capitalismo no espaço rural de Arinos. Porém, nas análises atuais, nem sempre o capital é a única matriz teórica de explicação de um espaço, sendo que usamos também matrizes teóricas secundárias que podem estar na etnografia, no cultural e na economia solidária, que respondem por determinados tipos de associativismo encontrados. Caso os dados e a revisão bibliográfica não indiquem para este aparato teórico, então teríamos uma estrutura fundiária *a priori*,

apontando para uma agricultura não capitalista e calcada em ações de economia solidária não capitalista, como em espaços de agricultores camponeses familiares do alto/médio Jequitinhonha.

Tabela 5.3 - A estrutura fundiária do município de Andradás – MG -1995-1996

Andradás (MG) - Estrutura fundiária 1995-1996				
Classes de área (ha)	Nº de estabelecimentos	%	Área (ha)	%
Menos de 1	6	0,5	3	0,0
1 a menos de 2	37	3,3	49	0,1
2 a menos de 5	206	18,1	771	2,3
5 a menos de 10	205	18,0	1610	4,8
10 a menos de 20	260	22,9	3806	11,3
20 a menos de 50	258	22,7	8268	24,6
50 a menos de 100	107	9,4	7508	22,3
100 a menos de 200	43	3,8	6327	18,8
200 a menos de 500	11	1,0	3225	9,6
500 a menos de 1000	3	0,3	2071	6,2
TOTAL	1136	100,0	33638	100,0

Fonte: Dados do Censo Agropecuário 1995-1996/IBGE.

Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/1995_1996/brasil/>.

Coletado por Álida Alves.

Tabela 5.4 - Classes de maior concentração da terra no município de Andradás – MG 1995-1996

Classes de área (ha)	Nº de estabelecimentos	%	Área (ha)	%
Menos de 1 a menos de 2 ha	43	3,78	52	0,15
2 a menos de 20 ha	671	59,06	6187	18,39
20 a menos de 100 ha	365	32,13	15776	46,90
100 a menos de 200 ha	43	3,7	6327	18,80
200 a menos de 500 ha	11	0,9	3225	9,60
500 a 1000 ha	3	0,26	2071	6,15
Total	1136	100,0	33638	100,0

Fonte: Censo Agropecuário -1995-1996/IBGE, adaptado por M. A. S. Tubaldini.

No caso de Andradás, conforme a Tabela 5.3, temos uma estrutura fundiária em que predomina a pequena propriedade entre 2 a menos de 20 ha, seguida da classe de 20 a menos de 100 ha. A explicação da estrutura fundiária para esta área, de antigo uso da terra em Minas Gerais – em que predomina, desde por volta de 1850, o uso da terra com cafeicultura com mudanças no processo de produção pela entrada do capitalismo no campo através do modelo produtivo da modernização no campo e por sucessivos parcelamentos

da terra pelo processo de herança –, tem-se nestes dois indicadores, o capital e o social. Quando agrupamos os dados na categoria de 2 a 20 ha e de 20 a menos de 50 ha, estamos unindo-as em função da área dos estabelecimentos. Também fazemos modificações em agrupamentos quando vamos ao campo, fazemos entrevistas, coletamos dados e percorremos a área estudada, pois isso nos dá mais segurança para mantermos uma classe de estrato de área sozinha ou reagruparmos outras. Como já explicamos, em uma análise com dados censitários num território amplo, perdemos detalhes, que são sanados com um campo de observação ou de coleta detalhada.

A estrutura fundiária também pode ser analisada a partir dos dados do INCRA, mais especificamente com os dados de imóveis rurais já classificados pelo órgão. Vejamos a seguir (Tabela 5.5):

Tabela 5.5 - Estrutura fundiária do Município de Arinos-MG (1998)

Distribuição do número de imóveis e área total, segundo a categoria de imóvel rural- INCRA 1998				
Classes de área (ha)	Nº de estabelecimentos	%	Área (ha)	%
Grande propriedade	106	7,5	277198,9	53,6
Média propriedade	259	18,4	139501	27,0
Pequena propriedade	617	43,9	83821,7	16,2
Minifúndio	405	28,8	14481,6	2,8
Não classificado	19	1,4	1755,4	0,3
TOTAL	1406	100,0	516758,6	100,0

Fonte: Dados do INCRA/1998.

Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/>>. Ir em Serviços, Cadastro Rural, Estatísticas Cadastrais, ESTATÍSTICAS CADASTRAIS - MUNICIPAIS – Recadastramento 1992 - Volume I - Situação 03/04/1998.

Coletado por Álida Alves.

⁷ **Minifúndio:** o imóvel rural com área inferior a um módulo fiscal. **Pequena propriedade:** o imóvel rural de área compreendida entre um e quatro módulos fiscais. **Média propriedade:** o imóvel rural de área superior a 4 e até 15 módulos fiscais. **Grande propriedade:** o imóvel rural de área superior a 15 módulos fiscais.

Os dados do INCRA de imóveis rurais são apresentados na forma agrupada em: grande propriedade, média, pequena e minifúndio.⁷ Para o entendimento do significado da nomenclatura do INCRA, retome a Aula 4, quando tratamos da classificação dos imóveis rurais do INCRA. Observe que os dados do INCRA nos dão uma situação um pouco mais detalhada da estrutura fundiária do município de Arinos. Quando observamos a Tabela 5.5, percebemos que predomina a grande propriedade no município, mantendo a mesma predominância do IBGE, apesar de estarmos trabalhando com unidades de coletas diferentes. O que ressalta aqui são as pequenas propriedades que, pelo INCRA, são significativas em número e área dos imóveis. O módulo fiscal de Arinos tem tamanho de 65 ha, maior que o sul de Minas, e uma comparação desses dados entre os dois municípios mascara a realidade da pequena propriedade e do minifúndio.

Vejamos a estrutura fundiária de Andradadas, analisada a partir dos dados do INCRA (Tabela 5.6):

Tabela 5.6 - Estrutura fundiária no município de Andradadas - MG (1998)

Distribuição do número de imóveis e área total, segundo a categoria de imóvel rural				
Classes de área (ha)	Nº de estabelecimentos	%	Área (ha)	%
Grande propriedade	1	0,04	490,4	1,0
Média propriedade	58	2,4	10005,9	21,1
Pequena propriedade	426	17,6	20120,1	42,4
Minifúndio	1921	79,3	16506,1	34,8
Não classificado	15	0,6	289,8	0,6
TOTAL	2421	100,0	47412,3	100,0

Fonte: Dados do INCRA/1998. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/>>. Ir em Serviços, Cadastro Rural, Estatísticas Cadastrais, ESTATÍSTICAS CADASTRAIS - MUNICIPAIS – Recadastramento 1992 - Volume I - Situação 03/04/1998.

Coletado por Álida Alves.

No município de Andradadas predomina o minifúndio, segundo a classificação do INCRA, que são imóveis rurais com menos de um módulo fiscal, seguido da pequena propriedade, que detém maior área. O módulo fiscal de Andradadas é 26 ha, significando que o minifúndio é inferior a 26 ha.

O INCRA apresenta também dados em estrato de área dos imóveis rurais que estão disponíveis no site do órgão, em tabelas, até 1998. Observando a Tabela 5.6, percebemos que os dados de classes de área do INCRA têm menores intervalos, o que permite checar maiores detalhes. No caso de Andradadas (Tabela 5.7), temos 1.692 imóveis rurais e 1.136 estabelecimentos rurais, o que significa que a maioria das propriedades são individuais, não ocorrendo maior número de estabelecimentos subdividindo os imóveis rurais. A classe de área com maior número de imóveis rurais está entre 10 ha a menos de 25 ha, confirmando a mesma predominância dos dados de estabelecimentos.

Tabela 5.7 - Estrutura fundiária do município de Andradadas – MG, segundo o INCRA/1998

Classes de Área	Número	%	Área	%
2 a menos de 5	362	21,40	1222,7	3,03
5 a menos de 10	372	21,99	2761,5	6,85
10 a menos de 25	536	31,68	8493,9	21,09
25 a menos de 50	225	13,30	7654,3	19,00
50 a menos de 100	136	8,03	9250,2	22,96
100 a menos de 200	48	2,83	6770,7	16,81
200 a menos de 500	13	0,7	4127,5	10,25
Total	1.692	100,0	40.280,8	100,0
IMÓVEIS INCONSISTENTES EXLUÍDOS: 70				

Fonte: INCRA, 1998. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/>>. Ir em Serviços, Cadastro Rural, Estatísticas Cadastrais.

Após entendermos como ler os dados da estrutura fundiária do IBGE e do INCRA e verificar as potencialidades e limites de tais dados, podemos entender e estipular o grau de concentração fundiária da terra. Ou seja, a distribuição da terra em uma dada área é concentrada ou não?

Para responder a tais questões, podemos usar o índice estatístico de Gini – que varia de 0 a 1 – ou a Curva de Lorenz – que varia de 0 a 10 e é um método cartográfico. O índice de Gini é bastante usado pelos economistas, são citados os índices de concentração em análises, por isso estamos retornando a ele, apesar de que neste momento as discussões teóricas da estrutura fundiária estão ligadas à questão social de acesso à terra – conflitos⁸ – e da política fundiária do país.

⁸ Serão tratados na Aula 10.

No caso de ter uma distribuição longe de ser equitativa, ela é denominada de concentrada e, neste caso, temos que voltar na tabela original para observarmos onde está a concentração: em número ou área? Em pequenas ou grandes e muito grandes propriedades? Após isso, na sequência, devemos fazer a análise do porquê de tal situação de concentração.

Autoavaliação 1

Com o objetivo de organizar melhor seus conhecimentos, utilizando como base a leitura da Aula 4, faça o que se pede:

1. Utilizando sites de busca na internet, conheça um pouco a história, a geografia, as estatísticas sociais, econômicas e culturais; realize suas análises sobre as paisagens, os territórios e as regiões das/nas cidades de Arinos (norte de Minas Gerais) e Andradadas (sul de Minas Gerais), a fim de compreender a **PRODUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO**. Faça um texto-síntese sobre os dados obtidos.
2. Nos sites do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA (<http://www.incra.gov.br/>) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (<http://www.ibge.gov.br/home/>), conheça as fontes de dados sobre a Estrutura Fundiária dos municípios acima mencionados: pesquise as tabelas, entenda como as mesmas são feitas, identifique as semelhanças e diferenças de critérios utilizados pelas duas instituições. Em seguida, **SINTETIZE** as informações obtidas em um texto.

5.2. A CONCENTRAÇÃO DA TERRA – O ÍNDICE DE GINI COMO INSTRUMENTO DE CÁLCULO DA CONCENTRAÇÃO DA TERRA

Como explicamos na primeira parte da aula, temos situações de estrutura fundiária *concentrada* que pode significar a apropriação da terra em grandes propriedades ou o inverso, ou seja, o parcelamento da terra em maior número de minifúndios. Nas duas situações ocorre concentração da terra. Uma técnica estatística para medir o índice de concentração ou desconcentração da terra é o índice de Gini.

O aspecto principal a ser observado neste índice é: quanto menores são os valores obtidos para um dado espaço rural, teríamos uma distribuição equitativa da terra entre os proprietários, agricultores parceiros⁹ etc., e quanto mais o resultado se aproxima de 1 (um), maior é a concentração da terra na mão de poucos. Temos que ponderar três situações quando trabalhamos com índices:

- o fato de que coeficientes iguais podem ser obtidos para realidades sociais bem diferentes, pois eles medem apenas os contrastes observados na unidade considerada;
- deve ser considerado, então, um conjunto de outros indicadores da distribuição da terra, como área média das propriedades e a classe superior de tamanho de imóveis;
- os coeficientes de distribuição da terra são relativos e estatísticos, e a concentração não significa necessariamente que um só proprietário está se apropriando da terra ou que as grandes propriedades estão se tornando importantes. Podemos ter a concentração em minifúndios, como é o caso de alguns municípios no Sul do país, em Santa Catarina e Rio Grande do Sul, na região das serras desses estados; tais contradições geram questões agrárias e conflitos sobre a terra;
- finalmente, deve-se lembrar que as análises com bases nos dados censitários – estabelecimentos do IBGE e imóveis rurais do INCRA – têm significados diferentes e podem mostrar situações diferentes para um mesmo espaço.

⁹ Quando usamos dados de estabelecimentos agrícolas do IBGE, tratam da unidade administrativa e incluem em sua coleta parceiros, arrendatários e outros.

Para calcularmos o índice de Gini, partimos de uma tabela com dados de número e área dos estabelecimentos do IBGE ou do INCRA, dispostos em classe de tamanho de área. A Tabela 5.8 retrata a estrutura fundiária do município de Arinos/MG no período de 1995-1996.

Iniciamos o cálculo do índice de Gini, determinando o valor percentual do número e da área dos estabelecimentos em relação ao total.

Tabela 5.8 - Número e área dos estabelecimentos agrícolas no município de Arinos-MG em 1995-1996

Classes de área (ha)	Nº de estabelecimentos	%	Área (ha)	%
Menos de 1	0	0,0	0	0,0
1 a menos de 2	0	0,0	0	0,0
2 a menos de 5	10	1,0	34	0,0
5 a menos de 10	13	1,3	90	0,0
10 a menos de 20	47	4,8	681	0,2
20 a menos de 50	154	15,6	4919	1,2
50 a menos de 100	219	22,2	15225	3,8
100 a menos de 200	195	19,7	26504	6,6
200 a menos de 500	149	15,1	45356	11,4
500 a menos de 1000	102	10,3	70846	17,7
1000 a menos de 2000	57	5,8	80361	20,1
2000 a menos de 5000	36	3,6	104380	26,1
5000 a menos de 10000	4	0,4	25899	6,5
10000 a menos de 100000	2	0,2	25000	6,3
TOTAL	988	100,0	399295	100,0

Para *acumular* o percentual de uma coluna de dados, soma-se o primeiro percentual ao segundo, mantém-se o resultado na calculadora e soma-se ao terceiro valor da coluna, e assim sucessivamente, até chegar aos 100% ou muito próximo dele.

Ex.: Percentagem acumulada do número de estabelecimentos da Tabela 2 $\rightarrow 1,0 + 1,3 = 2,3 + 4,8 = 7,1 + 15,6 = 22,7 + 22,2 = 44,9 \dots 99,8 + 0,2 = 100$

No cálculo do coeficiente de Gini, determinam-se as variáveis observando a Tabela 5.9 e lançando-as na Tabela 5.10:

X = % do número de estabelecimentos

Y = % da área dos estabelecimentos

$\uparrow \Sigma y_i$ = acumular os percentuais da coluna y no sentido inverso (do final para o início)

$(\uparrow \Sigma y_i) x_i$ = multiplica os valores da coluna 3 pela coluna 1

$\downarrow \Sigma Y_i$ = acumular os percentuais da coluna Y no sentido direto

$(\downarrow \Sigma Y_i) x_i$ = multiplicar os valores da coluna 5 pela 1

Tabela 5.9 - Cálculo da percentagem acumulada - município de Arinos/MG 1995/1996

Classes de área (ha)	Número de Estabelecimentos			Área (ha)		
	Total	%	% Acum.	Total	%	% Acum.
2 - 5	10	1,0	1,0	34	0,0	0,0
5 - 10	13	1,3	2,3	90	0,0	0,0
10 - 20	47	4,8	7,1	681	0,1	0,1
20 - 50	154	15,6	22,7	4919	1,2	1,3
50 - 100	219	22,2	44,9	15225	3,8	5,2
100 - 200	195	19,7	64,6	26504	6,6	11,8
200 - 500	149	15,1	79,7	45356	11,35	23,15
500 - 1000	102	10,3	90,0	70846	17,74	40,89
1000 - 2000	57	5,8	95,8	80361	20,12	61,01
2000 - 5000	36	3,6	99,4	104380	26,14	87,15
5000 - 10000	4	0,4	99,8	25899	6,4	93,55
10000 - 100000	2	0,2	100	25000	6,26	99,71

Tabela 5.10 - Cálculo do coeficiente de Gini para a distribuição da terra no município de Arinos – MG – 1995/1996

1	2	3	4	5	6
X_i	Y_i	$\uparrow \sum y_i$	$(\uparrow \sum y_i) x_i$	$\downarrow \sum Y_i$	$(\downarrow \sum Y_i) x_i$
1,0	0,0	99,71	99,71	0,0	0,0
1,3	0,0	99,71	129,62	0,0	0,0
4,8	0,1	99,71	478,60	0,1	0,48
15,6	1,2	99,61	1553,91	1,3	20,28
22,2	3,8	98,41	2184,70	5,1	113,22
19,7	6,6	94,61	1863,81	11,7	230,49
15,1	11,35	88,01	1328,95	23,05	348,05
10,3	17,74	76,66	789,59	40,79	420,13
5,8	20,12	58,92	341,73	60,91	353,27
3,6	26,14	38,14	137,30	87,05	313,38
0,4	6,4	12,66	5,06	93,45	37,38
0,2	6,26	6,26	1,25	99,71	19,94
			8914,23		1856,62

Após efetuados os cálculos da Tabela 3, subtrai-se o somatório da coluna 6 - ($\downarrow \Sigma Y_i$) $\times i$ do somatório da coluna ($\uparrow \Sigma y_i$) $\times i$: $1856,62 - 8914,23 = 7057,61$ e dividido por $100 = 70,57\%$ que, dividido por $100 = 0,70$, correspondendo ao coeficiente de Gini para o município de Arinos.

Para a interpretação do coeficiente obtido, podemos usar uma classificação do índice de Gini:

- de 0,00 a menos de 0,25 – distribuição equitativa da terra
- de 0,25 a menos de 0,50 – próxima de equitativa
- de 0,50 a menos de 0,75 – distante de ser equitativa
- de 0,75 a menos de 1,00 – muito distante de ser equitativa

Constatamos que o índice de 0,70 para a distribuição da terra em Arinos significa uma alta concentração de terra – muito distante de ser equitativa, ou seja, temos neste município uma estrutura fundiária altamente concentrada. O índice nos dá a resposta ao grau de concentração da terra, mas onde é a concentração: em número ou área? Em pequenas, grandes e muito grandes propriedades?

Para explicarmos detalhadamente a situação perguntada, retornamos à Tabela 5.1 original para observarmos em que classe predomina a concentração da terra.

Observem os percentuais de número e de área nas classes de área e a intensidade dos tons colocados na Tabela 5.1. Em Arinos, as classes de pequenos estabelecimentos agrícolas até 20 ha são muito pouco significativas em número de estabelecimentos e área. Temos uma classe de 20 a 50 ha e de 50 a 100 que tem um significado maior dentre os pequenos estabelecimentos. Porém, nas classes de 100 a 500 ha, temos um percentual significativo de número de estabelecimentos nesta classe, mas com pouca área. A classe de 500 a 1000 ha é significativa em área.

Na classe de 1000 a 5000 ha, temos o maior percentual de área abrangendo estes estabelecimentos, que são predominantes, e os maiores responsáveis pela alta concentração da terra em grandes propriedades com o índice de Gini de 0,70, juntamente com os estabelecimentos de 5000 a 100000 ha, que detêm alta quantidade de terras em relação ao baixo número em que se encontram.

Podemos concluir que o índice de Gini nos auxilia a fazer a interpretação da concentração da terra, mas ele sozinho não é o bastante.

Autoavaliação 2

O objetivo deste exercício é levá-los a entender e manusear dados próximos da realidade de cada um de vocês. Para realizá-lo, faça uma leitura cuidadosa da item 5.2 e volte às aulas anteriores e textos complementares, caso necessário.

Coletem os dados de número e área dos estabelecimentos agrícolas – na plataforma do IBGE – para 1995-1996, do município onde vivem ou onde nasceram (desde que seja Minas Gerais) e façam todo o procedimento (tal como foi apresentado nesta aula) para analisar sua estrutura fundiária, terminando com o cálculo do índice de Gini e a análise final dos resultados. Na sequência, troquem os dados entre os colegas de seu polo de Educação a Distância, para que todos possam ter acesso e comentar como é a estrutura fundiária dos seus municípios.

Para a coleta de dados, acesse <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/1995_1996/brasil/> e siga os seguintes passos:

- tabelas completas (em formato Excel);
- escolha o estado da federação correspondente ao seu município;
- no ícone “Leia-me.txt”, há uma lista com o título de todas as tabelas disponíveis. Utilizem a Tabela “Tab_17.zip - Grupo de área total, segundo as mesorregiões, microrregiões e município”. Vocês podem utilizar as outras tabelas para auxílio na análise dos dados.

ANDRADE, Manoel Correia. *Latifúndio e reforma agrária no Brasil*. São Paulo: Duas Cidades, 1980.

DINIZ, José A. F. *Geografia da agricultura*. 2. ed. São Paulo: Difel, 1986. p. 57-76.

GERARDI, L. H. Oliveira; SILVA, Bárbara Christine M. Nentwig. *Quantificação em Geografia*. São Paulo: Difel, 1981.

MOTTA, Márcia (Org.). *Dicionário da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

AULA 6

Elementos da estrutura agrária como sustentação de análise em Geografia Agrária

6.1. VALORIZAÇÃO DA TERRA E RELAÇÕES DE TRABALHO

Entende-se por valorização da terra as formas de uso da terra. Tais formas foram se delineando desde a Antiguidade, como as formas solidárias, no período romano e no período feudal, definidas como relações espúrias¹ de trabalho que imbricavam com o uso da terra. Tais relações de valorização da terra persistem até hoje, de forma contraditória no capitalismo, como as parcerias.

¹ Relações espúrias de trabalho são aquelas consideradas não assalariadas.

Como comentamos na aula sobre a história da agricultura, a agricultura itinerante leva à criação de um sistema social que se expande por toda a Europa, independente do sistema agrícola dominante nos diferentes momentos. A organização do período da agricultura itinerante, segundo Romeiro (1998, p. 24) “entende-se, um tipo de agricultura temporária que se desloca espacialmente”, socialmente, consistia em uma organização tribal: com lideranças patriarcais e famílias ampliadas formando o “clã”.

- A posse da terra era baseada no direito de uso, utilizando-se a terra conforme o número de “bocas” da família e de “braços” para o trabalho. Este direito era constantemente revisto de acordo com o desenvolvimento da família e prolongado até o momento de crescimento ou diminuição dela.
- O território político era definido pela sua população e definido por uma mesma língua, pelas regras de alianças matrimoniais etc.
- Não existia o sentido da propriedade, e o importante era o fruto do trabalho e sua repartição tanto com a família ampliada quanto com a tribo. A propriedade era comunal.
- Assim como os nômades criadores são ligados à propriedade de seu gado, e não às amplas pastagens, as técnicas de

agricultura itinerante não demandam mais que alguns anos de controle sobre o campo roçado e plantado.

O sistema sequente, de agricultura permanente, deslocou-se das regiões mediterrâneas (sul da Europa), como sucessor desse sistema itinerante – o sistema agrário de floresta.

Seu surgimento é decorrente do desenvolvimento de instrumentos de trabalhos para destruir o “tapete herbáceo” que impedia o plantio no sistema anterior. “O maior inimigo da agricultura neste momento não é a árvore, mas sim o capim” (SIGAUT, 1975, p. 167). O progresso técnico começa a se instalar na agricultura, através do uso do arado de “charrua”, da introdução do sistema de pousio, que vai ter uma repercussão na produtividade do trabalho mais alta, em decorrência da necessidade de maior produção, porém com menor produtividade da terra.

No entanto, devemos lembrar que este sistema surgiu nas sociedades fenícia e cartaginesa, nas cidades-estado gregas, na Antiguidade greco-romana (1000 a.C.), no Império Romano até a Idade Média (séculos XIV e XV), se estendendo pela Europa onde persistiu até a Revolução Burguesa e a Industrial. Em algumas partes da Europa, até o século XIX, tal sistema vai refletir em relações de trabalho arcaicas e capitalistas, que sobrevivem até os dias atuais na agricultura mundial e no Brasil.

Do ponto de vista das relações de trabalho e produção, interessa-nos retornar a este sistema agrário por dois momentos históricos importantes de grande representatividade para a humanidade: o período do domínio do Império Romano e o período do feudalismo, na Idade Média.

A propriedade privada se institucionaliza no Império Romano e adquire um caráter sagrado, neste momento. Cada família possuía um direito inalienável que assegurava sua independência, a terra. Assim, o proprietário poderia fazer o que quisesse com a terra, ou seja, detinha um direito absoluto sobre ela e sobre a força de trabalho escrava. A repartição das terras era em grandes domínios, sob o controle de um latifundiário (latifúndio na antiga Roma significava um grande domínio privado da aristocracia). O modo de produção era baseado no trabalho escravo.

Com a falta de solução para a ausência de mão de obra, a saída adotada foi permitir a um casal a exploração de uma parcela de terra. Para o cultivo dela, o dono fornecia os instrumentos agrícolas, e o casal pagava ao proprietário da terra uma fração de sua produção (a meia, a terça). Este sistema foi definitivamente implantado nos séculos III e IV, sendo que o “colonato” constitui o embrião da futura sociedade camponesa, baseada no trabalho familiar. Historicamente, articula-se neste momento a entrada das relações de trabalho espúrias e indiretas definida também como “arcaica” por Diniz (1986, p. 81).

6.2. TRANSIÇÃO DO FEUDALISMO/CAPITALISMO FORMAS ARCAICAS DE TRABALHO E ARRENDAMENTO

Com o fim do Império Romano (séculos V e VI), ocorreu a desarticulação da economia e das relações comerciais estabelecidas. A transição do feudalismo para o capitalismo tem sido objeto de controvérsias, segundo Sweezy (1972). No feudalismo, o fato de que a maior parte da produção era destinada ao autoconsumo (valores de uso), e não para troca, teria por efeito o desestímulo à busca contínua de inovações, tal como ocorre no capitalismo. Na Europa ocidental, iniciou-se um período de saques e pilhagem da produção agrícola e, em troca de segurança, os agricultores se vinculavam a bandos armados. Parte da produção era destinada então para manter um exército. O responsável pelo bando, o “senhor”, subjugava os agricultores e artesãos criando, assim, os meios para a sua própria proteção, utilizando-se dos artesãos para o fabrico de suas armas e a construção de seus castelos.

O uso de uma mesma terra e seus recursos tinha fins sociais diferentes: aos pobres ficava o direito do uso da madeira morta das florestas; aos exploradores agrícolas ficava o direito de poder colocar alguns animais para pastagem; ao senhor feudal cabiam a madeira de aquecer e a madeira de construção.

A partir do século X, a hierarquia feudal estava bem constituída, e o poder central (o rei) era cada vez mais poderoso. Somente uma força exógena como o comércio internacional poderia mudar o estado das coisas. O comércio internacional e sua penetração combinaram com o crescimento da produção local e com a progressiva substituição do artesanato rural pelo artesanato urbano. O desenvolvimento do feudalismo encorajou o crescimento das cidades, sendo que estas procuraram ampliar suas linhas de comércio.

No século XI, as atividades comerciais se intensificam na Europa ocidental, instituindo-se novos impostos tanto para vilas como para os senhores feudais e os camponeses livres. Um terço do campesinato era livre, enquanto dois terços eram “servos” dos senhores feudais.

O crescimento do excedente, além de acirrar a disputa entre servos e senhores pelo seu controle, estimula também um processo de diferenciação social do campesinato, dando origem a uma classe de capitalistas agrários (os *kulaks* ou *yeomen*) em contraposição a uma classe de trabalhadores agrícolas semiproletarizados.

Neste momento, a melhoria tecnologia versus trabalho manual se dá pela relação entre força mecânica e tração animal para manejos de solos mais pesados para aração – os solos argilosos. A agricultura, com a falta de solução para a falta de mão de obra, passou a permitir a um casal explorar uma parcela de terra. Para o cultivo da

terra, o dono fornecia os instrumentos agrícolas, e o casal pagava ao proprietário da terra uma fração de sua produção (o sistema de parceria pela meia, terça). Os sistemas de parceria originados no Império Romano se reproduziram principalmente na França e Inglaterra até o fim do período feudal. Foi naquele período que estiveram reunidas as condições para o acúmulo do capital na exploração agrícola.

A acumulação de capital pelos camponeses livres e a aparição de novas forças produtivas (artesãos e comerciantes) permitiram o aumento da concorrência dos senhores feudais. Com a baixa de seus rendimentos, iniciou-se um processo de abolição dos servos a partir da divisão de suas terras, arrendando-as ou adotando o sistema de parceria através da parceria pelo sistema de “meia”. O arrendamento e a parceria tomam o lugar do trabalho obrigatório dos servos. Paralelamente, nesse momento, surge uma classe e inicia-se também o trabalho agrícola com a mão de obra assalariada.

Esta nova organização do trabalho agrícola (meeiros e arrendatários, assalariados agrícolas, senhores feudais) se desenvolveu sob o impulso dos locadores (no caso, proprietários): as ordens monásticas, a burguesia e alguns aristocratas.

Ao mesmo tempo em que estes locadores fundiários permitiam condições vantajosas de arrendamento e parceria, também “amarravam” os camponeses a uma série de obrigações, a ponto de serem punidos aqueles que não lhes obedeciam. Exemplo: todo o cereal que fosse produzido deveria necessariamente ser moído no moinho do senhor; a proteção senhorial exigia taxas sobre as mercadorias, taxas de circulação etc.

A ampliação das terras de arrendamento e a subordinação do campesinato através da parceria levaram à:

- extensão deste modo de *exploração da natureza*, que não podia ultrapassar um limite ecológico determinado e, conjugado ao aumento da população, gerou aumento na demanda de alimentos a que o sistema não podia responder: aumento da pobreza, fome e epidemias e doenças (a Peste Negra de 1340);
- insuficiência da produção agrícola, a maior preocupação do século XV ao XVIII;
- busca de alternativas de produtividade agrícola, no comércio e na indústria incipiente – paralelamente às grandes descobertas e à expansão colonial. A burguesia financiou a construção de navios para iniciar um processo de expansão de seus negócios. Houve acúmulo de capital nas mãos dela, que começou a contestar o poder político da aristocracia baseado, sobretudo, na extensão dos domínios territoriais.

A crise política do sistema feudal, incapaz de levar desenvolvimento econômico e social à população, juntamente com o sistema agrário de pousio e tração animal, fecha um ciclo econômico amplo, deixando rastros sociais para serem resolvidos, além de ter que encontrar soluções para a questão alimentar. As manufaturas iniciam o seu desenvolvimento no século XV, em cidades da Itália e da Holanda – Veneza e Roterdã –, mas foi apenas nos séculos XVII e XVIII que elas tomaram impulso, financiadas ou mesmo estruturadas pelo capital comercial.

A parceria, neste momento, tem o mesmo significado que atualmente, ou seja, como *valorização indireta da terra* na agricultura: “ela aparece quando o proprietário não explora sua terra, delegando este direito a um usuário que possa assumir, mais frequentemente, duas formas: parceiro ou arrendatário” (DINIZ, 1986, p. 77).

A parceria é a forma de valorização indireta mais antiga, como estamos observando nesta aula. Daí ela ligar-se a condições tradicionais de relacionamento social entre proprietário e usuário.

6.3. VALORIZAÇÕES DA TERRA E AS RELAÇÕES DE TRABALHO NA AGRICULTURA BRASILEIRA

Define-se como valorização da terra a forma como se dá a exploração agrícola. A manifestação espacial do uso da terra é a exploração ou estabelecimento,² segundo o IBGE. O estabelecimento pode ser definido como unidade espacial do uso da terra.

² No caso da propriedade privada enquanto imóvel rural, a exploração da terra é variada, segundo a classificação em minifúndio, empresa rural, latifúndio por dimensão e por exploração.

6.3.1. Valorização direta e indireta

- **Valorização direta:** ocorre quando o próprio *proprietário* gera e explora sua propriedade com trabalho familiar ou assalariado. O que é importante, neste caso, é a responsabilidade dele na tomada de decisão e na obtenção do resultado agrícola, pois todos os lucros e perdas eventuais recaem sobre ele. A valorização direta, os direitos de posse e uso da terra são concomitantes.
- **Valorização indireta:** ocorre quando o proprietário da terra não explora sua terra, delegando poderes a outros para tal, como *arrendatários* e *parceiros*. Observamos que existe posse independente de propriedade, caracterizando os chamados *posseiros*, responsáveis pela grande expansão do espaço agrícola brasileiro, o qual sempre se deu pela penetração desses elementos, pelo trabalho posterior dos grileiros e pela expulsão dos primeiros povoadores, finalmente, pela venda da terra e regularização fundiária. Os posseiros, juntamente com outros usuários indiretos e pequenos proprietários, constituem a grande massa do campesinato brasileiro.

6.3.2. Parceria

Como já colocamos no item anterior, a parceria é uma das explorações da terra mais antigas de que se tem conhecimento. Na parceria, temos a valorização da terra pelo trabalho e produção.

Na parceria, numa prática de exploração da terra em que um proprietário delega o uso de sua terra a um terceiro, o pagamento é feito em percentual do resultado da produção. As formas de parceria são: a meia, a terça, a quarta: **a meia** é o pagamento e a divisão das despesas em duas partes; **na terça**, a terça parte do produto vai para o proprietário da terra; **na quarta ou quarteação**, a quarta parte do que é produzido naquela terra é que vai para o proprietário. A quarta é muito comum como sistema na pecuária tradicional, no Nordeste do país. **A quinta**³ é mais comum nos países do Oriente, com muito pouca água, pois ela é o elemento definidor ou não do plantio, sendo que nesta relação com parceiros lhes é dada a quinta parte do resultado do cultivo.

³ Isso decorre do fato de se considerar o resultado agrícola derivado de cinco elementos: terra, água, trabalho, sementes, implementos. Como o parceiro entra apenas com o trabalho, recebe 1/5 da produção.

As “terras em parceria”, segundo a classificação do IBGE, são *estabelecimentos* de terceiros que estão sendo explorados pelo produtor, mediante pagamento de parte da produção (meia, terça, quarta etc.), previamente ajustado entre as partes. Já o “empregado-parceiro” é uma pessoa empregada no estabelecimento e subordinada diretamente à pessoa que o dirige, que executa tarefa mediante recebimento de uma cota-parte da produção: meia, terça, quarta etc.

Em outros termos, o parceiro é um tipo de trabalhador que, mediante um acordo realizado com o proprietário da terra, utiliza a propriedade como um todo e divide com este a produção obtida na proporção previamente combinada. Legalmente, considera-se parceiro aquele trabalhador que tem contrato escrito de parceria firmado com o proprietário da terra e desenvolve atividade agropecuária, dividindo a produção em percentuais, conforme acordo estipulado no contrato. Em geral, a parceria predomina nas culturas temporárias, ou seja, nas culturas de ciclo curto. Um tipo específico de parceiro é o chamado “meeiro”, ou seja, é todo aquele trabalhador que tem contrato escrito com o proprietário da terra e desenvolve atividade agropecuária, dividindo meio a meio a produção (e, de acordo com o contrato, também as despesas, lucros etc.).

Gonzales e Bastos (1979) ressaltam que o sistema de parceria pode ser classificado em dois subsistemas básicos, a saber:

- a) **Parceria que partilha o produto principal em empreendimento agropecuário.** Neste caso, são feitos sistemas de “meação” (meia), “terça” e “quarteação” (quarta). Exemplo: no sistema de “quarteação” que vigorava na pecuária tradicional, havia a entrega de um bezerro em cada quatro “vingados” como pagamento do trabalho, no lugar de um salário.

b) Parceria que partilha um produto secundário, em função do tipo de atividade e condições sociais de trabalho na área.

Exemplo: partilha de produtos como arroz, feijão e milho em uma fazenda de pecuária, sendo que, neste caso, o trabalhador desempenha inúmeras funções dentro da propriedade.

6.3.3. Outras formas tradicionais de trabalho no campo

Em decorrência de relações de trabalho culturalmente existentes no campesinato brasileiro, encontramos formas arcaicas de trabalho, como a troca de serviços entre agricultores camponeses e familiares que predomina até hoje em regiões como Jequitinhonha, norte de Minas, Mucuri e até mesmo em locais muito próximos de metrópoles e espaços agrários capitalistas, como o sul de Minas e Triângulo Mineiro, como recurso social para a manutenção da agricultura camponesa. Exemplo disso é colocado por Bedim (2008, p. 205) sobre a etnografia do entorno do Parque Estadual de Ibitipoca, onde os *colonos* (agregados), os *camaradas* (diaristas e meeiros/parceiros; homens livres sem terras para plantar) e os *camponeses--sitiantes* (agricultores familiares que possuíam pequenas porções de terra) complementavam a agricultura de subsistência com uma produção mercantil simples.

A uma distância de 80 km da metrópole de Belo Horizonte, relações de trabalho de parceria – meação e trocas de serviços entre agricultores camponeses e proprietários – foram identificadas e analisadas no espaço rural de Bonfim, Crucilândia e Rio Manso – MG, em 1990/1991 (TUBALDINI *et al.*, 1990).

Muitos outros exemplos podem ser citados quando relacionamos o espaço rural às relações de trabalho tradicionais e aos hábitos culturais no campesinato e nas comunidades rurais tradicionais (quilombolas, indígenas e outras) em diferentes espaços agrários de Minas Gerais e de outros estados brasileiros.

6.3.4. Arrendamento

É uma forma capitalista de exploração da terra em valor; moeda. No arrendamento, a exploração é outorgada totalmente a um terceiro, que paga em moeda pelo uso da terra. No arrendamento, não ocorre qualquer interferência do proprietário da terra na sua futura exploração. O arrendamento sempre teve, desde seu início, predomínio em países desenvolvidos, com maior disponibilidade de capitais, a exemplo da Grã-Bretanha ou da França, onde cerca de 20% das terras são arrendadas, e apenas 5% delas, dadas em parceria. De modo geral, o pagamento ao arrendamento da terra é feito em dinheiro e nunca em espécie e percentual do produto, como é feito na parceria.

Teoricamente, o arrendamento pode corresponder à expansão do capitalismo no campo, enquanto a parceria é entendida como sobrevivência de formas arcaicas de produção ou mesmo recriação do próprio capitalismo. O arrendamento brasileiro, na sua forma espacialmente mais difusa, não corresponde necessariamente à expansão do capitalismo no campo (embora alguns estudos demonstrem isso em áreas localizadas) e o arrendatário, juntamente com parceiros e minifundistas, geralmente integra a grande massa de pequenos produtores de baixa renda.

6.3.5. As relações de trabalho assalariadas

a) Trabalho assalariado

O trabalho assalariado, segundo a definição do IBGE (2006) para sua coleta de dados, indica que:

- **Empregado permanente** – pessoa contratada para trabalhar de maneira regular e contínua em atividades do estabelecimento agropecuário com, no mínimo, seis meses de contrato ou, se por menor período, foi contratada com esta característica. Não se considerou o administrador do estabelecimento agropecuário como empregado permanente, porque se o produtor fosse uma pessoa jurídica, ele seria considerado como o responsável pelo estabelecimento.

Quando estamos analisando o trabalho assalariado permanente, temos especificações regionais para este tipo de trabalhador, que podem ser os **agregados** (que ainda são denominados em áreas do Nordeste – cultura cacaueira, no Agreste –, em grandes propriedades e no Norte do país – Pará, Maranhão, especificamente).

- **Empregado temporário** – pessoa contratada para trabalhar no estabelecimento agropecuário uma ou mais vezes em tarefas temporárias ou eventuais, como destocamento, preparo da terra, plantio, colheita, limpeza de pasto, reforma de cercas etc., sem a intermediação de terceiros. Não se considerou como empregados temporários do estabelecimento as pessoas que foram levadas por terceiros (empreiteiros contratados pelo produtor) para executar tarefas no estabelecimento.

Abaixo, faremos uma análise do trabalho temporário diarista, contratado por proprietários principalmente nas áreas de agricultura de exportação com cana-de-açúcar, café, laranja, e outros.

b) Trabalho volante

Sabemos que as relações de trabalho – entendidas como concretizações de relações sociais de produção – assumem diversas formas e uma delas é chamada de “trabalho volante”, fenômeno que se torna visível na agricultura brasileira a partir da década de 1960, momento no qual um grande volume de força de trabalho – despojada

de meios de produção e liberada em função da substituição de antigas relações de trabalho – foi somado ao excedente populacional expulso dos minifúndios, aumentando o número de trabalhadores volantes no país. Segundo Baptistella (1994), “em 1970, constituíam 14,9% da força de trabalho na agricultura, passando a representar 27,3% em 1979. Em meados da década de 80, atingiram a cifra de 30% (VICENTE, 1989)”.

O trabalho volante é uma modalidade de trabalho assalariado por tarefa; uma

relação de trabalho na qual os produtores diretos vivem exclusivamente da venda de sua força de trabalho e, para tanto, são obrigados a se deslocarem continuamente, seja de um local fixo a diferentes lavouras, ou de uma fazenda a outra, a fim de executarem tarefas em regime de empreitada direta ou intermediada. (GONZALES; BASTOS, 1979)

O “volante” é o trabalhador agrícola (também chamado de “boia-fria” – Paraná e São Paulo –, “pau-de-arara” – São Paulo – e “clandestino” – zona canavieira de Pernambuco), residente fora das fazendas (em muitos casos, nas periferias das cidades e vilas), que se desloca continuamente para a execução de tarefas nas áreas rurais, em regime de empreitada.

Em termos gerais, Gonzales e Bastos (1979) ressaltam que o regime de trabalho volante traz consigo algumas características fundamentais, dentre as quais destacamos:

- **Trabalho por tarefa em regime de empreitada**, sendo que a forma de pagamento da força de trabalho é por tarefa, ou seja, é realizado pela capacidade de rendimento, pela quantidade de tarefas executadas pelo trabalhador. Exemplo: no caso de trabalhadores volantes no corte de cana em São Paulo, para se manterem empregados e elevar seus salários pagos por tarefa (R\$2,50 por tonelada em 2007), eles intensificam os ritmos de trabalho (6,79 toneladas em junho de 2004 para 9,81 toneladas em 2007, Ribeirão Preto). Uma vez que os vínculos entre trabalhador e empresário agrícola capitalista são instáveis (relações de trabalho informais) e o salário é pago pela produtividade (que depende do trabalhador, sendo reduzida a necessidade de fiscalização do trabalho), esta relação de trabalho é muito vantajosa para o empresário.
- **Trabalho que implica o deslocamento contínuo de seus agentes**: uma vez que as tarefas sazonais são características da atividade agrícola (como as colheitas), torna-se desnecessária a fixação (residência) do trabalhador no interior das fazendas. Este fator coloca-se como uma vantagem diferencial deste regime de trabalho sobre os demais, uma vez que contribui com a redução dos custos, a valorização e (re)produção dos capitais investidos pelos grandes empresários. Dessa forma, as

relações de trabalho assalariado por tarefa no sistema volante são incentivadas e generalizadas nas empresas agrícolas que dispõem de certo volume de capital.

- **Trabalho no qual o trabalhador direto encontra-se totalmente desprovido de qualquer meio de produção, exceto de sua força de trabalho, vendida aos detentores dos meios de produção.**

De acordo com os referidos autores, podemos classificar os trabalhadores volantes (trabalhador por tarefa no regime de empreitada) em duas modalidades distintas, quais sejam:

- **Rurbanos:** trabalhadores da agricultura que residem nas áreas urbanas, sendo que, para executar tarefas na área rural, deslocam-se diariamente de seu ponto fixo (urbano) para o rural.
- **Itinerantes:** trabalhadores agrícolas que mudam de uma fazenda para outra, mas, para a execução das tarefas na área rural, eles se hospedam, provisoriamente, nos locais de trabalho agrícola, movendo-se periodicamente de uma fazenda para outra. Exemplo: “boias-frias” que trabalham nos canaviais paulistas (especialmente em Ribeirão Preto), geralmente migrantes da região Nordeste e do Vale do Jequitinhonha (MG), hospedados em alojamentos precários. Este tipo de trabalho volante no corte de cana vem sendo reduzido (queda de 20,9% no total de trabalhadores no setor entre 1981 e 2004, de 625 mil para 494 mil) em função das questões econômicas (mecanização e substituição do pagamento de mão de obra), legais e sociais (regulação que prevê a extinção da colheita manual e cobrança pelo cumprimento das leis trabalhistas), conforme estudos da Esalq/USP sobre a mecanização nas lavouras.

O que diferencia, portanto, estas duas modalidades de trabalhadores “volantes” é o deslocamento, o movimento espacial que os mesmos realizam para a execução de suas atividades. O que os une é o desprovido de qualquer meio de produção, a não ser a sua própria força de trabalho, vendida aos empresários agrícolas com o objetivo de garantir a sua própria sobrevivência.

Destaca-se que, com o estabelecimento da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, foram estendidos os benefícios da Previdência a todos os trabalhadores rurais – empregados, contribuintes individuais, trabalhadores avulsos e segurados especiais –, dentre os quais os volantes (desde que tenham carteira assinada), os parceiros (cuja condição deve ser comprovada mediante contrato), entre outros.

REFERÊNCIAS

- BAPTISTELLA, C. da S. L. *et al.* O trabalho volante na agricultura paulista e sua estacionalidade, 1985-93. *Agricultura em São Paulo*, São Paulo, v. 43, t. 3, p. 61-83, 1994.
- BEDIM, Bruno Pereira. *O processo de intervenção social do turismo na Serra de Ibitipoca (MG): simultâneo e desigual, dilema camponês no “paraíso do capital”*. 406 f. Dissertação (mestrado) –, Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.
- DINIZ, J. A. Filizola. *Geografia da agricultura*. 2. ed. São Paulo: Difel, 1986.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Agropecuário 2006, Resultados Preliminares: Notas Técnicas*. 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/notatecnica.pdf>>. Acesso em: maio 2009.
- GONZALES, Elbio; BASTOS, Maria Inês. O trabalho volante na agricultura brasileira. In: GONZALES, Elbio; BASTOS, Maria Inês. *Capital e trabalho no campo*. São Paulo: Hucitec, 1979. p. 25-47. (Coleção Estudos Brasileiros, 7).
- ROMEIRO, A. R. *Meio ambiente e dinâmica de inovações na agricultura*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 1998.
- SIGAUT, F. *L'agriculture et le feu*. Paris: Mouton et Cie, 1975. 320 p.
- SWEEZY, P. *Modern, Capitalism and Other Essays*. New York: Monthly Review Press, 1972.
- TUBALDINI, M. A. S. *et al.* Camponeses do Paraopeba: diagnóstico e alternativas. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 52, n. 2, p. 75-82, 1990.
- VICENTE, J. R. *Influência de educação, pesquisa e assistência técnica na produtividade da agricultura brasileira na década de setenta*. Dissertação (Mestrado) –, Piracicaba, Esalq, Universidade de São Paulo, 1989.

Questão agrária e questão agrícola: discussões

7.1. INTRODUÇÃO

As discussões sobre a questão agrária no Brasil vêm se intensificando nos últimos anos, segundo Graziano da Silva (1980, p. 7).

A primeira pergunta que se faz quando tratamos deste tema é: existe um problema agrário brasileiro? Segundo Valverde (1964, p. 231-232),

um problema agrário independe da área de um país, também não é a produção agropastoril que determina a existência ou não de um problema agrário, mas sim, antes de tudo, a resposta a esta pergunta: qual é a situação do homem rural no contexto socioeconômico do país?

O problema para o referido autor é, em sua essência, uma questão sociológica, sobre a qual outras áreas das ciências também refletem: a Geografia Agrária e Rural, a Economia, a Antropologia etc., cada uma com os aportes teóricos que detém. Ademais, como a ciência hoje é multidisciplinar, nos espaços em que elas se interconectam, estão os aportes diversos que são básicos para a explicação destas questões agrárias.

Já Graziano da Silva (1980) aponta para a questão agrária e a questão agrícola, analisando-as separadamente apenas como um recurso analítico, pois, na realidade, não se pode separar tais fatos em compartimentos. Para isso, observa-se que não podemos separar e/ou confundir a questão agrária com a questão agrícola.

Muitas são as questões agrárias discutidas ao longo do tempo, por geógrafos, economistas, sociólogos, antropólogos e outros cientistas, abordando o que o agro está “clamando” num dado momento por solução governamental e da sociedade como um todo. Na década de 1930, a discussão girava em torno da crise do café e da grande depressão iniciada com a quebra da bolsa de Nova York, em 1929.

No final da década de 1950 e início dos anos de 1960, a discussão sobre questão agrária fazia parte da polêmica sobre os rumos que deveria seguir a industrialização brasileira. Existiam, neste momento, duas argumentações sobre o assunto: a primeira, de que a agricultura seria um empecilho ao desenvolvimento econômico, uma vez que este era entendido como sinônimo de industrialização do país. O diagnóstico foi reforçado pela crise econômica brasileira de 1961/1967.

De 1967 até 1973, o país entrou numa fase de crescimento acelerado da economia. Este período ficou conhecido como o “milagre brasileiro” e pouco se falou da questão agrária. Isso em decorrência da repressão política do momento, no qual não se podia escrever, falar sobre a situação e, também, porque se achava que a questão agrária estivesse resolvida com o aumento da produção agrícola ocorrida no momento do milagre. O impasse era a produção de cultivos de exportação em detrimento dos produtos de alimentação – a contra-argumentação era de que isso significava apenas um desajuste momentâneo e que se normalizaria. Outros afirmavam que, exportando soja – mais lucrativa –, e com os recursos obtidos, poderíamos comprar o feijão de que necessitaríamos.

Essa maneira de pensar atingia a orientação técnica e a extensão rural do país, que desativou nos produtores familiares a tendência de produzir os alimentos básicos para sua sobrevivência e da família, com uma explicação de que “comprar arroz e feijão no supermercado era mais barato do que produzi-los”. O alto custo da produção se fazia em decorrência do processo de produção adotado nesse momento – com base na energia do petróleo e por meio do uso de adubos químicos. Esta tomada de decisão vem de encontro com a necessidade de afirmação da grande produção de arroz na fronteira agrícola do Centro-Oeste que, somada aos detentores do monopólio da distribuição do arroz – do Sul do país –, incentivavam maior produção na fronteira agrícola em detrimento da produção familiar. Como consequência desta política enviesada, o produtor familiar perde em qualidade de alimento que ele mesmo pode produzir. Atualmente, com incentivos mais bem definidos para a agricultura familiar, certas áreas com orientação técnica adequada incentivam os cultivos básicos de alimentação – arroz e feijão em pequenas áreas de plantio.

O denominado “milagre” na agricultura chegou ao fim e observou-se que os incentivos tinham beneficiado apenas uma minoria de produtores – os grandes – e penalizado os trabalhadores rurais.

A partir de 1974 em diante, a economia brasileira deixa de apresentar os elevados índices de crescimento do período anterior sendo que, no triênio 1975/1977, outra situação de crise começa a se delinear na economia brasileira.

Em 1978, com uma relativa abertura política no país, muitas coisas voltam a ser discutidas, entre elas o debate sobre a “questão agrária”, novamente dentro de um contexto mais geral das crises do sistema econômico capitalista.

A escolha da agricultura como “meta prioritária” do governo reavivou as discussões que se travaram em torno do conteúdo político e social das transformações que ocorreram no campo brasileiro nas últimas duas décadas.

O ressurgimento da questão agrária não era condizente com a situação do momento, pois ela não foi resolvida entre 1961 e 1978. De um lado, ela havia sido esquecida ou deixara de ser um tema da moda da grande imprensa. Do outro – da parte daqueles que não a podiam esquecer, porque a questão agrária fazia parte da sua vida diária, dos “trabalhadores rurais” –, ela fora silenciada. Para isso, foram fechados sindicatos, com a prisão e morte de líderes camponeses, além de outra série de violências.

Esse “ressurgimento” é um ponto a ser ilustrado com uma colocação fundamental: **não se pode confundir questão agrária com questão agrícola.**

Segundo Inácio Rangel (1962), o setor agrícola, à medida que avançasse a industrialização do país, teria que:

- a) aumentar a produção, para fornecer às indústrias nascentes matérias-primas e alimentos às pessoas das cidades;
- b) liberar a mão de obra necessária para o processo de industrialização.

Assim, se a produção agrícola não crescesse no ritmo necessário, configurar-se-ia então uma **crise agrícola**: faltariam alimentos e/ou matérias-primas, o que inviabilizaria a continuidade do processo de industrialização.

Por outro lado, se a agricultura liberasse muita ou pouca mão de obra em função das quantidades exigidas para a expansão industrial, configurar-se-ia uma **crise agrária**, traduzida por uma urbanização exagerada ou insuficiente.

Entretanto, do ponto de vista da realidade, não se pode separar *questão agrária* e *questão agrícola*, **isto é apenas um recurso analítico**. Ou seja, a *questão agrária* está presente nas crises agrícolas, da mesma maneira que a *questão agrícola* tem suas raízes na *crise agrária*. Portanto, é possível verificar que a crise agrícola e a crise agrária, além de internamente relacionadas, podem ocorrer simultaneamente. Mas isso não é sempre necessário. Pelo contrário: **muitas vezes, a maneira pela qual se resolve a questão agrícola pode servir para agravar a questão agrária.**

A questão agrícola diz respeito aos aspectos ligados às mudanças na produção em si mesma: **o que se produz e quanto se produz**. No equacionamento da questão agrícola, as variáveis importantes são as quantidades e os preços de bens produzidos.

A questão agrária está ligada às transformações **nas relações de produção**: como se produz, de que forma se produz. Os indicadores são: a maneira como se organiza o trabalho e a produção; o nível de renda e emprego dos trabalhadores rurais; a produtividade das pessoas ocupadas no campo etc.

A retomada das discussões da questão agrária a partir da década de 1970 advém não apenas da liberdade de discuti-la, mas também em consequência das relações capitalistas no campo, ou seja, o modo como o país tem conseguido aumentar a sua produção agropecuária tem causado impactos negativos sobre o nível de renda e de emprego da sua população rural. A excessiva liberação da população rural levou à expulsão de pequenos camponeses que, nesta situação, não conseguiam encontrar trabalho produtivo nas cidades. Disso resultaram crescentes índices de migrações, subemprego e outros indicadores como consequências dessa migração.

A expansão da grande empresa capitalista na agropecuária brasileira nas décadas de 1960 e 1970 foi ainda muito mais acelerada do que em períodos anteriores. Essa expansão destruiu milhares de pequenas unidades de produção, onde o trabalhador rural obtinha não apenas parte da sua própria alimentação, como também alguns produtos que vendia nas cidades. Esta mesma expansão transformou o colono em boia-fria, o que agravou os conflitos entre grileiros e posseiros, fazendeiros e índios, e concentrou ainda mais a propriedade da terra e o aumento dos conflitos agrários.

Como o capital transforma as atividades na agropecuária? Uma industrialização do campo, uma especialização acelerada desde o advento da Revolução Verde,¹ provocou melhorias do ponto de vista agrícola, mas houve uma tendência a haver maior utilização de adubos químicos, de inseticidas, de máquinas, do trabalho assalariado e maior intensidade do uso da terra. Ou seja, a produção se torna mais intensiva sob o controle do capital, e o capital torna-se um agente de modificação do espaço.

Essa industrialização da agricultura é exatamente o que se chama comumente de “penetração” ou “desenvolvimento do capitalismo no campo”. É como se o sistema capitalista passasse a “fabricar” uma natureza que fosse adequada à produção de maiores lucros. Assim, se uma região é seca, irriga-se para resolver a falta de água; se é um brejo, uma draga resolve o problema do excesso de água; se a terra não é fértil, aduba-se, e assim por diante.

É importante ressaltar que o objetivo das transformações capitalistas na agricultura (e em toda economia) é o de aumentar a produtividade do trabalho. Isto é, fazer com que cada pessoa possa

¹ Revolução Verde denomina-se, de maneira geral, o período no qual ocorre o aumento e a disseminação de novas práticas agrícolas, sementes melhoradas, insumos industriais, mecanização, redução do custo do manejo etc., que permitem o crescimento da produção agrícola em países menos desenvolvidos, durante as décadas de 1960 e 1970.

produzir mais durante o tempo em que está trabalhando. No sistema capitalista, quando o trabalhador produz mais, quem ganha é o patrão. Por isso o sistema capitalista acumula riqueza de um lado e miséria de outro. Entretanto, a elevação da produtividade do trabalho é fundamental em qualquer sociedade buscando, com isso, gerar o bem-estar dos trabalhadores.

7.2. QUESTÃO AGRÁRIA E DESENVOLVIMENTO RECENTE DA AGRICULTURA BRASILEIRA – UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA

Conforme estudado no item anterior, a industrialização da agricultura procurou reduzir as limitações impostas pela natureza. Porém, o desenvolvimento das relações capitalistas na agricultura tem particularidades em relação ao da indústria. A principal delas é que o meio de produção fundamental na agricultura – a terra – não é susceptível de ser multiplicado (reproduzido) ao livre-arbítrio do homem, como o são as máquinas e outros meios de produção e instrumentos de trabalho.

É exatamente por ela, a terra, não ser um meio de produção relativamente não reprodutível – ou, pelo menos, mais complexo de ser multiplicado – que a forma de sua *apropriação histórica* ganha importância fundamental. Desde que a terra seja apropriada privadamente, o seu dono pode arrogar-se o direito de fazer o que quiser com aquele “pedaço de chão”. Por isso, a estrutura agrária – ou fundiária –, ou seja, a forma como a terra está distribuída, torna-se, assim, o “pano de fundo” sobre o qual se desenrola o processo produtivo na agricultura.

Já colocamos anteriormente que o sistema capitalista procura superar essa barreira da limitação dos solos disponíveis fabricando as terras necessárias através da utilização de tecnologias por ele desenvolvidas, como irrigação, correção de fertilidade e de nível de acidez. Da mesma forma, pode-se “fabricar terras” ou produzir alimentos e até animais, praticamente, sem usar terra. É o caso da agricultura hidropônica ou do confinamento do gado. Mas, evidentemente, isso não aconteceu num “passe de mágica”, o que pressupõe toda uma história de desenvolvimento das relações capitalistas no campo, bem como as transformações que se operaram entre os vários agentes sociais da produção agrícola.

O início da colonização do território brasileiro se fez com a doação de grandes extensões de terra a particulares – as sesmarias. Daí, surgiram os latifúndios escravistas: a necessidade de exportar em grande escala e a escassez de mão de obra na colônia uniram-se à existência de um rentável mercado de tráfico de escravos. A propriedade fundiária constituiu um elemento que separava os trabalhadores dos meios de produção na agricultura brasileira.

Todas as atividades produtivas da colônia giravam em torno da agricultura e do comércio, praticamente não havendo indústrias.

O latifúndio escravista produzia para exportar, sua função básica. Os produtos variavam de acordo com os interesses da metrópole: primeiro o açúcar e, no fim da escravidão, o café. A exportação da produção, aliada à importação de escravos, é que garantia a lucratividade dos capitais comerciais metropolitanos.

O latifúndio escravista era o eixo de atividades econômicas da colônia, definindo as duas classes sociais básicas: os senhores e os escravos. Entre eles orbitava uma massa heterogênea de brancos (que não eram senhores), de negros libertos (que não eram escravos), de índios e de mestiços, que desempenhavam uma série de atividades. Vários eram “técnicos” empregados nos latifúndios, como escreventes, contadores, capatazes etc. Outros se dedicavam ao pequeno comércio como mascates, vendedores ambulantes etc. E outros eram agricultores: ocupavam certos pedaços de terra, onde produziam sua subsistência e vendiam parte da produção nas feiras das cidades. Aí está a origem da pequena produção no Brasil e sua estreita ligação com a produção de alimentos. Remetendo às suas origens históricas, conceitua-se primeiramente como agricultura camponesa. Segundo Muls (1990), a

forma camponesa de produção foi facilitada pela enorme disponibilidade de terra; pela dificuldade dos sesmeiros em explorarem toda a extensão de suas vastas propriedades e garantir, assim, o seu direito à sesmaria obtida. (MULS, 1990, p. 100)

Graziano da Silva (1980) aponta as características que estão na base da agricultura familiar:

- a produção camponesa está baseada na utilização do trabalho familiar;
- o camponês tem a posse dos instrumentos de trabalho ou de parte deles;
- embora a produção se destine em sua maioria para a subsistência do agricultor e sua família, ocorre a existência de fatores excedentes (terra, força de trabalho, meios de trabalho) que permitam uma produção de excedentes destinados ao mercado.

Pode-se afirmar, desde então, de maneira geral, que a agricultura camponesa nasceu no Brasil sob o signo da precariedade: precariedade jurídica, econômica e social do controle dos meios de trabalho e de produção, e, especialmente, da terra (LAMARCHE *et. al.*, 1993, p. 180).

A produção de alimentos no latifúndio era feita por estes pequenos agricultores, localizados em sua periferia, com relações de vassalagem e troca de favores como requisito para se manterem na terra. O escravo também produzia alimentos em seus “tempos livres” – domingos, feriados ou depois de terminada a jornada no eito.

Essa produção de alimentos, no latifúndio, variava muito em função do preço do produto de exportação ali produzido. Exemplo: subindo o preço do açúcar (depois o café) no mercado mundial, expandia-se o cultivo por todas as terras da propriedade, diminuindo a produção de alimentos. Em decorrência disso, havia escassez de alimentos e fome na colônia, quando as autoridades estimulavam os pequenos agricultores a expandirem sua produção para atender às vilas, às cidades e até mesmo ao latifundiário.

Extinto o regime de sesmarias no início do século XIX, e com a ausência de outra legislação regulando a posse das terras devolutas, há uma rápida expansão dos sítios desses pequenos produtores.

Neste mesmo período, começa o declínio do regime escravocrata – sob pressão da Inglaterra para vender suas manufaturas –, e o Brasil proíbe o tráfico negreiro em 1850.

Neste mesmo período, cria-se a Lei de Terras – como ficou conhecida, que rezava que todas as terras devolutas só podiam ser apropriadas mediante a compra e venda, e que o governo destinaria os rendimentos obtidos nessas transações para financiar a vinda de colonos da Europa. Com isso, resolviam-se dois problemas: restringia-se o acesso às terras (devolutas ou não) apenas àqueles que tivessem dinheiro para comprá-las, e criavam-se bases para a organização de um mercado de trabalho livre para substituir o sistema escravista.

O período que vai da proibição do tráfico e a Lei de Terras até a abolição marca a decadência do latifúndio-escravista.

Após 1888, começa a se consolidar no país um segmento formado por pequenas fábricas de chapéus, de louças, de fiação e de tecelagem. Tais indústrias vêm consolidar vários centros urbanos que antes eram puramente administrativos, como São Paulo e Rio de Janeiro. Esta urbanização bastante incipiente – e a urbanização daí decorrente – começa a provocar várias alterações na produção agrícola. Consolida-se a produção mercantil de alimentos fora das grandes fazendas de café. Os pequenos produtores de alimentos têm também a possibilidade de produzir matérias-primas para as indústrias nascentes como o tabaco, o algodão etc., uma vez que o latifúndio começa a monopolizar a produção destinada à exportação – o café.

O latifúndio do café, em decorrência do excesso de produção das variações de preço internacional durante o século XX, culmina em 1932, ano que se dá o auge dos reflexos da crise de 1929 sobre o setor cafeeiro.

O período que se estende de 1933 a 1955 marca uma nova fase de transição da economia brasileira. Neste período, o setor industrial vai se consolidando paulatinamente, e o centro das atividades econômicas começa, vagarosamente, a se deslocar do setor cafeeiro. A indústria vai, gradativamente, assumindo o comando do processo

de acumulação de capital: o país vai deixando de ser “eminente-mente agrícola”.

Neste período, a industrialização vai “substituindo as importações”. Porém, tal substituição fica complicada quando começa a se fazer necessário que produtos, dependentes da siderurgia, sejam produzidos internamente, como carros e eletrodomésticos.

Para isso, no período de 1955/1956, faz-se a implantação da indústria pesada, necessária ao país: siderurgia, petróleo, material elétrico etc. Resolvido este problema, inicia-se o que se chama de *industrialização da agricultura* (SILVA, 1980, p. 27).

No final dos anos de 1950, a questão agrária volta-se para a polêmica sobre os rumos da industrialização brasileira. A agricultura, quando comparada à industrialização, era vista como um empecilho ao desenvolvimento econômico, pois era considerada um setor pouco dinâmico ou atrasado.

No início dos anos de 1960, que corresponde ao final da fase de industrialização pesada no país, instalam-se as fábricas de máquinas e os insumos agrícolas. São implantadas indústrias de tratores e equipamentos agrícolas (arados, grades etc.), fertilizantes químicos, rações e medicamentos veterinários. E a indústria de fertilizantes e defensivos químicos só pode se instalar depois de construída a indústria petroquímica; de tratores e equipamentos agrícolas, depois de implantada a siderurgia, e assim por diante. Terminado este momento, a agricultura brasileira iria ter que criar um mercado consumidor para estes novos meios de produção. Para isso, criou-se um conjunto de políticas agrícolas destinadas a incentivar a aquisição dos produtos desses ramos da industrialização.

No período de 1967 até 1973, de crescimento acelerado da economia com o chamado “milagre econômico”, pouco se falou sobre a questão agrária. Isso aconteceu em decorrência da repressão política e por muitos acharem que a questão agrária tinha sido resolvida devido ao crescimento da produção agrícola – mesmo sabendo que o aumento era por parte das culturas de exportação.

Com o fim do milagre, verificou-se que ele tinha beneficiado apenas a minoria privilegiada. Ressurge a discussão de novos temas, mas que estavam deixados de lado, como a questão da estrutura fundiária concentrada na fronteira agrícola e os conflitos de terra, a expansão de produtos de exportação na fronteira agrícola e também no Sudeste, como a cana-de-açúcar para a produção de açúcar e do etanol, discussão reativada em 2006 como alternativa de energia limpa para a indústria de carros, visando também à exportação.

Muitas outras questões agrárias podem ser levantadas no estágio atual da agricultura brasileira, tais como as relações rurais/urbanas e a multifuncionalidade do espaço rural que serão abordadas na disciplina Geografia Rural.

REFERÊNCIAS

GRAZIANO DA SILVA, J. (Coord.) *et al.* *Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1980. 240 p.

LAMARCHE, Hugues (Org). *A agricultura familiar: comparação internacional. Uma realidade multiforme*. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1993.

MULS, Nair Costa. A formação da estrutura agrária mineira e a gênese do campesinato. *Análise & Conjuntura*, Belo Horizonte, v. 5, n. 3, p. 94-109, set.-dez. 1990.

RANGEL, Ignácio. *A questão agrária brasileira*. Recife: Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, 1962.

VALVERDE, Orlando. *Geografia agrária do Brasil*. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais/INEP, 1964. 2 v.

Revolução Verde e modernização da agricultura brasileira

8.1. A REVOLUÇÃO VERDE – A INDUSTRIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA

A primeira revolução agrícola contemporânea possibilitou o desenvolvimento industrial, principalmente da indústria química e mecânica no século XX. É neste contexto que as condições de produção em massa dos insumos agrícolas tornaram-se presentes. Sobre tudo a partir da Primeira Guerra Mundial, a agricultura se instrumentalizou e passou a utilizar cada vez mais em seu processo produtivo insumos oriundos da produção industrial.

A Revolução Industrial promoveu profundas mudanças nas relações de trabalho, na tecnologia e no desenvolvimento urbano, lançando as bases de uma total mudança na agricultura. Contudo, o processo da transformação moderna da agricultura atingiu uma incidência particular quando as conquistas da ciência moderna, da mecânica, da química, da fisiologia vegetal e animal foram transportadas das cidades, onde tinham sido realizadas, para o campo.

Os brilhantes resultados que a máquina obteve na indústria fizeram surgir a ideia de introduzi-la na agricultura. A agricultura passou a depender cada vez menos dos recursos locais.

As indústrias investiram cada vez mais intensamente nos meios de produção da agricultura: tratores, arados, grades, colhedei ras, adubos químicos, ração animal, venenos, energia etc.

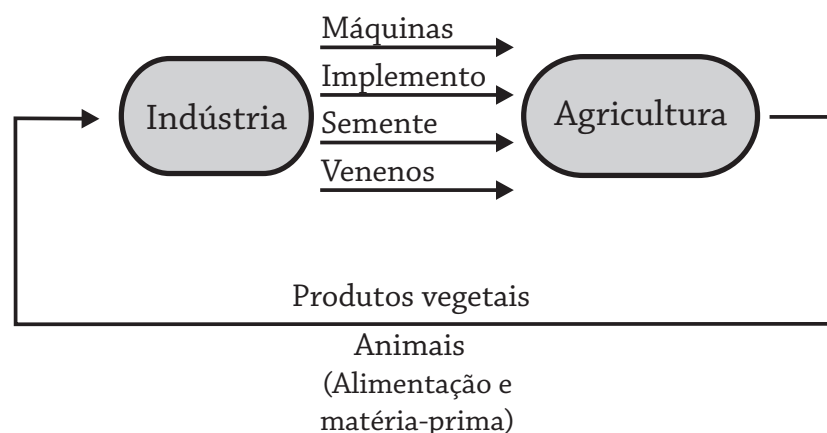
O desenvolvimento industrial levou, ao mesmo tempo, ao progresso dos meios de transporte e da armazenagem e conservação dos produtos agrícolas. Um mercado nacional e internacional relativamente unificado se formou, possibilitando a concorrência de produtos oriundos de regiões distantes e diferentes. Isso levou a uma acentuação cada vez maior da diferenciação entre as regiões. Em cada lugar, as explorações e as produções menos rentáveis desaparecem.

O antigo sistema de produção baseado na rotação e diversificação de culturas e animais deu lugar a sistemas de produção simplificados, especializados – ou seja, a **monocultura**. A produção se concentra em regiões e nas explorações (propriedades, estabelecimentos) com maiores vantagens físicas e econômicas.

Através do esquema a seguir, podemos observar o sistema de produção dependente, desde os insumos necessários à produção até a comercialização:

FIGURA 8.1 - Sistema de produção dependente

Fonte: adaptado de OLIVEIRA JR., 1989, p. 68. Elaboração: Breno Ribeiro Marent.



Este novo sistema de produção é caracterizado pelos seguintes aspectos:

- a motorização como meio de tração. Novos instrumentos permitem o aumento da produtividade do trabalho;
- os adubos químicos como meio de reprodução da fertilidade (venenos, herbicidas e veterinários);
- o desenvolvimento dos transportes e da conservação dos produtos agrícolas, possibilitando a transformação industrial e posterior distribuição nas cidades;
- a acentuação da divisão social do trabalho, com a maior separação cidade/campo, e também entre trabalho intelectual e manual;
- a melhoria genética das plantas e animais;
- a relativa unificação dos mercados nacional e internacional, que permitiu uma maior especialização regional de certas culturas e criações (monocultura); e
- a maior dependência da agricultura em relação à indústria.

A segunda revolução agrícola torna o espaço agrícola não mais fundamental para a produção de alimentos, mas traz como consequência uma série de problemas ambientais/ecológicos e sociais, que acabam impondo restrições ao uso individual absoluto da propriedade: a necessidade de sua função social.

Em toda sua história, foram os agricultores, de maneira geral, que ditaram os rumos da produção agrícola. O “saber” popular camponês desenvolveu todos os seus instrumentos de trabalho e sistemas de produção, passando de geração a geração este conhecimento. A partir da segunda revolução agrícola, há uma alienação material e econômica do “saber” necessário à produção. Até mesmo os manuais de utilização de um instrumento agrícola ou as instruções de uso de agrotóxicos não são feitos por agricultores. A indústria subordinou a agricultura à sua lógica.

Os problemas gerados e resolvidos pela própria agricultura fogem de sua esfera de decisão, constituindo-se numa questão de ordem econômica e política em escala ampliada e mundial.

Os efeitos e consequências da segunda revolução agrícola, mundial e vivida como primeira no Brasil, serão discutidos em aulas posteriores quando vamos tratar da Revolução Verde, da modernização da agricultura brasileira e da entrada de capital na agricultura, bem como das mudanças decorrentes deste capital na agricultura brasileira.

8.2. A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA – CONSERVADORA

A agricultura brasileira começa a utilizar técnicas modernas de produção ainda nos anos de 1950, porém é após o governo João Goulart, deposto pelo golpe militar de 1964, que a modernização definitivamente entra no campo brasileiro. O governo militar tinha a proposta básica de desenvolver o país integrando-o à economia capitalista mundial – internacionalização da economia brasileira. Para isso era necessária a intervenção direta do Estado, com a intenção de abrir o Brasil ao capital externo e elaborar uma política de produção para o exterior, aumentando a exportação de gêneros agrícolas.

O baixo uso de técnicas “modernas” e tecnologia pelos agricultores brasileiros passa a ser apontado como principal responsável pelo atraso econômico do Brasil. O campo deveria acompanhar o estágio de desenvolvimento das indústrias nos grandes centros urbanos, para tanto, questões envolvendo conflitos fundiários, a falta de infraestrutura para o escoamento da produção, a necessidade de aumentar as áreas agrícolas através da expansão da fronteira agrícola e dificuldades quanto ao crédito para obtenção de sementes, insumos e máquinas deveriam ser resolvidos, mesmo que fossem deixadas de lado questões sociais importantes como reforma agrária, emprego e renda. Dessa forma, o desenvolvimento agrícola proposto pelo Estado brasileiro deveria se pautar, conforme Gerardi (1980, p. 27), no uso de tecnologia mecânica, química e biológica que visaria a:

- insumos mecânicos: aumentar a área efetivamente utilizada, reduzindo o tempo de trabalho necessário às operações de trato da terra e dando maior eficiência aos tratos culturais;
- insumos químicos: maior produtividade, ocupação de áreas ecologicamente desfavoráveis, redução das perdas de produção devido a pragas e doenças; e
- insumos biológicos: aumento da produtividade de lavouras e rebanhos, encurtando o ciclo vegetativo vegetal e animal produzindo em menos tempo.

A modernização brasileira é entendida como um processo de modificação da base técnica da produção. Essa chamada modernização se faz através da mecanização – via usos de tratores –, dos fertilizantes químicos, dos agrotóxicos, das sementes selecionadas, das rações e dos medicamentos veterinários (GRAZIANO DA SILVA, 1982, p. 26). Segundo o referido autor,

a “**modernização conservadora**” privilegia apenas algumas culturas e regiões, assim como alguns tipos específicos de unidades produtivas (médias e grandes propriedades). Nunca uma transformação dinâmica, autossustentada, pelo contrário, uma modernização induzida através de pesados custos sociais e que só vinga pelo amparo do Estado. (GRAZIANO DA SILVA, 1981, p. 40)

José Graziano da Silva (1982, p. 32) também classifica as inovações que acompanham o progresso tecnológico na agricultura capitalista em:

- a) mecânicas – afetam de modo particular a intensidade e ritmo da jornada de trabalho;
- b) físico-químicas – atuam sobre as condições naturais do solo, elevando a produtividade do trabalho aplicado a esse meio de produção básico; e
- c) biológicas – influenciam, principalmente, a velocidade de rotação do capital adiantado no processo produtivo, através da redução do período de produção.

As raízes da recente transformação da agricultura podem ser encontradas numa ênfase à implantação de um parque industrial intensivo, durante a década de 1950. Essa estrutura somente vem a ser efetivamente acionada no contexto do novo estilo de desenvolvimento que se implanta a partir de 1964. Nesse momento, inicia-se a ideologia da “modernização conservadora” do governo militar (MARTINE; BESKOW, 1987, p. 19). A coincidência dessas ações com a fase ascendente dos anos do “milagre brasileiro” permite que se alterem as formas tradicionais e se privilegiem as linhas modernas, ou empresariais, de produção agrícola.

A modernização aliada ao pacote da Revolução Verde promete uma elevação da produtividade média através de sementes melhoradas, ou de “alto rendimento”. A obtenção dessa produtividade condiciona-se, contudo, ao uso integrado de máquinas e insumos químicos. Segundo Kautsky (1972, p. 63),

o processo da transformação moderna da agricultura atingiu uma incidência particular quando as conquistas da ciência moderna, da mecânica, da química, da fisiologia vegetal e animal foram transportadas das cidades onde tinham sido realizadas para o campo.

Tal modernização da estrutura de produção agrícola articula-se com o complexo industrial internacional e o novo modelo apoia-se tanto na oligarquia rural, preocupada com os movimentos sociais do campo, como nos setores do capital urbano, interessados no seu raio de atuação. Esses fatores, aliados aos preços internacionais favoráveis e à disponibilidade da Revolução Verde, e amparados por uma coligação de forças suficientes para reprimir qualquer oposição às mudanças, empreendem uma transformação profunda na estrutura de produção agrícola tradicional (MARTINE, 1987, p. 9).

Entre os recursos citados por Kautsky para a moderna agricultura, por volta de 1900, inclui-se a aplicação da bacteriologia à agricultura nos trabalhos de melhoramento de solo e o emprego de fertilizantes, de acordo com pesquisas de fisiologia vegetal. Os trabalhos de Liebig (1862 *apud* KAUTSKY, 1972, p. 76) estabelecem que

o princípio de que o fundo de fertilidade dos campos só pode manter-se só pode aumentar de uma maneira contínua se lhes restituem os elementos constritivos que lhes foram retirados sob a forma de produtos agrícolas mandados para o mercado. Os lixos das cidades devem ser enviados para a agricultura.

A bacteriologia coloca em ação seus êxitos práticos como o uso dos fungos de fermentação, até então desconhecidos, e o microscópio leva a preservar e curar plantas e animais de doenças ainda não conhecidas (KAUTSKY, 1972, p. 80).

Como informa Graziano da Silva (1981, p. 330), a utilização de defensivos químicos, como os pesticidas, os inseticidas e os herbicidas, reduz o tempo de trabalho e aumenta a produtividade, não do trabalho, pela redução das perdas naturais do processo produtivo, resultantes do ataque de pragas e doenças e da competição de ervas daninhas. Já a adubação, química ou orgânica, age no sentido de aumentar a produtividade do trabalho. Diferentemente do que ocorre no caso dos defensivos, a adubação, muitas vezes, leva, por exemplo, ao aumento do trabalho por unidade de área, nas épocas de colheita.

As inovações tecnológicas, como espaçamentos com combinações diferentes, plantio em nível, drenagem e irrigação, rotação de culturas e outras práticas, atuam, também, no sentido de elevar a produtividade do solo. As inovações biológicas, por sua vez, agem no sentido de gerar um volume de produção num espaço de tempo menor. O ponto crucial dessas inovações, como as sementes geneticamente melhoradas, segundo Graziano da Silva (1982, p. 34), é que transforma a agricultura num ramo da indústria. Elas têm uma função essencial na modernização da agricultura, pois não só viabilizam como também potencializam e aceleram os efeitos do progresso técnico. Sem a combinação biológica, física e química, qualquer inovação tem margens restritas na agricultura. As inovações biológicas constituem, portanto, a base do processo que leva o capital a superar as barreiras naturais que encontra para seu desenvolvimento na agricultura.

A oferta de tratores no mercado nacional estava, até a década de 1960, restrita às importações. Após a reversão da política do crédito rural, no primeiro quinquênio da década de 1980, esse quadro muda e aumenta a demanda de tratores por parte da agricultura.

Tabela 8.1 - Evolução da utilização de tratores na agropecuária por região – Brasil – 1920/1980

Região	1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980
Norte	-	26	61	-	1127	1733	5825
Nordeste	-	251	451	-	281	15074	33590
Sudeste	-	1835	4813	-	82517	131881	198809
Sul	-	1240	2566	-	64605	145393	230334
Centro-Oeste	-	28	136	-	10340	29032	62133
Brasil	1706	3380	8372		165870	323113	530691

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário. In: MARTINE; BESKOW, 1987, p. 29.

A Tabela 8.1 mostra a utilização de tratores por regiões, no Brasil, indicando um aumento significativo do seu uso a partir de 1970, quando tem início o crédito subsidiado para a compra dessas máquinas, e, ao mesmo tempo, aponta a sua relação com a instalação da produção nacional de tratores. No caso de Minas Gerais, a produção de tratores e escavadeiras concentra-se na Fiat-Allis, em Betim, que, atualmente, tirou esse setor de produção desse estado. Verifica-se concentração da utilização de tratores no Sudeste e, com maior intensidade, no Sul do país, que assume a liderança regional a partir de 1975.

De acordo com Kautsky (1972, p. 63), “a exploração por meio de máquina tem, no entanto, maiores obstáculos a transpor na agricultura do que na indústria”. Para o autor, tais obstáculos são:

- de ordem técnica: a máquina tem que se adaptar ao meio natural e criar um meio como se faz na indústria;
- de ordem econômica e social: a baixa intensidade de uso de máquinas na agricultura durante o ano restringe-se apenas

a pequenos períodos. O grau de ociosidade das máquinas na agricultura contrapõe-se à indústria em termos de economia de trabalho (KAUTSKY, 1972, p. 166).

O grande papel que as máquinas desempenham na agricultura está na influência que têm sobre o trabalhador, em termos de economia de força de trabalho, de expulsão dos operários do campo e de redução do dispêndio de tempo para se colocarem rapidamente os produtos no mercado e se tornar o agricultor mais independente dos seus operários (KAUTSKY, 1972, p. 67).

A criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA – ocorre num momento em que as exigências do crescimento industrial e urbano do país requeriam mudanças na estrutura produtiva, que o antigo sistema de pesquisa não seria mais capaz de produzir. Anexo a esse, institui-se um outro sistema de apoio à pesquisa, através do Plano de Metas. Como consequência e em função de exigências sociais e econômicas, surgem os centros de pesquisa de produtos (trigo, soja, arroz e outros) e recursos naturais (cerrado, pantanal, trópico, semiárido e outros).

É por isso que a pesquisa biológica,¹ nos países capitalistas, está a cargo do Estado. Além disso, ela exige grandes investimentos e prazos relativamente longos para os retornos e, também, torna-se muito difícil à apropriação privada de seus resultados por capitais individuais. Um exemplo típico é o repasse de novas variedades e sementes selecionadas de milho da EMBRAPA para a Cargill, que as produz e distribui para os produtores e paga, em *royalties*, aquela empresa de pesquisa pela prestação de serviço.

Por outro lado, os instrumentos de fomento propostos incluem: a) o fornecimento de insumos para a produção agropecuária, através de serviços de distribuição gratuitos, ou a venda de sementes, mudas, fertilizantes e praguicidas a baixo custo; b) a prestação de serviços básicos no campo de conservação do solo e da engenharia em geral; e c) a assistência técnica orientada, de preferência, para ramos específicos de produção vegetal e animal. A execução dessas atividades é feita aos poucos, mas é somente com a política de modernização que se implementa todo o conjunto – a pesquisa agrícola, a assistência técnica, as indústrias de insumo e o crédito agrícola –, como instrumento para acionar a modernização.

¹ Significa a criação de sementes híbridas, de defensivos biológicos (desde os insetos vivos até defensivos biológicos a serem manipulados pelo agricultor nos plantios). Os defensivos fazem parte de uma linha agroecológica desenvolvida e pouco difundida em decorrência da competição com a produção moderna (hoje denominada de convencional).

8.3. AS POLÍTICAS AGRÍCOLAS

8.3.1. O crédito agrícola

A partir da década de 1950, ocorre uma mudança geral na direção do desenvolvimento, no sentido de promover o aumento da produtividade, além de programas de armazenagem e transporte de produtos para a agricultura.

No começo de 1950, são introduzidas as medidas destinadas a acelerar as inovações tecnológicas, as quais assumem importância nas décadas de 1960 e 1970.

Dada a prioridade atribuída ao controle de preços urbanos de alimentos, essas medidas atuavam do lado da oferta, subsidiando insumos modernos, especialmente fertilizantes e máquinas, concessão de taxas de câmbio, preferências, isenções tarifárias e incentivos fiscais. Em começos da década de 60, estes instrumentos perderam parte de sua importância, após a gradual unificação da taxa de câmbio e da introdução de programas de fabricação nacional de fertilizantes e máquinas agrícolas; e foram suplantados por programas especiais de crédito rural, nos quais a taxa real de juros baixos, e às vezes, altamente negativa, passou a ser o principal mecanismo de subsídio da produção... (GOODMAN, 1986, p. 126)

A partir de 1967, os programas oficiais de crédito passam a efetuar maciças transferências de recursos de capital para o setor rural, através de empréstimos subsidiados.

O programa de Ação Econômica do Governo – 1964/1966, PAEG – tinha como objetivos solucionar os problemas detectados na agricultura até então, buscando dinamizar o setor agrícola através da oferta de produtos, da implantação de uma tecnologia avançada para atender à demanda interna, produzir excedentes exportáveis, principalmente a carne bovina, e reduzir a importação do trigo. Além dessas questões merecem destaque outros temas deste programa, como: a redistribuição das populações rurais através de colonização de áreas da fronteira agrícola de modo a aliviar as pressões demográficas, a luta contra a inflação, o abrandamento dos desequilíbrios regionais, a redistribuição funcional da renda e a reforma agrária. E, por fim, é necessário reformular a política de preços mínimos e expandir o crédito rural para a compra de insumos no setor agrícola (MPCE, 1964, p. 106-108 *apud* TUBALDINI, 1992).

A modernização atuaria como um instrumento de combate à inflação. Contudo, ela foi implantada sob uma “visão conservadora”, ou seja, levando-se em consideração “os aspectos produtivos da empresa agrícola e de maneira desvinculada das questões sociais” (MPCE, 1964, p. 106-108 *apud* TUBALDINI, 1992).

A política de financiamento rural iniciada em 1967 expandiu-se até 1976. Posteriormente, devido principalmente aos dois choques do petróleo, o de 1973 e 1979, políticas de ajuste e de contenção de despesas afetam a concessão destes créditos e subsídios, desencadeando um movimento de desarticulação do pacto da modernização conservadora, falta de crédito que se agrava na década de 1980 e afeta diretamente a venda de insumos químicos (alta do petróleo) e de máquinas, além de promover pressões inflacionárias com o repasse do aumento dos custos de produção para os

alimentos. Além da política de crédito, também tiveram um papel importante a política de preços mínimos, o seguro rural e as políticas de subsídio fiscal.

8.3.2. A política fundiária

O Estatuto da Terra de 1964 estabelecia duas grandes orientações normativas da política agrária: as bases institucionais para a reforma agrária e o princípio da inviolabilidade da chamada empresa rural.

Com relação à reforma agrária, a ação do Estado foi deficitária e resumiu-se aos projetos públicos de colonização e de assentamentos rápidos, ou seja, agia sobre áreas que o INCRA/MIRAD reconhecia como de conflito social agudo, ou, então, promovia o reassentamento de pequenos proprietários desapropriados em áreas de projetos de grandes hidrelétricas.

Por sua vez, na política agrícola adotada no período que vai de 1964 a 1985, estavam embutidos os incentivos com que o Estado favoreceu a grande propriedade. Segundo Martine e Beskow (1987, p. 33), “a adoção do pacote tecnológico de modernização incentivada pelos instrumentos de política agrícola resultou no favorecimento dos médios e grandes produtores em detrimento dos pequenos”. Resumidamente, até 1970, há um lento e gradual processo de redimensionamento das áreas dos estabelecimentos, destacando-se o declínio na participação dos estabelecimentos gigantescos. A partir desse ano, observa-se uma reversão dessa tendência através do rápido incremento na participação dos estratos de 10.000 ha ou mais. Com base na análise da estrutura fundiária com dados do INCRA, no período de 1972 a 1978, “as propriedades com área superior a 10.000 ha aumentaram de 19% para 25%, bem como [houve] um aumento do grau de ociosidade da terra, fenômeno associado à compra de terras para fins especulativos ou mesmo de reserva de valor” (MARTINE; BESKOW, 1987, p. 36).

A política fundiária orienta-se no sentido de sancionar e até estimular a manutenção do latifúndio nas regiões antigas e sua reprodução na fronteira agrícola Norte e Centro-Oeste. A modernização agrícola e suas sequelas terminam por reduzir drasticamente o acesso à terra pela pequena produção.

8.3.3. A ação das cooperativas

As características das cooperativas atuaram como outro agente de expansão da modernização da agricultura, pois, apesar do seu porte, viabilizam a comercialização dos produtos agregados, evitando que os agricultores procurem outros locais de venda; beneficiam os produtos dos cooperados – leite, café, milho, feijão e horticultura em geral; estabelecem elos entre os insumos modernos e os produtores, através da assistência técnica, modificando a base técnica

do manejo dos cultivos e da bovinocultura, bem como das suas relações com a indústria. Elas também fornecem insumos para a modernização por meio dos seus próprios setores de comercialização, ou colocam os agricultores em contato direto com indústrias locais, ou regionais, de fomento à modernização; fornecem patrocínio direto aos cooperados, através de financiamento próprio para custeio, manejo e compra de insumos químicos e medicamentos, ou, então, medeiam a obtenção de financiamento de bancos oficiais e particulares.

8.3.4. A assistência técnica e a extensão rural

Até meados de 1964, os serviços de assistência técnica e de extensão rural focalizaram, em grande parte, o pequeno e o médio produtor, tendo como suporte filosófico proporcionar melhores condições de vida às famílias rurais, mediante aumento de renda, produção e produtividade de suas propriedades.

Segundo o Plano de Metas e Bases de 1970, a atribuição da extensão rural consiste em levar ao agricultor os conhecimentos técnicos das áreas de irrigação, eletrificação rural e pesquisa, visando ao aumento da produção e da produtividade agropecuárias.

Por volta da segunda metade da década de 1970, o II PND reforça a extensão rural com a criação da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMBRATER –, em substituição à Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural – ABCAR. Seguindo os parâmetros da modernização no campo, as Associações de Crédito e Assistência Rural – ACAR – transformam-se, em nível estadual, em Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER.

Em 1980, a EMBRATER estabelece as diretrizes e os princípios que deveriam ser observados pela assistência técnica e pela extensão rural, dentre eles:

- dar assistência aos pequenos e médios produtores rurais, visando à produção de alimentos básicos;
- deixar a cargo de empresas privadas a assistência técnica aos grandes produtores; somente em caráter supletivo os serviços podem ser realizados pelas associações da EMBRATER;
- buscar, pela extensão rural, uma nova metodologia de ação para atingir maior número de agricultores, com resultados mais efetivos no aumento da produção, da produtividade, da renda líquida e do bem-estar da família rural;
- dar apoio às cooperativas agropecuárias, visando à compra de insumos e à comercialização dos produtos;
- ampliar o trabalho com a juventude rural, objetivando, sobretudo, evitar que os melhores elementos do meio rural procurem outras atividades no meio urbano;

- concentrar esforços em campos de demonstração, por ser um método de grande efeito na transferência de tecnologias;
- aumentar a abrangência da extensão rural, utilizando métodos de ação grupal, por meio de trabalho com grupos de agricultores e pelo uso da imprensa e das telecomunicações. (BDMG, 1989, p. 88-89)

REFERÊNCIAS

- BDMG – Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais. *Economia mineira - 1989: diagnóstico e perspectivas – síntese e propostas*. Belo Horizonte: BDMG, 1989. v. 1.
- BDMG – Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais. *Minas Gerais do século XXI*. Belo Horizonte: Rona, 2002.
- GERARDI, Lucia Helena de Oliveira. Algumas reflexões sobre a modernização da agricultura. *Revista Geografia*, v. 5, n. 9-10, p. 19-34, out. 1980.
- GOODMAN, D. Economia e sociedade rurais a partir de 1945. In: BACHA, E.; KLEIN, H. S. *A transição incompleta: Brasil desde 1945*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. v. I. p. 111-173. (Coleção População, Emprego, Agricultura e Urbanização).
- GRAZIANO DA SILVA, J. *O que é questão agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- GRAZIANO DA SILVA, J. *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.
- KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. Porto: Portucalense, 1972. v. 1.
- LIEBIG, J. von. *Lois Naturelles del'Agriculture*. Trad. A. Scheler. Paris: Librairie Agricole de la Maison, 1862. 2 v. *apud* KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. Porto: Portucalense, 1972. v. 1. p. 76.
- MARTINE, G.; BESKOW, P. R. O modelo, os instrumentos e as transformações na estrutura de produção agrícola. In: MARTINE, G.; GARCIA, R. C. (Org.). *Os impactos sociais da modernização agrícola*. São Paulo: Caetés, 1987. p. 19-39.
- MARTINE, G. Efeitos esperados e imprevistos da modernização agrícola no Brasil. In: MARTINE, G.; GARCIA, R. C. (Org.). *Os impactos sociais da modernização agrícola*. São Paulo: Caetés, 1987. p. 9-15.
- MPCE – Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica. *Programa de ação econômica do governo: 1964-1966*. Documentos EAPEA, 1. Rio de Janeiro, nov. 1964.
- TUBALDINI, M. A. dos Santos. *Caracterização da agricultura mineira e a ação do Estado – um estudo exploratório – 1970/1985*. Tese (Doutorado) –, UNESP, Rio Claro, 1992. p. 125-152.

AULA 9

Questão agrária e consequências da modernização da agricultura brasileira

9.1. INTRODUÇÃO

Já apontamos anteriormente, nas aulas sobre questão agrária e agrícola e sobre a modernização da agricultura brasileira, que determinadas maneiras de resolver a questão agrícola podem acabar agravando os problemas que dizem respeito à questão agrária. Foi exatamente isso que aconteceu em nosso país: a rápida industrialização da agricultura brasileira, a partir dos anos de 1960, agravou ainda mais a miséria de expressivos contingentes de nossa população. A modernização da agricultura brasileira gerou consequências que podem ser analisadas como questões agrárias que ainda perduram no espaço agrário brasileiro até hoje.

Três grandes modificações ocorridas na década de 1960, segundo Graziano da Silva (1981, p. 44), tenderão a marcar profundamente o comportamento da agricultura brasileira no futuro próximo.

9.2. O FECHAMENTO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA

Envolve as questões de colonização da Amazônia e da participação da grande empresa pecuária, deslocando a pequena produção agrícola.

Historicamente, o padrão de crescimento da nossa agricultura supôs sempre uma variável importante: a incorporação de novas áreas à produção, a ocupação das chamadas “terras sem dono”. A fronteira agrícola não é, necessariamente, uma região distante; ela é fronteira do ponto de vista do capital, entendido como relação social de produção. Não se deve pensar, pois, que a fronteira é algo externo ao modelo agrícola brasileiro. A fronteira é, simultaneamente, condicionante e resultado do processo de desenvolvimento da agricultura brasileira. As terras sem dono na fronteira funcionam como um regulador da intensificação de capital no campo, condicionando, assim, o seu desenvolvimento extensivo/intensivo. Em

sentido contrário, o custo da intensificação do capital na agricultura determina os ritmos de incorporação produtiva das terras na fronteira.

A expansão da fronteira desempenhava, pelo menos, três funções básicas no modelo agrícola brasileiro:

1. **No plano econômico** – a fronteira era um “armazém” de gêneros alimentícios básicos, especialmente arroz e feijão. Quando a produção capitalista recuava por algum problema, havia um suprimento do mercado nacional através do escoamento dos excedentes da pequena produção, estabilizador de preços. Entretanto, com o fechamento, o efeito de amortecimento teria que ser buscado com a importação de produtos agrícolas.
2. **No plano social** – orientação dos fluxos migratórios. Era o lócus de recriação da pequena produção, ou seja, destino de famílias camponesas expropriadas e dos excedentes populacionais. Quando a fronteira fecha, passa a haver uma multiplicação de pequenos fluxos migratórios, sendo que um grande contingente populacional passa a perambular desordenadamente por todo o país.
3. **No plano político** – a fronteira era a válvula de escape das tensões sociais do campo. Os projetos de colonização de ocupação agrícola no Brasil sempre foram pensados politicamente como uma alternativa a uma reforma agrária. Na medida em que apareciam conflitos, a fronteira aparecia como um “novo Eldorado”. Hoje, a própria fronteira está se tornando uma região de conflitos.

Mas o que é este fechamento? Não se trata de não haver mais terras para serem incorporadas ao processo de produção. O fechamento não tem sentido do ponto de vista da utilização produtiva, mas sim de que não há mais espaços que possam ser ocupados por pequenos produtores de subsistência (espaços chamados de “terras sem dono”).

Na Amazônia, o fechamento no sentido clássico não se trata da ocupação de regiões mais antigas com a substituição gradual da produção de subsistência pela capitalista.

O que ocorre é um fechamento ao contrário, de fora para dentro, ou seja, a produção passa para um plano secundário frente à função de “reserva de valor”. Tal reserva ocorre contra a corrosão inflacionária da moeda e como meio de acesso a outras riquezas a ela associadas, como a madeira de lei, os minérios, o acesso ao crédito farto e barato e aos benefícios fiscais.

9.3. A MODERNIZAÇÃO DO CENTRO-SUL

Trata-se de uma modernização parcial da agricultura, num duplo sentido.

De um lado, essa modernização se restringe a alguns produtos e regiões. Café, soja, cana-de-açúcar (“cultura de rico”), feijão, arroz, milho (conhecida como “cultura de pobre”). Na região, além da produção industrial, concentra-se a produção agrícola do país. De outro lado, foi parcial porque atingiu apenas algumas fases do ciclo produtivo (plantio e não colheita).

A modernização parcial gera três grandes reflexos:

1. As disparidades regionais se acentuaram, não apenas entre as regiões do país, mas também internamente. Grande parte das máquinas e dos equipamentos agrícolas foi absorvida pela região Centro-Sul.
2. O segundo reflexo foi o crescimento da sazonalidade do trabalho agrícola. A modernização parcial aumentou o êxodo e as relações de trabalho no campo. De certa forma, também aumentou o desemprego no campo. Assim, em algumas regiões do país, em certas épocas do ano há uma escassez temporária de mão de obra, enquanto na mesma região, em outras épocas, há acentuado índice de subemprego e de desemprego (como é o caso do Jequitinhonha, norte de Minas Gerais). Além disso, a modernização parcial provoca o aumento de emprego temporário, ou seja, “trabalhadores volantes” ou boias-frias. Com isso, ocorre uma queda da renda familiar, visto que eles têm trabalho apenas por um período do ano (aumento do número de familiares para aumentar a renda).
3. O terceiro foi o aumento do êxodo rural. Se aumentar o êxodo, o salário rural na colheita aumenta para poder garantir a mão de obra. Se o custo de salário aumenta, torna-se um incentivo para a modernização.

9.4. A CRESCENTE PRESENÇA DO CAPITAL MONOPOLISTA NO CAMPO E A CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA

A terceira importante modificação na agricultura brasileira, que tende a refletir no seu futuro, é a crescente presença dos grandes capitais no campo. Isso pode ser demonstrado no esquema:

Produção agropecuária —> Produção de insumos —> Processamento e venda

A grande empresa não se restringe ao espaço agrícola da fronteira, mas também se reproduz em todo país, revelando uma tendência na concentração da terra, como mostram os índices de Gini em

1980, de 0,88, o que significa uma alta concentração da terra – em grandes propriedades –, um dos mais altos níveis do mundo.

Essa alta concentração fundiária, seja da posse, seja da propriedade da terra, é decorrente em grande parte da política de ocupação da fronteira amazônica através de grandes empresas pecuárias, deslocando a pequena produção agrícola. Parte também se deveu à expansão da grande propriedade na região Centro-Sul, em especial nos estados de Goiás, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul, cuja agricultura é mais modernizada. Esse processo de modernização do Centro-Sul resultou na expropriação de pequenos produtores, em particular daqueles que detinham formas precárias de acesso a terra, como posseiros, parceiros e pequenos arrendatários.

Esse grau de concentração fundiária se deu em inúmeros casos de utilização da terra não como meio de produção, mas fundamentalmente como reserva de valor e meio de acesso ao crédito rural e aos incentivos fiscais ou, simplesmente, como especulação imobiliária.

A crescente compra de insumos no campo e a venda do produto agropecuário implica a renda do produtor rural, especialmente do produtor das regiões mais modernizadas, renda que se encontra duplamente prensada. De um lado, convivem com um mercado de insumos oligopolista, ou seja, são poucas grandes empresas que dominam e controlam o preço da venda destes produtos: sementes, fertilizantes, defensivos, insumos mecânicos. Por outro lado, a venda de seus produtos é controlada por um número pequeno de compradores com tendência a ser apenas um grande comprador no mercado.

A articulação entre vendedores de insumos, pequenos produtores e grandes compradores dos produtos agrícolas ocorre sob as mais variadas formas. Por vezes é o caso de redes de supermercados ou “multicooperativas” que passam a comprar diretamente dos produtores. Exemplo: os hortifrutigranjeiros. Em outros casos, o pequeno produtor se vê preso em sistemas das agroindústrias que estabelecem contratos diretos entre eles, como é o caso do tomate, do fumo, das aves etc. Outro caso é referente às redes de comercialização, que se articulam para se tornarem mais eficientes como as CEASAs – Centrais de Abastecimento – e as grandes cooperativas, que invertem o papel, passando a espoliar o pequeno produtor.

Esta articulação entre o pequeno proprietário e o grande capital inverte o papel do pequeno produtor de subsistência para mercantil, que passa a produzir “culturas de ricos”, deixando de produzir para subsistência. Essa inversão de papel leva o pequeno produtor a ser um comprador de insumos modernos para a agricultura e a ser homogêneo, ou seja, o que o mercado industrial deseja.

Tal inversão no perfil do produtor pequeno – que passa a ser tecnicificado – muda também sua estrutura de custos. Por isso, ele não pode vender sua produção a qualquer custo, como fazia quando era de “subsistência”, pois tem um custo mínimo a cobrir. E isso implica um crescimento rápido do preço dos alimentos – produtos agrícolas.

Neste processo, também ocorre um excedente de mão de obra na família, que vai buscar trabalho fora da pequena propriedade – ela se torna um reservatório de braços para as atividades capitalistas. Isso gera também uma ampliação da migração sazonal do campo – das regiões periféricas para as regiões de produtos de exportação no Sudeste.

REFERÊNCIAS

GERARDI, Lucia Helena de Oliveira. Algumas reflexões sobre a modernização da agricultura. *Revista Geografia*, v. 5, n. 9-10, p. 19-34, out. 1980.

SILVA, J. Graziano da. *O que é questão agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

TUBALDINI, M. A. dos Santos. *Caracterização da agricultura mineira e a ação do Estado* – um estudo exploratório - 1970/1985. Tese (Doutorado) –, UNESP, Rio Claro, 1993. p. 125-152.

Conflitos sociais no campo: um breve histórico

A violência no campo, como é salientada pelos noticiários a respeito de assassinatos de posseiros, boias-frias, líderes sindicais, agentes pastorais, padres, advogados, não é algo recente. Contratar jagunços pistoleiros para matar não é exclusivo de nosso tempo.

10.1. AS LUTAS NA ESCRAVIDÃO

Os quilombos e os quilombolas na luta pela libertação dos escravos foram uma das formas mais significativas de combate ao sistema escravocrata. Pode-se dizer que foram as primeiras formas de lutas no campo, visto que grande parte da mão de obra escrava estava concentrada nas propriedades rurais.

Segundo a Fundação Palmares, os quilombos são tidos como grupos sociais afrodescendentes trazidos para o Brasil durante o período colonial, que resistiram ou, manifestamente, se rebelaram contra o sistema colonial e contra sua condição de cativos, formando territórios independentes onde a liberdade e os trabalhos comuns passaram a constituir símbolos de diferenciação do regime de trabalho adotado pela metrópole. Os moradores dos quilombos são chamados de quilombolas.

O maior quilombo foi o de Palmares, em Alagoas. Atualmente existem muitas comunidades rurais quilombolas remanescentes, sendo elas importantes redutos de campesinato.

10.2. CANUDOS E CONTESTADO

Mesmo após o fim da escravidão, as injustiças no campo não desapareceram e, no Nordeste latifundiário, Canudos, um povoado formado por camponeses do sertão nordestino, tendo como líder o beato Antônio Conselheiro, foi um dos maiores confrontos entre camponeses e exército. O povoado de Canudos, no sertão da Bahia, foi considerado por Zilly (1999, p. 14) como um:

(...) estado em miniatura, dentro do Estado da Bahia, pode ser considerado uma iniciativa de autoajuda relativamente bem-sucedida de vítimas da civilização e da modernização, um movimento transformado em organização que conseguia satisfazer sofrivelmente às necessidades básicas dos seus moradores e os libertava da habitual opressão por parte de fazendeiros e de autoridades. Se as condições de vida em Canudos não fossem pelo menos um pouco melhor do que em outros povoados e vilas da região, não seria possível explicar o forte movimento migratório rumo ao arraial...

Por volta de 1893, segundo alguns relatos, o arraial contava com aproximadamente 100 habitantes, em 1897, contava já com 10 mil ou até 20 mil, sendo que o número de casas variava entre 2 e 5 mil fogos.

A Guerra de Canudos insere-se no contexto das transformações sociais, políticas e econômicas ocorridas durante o processo de implantação da República. As agitações sociais e o descompasso político tomaram todo o período regencial e o segundo império, desembocando em violência assustadora na década de 1888/1897, na qual está inscrito também outro conflito fratricida, a Revolução Federalista (1892/1895), incluindo os episódios de Canudos, da Revolução de 93 e do Contestado (1912/1916), que colocaram em xeque a chamada índole pacífica do brasileiro eminentemente cordial.

A introdução da República apressou as aspirações de progresso econômico e social, mas os sertões permaneceram ignorados pelo poder público, continuando as parcelas menos favorecidas da população camponesa à mercê de sua própria sorte, vislumbrando “no outro mundo” a saída da miséria terrena. O movimento, de raízes populares, era visto pelos expoentes mandatários da nação como uma ameaça gravíssima, cujo desfecho foi seu aniquilamento pelas tropas do exército. O arraial de Conselheiro, de caráter predominantemente defensivo, foi atacado pelos governos estadual e federal numa guerra de extermínio. “Os instigadores dessa invasão foram os mandões locais, receando perder o seu poderio na região e o seu domínio sobre a força de trabalho rural, assim como a própria Igreja, que também via a sua autoridade ameaçada” (ZILLY, 1999, p. 15). Na verdade, Canudos não se enquadra na hierarquia clientelista latifundiária, tornou-se uma ameaça à base de sustentação do regime, o coronelismo.

Dentre muitas buscas de explicação para a verdadeira motivação que teria levado à reunião daquele contingente humano na Fazenda Belo Monte está a que associou a luta sertaneja à luta pela terra, contra o latifúndio e a opressão. Assim, a Revolta de Canudos seria precursora e exemplo dramático da história dos conflitos de terra no Brasil, perspectiva progressista surgida entre 1950 e

1970, quando a questão da terra e a urgência da reforma agrária tornaram-se bandeiras de luta da esquerda no Brasil.

A Guerra do Contestado, no Sul do Brasil, na passagem do século XIX e início do século XX (1912-1916), foi um dos maiores conflitos armados da história republicana brasileira. Ocorrida entre 1912 e 1916, na área da fronteira disputada pelos Estados de Santa Catarina e Paraná, envolveu dois terços do exército de então e mais de 20 mil pessoas, deixando um saldo de 3 mil mortos.

O estopim da revolta foi o “ajuntamento de pessoas em torno de um ‘monge’ chamado José Maria, em agosto de 1912”. Expulsos por tropas catarinenses e combatidos pela polícia paranaense (na localidade de Irani, onde morreu o próprio monge José Maria), os “caboclos” passaram a lutar sua “guerra santa”. Surgiram acampamentos formados por gente das mais diversas origens: pequenos agricultores expropriados, posseiros expulsos por fazendeiros envolvidos em disputas pelo poder na região, bandidos à procura de refúgio, crentes em busca de palavras santas. Os combates entre este grupo de pessoas e as tropas oficiais mantiveram-se por três anos seguidos.

Procurando entender um pouco melhor o contexto histórico do conflito agrário na região do Contestado, observa-se que ela estava marcada por um violento e intenso processo de expulsão de posseiros, associado a um conjunto de transformações nas relações sociais, econômicas e políticas. Tal conjuntura se devia, sobretudo, à construção da ferrovia São Paulo – Rio Grande e à instalação de enormes serrarias na região, ambos empreendimentos ligados a um enorme truste norte-americano (o sindicato Farquhar). Os conflitos gerados por essas transformações podem ser considerados razões importantes para a adesão de milhares de “caboclos” aos redutos e à guerra.

Após os combates em Irani, alguns sertanejos voltaram a se juntar na localidade de Taquaruçu, esperando o retorno do monge com seu exército encantado. O rápido crescimento deste novo reduto, além de significar a crença na ressurreição do monge José Maria, acabou por incomodar novamente os grandes fazendeiros do planalto catarinense. A primeira investida do exército contra o reduto de Taquaruçu em 1913 significou derrota das tropas dos exércitos, aumentando a fama dos rebeldes. Dois meses depois, o reduto é arrasado em combate que permaneceria na lembrança de todos os sertanejos, já que as tropas do exército não pouparam sequer mulheres e crianças.

Em 1914 formam-se novos e importantes redutos como Caraguatá, Bom Sossego e Santa Maria. Acontecem ataques dos rebeldes às vilas, estradas de ferro, instalações da serraria e colônias da região. Nos ataques às vilas, ressalta-se a invasão a cartórios e a destruição dos títulos de propriedade.

A Guerra do Contestado foi um conflito pela defesa de direitos, principalmente pela defesa de direitos em relação à terra. A concepção de injustiça/justiça estava inserida no discurso religioso que dotava os sertanejos de uma convicção inabalável.

1915 marca o cerco definitivo do exército e o refluxo do movimento. Apesar da forte resistência demonstrada em diversos combates, as tropas da República e a fome venceram os sertanejos, e São Pedro, o último grande reduto, foi tomado no final de 1915.

10.3. AS LUTAS DOS COLONOS NAS FAZENDAS DE CAFÉ

As greves dos colonos nas fazendas de café também se constituíram no instrumento de luta contra a exploração. Essas greves eram geralmente reprimidas pelos fazendeiros com força policial e ameaças de expulsão.

Envolviam questões como: preço baixo pago na colheita; não pagamento dos salários; castigos; proibição sobre o plantio intercalado etc.

O século XX foi marcado pelo surgimento de lutas e movimentos pela luta da terra, sendo dois processos principais que consolidaram estas lutas: a tentativa de resgate da condição de camponês autônomo frente à expropriação, representada pelos posseiros, e sua luta contra grileiros contratados por fazendeiros na fronteira, e o movimento originado na luta dos camponeses parceiros ou moradores contra a expropriação completa no seio do latifúndio, que os transformava em trabalhadores assalariados.

10.4. GEOGRAFIA DA VIOLÊNCIA PÓS-64

O governo militar assume em 1964, com a bandeira de extirpar o movimento das ligas camponesas, vistas como subversivas e uma ameaça à ordem social e política estabelecida, e com a liquidação do processo de reforma agrária do período de João Goulart.

Logo após tomar posse, o governo do marechal Castelo Branco enviou ao congresso um Estatuto da Terra, que deveria “promover a reforma agrária dentro da justiça social sem o toque vermelho dos partidos comunistas. Deveria promover o desenvolvimento do campo, via a modernização da agricultura via expansão do capitalismo agrário, e acabar com as tensões sociais no campo.”

Tratou-se de uma reforma agrária conservadora, que não saiu do papel, e que serviu como manobra para barrar os conflitos no campo quando estes se encontravam insustentáveis. Os próprios militares, através de uma série de grandes projetos, estimularam os movimentos migratórios em direção à Amazônia na busca da

liberdade e da terra. O que ocorreu foi o processo generalizado de expansão dos conflitos, sobretudo na Amazônia. A própria SUDAM, através do investimento em grandes projetos agropecuários, não abria possibilidade de acesso a terra.

Outro fator importante foi a grilagem de terras em todos os estados da Amazônia Legal e do escândalo de venda de terras a estrangeiros em 1968, com até mesmo práticas genocidas sobre uma aldeia indígena, conhecido como o massacre do “Paralelo 13”. A violência vira instrumento de garantia de posse da terra grilada. Índios e posseiros viram sinônimo de atraso.

Os grandes industriais e banqueiros do Centro-Sul do país são transformados em proprietários de terras griladas, e a instituição do jagunçado e dos pistoleiros passou a ser comum nos latifúndios da Amazônia.

Os conflitos envolvendo índios, posseiros (povos da floresta) e latifundiários crescem cada dia mais, e a Igreja, com sustentação na Teoria da Libertação, passa a defender estes dois sujeitos sociais da Amazônia. A partir daí, além dos indígenas e posseiros, a violência passou a atingir também os agentes pastorais, padres, as lideranças sindicais, além de advogados e políticos que passaram a defendê-los.

10.5. A VIOLÊNCIA NO CAMPO

No Brasil, entre 1964-1994, foram registrados 2.005 mortos em conflitos no campo. A Amazônia Legal concentra 52% (1.046) dos mortos, o Nordeste, exceto o Maranhão, ficou com 22,8% (459), e no Centro-Sul, 25,2% (507) mortos.

No período de 1964-1973, a Zona da Mata nordestina concentrou a maior parte das mortes no campo (40%). Em Pernambuco destaca-se a morte de muitos líderes das ligas camponesas. O Estado do Pará ficou com 9% das mortes do período, onde várias lideranças também foram mortas, além de mortes envolvendo posseiros e grileiros. O oeste do Paraná também merece destaque neste período.

No período de 1974-1983, a violência se alastra por quase todo o território brasileiro, contudo a Amazônia continua com mais de 50% das mortes no campo ocorridas neste período, seguida pelo Nordeste. Observa-se uma coincidência entre as áreas de maior ocorrência de assassinatos no Pará, Amazônia e Mato Grosso, com a área de maior concentração de projetos da SUDAM.

No período de 1984-1989, já na Nova República, ocorre a ampliação do número de mortos no campo. Em cinco anos foram assassinados 848 trabalhadores sem-terra, significando 42% dos assassinatos ocorridos entre 1964 e 1994. Este acirramento estava em conexão

com o início da abertura política e com a implementação do Plano Nacional de Reforma Agrária pelo governo federal. Outro fator importante foi o surgimento da UDR – União Democrática Rural.

O ano de 1988 por sua vez começava a revelar uma nova faceta da violência no Brasil: o assassinato seletivo, matar ou mandar matar principalmente as lideranças sindicais do campo. Cerca de oito dirigentes sindicais foram mortos, dentre eles Francisco Chico Mendes, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri-AC, o que ganhou repercussão nacional e internacional. Em 1989, cinco dirigentes foram mortos.

Em 1985 e 1986, mais de 1.186 municípios brasileiros registraram conflitos pela terra (30% dos municípios brasileiros da época).

No período de 1990-1994, ocorreu uma redução da violência no campo, contudo, as regiões mais violentas continuavam a ser o sudeste do Pará, Maranhão, zona da mata nordestina, Bahia e Paraná. Na Amazônia estavam 61% dos trabalhadores mortos, e no Nordeste, 21%, sendo o Pará o estado com maior violência (29%) das mortes do país. Em 1990 as mortes seletivas continuaram, tendo sido assassinados 5 advogados e 15 dirigentes sindicais.

Em 1985 e 1986, mais de 1.186 municípios brasileiros registraram conflitos pela terra (30% dos municípios brasileiros da época).

Embora o número de mortes concentre-se na Amazônia Legal, um grande número de conflitos aparece em áreas de ocupação mais antigas, mostrando assim a origem de grande parte dos conflitos.

O Gráfico 10.1 refere-se à evolução total do número de conflitos no campo brasileiro entre 1985 e 1999 e indica três períodos distintos. O primeiro, representado pelo segundo quinquênio da década de 1980, mostra um pico em 1988, quando os conflitos estavam generalizados por todas as regiões brasileiras. O final deste quinquênio indica uma redução das ações dos movimentos, talvez motivada pela possibilidade histórica não realizada da vitória de Lula e do PT nas primeiras eleições presidenciais livres pós governos militares.

O segundo período coincide com o primeiro quinquênio da década de 1990, quando o número de conflitos ficou reduzido à metade em relação ao período anterior, revelando mudança nas estratégias de lutas e a necessidade do reacúmulo de forças. Manteve-se o número de conflitos na Amazônia, e começaram a crescer, em termos relativos, os conflitos nas três outras regiões (Gráfico 10.2): Nordeste, Centro-Sudeste e Sul. O terceiro período refere-se ao segundo quinquênio da década de 1990, coincidindo com o governo Fernando Henrique Cardoso, quando houve novo crescimento dos conflitos, alcançando um patamar superior àquele da década de 1980.

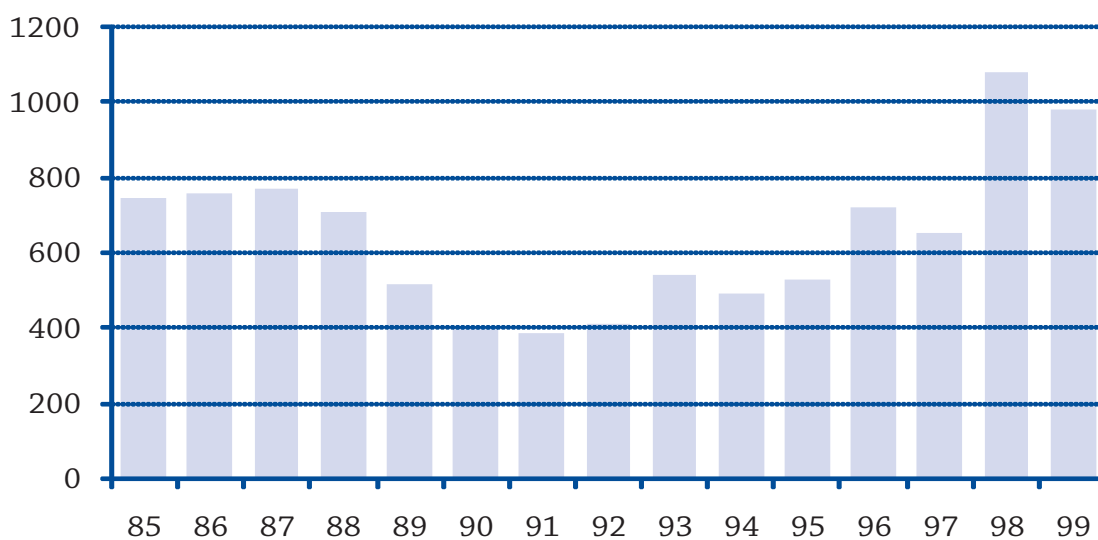


GRÁFICO 10.1 - Conflitos no campo - Brasil

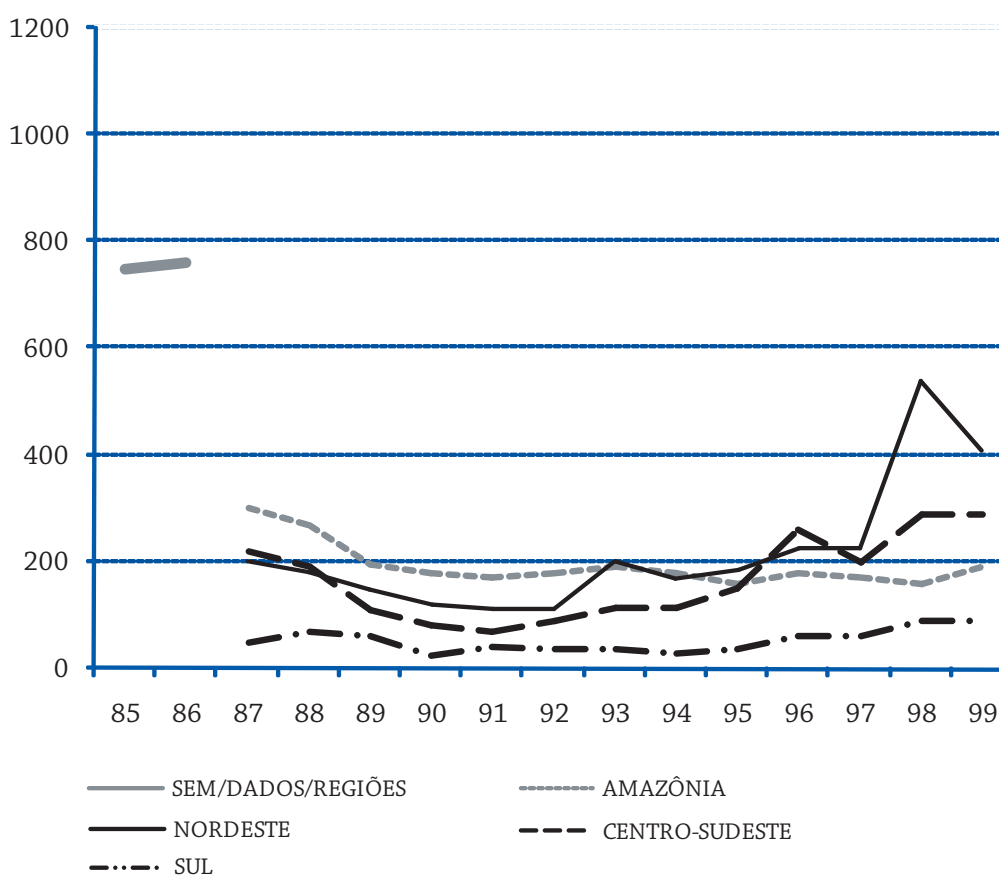


GRÁFICO 10.2

O ano de 1998 registrou mais de mil conflitos espalhados por todo o país. Apresentou também aumento na ocorrência de conflitos nas regiões de ocupação tradicional: Nordeste e Centro-Sudeste. Segundo Oliveira (2001), nesse contexto regional se destacam alguns estados concentradores destes conflitos, como é o caso do Paraná na região Sul; Minas Gerais, São Paulo, Goiás e Mato Grosso do Sul, no Centro-Sudeste; Pernambuco, no Nordeste; Pará e Mato Grosso, na Amazônia.

10.6. A NOVA REPÚBLICA E A QUESTÃO DA TERRA: UDR X MST

A Nova República colocou como um de seus projetos prioritários a reforma agrária, sendo assim, em 1985, o governo Sarney lançou o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), que incluía como beneficiários os posseiros, parceiros, arrendatários, assalariados rurais e minifundiários, conforme mandava o Estatuto da Terra de 1964.

A meta era assentar, no prazo de 15 anos, cerca de 7 dos 10,5 milhões de trabalhadores rurais sem-terra ou com pouca terra. No final do governo Sarney estava previsto o assentamento de 1,4 milhão de sem-terras.

Terminado o mandato presidencial, tinham sido assentadas apenas 82.690 famílias, menos de 6% do total estabelecido.

Neste mesmo período ocorreu um grande crescimento dos conflitos no campo. Além da pouca vontade política, vários fatores contribuíram para que a reforma agrária não saísse do papel, um deles foi o surgimento da UDR – União Democrática Ruralista.

A UDR – União Democrática Ruralista

A União Democrática Ruralista nasceu em agosto de 1985 quando da realização, em Goiânia, de um leilão de bois, prática comum para a arrecadação de fundos, em sua maioria, destinados à luta contra a reforma agrária. A UDR nasceu como movimento organizado pelo setor latifundiário para fazer frente à implantação do PNRA (Plano Nacional da Reforma Agrária).

A UDR, além do lobby político, investiu na propaganda contra a reforma agrária noticiando Brasil afora que as desapropriações via reforma agrária também ocorreriam em propriedades produtivas, gerando um clima de pânico e, com isso, aumentando adeptos contra a reforma.

A implantação do PNRA não deu certo, e a UDR saiu fortalecida, sendo que nas eleições seguintes ela financiou a campanha de muitos candidatos contrários à reforma, contribuindo, assim, para que na Assembleia Constituinte de 1987 fossem retiradas várias emendas progressistas de reforma agrária da Constituição de 1988. Constantemente acusada de violência aos movimentos dos posseiros e dos trabalhadores rurais sem-terra, a UDR defende os

interesses dos latifundiários brasileiros que, em 1992, controlavam mais de 424 milhões de hectares das terras brasileiras. Aproximadamente 50 mil pessoas detinham quase 90% das terras do Brasil.

10.7. O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA: “OCUPAR, RESISTIR E PRODUZIR”

Atualmente o MST é que congrega, em nível nacional, a ação organizadora dos acampamentos como forma de luta pela terra. O MST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra) foi fundado em 1984 em Cascavel, Paraná, durante o Primeiro Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.

Nos últimos 20 anos de existência, o MST “organizou-se em todas as regiões do país, tornando-se o mais expressivo movimento camponês do país” (MANÇANO, 2004, p. 273). Entretanto, esse tempo de vida é mais longo considerando o período de gestação do movimento, desde 1979, quando aconteceram as primeiras lutas de resistência na terra e ocupações de terra nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul.

O nascimento do MST foi resultado da intensificação da questão agrária. A ditadura militar (1964-1984) reforçou a questão agrária com o modelo de desenvolvimento da agropecuária que privilegiava a agricultura capitalista em detrimento da agricultura camponesa. Esse modelo dinamizou a territorialização do capital no campo, por todas as regiões do país, principalmente com a expansão da soja, da cana-de-açúcar e da pecuária. Este movimento de territorialização do capital significa a desterritorialização do campesinato e vice-versa. Na expansão do capital há a criação, destruição e recriação do trabalho familiar.

No final do século XX, nasceu a Via Campesina, uma articulação mundial de movimentos camponeses, realizando lutas em escala internacional pela defesa dos direitos dos pequenos agricultores.

Teoricamente e no empírico, o campesinato não deixou de existir, e os teóricos que apregoavam sua destruição, como Hobsbawm, Kautsky e outros se contradizem tendo em vista que o campesinato vem sendo destruído e recriado continuamente de diversas formas: por políticas de compra de terras para pequenos agricultores, com apoio do Banco Mundial, pelo arrendamento de terras pelos grandes proprietários e pelas ocupações de terras, que ocorrem na América Latina, na África e na Ásia.

Nas últimas três décadas, a territorialização da agricultura capitalista desterritorializou grande parte do campesinato, concentrando ainda mais a estrutura fundiária. Este processo encontrou pouca resistência porque o golpe militar de 1964 aniquilou os três movimentos camponeses mais bem organizados: as Ligas Camponesas,

a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas – Ultab e o Movimento dos Agricultores Sem-Terras – Master, nascidos na década de 1950. Permitiu apenas a existência, sob intervenção, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – Contag.

Com a extinção dos movimentos camponeses e o movimento sindical sob controle, o regime totalitário pôde ignorar a reforma agrária e pretendeu eliminar os conflitos por terra incorporando os trabalhadores rurais por meio do assalariamento e/ou provocando a migração para as cidades.

O resultado desse processo político foi o aumento das desigualdades. A modernização na agricultura capitalista ocorreu de forma extraordinária, e a mecanização da agricultura e as crises econômicas também promoveram o desemprego. Os conflitos por terra aumentaram com o renascimento da resistência organizada dos camponeses, representada pelo trabalho da Comissão Pastoral da Terra, fundada em 1975, que reuniu as lutas dos posseiros, dos sem-terra, dos meeiros, dos pequenos proprietários e contribuiu para a formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.

10.8. FORMAÇÃO E TERRITORIALIZAÇÃO DO MST

Segundo Mançano (2004, p. 276), são três os momentos da formação e territorialização do MST:

1. o primeiro momento trata da gestação e nascimento do MST;
2. o segundo momento é a territorialização de consolidação do MST;
3. o terceiro momento é a territorialização e institucionalização do MST.

Para melhor entendimento, faremos um apanhado de cada um dos momentos da formação do MST. O primeiro, de gestação e nascimento do movimento, é compreendido pelas lutas que formaram o MST e que aconteceram no período 1979-1985. Em cinco estados do Centro-Sul do Brasil (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraíba, São Paulo e Mato Grosso do Sul) ocorreram ocupações de terra e resistências de posseiros e de arrendatários. As experiências dessas lutas foram reunidas pela Comissão Pastoral da Terra – CPT e, em julho de 1982, no município de Medianeira-PR foi realizado o primeiro encontro para discutir o crescimento da luta pela terra. Em setembro do mesmo ano, novo encontro foi organizado em Goiânia--GO, onde camponeses de todas as regiões do país formaram uma comissão provisória para a criação de um movimento camponês em escala nacional. Ainda em 1983, mais dois encontros foram realizados até a fundação do MST em Cascavel-PR, em 22 de janeiro de 1984, nesta mesma cidade.

Neste momento o MST estava organizado parcialmente em cinco estados do Centro-Sul. O desafio era constituir uma articulação para superar o isolamento a que estavam submetidos pela repressão militar.

Neste primeiro momento, o MST já esboçava a sua futura estrutura com a criação de comissões setoriais nos acampamentos e nos primeiros assentamentos. A criação de comissões de alimentação, saúde, comunicação, negociação, entre outras, tornar-se-ia uma referência para a constituição de sua forma de organização.

O segundo momento tem a ver com seu crescimento – territorialização – local, regional e nacional, completando sua territorialização na região Sudeste, passando por toda a região Nordeste e chegando a Rondônia, na região amazônica, além do Estado de Goiás, na região Centro-Oeste. Neste período, compreendido pelas lutas que aconteceram entre 1985-1990, definiu sua estrutura organizativa e se consolidou como movimento nacional.

Segundo Mançano (2004, p. 277), o MST se territorializa por meio de ocupação da terra, desenvolve um conjunto de procedimentos, definindo uma metodologia de luta popular. A ocupação é uma forma de enfrentamento, resistência e recriação do campesinato, que por sua vez é um contínuo na história deste.

O terceiro momento da formação do MST começa no início da década de 1990, desde então o movimento territorializou-se por todas as regiões do país, expandiu-se pela região amazônica, nos Estados do Pará e Tocantins e na região Centro-Oeste, em Mato Grosso. Nesse tempo, o movimento ampliou sua estrutura organizativa, tornou-se conhecido no Brasil e no exterior, enfrentou novos desafios e viveu a contradição da superação e do refluxo. Nesse momento o MST tornou-se uma organização popular que articula cooperativas, associações e escolas. É uma estrutura múltipla, plural e híbrida, que foi construída com novas e antigas formas de organização. Contrariando as especulações teóricas, não se transformou em sindicato, nem em partido político, nem tampouco é um movimento social no sentido da definição sociológica. Define-se o MST como um movimento socioterritorial, uma organização política que tem como trunfo a conquista do território para sua permanente recriação.

10.9. O ESTADO E A REFORMA AGRÁRIA NA DÉCADA DE 1990

No governo Fernando Collor, as metas de reforma agrária correspondiam apenas a 35% do que propusera o governo Sarney. Como Ministro da Agricultura foi escolhido Antônio Cabrera, oriundo de família de latifundiários e ligado à UDR. Aproximadamente apenas 42 mil famílias foram assentadas em seus dois anos de governo (Tabela 10.1).

No governo Itamar Franco, com uma articulação política maior, foi implantada a Lei nº 8.229, de 25/02/1993, e a Lei Complementar nº 76, de 06/07/1993, que passaram a estabelecer, respectivamente, a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária e sobre a desapropriação de imóveis rurais. Em seus dois anos de mandato, cerca de 14 mil famílias foram assentadas (Tabela 10.1).

No primeiro mandato do governo Fernando Henrique, a questão da reforma agrária ficou obscurecida pela política de estabilização da economia. Entretanto, foi neste período que a questão da violência no campo voltou a ganhar destaque, principalmente com a violência policial em Corumbiara (1995) e Carajás (1996).

Ao término do segundo mandato do governo Fernando Henrique, foram assentadas 579 mil famílias, número bastante superior ao de governos anteriores (Tabela 10.1).

Tabela 10.1 - Famílias assentadas por períodos e governos

Períodos e governos	Nº de assentados por
1964 a 1984 (governo militar)	77.465
1985 a 1989 (governo Sarney)	83.687
1990 a 1992 (governo Collor)	42.516
1993 a 1994 (governo Itamar Franco)	14.365
1995 a 1998, 1998 a 2002 (governo Fernando Henrique)	579.733

Fonte: INCRA/Ministério do Desenvolvimento Agrário. 2002 - dados até 09/2002.

10.10. GOVERNO LULA E A QUESTÃO DA REFORMA AGRÁRIA

A corrente do *Paradigma do Capitalismo Agrário* (ABRAMOVAY, 1992), nos anos de 1990, procura desconsiderar a existência da questão agrária como problema insolúvel no capitalismo. Essa concepção propõe uma solução dessa questão agrária, por meio da integração dos camponeses ao mercado e ao capital. A partir dessas condições e com a execução de políticas desenvolvidas pelo Estado, seria superado o problema agrário do capitalismo.

Este paradigma teve uma força política muito grande, criou novos conceitos, como agricultura familiar, para substituir o conceito de agricultura camponesa, ou agricultura empresarial, para substituir o conceito de agricultura capitalista, e contribuiu para a criação de novos movimentos camponeses, os denominados movimentos de agricultores familiares, como por exemplo a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul – Fetraf-Sul, vinculada à CUT – Central Única dos Trabalhadores.

Este discurso de que a reforma agrária pode ser resolvida pelo mercado, pela integração ao capital e com políticas públicas

determinadas e dirigidas pelo Estado agradou tanto a direita como a esquerda.

Diante desse fato, a reforma agrária tornou-se um problema inexistente, já que não tem solução na sociedade capitalista e, conforme o discurso predominante, não tem sentido procurar solução que não seja a partir da realidade do capitalista. Sob esse ponto de vista, a compra de terras por meio de políticas públicas do tipo “Banco da Terra” com apoio do Banco Mundial pode ser uma saída. Outras políticas determinadas pelo mercado com integração ao capital, por meio do agronegócio, fazem a incorporação da agricultura familiar ser bem-vista por diferentes setores da esquerda e da direita.

Com a

força política, tenta-se impedir que a realidade do campo brasileiro apareça como de fato é: com uma das estruturas fundiárias mais concentradas [concentração esta em grandes propriedades] do mundo e em intensificação; com o aumento de famílias acampadas na beira das estradas e dentro dos latifúndios; com o empobrecimento dos camponeses; com o aumento da expropriação e exclusão. (MANÇANO, 2004, p. 287)

A grande controvérsia que ocorre é olhar só para a amplitude dos conflitos, o MST e sua espacialidade, e não para as causas do conflito.

Com a vitória de Lula, os movimentos camponeses participaram das indicações dos nomes do segundo escalão do governo, e o MST e a CPT tiveram forte influência na nomeação de vários cargos no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, nomeando o geógrafo mineiro Marcelo Resende para o cargo de presidente do INCRA. Durante oito meses o INCRA construiu um conjunto de políticas para atender os assentados em estado de precarização. Iniciou-se a elaboração de uma política de assistência técnica, foi retomada a política de educação para os assentados e, juntamente com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, formou-se uma equipe de especialistas para a elaboração do II Plano Nacional de Reforma Agrária. Os ruralistas também participaram da indicação de nomes para o Ministério da Agricultura, garantindo a continuidade do modelo de desenvolvimento da agropecuária produtivista.¹ Além disso, reagem ativamente ao aumento das ocupações de terra e do número de famílias acampadas.

Mediante o aumento das invasões neste momento, aumentaram-se as reações dos ruralistas e as mortes de trabalhadores sem-terra.

Durante os oito primeiros meses de 2003, o INCRA tratou os conflitos fundiários como problema a ser resolvido com a implantação de uma política de reforma agrária. Buscou solucioná-los por meio do diálogo e da busca de soluções, procurando romper com

¹ A agricultura produtivista segue o modelo preconizado pela Revolução Verde e modernização da agricultura brasileira, com base em insumos químicos, mecânicos e biológicos através da capitalização da agricultura.

as medidas repressivas criadas pelo governo FHC. Esta postura levou à substituição do presidente do INCRA e sua equipe por um assessor parlamentar do PT. Com isso, o PT demonstrou aos sem-terra e aos ruralistas o seu objetivo de ter o controle político sobre os conflitos fundiários.

Desde o programa de governo das eleições de 1989 até o programa de governo de 2002, mudanças ocorreram nos programas, no que se refere à reforma agrária. Algumas dessas mudanças são a não inclusão do número de famílias que poderão ser assentadas até 2006, não mencionar a estrutura fundiária concentrada e abolir a crítica ao sistema latifundista.

A ênfase do texto do governo de 2002 é desenvolvimentista, e ele contém dois objetivos principais: a recuperação dos assentamentos implantados e a implantação de novos assentamentos, acompanhados pelas políticas básicas: crédito, infraestrutura, educação, capacitação técnica e comercialização.

As superações do governo Lula deverão ser em relação aos desafios para que possa efetivamente realizar a reforma agrária. O primeiro deles é conceber uma reforma agrária como política de desenvolvimento territorial, e não como política compensatória. Como política compensatória têm sido as ações de todos os governos antecedentes, de forma que os assentamentos foram implantados para atender às pressões dos movimentos camponeses, e não como desconcentração fundiária. A segunda superação é em relação à desconcentração da estrutura fundiária. Para tal, não basta assentar, é necessário diminuir a expropriação dos camponeses, por meio de políticas de desenvolvimento territorial, como crédito, garantia de preços, orientação técnica e tecnológica, educação, infraestrutura, entre outras. O terceiro desafio é superar a dicotomização das políticas públicas para as famílias assentadas e as famílias de pequenos agricultores já estabelecidas muito antes da implantação de assentamentos.

O novo Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) pretende garantir o acesso à terra a 530 mil famílias até o final de 2006. Serão 400 mil famílias assentadas pelo programa da reforma agrária e outras 130 mil que receberão terra por meio do Programa Nacional de Crédito Fundiário – que atinge áreas abaixo de 15 módulos fiscais e não podem ser desapropriadas.

Segundo dados do INCRA, em 2003 foram assentadas 36 mil famílias. Apresentou-se um plano nacional que se propunha a assentar 400 mil famílias em sua gestão e também assentar 130 mil famílias através de política de crédito fundiário. Em 2004, assentaram-se 81 mil famílias, em 2005, 127 mil, e em 2006, cerca de 136 mil.

Outra opção do governo é a execução de uma política de reforma agrária como desenvolvimento territorial, em que se definem áreas para o reordenamento fundiário e a implantação de vários assentamentos.

Considerando que a maior parte dos camponeses estão empobrecidos, políticas conjuntas para o desenvolvimento territorial dos agricultores serão fundamentais. A política de recuperação de assentamentos deve estar contida no Plano de Reforma Agrária e ser ágil para diminuir, senão acabar, com os acampamentos de famílias sem-terra. Conseguindo isso, os conflitos tenderão a diminuir, e a maior luta dos movimentos camponeses será pela apropriação da riqueza produzida pelo trabalho familiar, podendo ser superados dessa forma centenas de anos de luta pela terra.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: Hucitec, 1992.

INCRA/MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/>>. Acesso em: maio 2009.

MANÇANO, Bernardo Fernandez. Vinte anos do MST e perspectiva da reforma agrária no governo Lula. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUEZ, Marta Inez Medeiros (Org.). *O campo no século XXI – território de luta e de construção da justiça social*. São Paulo: Casa Amarela/Paz e Terra, 2004. p. 273-291.

MOTTA, Márcia (Org.). *Dicionário da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 123-127.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *A geografia das lutas no campo*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 1996.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, v. 15, n. 43, set./dez. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010340142001000300015&script=sci_arttext#gra3>.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUEZ, Marta Inez Medeiros (Org.). *O campo no século XXI – território de luta e de construção da justiça social*. São Paulo: Casa Amarela/Paz e Terra, 2004.

ZILLY, Berthtold. Sertão e nacionalidade: formação étnica e civilizatória do Brasil segundo Euclides da Cunha e Atualidade de Euclides da Cunha. *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, UFRRJ/ICHS/DDS/CPDA, n. 12, p. 5-45, abr. 1999.

Fundamentos teóricos para pensar a agricultura: agricultura camponesa e agricultura familiar

11.1. DEFININDO O CAMPONÊS

Ao estudarmos a agricultura familiar, temos que retroceder no tempo e teoricamente às abordagens sobre campesinato, pois o camponês e o agricultor familiar guardam semelhanças e aspectos conceituais muito intrínsecos entre eles. Vamos iniciar pelo camponês, através de sua definição e algumas propostas teóricas do ponto de vista da sociologia, da geografia e da antropologia para entendermos melhor este ator social e sua ligação com o atual agricultor familiar.

A proposta de definição do conceito “camponês” é um trabalho que merece destaque nas pesquisas que lidam com o homem do campo e os diversos modos de produção, costumes, tradições e formas de convivência destes atores sociais no meio rural contemporâneo. A importância a que se dá este trabalho refere-se ao fato de ser este personagem um importante símbolo do espaço rural durante muitos séculos, responsável direto pelo sustento de nobres, guerreiros, cidadãos, participante de convulsões sociais, revoluções burguesas e socialistas, resistência contra ações imperialistas etc.

Deve-se destacar o seu singular modo de vida, caracterizado por uma relação com a terra, a família, a comunidade com a qual convive e o mercado, totalmente diferente dos costumes capitalistas vivenciados na sociedade. Além disso, o camponês possui muitas vezes um caráter oprimido, marcado pelas formas como é coagido pelos detentores do poder político e econômico na sociedade em que habita.

Contudo, não se pode generalizar o conceito “camponês” a todos os habitantes do espaço rural de uma determinada região, ou mesmo de regiões geograficamente distantes, como também não se deve

conceber seu significado como algo imutável no tempo, pois analisando-o em uma escala espaço-temporal chegaremos à conclusão de que, apesar de existir semelhanças muito perceptíveis entre os indivíduos estudados, haverá sempre algumas características que irão diferenciá-los uns dos outros.

Além da importância da conceituação deste termo, não se pode esquecer os atuais questionamentos que têm sido feitos sobre a existência ou não de um processo de extinção em andamento deste personagem do campo.

Após a Revolução Industrial do século XVIII, o modo de produção no campo foi profundamente alterado pelo sistema capitalista, introduzindo novas formas de se trabalhar o solo, as plantações, a criação de animais domésticos e também um novo modo de se comercializar a produção e a principal razão de ser do camponês: a terra.

Por isso a proposta de se estudar as formas de vida do campesinato e o modo como ele produz e se relaciona com a comunidade que o envolve torna-se tão importante diante de um contexto de expansão agroindustrial no campo e suas consequentes mudanças para a sociedade contemporânea.

11.1.1. A ECONOMIA CAMPONESA

Ao analisarmos o sistema econômico de uma unidade de produção camponesa, partiremos inicialmente da definição de Chayanov (1981), que considera a “forma de produção camponesa como não capitalista”.

Para chegar a esta conclusão, o autor analisa a doutrina econômica da sociedade capitalista com base na observação de quatro categorias fundamentais e inseparáveis do sistema de produção burguês: os salários (do trabalho), o interesse (do capital), o rendimento (do solo) e o ganho (do empresário). Se apenas uma dessas categorias não se faz presente na análise de um modo específico de produção, como o camponês, todas as demais perdem seu valor e seu conteúdo conceitual.

Como na sociedade camponesa a forma de trabalho predominantemente utilizada na propriedade agrícola é o trabalho familiar e os ganhos de produção são indivisíveis entre os trabalhadores, é impossível, então, aplicar as categorias salário, rendimento e interesse na análise econômica dessa sociedade. Desse modo, fica incoerente para Chayanov considerar o campesinato como um modo de produção capitalista.

Um simples olhar sobre a estrutura interna da unidade de trabalho familiar basta para compreender que é impossível sem a categoria salário impor sobre esta outra o benefício bruto, a

renda e os interesses do capital como categorias econômicas reais no sentido capitalista da palavra.

Certamente para o camponês o artesanato que leva sua empresa sem pagar mão de obra recebe como resultado de um ano de trabalho uma quantidade de mercadoria que, depois de trocada no mercado, forma o produto bruto de sua unidade econômica... pois não há fenômeno social de salários, o fenômeno social de benefício bruto também falta. Então, se torna impossível aplicar o cálculo capitalista de lucro (CHAYANOV, 1981, p. 53)

Comungando das mesmas ideias de Chayanov, Rosa Luxemburgo também analisa o camponês como um conceito singular, diferenciado, à margem do sistema capitalista.

É uma abstração sem sentido aplicar simultaneamente todas as categorias da produção capitalista ao campesinato e pretender que o camponês seja, por sua vez, seu próprio empresário, seu próprio assalariado e seu proprietário (patrão). A particularidade econômica dos camponeses, se queremos colocá-los (...) em uma categoria indiferenciada, reside na linha de que não pertencem nem à classe dos empresários capitalistas nem à classe do proletário assalariado, pois não representam a produção capitalista, senão um simples produtor de produtos (sic) para o consumo. (Luxemburgo, 1921, p. 368 *apud* CHAYANOV, 1981, p. 148)

Segundo Chayanov (1981), o trabalho realizado pelo camponês não está determinado por um desejo capitalista de ganho, mas sim pela função de atender às necessidades básicas de sobrevivência da família e garantir a propriedade da terra onde se trabalha.

Além disso, outra característica que opõe o sistema camponês ao capitalista é que, entre os três fatores/mecanismos de produção – **terra, capital e trabalho** –, é o trabalho, representado pela dimensão da família, que adquire suma importância para o campesinato, pois é através dele que o camponês conseguirá obter uma evolução do volume de capital e da superfície da terra, diferentemente do capitalismo, em que a terra e o capital são os fatores variáveis que o empresário utiliza com a intenção de obter maior ganho de capital.

A quantidade de trabalho camponês, ou “la autoexplotación” – autoexploração –, como define Chayanov (1981), empregada na propriedade agrícola é influenciada pela necessidade de satisfazer o consumo da família, e não pelo número de trabalhadores existentes na propriedade e também pelas condições em que se realizam o labor camponês, ou seja, a quantidade de terras disponíveis, a qualidade do solo, a disponibilidade de instrumentos adequados de trabalho etc. Deve-se ratificar que o rendimento obtido pelo trabalho familiar deve ser considerado como único e indivisível, não podendo, assim, ser fracionado em salários segundo a teoria econômica clássica.

Essa característica do trabalho camponês é analisada por Chayanov (1981) pela teoria do “equilíbrio trabalho-consumo” entre a satisfação das necessidades familiares e o caráter penoso do trabalho, o que significa dizer que cada família camponesa se esforça somente o necessário para obter um rendimento que seja o suficiente para atender às suas necessidades de alimentação, plantio, poupança de alimentos, comercialização etc. Este equilíbrio dependerá, então, de alguns fatores como a dimensão da família, mais especificamente: da proporção entre os membros que trabalham e os que não trabalham, qualidades do solo, técnicas de trabalho e outros mais.

Contudo, a partir do momento em que o camponês não consegue garantir sua sobrevivência com o trabalho em sua própria terra, ele passa, então, a utilizar sua mão de obra na propriedade de outros camponeses como forma de lhes proporcionar um rendimento que satisfaça suas necessidades mínimas de vida.

Quando nosso camponês como trabalhador/empresário não se encontra em condições de desenvolver uma venda adequada de sua força de trabalho em sua própria unidade de exploração agrícola e de obter para si mesmo o que considera um lucro suficiente, abandona temporariamente sua empresa e se converte em um simples assalariado que ajuda em uma empresa estrangeira, salvando-se, assim, do desemprego em sua própria. (CHAYANOV, 1974, p. 31-32)

A necessidade de se empregar uma quantidade de mão de obra externa à propriedade também se pode dar em momentos nos quais uma família camponesa encontra-se em vias de colher sua plantação e, neste momento, a soma do número de membros da família não é suficiente o necessário para atender à demanda de trabalho, assim o camponês se vê obrigado a contratar uma mão de obra temporária para o auxílio na colheita de sua produção alimentícia.

Desse modo, segundo Chayanov, a economia camponesa se identifica com um modelo de produção que tem por objetivo garantir a autorreprodução da família e da propriedade da terra, utilizando para isso diversos métodos que atendam às necessidades básicas de sobrevivência e assegurem um rendimento que resulte num nível constante de bem-estar e segurança alimentar da família do camponês.

11.1.2. A FAMÍLIA CAMPONESA

Para estudarmos a família camponesa devemos nos preocupar de início em entender o significado que o conceito “família” representa para o campesinato. De fato, haverá em diferentes lugares do mundo diversas formas de se conceituar este termo, como por exemplo na Rússia, onde os estatísticos dos Zemstvo estabeleceram que

para o camponês o conceito de família inclui as pessoas que comem sempre à mesma mesa ou que se alimentam à mesma hora, [já] os camponeses franceses incluem em seu conceito de família o grupo de pessoas que passam a noite protegidas pelo mesmo teto (CHAYANOV, 1974, p. 48).

Dessa forma, fica evidente a impossibilidade de estabelecer um conceito geral de “família” para o campesinato, no entanto, por diversos que sejam estes conceitos, a base de uma família continuará sendo uma definição puramente biológica, em que se observa a convivência de um casal (marido e esposa) vivendo junto com seus filhos e também com seus pais (CHAYANOV, 1974, p. 49).

Para a sociedade camponesa, a família tem uma importância fundamental, pois por não recorrer a uma mão de obra contratada, sua composição e seu tamanho irão representar todo o montante da força de trabalho. Por isso, deve-se destacar a família como um dos fatores principais na organização da economia camponesa (CHAYANOV, 1974, p. 47).

Assim como o autor referido acima, Mendras (1976) também destaca a importância da família para o camponês:

Por camponês é necessário entender a família camponesa, a unidade indissociável que conta ao mesmo tempo os braços que trabalham e as bocas que têm de ser alimentadas; unidade que pode ser tratada do ponto de vista econômico como um agente (...) Com efeito, trabalhar para se nutrir aplica-se mais ao grupo que a cada um de seus membros (...) (MENDRAS, 1976, p. 44)

Neste sentido, não se pode analisar o camponês de uma forma individual, separadamente, deve-se, assim, reconhecer a família camponesa como sendo uma unidade de máxima significância para sua sociedade, pois é em torno dela que gira toda a vida econômica, cultural e social, não podendo, então, ser deixada de lado em estudos sobre o campesinato.

Ainda em seu estudo sobre as sociedades camponesas, Mendras (1976) salienta o significado da família para a economia campesina, de forma que esta sociedade

organiza o essencial da vida econômica no seio dos grupos domésticos: cada grupo doméstico assegura a produção de certos bens alimentícios ou outros, que consomem ou trocam por outros bens e serviços com outros grupos domésticos. Tanto é assim que as atividades econômicas que se situam fora dos grupos domésticos são raras. (MENDRAS, 1976, p. 66)

É a partir desse mecanismo de produção, consumo e troca, que

existe dentro da família, que o campesinato irá se diferenciar de outras sociedades, nas quais as relações econômicas são regidas por outros fatores como o mercado, o Estado etc.

Outro aspecto significativo que Chayanov (1974) menciona na sua análise sobre a estrutura familiar camponesa é o fato de que não é o tamanho da família que determina o volume da atividade econômica, mas sim o grau da atividade agrícola que irá determinar a composição da família, ou seja, esta será composta por uma determinada quantidade de indivíduos de acordo com a sua seguridade material (CHAYANOV, 1974, p. 61).

Desse modo, é a partir da posse de alguns bens materiais de importância como terra, instrumentos de trabalho, sementes, que a família camponesa irá se estruturar na sociedade e garantir a sobrevivência e a reprodução dos indivíduos que a compõem.

Mendras (1976) destaca a importância do patrimônio para a existência familiar da seguinte forma:

O patrimônio deve proporcionar trabalho e recursos suficientes para todos; uma certa correspondência é, portanto, necessária entre sua extensão e a amplitude do grupo. Se este aumenta, é necessário intensificar o cultivo para aumentar os recursos ou estender o patrimônio. Quando ambas as soluções são impossíveis, o grupo não pode mais crescer, e a subalimentação aumenta então a mortalidade. (...) Se o patrimônio aumenta ou o grupo se reduz, é possível fazer um cultivo mais extensivo, mas o mais frequente é o recurso a alguns “não parentes” para aumentar a força de trabalho e restabelecer o equilíbrio. (MENDRAS, 1976, p. 71)

Assim, verifica-se uma relação direta entre o tamanho do patrimônio e da família, de modo que se esta for muito superior às condições de trabalho proporcionadas pela terra haverá então fome e ocorrências de mortalidade no grupo doméstico. Já a partir do momento em que se verifica que o tamanho da família não é suficiente para trabalhar toda a terra que lhe pertence, torna-se necessário contratar mais mão de obra para este serviço, otimizando, assim, a exploração do patrimônio familiar.

No que concerne à divisão do trabalho dentro da família camponesa, deve-se notar que as tarefas são distribuídas entre os membros do grupo de acordo com alguns critérios como: sexo, idade, relação de parentesco. Carneiro (1998), em estudo sobre camponeses no espaço rural de Theys, nos Alpes franceses, destaca claramente este processo de divisão do trabalho dentro das famílias camponesas no seguinte excerto:

O modelo hegemônico de família camponesa apoiava-se na articulação de três funções: a produção, o consumo e a reprodução biológica e social. As relações de parentesco articuladas às relações sociais de gênero definiam o lugar do indivíduo no

grupo, atribuindo-lhe obrigações e direitos específicos (...)

A segregação fundada na distinção entre os sexos se impunha à divisão por grupos de idade (...) As atribuições de cada um variavam, assim, segundo a idade e o sexo. (CARNEIRO, 1998, p. 66)

Como exemplo a ser citado sobre a divisão de tarefas em um grupo doméstico camponês, pode-se mencionar a realização pelas crianças de tarefas simples e menos desgastantes como o pastoreio de vacas, ovelhas, transporte do almoço para os pais e irmãos que trabalham na lavoura. Já às mulheres cabem os afazeres domésticos, o cuidado com as crianças e, quando podem, também ajudam nos trabalhos do campo; finalmente aos homens adultos e adolescentes cabem os trabalhos que exigem mais força e energia, como a capina, a aração da terra, o manejo de animais como bois, cavalos, ovelhas etc. Destaca-se também que:

Em geral, cabe ao chefe de família a direção e o desempenho de atividades de derrubada e limpa das áreas destinadas ao plantio e à colheita nas roças. (...) A mulher pode estar presente nas tarefas de produção, ou ausente em grande número delas, restringindo-se a tarefas que executa no interior de sua própria casa e no terreiro que lhe é contíguo. (...) O mesmo pode-se dar com o trabalho infantil. Ele está presente na ajuda às tarefas domésticas e às propriamente agrícolas.

(...) O trabalho familiar camponês abastece a casa de morada, alimenta seus membros, mas também é destinado a lugares e pessoas exteriores a esta realidade. (MOURA, 1988, p. 54-55)

Moura (1988) salienta neste trecho como se dá a divisão de tarefas numa família campesina segundo os critérios de gênero, idade e grau de parentesco, assim como também especifica a que se destina o trabalho camponês: abastecer a casa, alimentar seus membros e também outras pessoas exteriores à família camponesa.

Desse modo, a família camponesa se caracteriza por um modo singular de vida, no qual se preocupa constantemente em garantir a sobrevivência e a reprodução de seus membros, a posse da terra e a permanência de seus costumes diante de uma sociedade em constantes mudanças.

11.1.3. A CULTURA, OS COSTUMES E A TRADIÇÃO CAMPONESA

Segundo Mendras (1976), podemos caracterizar a sociedade camponesa por uma homogeneidade cultural, na qual todos os seus membros comungam de uma visão de mundo comum, com os mesmos sistemas de valores, uma linguagem comum, uma mesma moral etc.

Por exemplo: que o sermão dominical do padre, na missa, seja

compreensível igualmente a todos é o melhor signo dessa homogeneidade cultural: ele utiliza algumas palavras, faz referências a crenças e a valores, evoca imagens e situações conhecidas de todos (MENDRAS, 1976, p. 94).

Para este autor, a comunidade camponesa também preserva uma certa autarcia em inúmeros objetos de análise, como por exemplo nos aspectos cultural, demográfico, econômico, social etc., o que pode ser verificado quando se analisam as diferenças existentes entre coletividades vizinhas (MENDRAS, 1976).

Quanto aos valores culturais cultivados pelas sociedades camponesas, as tradições e seus costumes, podemos fazer algumas referências importantes para nosso objeto de estudo. Moura (1988), por exemplo, cita o envolvimento do camponês com sua “divindade” de devoção quando se passa por alguma dificuldade.

A religião do camponês baseia-se na dívida para com a divindade de forma tão direta e intensa que a desconfiança de que o sobrenatural desconhece um pedido feito a ele pode levar o crente a castigá-lo de alguma forma. (...) A outra face do conceito de dívida é a preocupação do camponês em cumprir a promessa feita à divindade e de materializar em orações e bens a gratidão pela graça atendida, temendo um castigo se assim não agir. (MOURA, 1988, p. 20-21)

Ainda no estudo da religiosidade do camponês, deve-se destacar que para este “são os santos e as divindades que dão sentido aos dias especiais” (MOURA, 1988). Assim sendo, os feriados cívicos decretados pelo Estado nenhuma mudança impõem ao ritmo de vida camponesa, diferentemente do que ocorre em dias de festejos do santo padroeiro.

Outro traço importante a ser notado na cultura camponesa é a oposição entre homem/mulher que se verifica nos ambientes da casa, do trabalho na roça e na sociedade em geral. Podem-se observar claramente estes traços no seguinte trecho:

No interior da casa se reproduzia também a dualidade feminino/masculino. Enquanto a cozinha e seu prolongamento – o quintal – eram reconhecidos como próprio das mulheres, o espaço de produção (o pasto, as áreas de plantação e os estâbulos) assegurava a intimidade do homem e a realização e de sua identidade de gênero. (CARNEIRO, 1998, p. 68)

Contudo, Carneiro (1998) ressalta que “essa dualidade não deve ser absolutizada”, uma vez que há em alguns casos colaboração da mulher em certas atividades produtivas como, por exemplo, na ordenha das vacas, ou mesmo colaboração do homem em realizar uma tarefa antes executada somente pela mulher.

No que diz respeito à tradição camponesa, devemos destacar

algumas características singulares deste personagem do meio rural, como seus conhecimentos sobre o tempo meteorológico, animais, técnicas de trabalho etc. e que são passados de geração para geração, preservando, assim, um saber popular de significativa importância para sua sociedade.

O céu aberto é um observador dos astros e dos elementos [o camponês]. Sabe de onde sopra o vento, quando virá a primeira chuva, que insetos podem ameaçar seus cultivos, quantas horas deverão ser dedicadas a determinada tarefa. Seu conhecimento do tempo e do espaço é profundo e já existia antes daquilo que convenciamos chamar de ciência. (MOURA, 1988, p. 9)

Além desse saber preservado, o camponês ainda preserva outra característica que é de fundamental importância para sua reprodução na sociedade na qual se insere: o amor à terra. Mendras (1976) esclarece que essa característica se dá hoje em dia movida por uma racionalidade econômica, que é a necessidade de sobrevivência da exploração, mas que em outros contextos representou para o camponês um signo de independência, liberdade. Isso se deu pelo fato de que, por não possuir terras, o camponês tinha que se submeter ao seu senhor, do qual dependia para trabalhar em sua propriedade. A partir do momento em que se torna um proprietário de sua terra, ele não precisa mais vender seu trabalho a custos ínfimos, tornando-se assim um homem livre (MENDRAS, 1976).

Dessa forma, pode-se concluir que o campesinato possui um tipo de cultura comum entre os membros de uma determinada coletividade, a qual deve ser mantida de geração para geração, preservando, então, seu típico modo de vida.

11.1.4. QUEM É O CAMPONÊS

Diante dessas análises feitas sobre a economia, a família e a cultura do camponês, cabe, então, resumir em linhas gerais as características fundamentais deste personagem do meio rural: “Vivendo da terra e do que ela produz, plantando e colhendo o alimento que vai para a sua mesa e para a mesa do príncipe, do tecelão e do soldado, o camponês é o trabalhador que se envolve mais diretamente com os segredos da natureza” (MOURA, 1988, p. 9).

Na visão de Moura (1988), o camponês é caracterizado como um indivíduo que tira da terra o seu sustento e de outras pessoas, que conhece os segredos da natureza em profundidade, que possui contatos tanto com os habitantes vizinhos a sua casa quanto com os mais distantes e com os que moram na cidade, que se subordinam às mais diferentes explorações feitas pelo dono da terra.

Outra característica a destacar é o caráter não capitalista que ele

possui, que Chayanov (1981) estabelece baseado no não recebimento de salário pelo indivíduo e pela importância que o fator de produção trabalho adquire frente aos outros dois fatores capital e terra. Assim, o camponês trabalha com a intenção de satisfazer as necessidades mínimas de consumo, gastando um mínimo possível de labor.

Além disso, deve-se ressaltar a importância da família para o camponês, uma vez que ela irá fornecer toda força de trabalho necessária à produção de seu sustento, já que o camponês não emprega nenhuma mão de obra assalariada (CHAYANOV, 1974).

Quanto ao aspecto cultural das sociedades camponesas, devemos destacar sua homogeneidade cultural, seu amor à terra (MENDRAS, 1976), seu envolvimento com as divindades (MOURA, 1988), a dualidade homem/mulher (CARNEIRO, 1998) e todas as outras especificidades que caracterizam este personagem do campo.

Finalmente, Mendras (1976) resume em cinco traços as qualidades que irão formar o tipo ideal de sociedade camponesa:

1. A autonomia relativa das coletividades camponesas frente a uma sociedade envolvente que as domina, mas tolera as suas originalidades;
2. a importância estrutural do grupo doméstico na organização da vida econômica e da vida social da coletividade;
3. um sistema econômico de autarcia relativa, que não distingue consumo e produção e que tem relações com a economia envolvente;
4. uma coletividade local caracterizada por relações internas de interconhecimento e de relações débeis com as coletividades circunvizinhas; e
5. a função decisiva do papel de mediação dos notáveis entre as coletividades camponesas e a sociedade envolvente. (MENDRAS, 1976, p. 15)

Assim, pode-se definir o camponês como um indivíduo que possui um modo de vida particular, com regras de convívio social e familiar específicas, com uma cultura que recebe de seus antepassados e a transmite aos seus descendentes, inserido num modelo de economia de particularidades especiais, como exemplificadas anteriormente.

Conforme Shanin (2007), “não se faz o camponês, ele tem que nascer camponês”.

11.1.5. OS CAMPONESES E A INCERTEZA DO FUTURO

Em determinados contextos históricos, o campesinato conviveu em estabilidade (econômica, social, cultural e política) com a sociedade envolvente, em um período de poucas e insignificativas mudanças de ordem estrutural. Foi uma época em que os servos trabalhavam para o sustento das suas famílias e do seu senhor, forneciam braços para as campanhas militares ou para as pequenas fábricas que começavam a surgir nas cidades. Neste período, ocorreram revoltas e convulsões sociais por toda parte, mas nada que modificasse a ordem político-econômica vigente.

Contudo, a partir do século XVIII, com a Revolução Industrial, a situação começa a se modificar nos campos político e econômico da época, passando a burguesia a tomar o poder em muitos países da Europa e a implantar um novo modo de produção na economia. Dessa forma, não só as cidades sofreram com as mudanças em acontecimento, mas também o campo, local onde se deu a expropriação da terra de inúmeros camponeses, onde se modificaram as formas de produção e de trabalho, com o intuito de fornecer tanto alimentos para as populações que habitavam as cidades, quanto mão de obra para a indústria em crescimento.

Assim, em face das características peculiares que compõem o modo de produção camponês, a sociedade camponesa passa a sofrer inúmeros questionamentos sobre a viabilidade de sua permanência para o contexto da expansão capitalista, uma vez que sua produção não atendia suficientemente a demanda da população em crescimento, como também não era uma atividade financeiramente rentável para o grande capital. Desse modo, muitos estudiosos chegaram a afirmar que o campesinato estaria em vias de extinção no novo contexto social em que se inseria.

Atualmente a sociedade industrial volta-se contra o campesinato, do qual saiu, e o condena irremediavelmente, porque não pode tolerar algo que se rebele contra a sua racionalidade. O fim dos camponeses, no sentido preciso aqui dado a esse termo, já foi atualmente alcançado no Ocidente. (MENDRAS, 1976, p. 246)

Neste exemplo, Mendras (1976) exemplifica a extinção dos camponeses no mundo ocidental, uma vez que eles não se ajustaram à racionalidade do modo de produção capitalista, devendo, assim, serem excluídos da sociedade em desenvolvimento.

Muitos estudiosos acreditam que essa extinção do campesinato se dá em razão do processo de generalização das relações de produção capitalista na economia agrícola.

Esse processo se daria por dois caminhos. Um seria da destruição do campesinato ou dos pequenos produtores de subsistência, como preferem chamá-los através da diferenciação interna gerada pelas contradições típicas desse processo de integração no mercado capitalista. No ponto de chegada deste processo ter-se-ia a configuração de duas classes sociais distintas: os camponeses abastados (os pequenos capitalistas rurais) e os camponeses empobrecidos (que se tornariam proletários). (OLIVEIRA, 1996, p. 45-46)

Contudo, esse processo de expansão capitalista no meio rural não conseguiu o mesmo êxito em extinguir o campesinato em determinadas regiões do planeta, pelo contrário, tem sido responsável pelo ressurgimento e fortalecimento desse modo de produção em diversas localidades rurais de atuação do capital industrial na agricultura.

Ao mesmo tempo, a industrialização do resto do planeta provoca o renascimento, o reforço, e às vezes a aparição de campesinatos. Em meio século, a sociedade industrial soviética não conseguiu desembaraçar-se de seu campesinato, apesar de uma deliberada vontade de assimilar operários e agricultores, citadinos e rurais. (MENDRAS, 1976, p. 246)

Diante de um contexto em que sua condição de existência como camponês é ameaçada, o indivíduo irá optar por se adaptar a uma nova realidade, procurando modificar sua relação com a sociedade e com a economia em expansão, sem, contudo, perder os traços particulares do campesinato.

Em determinados contextos históricos (...) o camponês adaptou-se e foi adaptado, transformou-se e foi transformado, diferenciou-se internamente, mas permaneceu identificável como tal. Teve suas formas e organizações de vida redefinidas e, em larga medida, postas a serviço de uma realidade estrutural mais poderosa: a engrenagem de reprodução do capital. (MOURA, 1988, p. 19)

Outra explicação para a permanência da sociedade camponesa em alguns países pode ser dada pela inviabilidade de se produzir alguns alimentos que não forneçam uma taxa de lucro condizente com a expectativa do capitalista, passando, então, a família camponesa a desempenhar aquela atividade.

A agricultura, ao mesmo tempo que recebe estímulos à capitalização, enfrenta permanentemente a questão de produzir alimentos a custo mais baixo, missão desempenhada, ainda que não com exclusividade, pela produção camponesa. (MOURA, 1988, p. 64)

Assim, alguns estudiosos sobre o campesinato admitem que as relações não capitalistas (camponesas) existentes no meio rural de hoje são criadas e recriadas pelo próprio processo contraditório

de desenvolvimento do modo capitalista de produção (OLIVEIRA, 1996, p. 46).

Desse modo, a existência do campesinato continua a ser observada em alguns países em desenvolvimento, seja ela fruto da resistência do camponês em ser extinto como classe, utilizando-se, para isso, das mais diversas maneiras de adaptação e transformação, ou mesmo do caráter contraditório do capitalismo em sua fase monopolista, que produz relações não capitalistas necessárias à sua reprodução. Assim, diante da incerteza do futuro, os camponeses procuram meios de garantir sua sobrevivência e a preservação dos valores que cultivam por gerações.

11.2. A AGRICULTURA FAMILIAR

Pode-se dizer que, atualmente, a agricultura encontra-se separada em dois modelos de produção: a unidade de exploração patronal e a propriedade familiar da terra. O primeiro caracteriza-se em grande parte pelo uso intensivo de tecnologias modernas estimuladas pelo “pacote tecnológico da Revolução Verde”, pela extrema dependência do mercado, pela não utilização da mão de obra familiar nos processos produtivos e consequente emprego massivo de trabalhadores assalariados. Tal modelo encontra-se disperso em grande parte dos países capitalistas e em profundo processo de questionamento. Por outro lado, temos a agricultura familiar, um complexo sistema de produção que abarca inúmeros instrumentos de análise como a relação trabalho-família, a propriedade da terra, a integração e dependência ao mercado etc.

Nosso objetivo aqui é, então, entender como se organiza a produção agrícola dentro das unidades de produção familiares e como estas se (re)produzem diante de um mercado profundamente globalizado. Buscaremos, também, compreender o espaço que este modelo de produção ocupa dentro da economia nacional brasileira, bem como as dificuldades que vem enfrentando (econômicas, políticas, ambientais etc.).

Como veremos adiante, a produção familiar não pode ser descrita como um padrão homogêneo, simplificado e de fácil entendimento. Ela é mais do que isso. É caracterizada por uma diversidade de modelos em constante processo de mudanças e adaptações às exigências da modernidade, exploradores que almejam os mais variados objetivos para o futuro e por características socioeconômicas que estão longe de alcançar uma homogeneidade entre as famílias que se identificam como produtoras familiares, o que confere a estas, assim, uma complexidade de características particulares que impossibilita ao pesquisador teorizar sobre um modelo único de agricultura familiar que contemple todos aqueles personagens do meio rural que se identificam como tal.

Para este estudo, nos apoiaremos em referenciais teóricos como Lamarche (1993; 1998), o qual traz significativas contribuições para a conceituação da agricultura familiar, teorizando sobre os diferentes modelos de explorador familiar existentes em diversas partes do mundo nas suas relações com o mercado, as tecnologias, as perspectivas quanto ao futuro dos filhos, os meios de se assegurar a posse da terra e outros aspectos mais. Além de Lamarche, analisaremos também a diferença que Nikolitch (1969 *apud* ABRA-MOVAY, 1992) estabelece entre o modelo patronal de agricultura e o familiar.

Assim, procuramos estudar a agricultura familiar dentro dos mais diversos aspectos que a envolvem – social, econômico, ambiental, político, familiar etc. – baseando-nos, para isso, na leitura de autores que trazem importantes contribuições na busca pelo entendimento dos complexos sistemas de relações que caracterizam este modelo de produção agrícola.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: Hucitec, 1992.
- CARNEIRO, Maria José. *Camponeses, agricultores e pluriatividade*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998.
- CHAYANOV, Alexander V. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.
- CHAYANOV, Alexander V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, José Graziano. *A questão agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- LAMARCHE, Hughes (Coord.). *A agricultura familiar: comparação internacional*. Trad. Ângela Maria Tijiwa. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993. v. 1.
- LAMARCHE, Hugues. *A agricultura familiar: comparação internacional do mito à realidade*. Trad. Frédéric Bazin. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.
- LUXEMBURG, Rosa. *Die Akkumulation des Kapitals – oder was die Epigonen aus der Marxschen Theorie gemacht haben. Eine Antikritik*. Leipzig: Frankes Verlag, 1921. *apud* CHAYANOV, Alexander V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, José Graziano. *A questão agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- MENDRAS, H. *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- MOURA, Margarida Maria. *Camponeses*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1988.
- NIKOLITCH, R. Family-Operated Farms: Their Compatibility with Technological Advanced. *American Journal of Agricultural Economics*, v. 51, n. 3, p. 530-545, ago. 1969. *apud* ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: Hucitec, 1992.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *A agricultura camponesa no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1996.
- SHANIN, Teodor. Conferência. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 10., Paraná, 2007.

A agricultura familiar: família, trabalho e propriedade da terra

12.1. INTRODUÇÃO

Em seus estudos sobre o modelo da agricultura familiar, Lamarche (1993) ressalta a importância por ela desempenhada na produção agrícola de diversos sistemas sociopolíticos. Seja na forma de governo capitalista ou socialista, a exploração familiar é responsável pela maior parte da produção agrícola de uma economia nacional. Contudo, nos diferentes locais onde se verifica a presença deste tipo de produção, pode-se constatar a ocorrência de uma diversidade ampla de modelos de exploração, resultante da maior ou menor inserção destes no mercado, das técnicas de produção, dos objetivos familiares quanto ao futuro etc.

Diante disso, coloca-se como um grande problema para os estudiosos a conceituação do sistema de produção familiar na agricultura, uma vez que, por englobar uma multiplicidade de formas, correr-se-ia o risco de ocultar outros personagens ao se estabelecer uma definição restrita para este objeto de análise. Mesmo assim, Lamarche (1993) faz uma definição sintética do que pode ser estabelecido como agricultura familiar:

A exploração familiar, tal como a concebemos, corresponde a uma unidade de produção agrícola onde a propriedade e o trabalho estão intimamente ligados à família. A interdependência desses três fatores no funcionamento da exploração engendra necessariamente noções mais abstratas e complexas, tais como a transmissão do patrimônio e a reprodução da exploração. (LAMARCHE, 1993, p. 15)

É a partir da forte relação trabalho-família-propriedade da terra que poderemos, então, separar o que é e o que não é agricultura familiar. Dentro do que se incluir como tal objeto de estudo, surgirá não uma amostra homogênea e simplificada da realidade, mas sim diversos personagens que possuem diferentes formas de

administrarem estes três critérios que os identificam como agricultores familiares, como também possuem as mais variadas técnicas de trabalho e se inserem de maneiras amplas no mercado de trocas que envolvem a sociedade da qual fazem parte.

Utilizando também a relação trabalho-família como critério para conceituar a exploração familiar, Nikolitch (1969, *apud* ABRAMOVAY, 1992) afirma que as unidades de produção familiares são as que empregam apenas o trabalho dos membros da família ou uma quantidade mínima de assalariados que seja inferior à contribuição da mão de obra familiar. Esta classificação diferencia este modelo de exploração do modelo patronal, o qual, segundo o mesmo autor, é caracterizado pela ausência dos indivíduos que compõem a família nas atividades ligadas diretamente ao processo de trabalho ou o fazem em uma proporção menor do que a mão de obra assalariada.

Contudo, pelo que foi dito antes sobre a agricultura camponesa, pode-se notar uma semelhança muito marcante entre ela e a familiar. Então, baseando-nos nas leituras de Chayanov (1981, 1974), Mendras (1976) e Tepicht (1973) e, particularmente, Lamarche (1993), podemos afirmar que “toda exploração camponesa é familiar, mas, nem toda exploração familiar é camponesa” (FERNANDES, 2001, p. 29-30), uma vez que as diferentes formas de produção familiar não podem ser incluídas em um único modelo.

Para ratificar sua ideia, o autor diz que no desenvolvimento da agricultura pode-se observar um modelo original que precede todo explorador agrícola – uma agricultura tribal que precede até o camponês. Entretanto, com o passar dos tempos, estes agricultores vão se diferenciando uns dos outros e adquirindo valores e aspirações divergentes, quer seja na mesma sociedade ou em sociedades diferentes. Dessa forma, o camponês seria apenas um modelo que precede outras formas de produção agrícola que estão incluídas no complexo modelo da agricultura familiar.

Classificando, então, a exploração familiar por modelos, Lamarche (1993) estabelece um eixo escalonado possuindo em sua base um “modelo original” e em seu topo o “modelo ideal”, o qual representa uma referência para o futuro da exploração dos agricultores, que planejam e orientam suas estratégias com o intuito de se alcançar uma situação esperada. Ao longo desse percurso, o agricultor será identificado com alguns modelos específicos como o “modelo empresa”, “empresa familiar”, “familiar moderna” etc., conforme demonstrado na Figura 12.1.

O critério de classificação deste eixo está baseado no grau de integração do agricultor ao mercado, tanto no plano técnico-econômico quanto sociocultural, e aos níveis de influência que o patrimônio sociocultural e as escolhas políticas exercem sobre o funcionamento

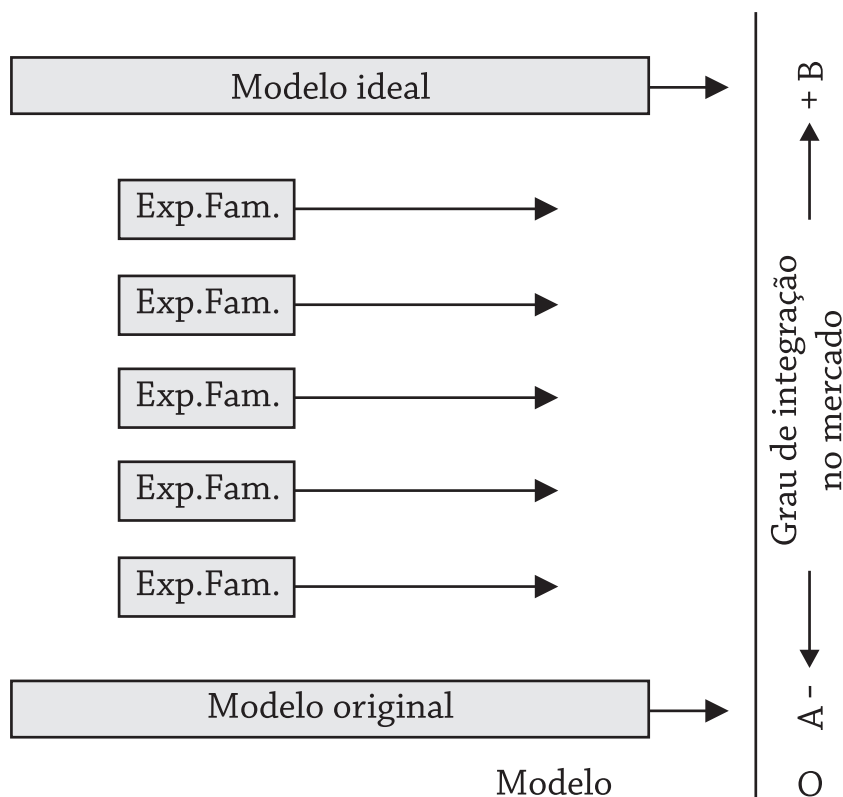


FIGURA 12.1

das explorações, uma vez que as decisões tomadas pela família irão se basear tanto na influência do passado e das tradições quanto nas expectativas para o futuro projetado para seu empreendimento.

Assim, para Lamarche (1998), a existência da exploração familiar em determinados locais estará condicionada à posse de meios que o agricultor terá para administrar três exigências: o apego a seus valores tradicionais, o projeto que ele tem para si próprio e para sua família e as limitações ligadas a seu ambiente imediato (meio natural, condições econômicas, sociais e políticas).

Contudo, o autor ressalta que este eixo escalonado não deve ser entendido como uma evolução obrigatória da exploração familiar, pois esta não está sob a influência de um processo de evolução histórica que a conduz para um mesmo destino. Desse modo, diferentes tipos de produção podem coexistir num mesmo espaço territorial, indicando-nos, assim também, que este sistema de exploração não pode ser definido como um modo de produção específico, assim como é o camponês (LAMARCHE, 1993).

Diante disso, é importante que se ressalte a extraordinária capacidade de adaptação da agricultura familiar perante as dificuldades que enfrenta no ambiente político, econômico, social e ambiental. Como exemplo, devem-se citar aquelas com a presença de instabilidades climáticas – como as da região Nordeste do Brasil –, coletivização das terras – exemplificando o caso polonês de Drobin –, ou mesmo mutações socioculturais determinadas pela economia de

mercado – neste caso, servem de exemplo as várias sociedades em via de desenvolvimento, que conseguiram superar estes obstáculos e ainda se mantêm ativas no meio rural de seus respectivos países (LAMARCHE, 1993).

12.2. DEBATES RECENTES SOBRE CAMPONESES E AGRICULTORES FAMILIARES

Desde o final do século XX, observa-se que diversas organizações sociais, principalmente de trabalhadores rurais, já tinham em seus discursos as categorias de camponês e agricultor familiar. Para a compreensão do projeto político dos que reivindicam um modelo de desenvolvimento rural para o país, é necessário associar alguns conceitos aos seus discursos e projetos. O que se pretende demonstrar nesta aula é que agricultura camponesa e familiar, mais do que categorias sociológicas, têm uma forte conotação política e de disputas por projetos de desenvolvimento rural e que envolvem poder.

Remontam à década de 1920 as contribuições de Chayanov, que lançou as bases teóricas neste debate. Sua tese contribuiu para a compreensão do funcionamento das unidades de produção familiar e da unidade de produção capitalista. No desenvolvimento do capitalismo, a implantação de novas técnicas na agricultura e o desenvolvimento das comunidades rurais levou à organização de dois tipos de unidades familiares dedicadas à produção rural, tipos estes que tinham pontos similares, porém distintos.

Para Abramovay (1992, p. 145), há uma ambiguidade quando se trata da noção de unidade familiar, o termo se confunde com pequena produção, produção de baixa renda e agricultura camponesa, esquecendo-se de que seu fundamento é o dinamismo econômico, a capacidade de inovação técnica, formas sociais que se adaptam ao tempo e espaço sem perder laços tradicionais. Agricultura camponesa e familiar se unem na relação entre propriedade e mão de obra familiar, além do fato de que é próprio dela a integração com o mercado e com as políticas governamentais, cuja característica tornou a agricultura familiar capaz de adotar “técnicas” da chamada modernização conservadora no Brasil na década de 1960.

Ressaltam-se as noções de campesinato e agricultura familiar para subsidiar a compreensão dos projetos políticos de desenvolvimento rural em disputa no Brasil desde o final do século XX. Pode-se afirmar que os camponeses constituem-se como atores sociais e têm um projeto para o desenvolvimento rural. De acordo com Moreira (2003), “havendo projeto político baseado na agricultura camponesa, haverá pouca diferença do projeto de desenvolvimento rural baseado na agricultura familiar” (MOREIRA, 2003, p. 33).

A produção teórica e conceitual sobre a agricultura familiar pelo governo federal se deu a partir de 1995 e foi suporte à elaboração do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, em atendimento às cooperações estabelecidas com a Food Agriculture Organization – FAO –, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD – e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA (FAO/INCRA, 1994).

Foi na década de 1990 que a noção de agricultura familiar tornou-se referência importante nos estudos da questão agrária brasileira. Neste contexto, defendiam que o agricultor que utiliza os instrumentos técnicos e está integrado ao mercado não é camponês, mas sim um agricultor familiar. Neste momento, criou-se a expressão agricultura patronal. Fernandes (2001), referindo-se à noção de agricultura familiar, afirma:

De fato, essas ideias representam uma mudança, pois reconhecem a inerência do trabalho familiar no desenvolvimento do capitalismo. É um avanço em relação à visão de que somente as relações capitalistas predominariam na agricultura. Mas é um atraso, ao entender que esteja somente nas políticas formuladas pelo Estado a garantia de uma integração entre o trabalho familiar e relações capitalistas, desconsiderando a essencialidade da luta contra o capital. (FERNANDES, 2001, p. 16)

Campesinato e agricultura familiar são categorias que sustentam o discurso e os projetos políticos dos atores sociais que lutam pela ocupação dos espaços agrários. Segundo Jesus (2006), o uso do território é o que desafia a agricultura camponesa e a familiar, pois, para os camponeses e suas organizações, aí está incluída a luta contra o capital, quando representa ameaça aos modelos de sobrevivência e sustentabilidade do próprio modelo familiar camponês, fazendo-se necessário, para alguns, que se façam amplas mudanças na sociedade e se altere a atual estrutura capitalista de organização da produção (MOREIRA, 2003, p. 35). O que caracteriza a agricultura familiar são as relações sociais de produção no interior da unidade familiar.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA (2000, p. 14), a agricultura familiar pode ser definida a partir de três características centrais:

- a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento;
- a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; e
- a família tem na propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra), sendo esta propriedade transmitida, em

caso de falecimento ou de aposentadoria dos responsáveis pela unidade, no interior da própria família.

O Projeto BRA/98/012 “Agricultura Familiar no Contexto do Desenvolvimento Sustentável” constituiu-se em um dos projetos de cooperação do PRONAF, coordenados pela Secretaria de Desenvolvimento Rural – SDR. O INCRA, por sua vez, estabeleceu convênio para a cooperação técnica com a FAO entre 1996 e 1999. Este Projeto de Cooperação Técnica FAO/INCRA realizou estudos baseados na metodologia de sistemas agrários desenvolvidos pela escola francesa de estudos agrários. Para o Convênio FAO/INCRA, estes estudos “vêm permitindo uma melhor compreensão da lógica e dinâmica das unidades familiares e dos assentamentos, assim como dos sistemas de produção por ele adotados nas diversas regiões do país” (FAO/INCRA, 2001, p. 21).

Segundo o MDA (2000, p. 13), o debate sobre os conceitos e a importância relativa da “agricultura familiar” tem sido intenso, gerando inúmeras concepções, interpretações, discussões e propostas, originadas de diferentes entidades representativas dos “pequenos agricultores”, dos intelectuais que estudam a área rural e dos técnicos governamentais encarregados de elaborar as políticas para o setor rural brasileiro.

No Documento Referencial do PRONAF, “pode-se intervir objetivamente na estrutura da agricultura brasileira considerando dois modelos gerais: o modelo patronal e o modelo da agricultura familiar” (PRONAF, 1996, p. 4). As características comportadas por cada um são marcantes e permitem uma distinção estrutural e do funcionamento, a saber (Quadro 12.1):

Quadro 12.1 - Características dos modelos patronal e familiar

MODELO PATRONAL	MODELO FAMILIAR
Completa separação entre gestão e trabalho.	Trabalho e gestão intimamente relacionados.
Organização centralizada.	Direção do processo produtivo assegurada diretamente pelo agricultor e sua família.
Ênfase na especialização.	Ênfase na diversificação.
Ênfase em práticas agrícolas padronizáveis.	Ênfase na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida.
Trabalho assalariado predominante.	Trabalho assalariado complementar.
Tecnologias dirigidas à eliminação de decisões “de terreno” e “de momento”.	Decisões imediatas, adequadas ao alto grau de imprevisibilidade no processo produtivo.

Fonte: MDA/SAF. PRONAF. Documento Referencial, 1996.

Ao identificar estes modelos, o Documento FAO/INCRA aborda outras modalidades a eles inerentes, sendo três para cada modelo – patronal e familiar –, como podemos observar (Quadro 12.2):

Quadro 12.2 - Agricultura familiar e patronal: modelo e características

Modelo	Modalidades	Características
Agricultura Patronal	Agribusiness.	Integração vertical das atividades no agroindustrial. Agroindústria com gestão empresarial.
	Agricultura patronal de base empresarial.	Uso intensivo de tecnologias, alta produtividade, gestão empresarial.
	Agricultura patronal de base fundiária.	Latifúndio, gestão não empresarial, agropecuária extensiva e nem sempre produtiva, tendo a terra como capital principal.
Agricultura Familiar	Agricultura familiar consolidada.	Integração ao mercado, acesso a inovações tecnológicas e políticas públicas, maioria funcionando em padrões empresariais.
	Agricultura familiar de transição.	Acesso parcial à tecnologia e ao mercado, sem acesso à maioria das políticas públicas e programas governamentais, não consolidados como empresas. Amplo potencial para viabilização econômica.
	Agricultura familiar periférica.	Inadequação em termos de infraestrutura, dependentes de programas de reforma agrária, crédito, pesquisa, assistência técnica e extensão rural e comercialização.

Fonte: MDA/SAF. PRONAF. Documento Referencial, 1996.

Nota-se que há uma forte conotação político-econômica e vinculação ao modelo capitalista, quando as abordagens do Estado sobre a agricultura familiar atingem aspectos relativos às questões agroindustriais e empresariais, o uso da tecnologia e acesso ao mercado como fatores de definição desta categoria produtiva. Não se percebe nesta visão o reconhecimento da categoria camponesa, salvo nos casos de agricultores assentados da reforma agrária, para as políticas públicas. Igualmente, seguindo a lógica do discurso do Estado, faz-se necessário melhor compreender quem são os atores da agricultura periférica. Em Minas Novas-MG, percebe-se que o perfil do agricultor é, predominantemente, camponês e familiar periférico, sendo que em algumas áreas, principalmente nas quilombolas e em outras mais distantes da zona urbana, existem fortes indícios da presença de famílias em estágio de indigência rural, longe até mesmo do acesso dos instrumentos que caracterizam os periféricos, colocando-se numa posição *marginal-periférica*.

Para delimitar o sistema familiar,¹ a Secretaria da Agricultura Familiar – SAF – usou dados do censo agropecuário de 1995-1996 do IBGE, no intuito de construir um “novo retrato da agricultura familiar”. Através destes dados, constata-se que no Brasil existiam

¹ Sistema familiar é caracterizado pelas unidades que atendiam simultaneamente às condições: a) a direção do estabelecimento era exercida pelo produtor; b) o trabalho familiar era superior ao trabalho contratado. Adicionalmente, foi elaborada uma área máxima regional como limite para a área total dos estabelecimentos familiares (MDA, 2000, p. 18).

4.859.864 estabelecimentos rurais, ocupando uma área de 353,6 milhões de hectares, sendo que as unidades familiares ocupavam 30,2% desta área, mesmo representando 85,2% do total dos estabelecimentos rurais brasileiros (MOREIRA, 2003, p. 38).

De outro lado, a agricultura patronal ocupava 67,9% da área total e representava apenas 11,4% dos estabelecimentos rurais. A quantidade de estabelecimentos na categoria familiar era mais de sete vezes maior que o número da categoria patronal. A quantidade de terras ocupadas pela categoria patronal era duas vezes a das ocupadas pela familiar, conforme se observa na Tabela 12.1 abaixo:

Tabela 12.1 - Estabelecimentos totais e área total por categorias familiar e patronal no Brasil

CATEGORIAS	Estabelecimentos totais	% Estabelecimentos sobre o total	Área total (mil ha)	Área total (%)
FAMILIAR	4.139.369	85,2	107.768	30,5
PATRONAL	554.501	11,4	240.042	67,9
OUTROS (*)	165.994	3,4	5.801	1,6
TOTAL	4.859.864	100,0	353.611	100,0

Fonte: Censo Agropecuário 1995/1996 – IBGE. Documento Novo Retrato da Agricultura Familiar (MDA/SAF, 2000).

O censo agropecuário 1995/1996 revelou várias condições que permitiram identificar o perfil da agricultura familiar no Brasil. Três delas podem ser destacadas, quais sejam: a primeira é a condição dos agricultores em relação ao uso da terra, a segunda, a estrutura fundiária, e a terceira refere-se ao pessoal ocupado, cuja observação desses fatores permite compreender a ocupação dos espaços por tipos de uso.

Para a SAF, os dados do censo agropecuário 1995/1996 demonstram que não é apenas a propriedade da terra o único elemento a ser considerado para a chamada “reestruturação fundiária do Brasil” (MDA, 2000, p. 26). Também deve ser verificado o tamanho das propriedades dos agricultores familiares: “(...) muitos possuem menos de 5 ha, o que, na maioria dos casos, inviabiliza sua sustentabilidade econômica (...)”. Os dados do censo agropecuário revelaram que, no Brasil, 94,55% dos estabelecimentos no modelo de agricultura familiar têm área menor que 100 ha, e 39,8% das propriedades dos agricultores familiares têm menos de 5,0 ha. Este índice chega a 58,8% na região Nordeste e 39,12% na área da pesquisa.

Os dados revelam o fenômeno da “minifundização” da agricultura familiar, e, possivelmente, estes são os números da agricultura familiar periférica. Como pode ser verificado, tal fenômeno é marcante em Minas Novas-MG, onde o processo de minifundização já chega a um estágio de quase “quintalização”, em decorrência das inúmeras divisões e subdivisões das unidades familiares pelos eventos da herança ou casamento dos filhos. De acordo com

o MDA, este é um modelo periférico de agricultura familiar caracterizado como estabelecimentos “inadequados em termos de infraestrutura, dependentes de programas de reforma agrária, crédito, pesquisa, assistência técnica e extensão rural e comercialização” (MDA, 2000, p. 28).

Segundo dados da SAF, a agricultura familiar é a principal geradora de postos de trabalho no meio rural: “Mesmo dispondo de apenas 30% da área, é responsável por 76,9% do pessoal ocupado. Dos 17,3 milhões de pessoas ocupadas na agricultura brasileira, 13.780.201 estão na agricultura familiar” (MDA, 2000, p. 28). Gerar trabalho e renda é um objetivo estratégico das propostas do governo para a agricultura familiar. O número de pessoas ocupadas por unidade de área na agricultura familiar é superior ao que se verifica na agricultura patronal. Nesta, são necessários em média 67,5 ha para ocupar uma pessoa, enquanto na agricultura familiar esta média é de apenas 7,8 ha. A agricultura familiar gera ocupação utilizando 8,6 vezes menos terra que a patronal.

Considerando a característica da agricultura familiar camponesa da área estudada, procurou-se compreender os diferentes tipos de estabelecimentos e propriedades, para fins de classificação e possível enquadramento da agricultura familiar camponesa. O Estatuto da Terra, de 1964, classificou em tipos os diferentes modelos de ocupação do espaço agrário rural. Tal classificação, como se pode verificar no Quadro 12.3 a seguir, permite a compreensão dos espaços possíveis e adequados aptos à ocupação camponesa, da agricultura familiar e de outros moldes de empreendimentos rurais.

Quadro 12.3 - Tipos de propriedade da terra no Brasil segundo o Estatuto da Terra

Tipo de propriedade	Características
Minifúndio	Propriedade de tamanho menor que o necessário para o sustento e o progresso de uma família.
Módulo rural ²	Área mínima de terra necessária para uma família sustentar-se e progredir econômica e socialmente, e cujo tamanho é estabelecido por critérios técnicos.
Empresa rural	Propriedade que não excede o equivalente a 600 vezes o módulo da região e que é explorada racionalmente ocupando mais de 50% da área total agricultável.
Latifúndio por exploração	Propriedade rural que não excede o tamanho admitido como máximo (o da empresa rural), mas é mantida inexplorável em seu todo.
Latifúndio por extensão	Propriedade que, independentemente do seu grau de utilização, ultrapassa 600 vezes o módulo regional.

Fonte: Estatuto da Terra, 1964.

² O tamanho do módulo rural varia de acordo com a região, podendo variar no intervalo de 5 a 115 hectares.

Com a promulgação da Constituição de 1988, foi sancionada a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que deu nova classificação às propriedades, sendo:

- minifúndio: dimensão menor que o módulo rural fixado para o município;
- pequena propriedade: dimensão entre 1 e 4 módulos rurais;
- média propriedade: dimensão entre 5 e 15 módulos rurais; e,
- grande propriedade: dimensão superior a 15 módulos rurais.

O conhecimento da questão agrária torna-se de grande valia, pois ele, muitas vezes, é determinante para a compreensão de como tem sido a dinâmica da ocupação dos espaços e a configuração populacional e produtiva da agricultura familiar e seus diversos movimentos socioeconômicos e fluxos migratórios, dentre outros.

De acordo com Ricci (2004, p. 49), de 1960 a 1980, aproximadamente 28 milhões de brasileiros deixaram o campo, contingente equivalente à população da Argentina nos anos de 1980. A mudança do padrão tecnológico, o aumento da competitividade, a política de crédito rural e a diminuição da ocupação da mão de obra rural constituíram alguns dos possíveis fatores que impulsionaram esta migração.

Mesmo diante dessa situação, a importância da agricultura familiar é comprovada pela sua participação na produção nacional de alimentos. O Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO revelou que o conjunto das unidades familiares é responsável por 40% do Valor Bruto da Produção – VBP total da agropecuária brasileira. Nas unidades familiares, são produzidos 24% do VBP total da pecuária de corte, 52% da pecuária de leite, 58% dos suínos e 40% das aves e ovos. Em relação a culturas temporárias e permanentes, produz 33% do algodão, 31% do arroz, 72% da cebola, 67% do feijão, 97% do fumo, 84% da mandioca, 49% do milho, 32% da soja, 46% do trigo, 58% da banana, 27% da laranja, 47% da uva, 25% do café e 10% do VBP da cana-de-açúcar (SAF/MDA, 2006).

De acordo com Tubaldini (2006), além da expressividade econômica, a agricultura familiar traz valores e saberes locais, associados à preservação das tradições e do patrimônio cultural, que conferem especificidades à categoria e contribuem para a composição e expressão da identidade dos territórios por ela ocupados.

No tocante às respostas que a agricultura, pelo seu caráter multifuncional, pode dar ao interesse geral do território e dos seus habitantes, toca uma série de pontos essenciais para o desenvolvimento das zonas rurais: preservação da vida rural e da qualidade da vida nas zonas rurais, preservação e valorização dos recursos naturais e do patrimônio local etc. (TUBALDINI, 2006, p. 47)

Segundo a autora, é preciso “procurar com persistência o ponto de equilíbrio entre agricultura e produção e agricultura e proteção, num quadro de ordenamento do território que determinará a ambas os requisitos do seu funcionamento” (TUBALDINI, 2006, p. 42).

Os avanços de algumas políticas públicas dos últimos anos – com grande tendência de se consolidarem como participativas – levaram as organizações e representações dos agricultores familiares a intensificarem o debate sobre a importância da agricultura familiar para a economia do país, fazendo com que mais do que “políticas de governos”, estas se convertam em “política de Estado”, com reivindicações para que esta categoria produtiva fosse legalmente reconhecida como um “eixo estruturante” para o Estado e as políticas públicas.

Tal conjuntura fez com que a agricultura familiar assumisse uma postura mais ativa diante das questões a ela apresentadas. Ocorreu um intenso processo de organização e mobilização dos atores sociais, no sentido de sensibilizar a sociedade e o governo em torno de um conjunto de propostas de políticas públicas participativas e de uma agenda de reivindicações que incluísse o reconhecimento da categoria como segmento produtivo, facilitasse o acesso à terra, ao crédito rural, à assistência técnica, ou seja, uma política diferenciada para a agricultura familiar. Era preciso reconhecer a agricultura familiar como um instrumento fundamental do desenvolvimento rural e parte importante do desenvolvimento econômico que o país persegue ao longo de sua história.

Após muitas manifestações, dentre as conquistas decorrentes das mobilizações, destacaram-se a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, como uma instância de “Estado” destinada às políticas para agricultura familiar e reforma agrária –, a criação e implantação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF – e a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER, para atenderem às especificidades da agricultura familiar, com ênfase em jovens, mulheres, indígenas e quilombolas; e, mais recentemente, a criação da Lei da Agricultura Familiar.

Este conjunto de ações permitiu que a agricultura familiar se inserisse na proposição do desenvolvimento rural de maneira integrada, contribuindo com suas experiências de enfrentamento às adversidades e assumindo os desafios da formulação e gestão de políticas públicas, respeitando as especificidades locais e outras peculiaridades desta categoria produtiva e cultural. Após 10 anos do início da implantação do PRONAF, o MDA, por iniciativa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural, elaborou uma proposta de projeto de lei que dispunha sobre a política de desenvolvimento rural sustentável, em que a agricultura familiar fosse reconhecida

oficialmente como uma categoria econômica e produtiva.

A Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, conhecida como Lei da Agricultura Familiar, estabeleceu os conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à agricultura familiar, atendendo a uma antiga reivindicação: reconhecer a agricultura familiar como categoria produtiva, uma conquista dos agricultores familiares. De acordo com a nova lei, “a formulação, gestão e execução da Política Nacional da agricultura familiar serão articuladas, em todas as fases de sua formulação e implantação, com a política agrícola e com as políticas voltadas para a reforma agrária” (Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006).

Para as políticas públicas, esta lei considera agricultor familiar aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, às seguintes condições: que não detenha, a qualquer título, área maior do que quatro módulos fiscais;³ que utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; que tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; e que dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Estabelece, ainda, orientações para a Política Nacional da Agricultura Familiar, que deverá observar os princípios da descentralização, sustentabilidade ambiental, social e econômica, equidade na aplicação das políticas, respeitando os aspectos de gênero, geração e etnia, bem como a participação dos agricultores familiares na formulação e implantação da política nacional da agricultura familiar.

Para atingir seus objetivos, a Política Nacional da Agricultura Familiar promoverá o planejamento e a execução das ações, de forma a compatibilizar as áreas de crédito e fundo de aval, infraestrutura e serviços, assistência técnica e extensão rural, pesquisa, comercialização, seguro, habitação, legislação sanitária, previdenciária, comercial e tributária, cooperativismo e associativismo, educação, capacitação e profissionalização; negócios e serviços rurais não agrícolas e agroindustrialização.

Com este novo e importante instrumento, espera-se que o Estado e a sociedade, além de reconhecerem oficialmente a importância da agricultura familiar, também garantam a possibilidade de constituição dos elementos necessários à participação democrática e cidadã na construção dos processos de desenvolvimento rural, pelos agricultores familiares e camponeses, sustentada no princípio da “subsidiariedade”.⁴

³ Não se aplicando quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse quatro módulos fiscais.

⁴ De acordo com Tubaldini (2006, p. 55), “este princípio jurídico implica que uma autoridade superior não possa nem deva agir a menos que um objetivo não possa ser concretizado, de modo satisfatório, a um nível mais elevado”. O princípio da subsidiariedade foi um dos grandes princípios de orientação da ação estrutural da formação da Comunidade Econômica Europeia.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: Hucitec, 1992.
- CHAYANOV, Alexander V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, José Graziano. *A questão agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- CHAYANOV, Alexander V. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.
- FAO/INCRA. *Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável para a pequena produção familiar*. Brasília, 1994.
- FAO/INCRA. *O público alvo do crédito rural do PRONAF: estimativas a partir dos dados do censo agropecuário do IBGE de 1995-1996*. Brasília, 2001.
- FERNANDES, Bernardo M. *Espacialização e territorialização da luta pela terra: a formação do MST no Estado de São Paulo*. Tese (Mestrado) –, FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- FERNANDES, Bernardo M. *Questão agrária, pesquisa e MST*. São Paulo: Cortez, 2001.
- JESUS, Paulo de. A metodologia científica e o cotidiano da extensão rural: algumas relações. In: TAVARES, Jorge Ramos; RAMOS, Ladjane (Org.). *Assistência técnica e extensão rural: construindo o conhecimento agroecológico*. Manaus: Edições Bagaço, 2006.
- LAMARCHE, Hughes (Coord.). *A agricultura familiar: comparação internacional*. Trad. Ângela Maria Tijiwa. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993. v. 1.
- LAMARCHE, Hughes (Org.). *A agricultura familiar: comparação internacional*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998. v. 2: Do mito à realidade.
- MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria Nacional de Agricultura Familiar. *Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar*. Documento Referencial. Brasília, 1996.
- MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário. *Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto*. Brasília: MDA, 2000. (Cooperação INCRA/FAO, Caderno 8).
- MENDRAS, H. *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- MOREIRA, R. M. *Transição agroecológica: conceitos, bases sociais e a localidade de Botucatu/SP – Brasil*. Dissertação (Mestrado) –, FEAGRI, Universidade de Campinas, Campinas, 2003. 153 p.
- NIKOLITCH, R. Family-Operated Farms: Their Compatibility with Technological Advanced. *American Journal of Agricultural Economics*, v. 51, n. 3, p. 530-545, ago. 1969. *apud* ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: Hucitec, 1992.
- RICCI, S. R. Sousas: de arraial a progressista distrito de Campinas. *Revista Notícia Bibliográfica e Histórica*, Campinas, n. 192, p. 21-26, jan./mar. 2004.

TEPICHT, J. *Marxisme et agriculture: Le paysan polonais*. Paris: Armand Colin, 1973. 251 p.

TUBALDINI, Maria Aparecida dos Santos. Desenvolvimento rural e agricultura familiar: reflexões a partir do estudo de caso da cachaça artesanal de Ouro Preto (MG/Brasil) e da Aguardente de Medronho (Algarve/Portugal). In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 18., 2006. *Anais...*

A formação da grande propriedade no Brasil

13.1. INTRODUÇÃO

A instituição da grande propriedade no Brasil está associada ao processo de formação territorial e de povoamento do Brasil Colônia no início do século XVI. A necessidade de ocupar esse vasto território, já visado por outras nações, proporcionou o estabelecimento dos engenhos açucareiros. A cana-de-açúcar, além de ser um produto lucrativo e de grande valor comercial, necessitava ser desenvolvida em extensas plantações, o que corroborava com a necessidade de ocupação do território por meio de grandes latifúndios monocultores. Contudo, o controle de extensas unidades, associado à falta de capital, fez com que tais unidades (capitanias hereditárias) fossem subdivididas em sesmarias. Desse modo, o processo de formação do território brasileiro, as transformações socioeconômicas e do modo de produção foram moldando o que hoje conhecemos como a grande propriedade.

13.2. FEUDALISMO OU CAPITALISMO?

As interpretações quanto ao modo de produção estabelecido na colônia portuguesa são várias, variando tanto entre as ciências (Geografia e História) quanto entre diversos autores. Visando ordenar as diferentes perspectivas sobre a colonização, Amaral Lapa dividiu obras e autores em quatro grupos:

- a) Autores que “aceitaram, com diferentes graus de representatividade setorial ou total da realidade (relações de produção), a tese da predominância de um modo de produção feudal ou semifeudal no Brasil, particularmente até meados do século XIX”;
- b) Autores que “defendem a existência – graduada por diferentes etapas da expansão (pré-capitalista, capitalista comercial ou

mercantil capitalista) – de um modo de produção capitalista presidindo à evolução econômico-social do Brasil”;

- c) Autores que “se inclinam pela caracterização da especificidade do(s) modo(s) de produção e das formações sociais no Brasil”;
- d) Autores em “cujos trabalhos são feitas revisões críticas das diferentes posturas teóricas assumidas sobre o(s) modo(s) de produção que prevaleceram na evolução da estrutura econômico-social brasileira” (Amaral Lapa, 1991, p. 29, 31 *apud* EARTHAL, 2000, p. 249, 250).

No primeiro grupo de autores cabe destacar Alberto Passos Guimarães, que em seus trabalhos buscou analisar as formas de organização feudal ainda presentes nas relações sociais e de produção no Brasil Colônia. Desse modo, para esse autor, a grande propriedade foi tomada como categoria principal de análise, deixando as relações da produção escravista numa escala secundária.

Para Guimarães (1989), a estratégia de ocupação portuguesa está associada à ordem feudal vigente neste período, que tinha como base o monopólio territorial, o qual foi transplantado na sua colônia americana, e “uma vez assegurando o domínio absoluto de imensos latifúndios nas mãos dos homens de ‘calidades’ da confiança de el-rei, todos os demais elementos da produção seriam a ele subordinados” (GUIMARÃES, 1989, p. 28).

Esse “feudalismo clássico” ao qual está associada tal estratégia de ocupação portuguesa, segundo Guimarães (1989), passava por algumas transformações em relação ao sistema feudal medieval, o trabalho do escravo era substituído pelo servo da gleba, ao qual era atribuída uma condição mais livre, com maior produtividade no trabalho. Contudo, tais características não **predominaram** no feudalismo colonial, uma vez que também se recorreu ao escravismo, e a perda de produtividade que seria conquistada por meio do servo da gleba foi recompensada pela fertilidade das “terras virgens do Novo Mundo”. Assim:

Muito frequentemente as formas escravistas entrelaçaram--se com as formas servis de produção: o escravo provia seu sustento dedicando certa parte do tempo à pesca ou à lavoura em pequenos tratos de terra que lhe eram reservados. Desse modo, o regime de trabalho escravo se misturava com o regime medieval da renda-trabalho e da renda-produto, além de outras variantes de prestação pessoal de trabalho. Não faltavam aos senhorios coloniais a massa de moradores “livres” ou de agregados, utilizados nos serviços domésticos ou em atividades acessórias desligadas da produção, as quais coloriam o pano de fundo do cenário feudal. (GUIMARÃES, 1989, p. 29)

Diante de tal estrutura, Guimarães defende que o “sistema de plantação” nada mais é do que a “expressão realizada do feudalismo

colonial”, uma vez que “o caráter comercial da produção não é uma característica do capitalismo, mas do mercantilismo”. Para este autor, a passagem do sistema feudal para o capitalismo se dá apenas quando o trabalhador passa a vender livremente sua força de trabalho, assalariado, ao capitalista. Sendo assim, no “sistema de plantação” feudal, “o elemento fundamental, a característica dominante à qual estavam subordinadas todas as demais relações econômicas é a propriedade agrária feudal, sendo a terra o principal e mais importante dos meios de produção” (GUIMARÃES, 1989, p. 30-31).

Para o segundo grupo de autores, muitos deles embasados nos estudos de Marx, a colonização é um processo decorrente da crescente mercantilização, que marca a crise do feudalismo e a configuração das bases do capitalismo. Não constitui um processo de povoamento, mas sim um empreendimento de produção em larga escala capaz de gerar alto retorno mercantil aos mercados europeus, baseado no tripé grande propriedade, monocultura e trabalho compulsório. Assim, com base na ideia da *acumulação primitiva*¹ de Marx, o sistema colonial seria um mecanismo de alavancagem inicial da expansão do capital, neste contexto por meio do mercantilismo. Assim, segundo Oliveira (1985, p. 97 *apud* CUNHA, 2001, p. 7):

A conformação do antigo sistema colonial aparece como momento essencial para o avanço do capitalismo na Europa. A valorização do capital comercial é dinamizada pela nova malha de circuitos entre colônias e metrópoles, ao mesmo tempo que a entrada de produtos coloniais estimulava o comércio entre as próprias nações europeias. O mercado colonial servia de alavanca para o desenvolvimento da produção mercantil das metrópoles, particularmente da produção manufatureira. Finalmente, a entrada maciça de metais preciosos da América vinha permitir a superação da *depressão monetária* que dificultava a circulação mercantil na Europa na fase de crise do feudalismo.

Já segundo as definições dos autores do terceiro grupo, como Ciro Flamarion Santana Cardoso, levantando as especificidades internas das formações sociais do fenômeno colonial, aponta a existência de um novo modo de produção, o “escravismo colonial”, cujas principais características seriam (Cardoso, 1988, p. 21-22 *apud* EARTHALL, 2006, p. 254-255):

- a) incluía estruturalmente dois setores agrícolas articulados: um sistema escravista dominante, produtor de mercadorias exportáveis, e um sistema camponês, subordinado ao primeiro, exercido pelos próprios escravos;
- b) as forças produtivas tinham um nível relativamente baixo, caracterizando-se pelo uso extensivo dos recursos naturais e da mão de obra;
- c) ao nível macroeconômico, a lógica do sistema e a do capital mercantil eram inseparáveis;

¹ “Marx chama de acumulação primitiva o processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção ou, sob outro ponto de vista, que concentra a riqueza nas mãos de poucos a partir da expropriação de muitos. Tal acumulação é anterior à plena constituição do modo capitalista de produção, não respeitando sua lei de “equivalência” - lei do valor - base sob a qual o capital autonomiza-se.” (CUNHA, 2001)

- d) ao nível macroeconômico, a rentabilidade da empresa escravista dependia da redução dos custos de produção (mão de obra e insumos) e buscava a autossuficiência;
- e) os principais mecanismos de reprodução do modo de produção eram o tráfico africano (os Estados Unidos constituindo-se na exceção) e diversos fatores extraeconômicos.

Tais distinções do colonialismo como uma forma de produção feudal ou capitalista contribuem para as posteriores discussões em torno da grande e pequena propriedade e das formas de trabalho relacionadas a elas, como sendo resquícios de feudalismo ou resultado do processo excludente do capitalismo.

13.3. O PROCESSO DE FORMAÇÃO DA GRANDE PROPRIEDADE

Ao analisar o processo de colonização portuguesa no Brasil, destacando suas formas de exploração tanto como mecanismo de crescimento econômico, dando base ao capitalismo, como forma de povoamento, dando origem a uma nova colônia feudal, é possível verificar a importância dada à terra como meio de reprodução. Assim, tanto as discussões em torno da pequena propriedade, de produção para o autoconsumo da colônia, como da grande propriedade (os latifúndios) para a economia de exportação evidenciam-se já no século XVI.

Após a posse das terras brasileiras a serem colonizadas, por meio do Tratado de Tordesilhas (1494), Portugal continuou envolvido no lucrativo comércio de especiarias e outros produtos. Contudo, diante da cobiça de potências rivais, desenvolve-se a primeira política de controle de tal território: o sistema de capitanias hereditárias. Cada capitania era passada a um donatário. Contudo, os territórios que lhes cabiam eram muito vastos, o que dificultava o seu uso e controle. Assim, coube à coroa uma nova divisão dessas terras, por meio das sesmarias.

As novas condições de se obter a terra, contudo, ainda não eram suficientes para atrair a nova classe dos ricos para uma agricultura incerta na colônia. Desse modo, a cana-de-açúcar surge como uma solução para o povoamento e aumento da lucratividade da metrópole, uma vez que tal atividade e seu modo de produção passam a atrair a classe dos mercadores, cujos representantes seriam intermediários e banqueiros. Tais atividades deram então função às sesmarias, cuja área variava de 17 a 87 hectares. As mais extensas sesmarias localizavam-se no Nordeste, onde também se expressava mais fortemente a economia canavieira, que no final do século XVI já concentrava mais de 100 engenhos.

É diante de tais análises que Earthal (2006) destaca que a abundância de terras não é a única responsável pelo surgimento do latifúndio no Brasil, é preciso considerar outros fatores, como o

próprio sentido social dado à terra, que passava a ser vista como algo a ser apropriado. Tal teoria é ratificada por Faoro (1976), segundo o qual tanto na economia açucareira quanto na cafeeira a terra representava apenas um décimo do valor das sesmarias, cabia a ela também o poder de hierarquizar os homens nessa sociedade colonial. Tal configuração apenas representa as intenções da metrópole de deixar nas mãos da fidalguia o monopólio dos latifúndios, efetuando-o através das sesmarias, dirigidas pelos “homens grossos” da burguesia mercantil.

13.3.1. Fazendas e engenhos

Segundo Guimarães (1989), existiam dois tipos de domínio latifundiário, os engenhos e as fazendas, que, embora surgissem da mesma política colonizadora de impor casta à distribuição das sesmarias, seguiram caminhos bem distintos.

Nos engenhos concentrava-se toda a força do monopólio da terra sob os desígnios da nobreza, o próprio mercado de escravos e outras mercadorias, como objetos de luxo ou quinquilharias europeias. Além disso, o engenho também se caracterizava por se impor ao meio geográfico e social, o que lhe dava a mesma estrutura nas diversas regiões da colônia.

Já as fazendas repeliam a escravidão e utilizavam da mão de obra indígena, com o pastoreiro, ou homens livres, o que fazia surgir “uma nova classe de arrendatários, de um nível de vida mais elevado que os dos rendeiros e lavradores obrigados, existentes nas culturas canavieiras” (GUIMARÃES, 1989, p. 63). Originada de uma colonização menos nobre, as fazendas localizavam-se principalmente no Centro e no Sul, eram propriedades geralmente menores que os engenhos e geridas pelo próprio proprietário.

Assim, os engenhos eram muito mais complexos, “uma unidade produtora autônoma e forte”, que além de sua riqueza, possuíam também torres, armas, o monopólio feudal da terra, mão de obra bruta, como os escravos, e “especializada”, como mestre de açúcar, banqueiros, sacerdotes etc. Logo, segundo Guimarães (1989, p. 63):

Era o engenho uma organização híbrida particularmente porque representava a conjugação de sistemas econômicos historicamente distanciados. Erguia-se sobre uma base orgânica feudal, caracterizada pelo regime de propriedade e pelo de administração, pelo regime de “governo”, verdadeiro senhorio regido pelos códigos da nobreza territorial, com seu proprietário à frente da produção.

Desse modo, o poder e a hegemonia de tal unidade produtora condicionaram a vida social dos espaços rurais e direta ou indiretamente influenciaram o surgimento/crescimento das atividades urbanas,

perpetuando sua estrutura na economia cafeeira e na atual configuração social e territorial da sociedade brasileira.

13.3.2. O latifúndio cafeeiro

No início do século XIX, os latifúndios cafeeiros já haviam formado dois fortes centros de produção na província do Rio de Janeiro, a partir dos quais a expansão foi rápida, acompanhada da acumulação e concentração da riqueza. Assim, o sistema latifundiário passa a incorporar as novas condições de produção, aperfeiçoando suas técnicas de produção e/ou introduzindo maquinários e novas tecnologias, o que propiciou a expansão de seus domínios e o fortalecimento de suas bases, sem, no entanto, modificar suas características principais.

Contudo, a expansão do latifúndio cafeeiro se dava num contexto histórico de florescimento do capitalismo industrial, que, ao mesmo tempo que lhe proporcionava rápida penetração do café no mercado, e consequentemente maior riqueza, as novas tecnologias e a formação de *trustes* internacionais, pressionava-o cada vez mais a se adaptar às novas condições, deixando-o mais vulnerável às pressões do capitalismo.

Guimarães (1989) divide o processo de expansão do latifúndio em dois ciclos. No primeiro, há certa regressão “às formas feudais, coloniais e escravocratas estratificadas no engenho de açúcar” (GUIMARÃES, 1989, p. 82). Já no segundo ciclo a cafeicultura vai perdendo alguns daqueles traços primitivos e moldando uma nova estrutura produtiva, baseada no trabalho livre, contudo, associado a

coação sobre as pequenas explorações vizinhas, com vistas a anexá-las à propriedade latifundiária mais poderosa; e a implacável violência no sentido de desalojar das melhores terras os ocupantes sem títulos, posseiros ou intrusos. (GUIMARÃES, 1989, p. 91)

Assim, associada à configuração inicial da estrutura latifundiária canavieira, à ascensão do latifúndio cafeeiro e à considerável riqueza acumulada durante todos esses séculos por uma minoria de grandes senhores de terra, que passaram a atuar conjuntamente com o Estado, as grandes propriedades asseguraram sua vitalidade e resistiram às dinâmicas do capitalismo assegurando sua existência até os dias atuais na sociedade brasileira.

13.3.3. A crise do sistema latifundiário

A desintegração da estrutura latifundiária no Brasil é um processo que vem ocorrendo lentamente ao longo de séculos, através de momentos de crise, que são amenizados ou solucionados por meio de diversos fatores. A persistência até os dias atuais dessa decadência nada mais é do que um indício de que tal sistema “foi implantado sobre alicerces excepcionalmente sólidos para poder dispor, como sua longevidade o comprova, duma capacidade de resistência quase inesgotável” (GUIMARÃES, 1989, p. 158).

Guimarães (1989) define três etapas da crise do feudalismo que vão se manifestando gradualmente ao longo dos anos. A primeira etapa da crise do sistema latifundiário (de gestação da crise) foi após a Independência do Brasil, quando começaram a ocorrer algumas cisões no bloco das oligarquias dominantes. Primeiramente entre latifundiários reinóis e brasileiros, depois entre senhores de engenho e fazendeiros de café, e posteriormente entre os cafeicultores de São Paulo, detentores de liderança na economia e na política, e os cafeicultores do Rio de Janeiro, excluídos de tais influências. Além disso, o aumento das invasões das terras por posseiros constituiu uma diminuição no controle e domínio dos latifúndios através da legalização da pequena propriedade e da concessão de terras a colonos estrangeiros no Sul do país.

A segunda etapa (de eclosão da crise) advém da superprodução cafeeira no início do século XX, relacionada ao florescimento do capitalismo industrial, que demandou investimentos cada vez maiores em técnicas de beneficiamento e produtividade, os quais permitiram maior participação dos cafeicultores na economia de exportação, causando a acumulação e superprodução do produto.

E por fim a terceira etapa (a da aceleração) na qual, diante da crise econômica mundial de 1929, os latifundiários já não conseguem mais se manter por seus próprios recursos, necessitando cada vez mais de recursos dos cofres públicos. Tais fatores diminuem sua competitividade no mercado internacional e sua participação na economia interna do país, declinando então tanto no âmbito econômico, como político e ideológico. Nessa fase, o sistema latifundiário torna-se, segundo Guimarães (1989, p. 160), um “organismo parasitário”.

Assim, a decomposição do sistema latifundiário tradicional proporcionou o surgimento de uma classe antes não existente no campo, a burguesia rural, e nas cidades a burguesia industrial, as quais abrem cada vez mais as possibilidades de infiltração do capitalismo na agricultura. Tal fenômeno, segundo Serra (2003, p. 242), provoca nas áreas latifundiárias:

- a) a expressiva concentração latifundiária, baseada na associação do monopólio da terra com o da indústria de transformação ou do beneficiamento da matéria-prima agrícola e a consequente participação do lucro industrial e comercial no total dos ganhos da exploração latifundiária;
- b) a intensa fragmentação minifundiária das pequenas propriedades agrícolas, muito facilitada por nosso direito sucessório e por meio da qual os latifúndios fixam, nas suas proximidades, uma fonte de mão de obra, o chamado “exército industrial de reserva”, a qual recorre para atender suas necessidades eventuais;
- c) substituição de lavouras latifundiárias de escassa rentabilidade pela pecuária extensiva. Esta permite ainda que o latifúndio utilize suas imensas terras ociosas com um mínimo de investimento e de mão de obra, para atender a demanda crescente de carne e derivados nos mercados interno e externo.

13.4. A GRANDE PROPRIEDADE NO SÉCULO XXI

De acordo com o censo agropecuário de 1995-1996 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), em torno de 50% dos estabelecimentos rurais possuem menos de 10 hectares cada e correspondem a menos de 3% da área total dos imóveis. Por outro lado, menos de 1% dos estabelecimentos rurais possuem mais de 1.000 hectares e correspondem a 45% do espaço agrário brasileiro. Tal situação demonstra quão tamanha é a concentração fundiária no Brasil.

Tabela 13.1 - Estabelecimentos por grupo de área total no Brasil no ano de 1995

Tamanho dos Estabelecimentos (ha)	Número de Estabelecimentos
Menos de 10	2.317.320
10 a menos de 100	1.738.552
100 a menos de 200	225.026
200 a menos de 500	146.780
500 a menos de 2000	75.553
2000 a mais	18.839
Sem declaração	21.682

Fonte: Censo Agropecuário 1995-1996. IBGE.

Dentre os principais problemas referentes a essa concentração fundiária no Brasil, Serra (2003, p. 243) cita “as precárias condições socioeconômicas de considerável parcela da população rural e a venda de terras por parte dos pequenos proprietários rurais para os latifundiários ou para as grandes empresas agrícolas”. Ainda segundo este autor, tais fatores encontram-se diretamente

ligados aos problemas do êxodo rural, da baixa renda, da pobreza, às grandes extensões de terras inaproveitadas, o que acaba aumentando os latifúndios monocultores de produtos para a exportação e diminuindo a própria produção de alimentos, ocasionando, assim, o aumento da fome no país.

13.5. O AGRONEGÓCIO BRASILEIRO

Já na década de 1960 as melhores terras agricultáveis do Brasil, localizadas no Sul, Sudeste e outras regiões potenciais mostravam-se cada vez mais insuficientes para atender as necessidades básicas de alimentação da população. Grande parte das terras agrícolas estava relacionada à produção de café, cacau, cana-de-açúcar, algodão e soja mais tarde, produtos direcionados ao mercado externo. Além disso, a urbanização e a industrialização dependiam cada vez mais de matérias-primas da agropecuária, que não conseguia cobrir tal demanda.

Diante de tal estagnação no setor agropecuário tanto do ponto de vista tecnológico como empresarial, o governo federal importa um “pacote tecnológico” dos EUA com o objetivo de modernizar a agropecuária e apoiar sua transmutação do Sul e Sudeste para o Centro-Oeste e Norte do país, sendo esta simbolizada, principalmente, pela construção de Brasília em uma região inóspita, instalando ali uma centralidade política, além dos incentivos de financiamentos e subsídios oferecidos para a agropecuária na região.

Contudo, mesmo com os subsídios governamentais, de 1960/1970 até meados da década de 1980, com o fortalecimento do liberalismo econômico, a agropecuária não apresentou grande crescimento. A partir de então, com a decadência das políticas de apoio ao agro-negócio, com a inflação baixa, o país aberto ao exterior e o Estado falido, o agronegócio passa por uma brutal transição tecnológica, gerencial e de modelo.

A **revolução tecnológica** está relacionada à inovação de tratores, máquinas, implementos, fertilizantes, defensivos, novas variedades de sementes, formas de cultivo e plantio, como o plantio direto, além do uso crescente de biotecnologias. Já a **revolução gerencial** remete ao novo contexto da propriedade rural, que passa a ser vista com um sistema empresarial, onde o “empresário rural” passa a ter outra postura, não apenas como “dono”, mas como “gerente” da propriedade, estando sempre atento aos conceitos modernos de economia, administração e finanças para se ajustar às mudanças do mercado. E por fim a **revolução do modelo**, que diz respeito à agregação de valor às produções primárias, adicionando assim ao agro-negócio o conceito de cadeia produtiva. Os mecanismos clássicos de agregação de valor são o cooperativismo, associativismo, parcerias, alianças estratégicas, *marketing*, dentre outros.

Uma cadeia produtiva é uma sucessão de operações de transformação, visando a incorporação de valor a determinados produtos, capazes de serem separadas e ligadas entre si por um encadeamento técnico, além de englobar uma série de relações comerciais e financeiras, promovendo a valoração dos meios de produção e assegurando a articulação das operações.

Desse modo, o agronegócio consiste na associação entre as operações de produção, distribuição de suprimentos agrícolas, na própria produção dos alimentos, no armazenamento, no processamento e na distribuição dos produtos agrícolas e itens produzidos a partir deles. Assim, o conceito engloba desde fornecedores de bens e serviços até o consumidor final dos produtos, além de agentes que podem afetar e/ou coordenar o fluxo dos alimentos, como o governo, o mercado e entidades comerciais e financeiras.

A primeira conceituação de agronegócio, ou *agrobusiness*, é de Davis e Goldberg (1957), para os quais consiste em um complexo de sistemas que abrangem a agricultura, a indústria, o comércio e as finanças. Desse modo, a dinâmica desse complexo e suas políticas configuram um modelo econômico controlado por corporações transnacionais, que trabalham com um ou mais *commodities*,² atuando em diversos setores da economia. Tal situação possibilita, assim, às transnacionais do agronegócio um poder de manipulação dos processos em todos os sistemas do complexo.

² *Commodities* : mercadorias.

Sendo assim, uma das relações intrínsecas ao agronegócio é a subordinação que este confere aos pequenos agricultores, que em grande parte são responsáveis pela produção da matéria-prima desses complexos, como é o caso do agronegócio da laranja. Segundo Fernandes e Welch (2008, p. 49):

No caso do agronegócio da laranja, os sistemas industrial, financeiro e mercantil estão concentrados pela indústria, que controla o sistema agrícola intensificando a exploração dos produtores de laranja, capitalistas ou camponeses.

Além da subordinação aos pequenos produtores, o agronegócio também tem, cada vez mais, controlado/dominado os processos de construção de conhecimento, de tecnologias e políticas agrícolas. Agrupando esses três processos cabe destacar o papel da biotecnologia.

13.6. A BIOTECNOLOGIA

Diante das transformações do perfil básico da demanda alimentar, determinado pelas tendências econômicas, sociais e culturais, como a urbanização, as migrações cidade-campo, a distribuição de renda, a reabsorção da mulher na economia formal e a redefinição dos padrões de trabalho, incluindo o trabalho a distância, surge uma

evolução/transformação expressiva no sistema alimentar. Esse passa a incorporar novos conceitos e tecnologias buscando suprir a demanda da sociedade, de economia de tempo, inserindo cada vez mais, ao seu padrão de consumo, produtos industrializados.

A fase inicial dessa evolução é marcada pelo predomínio dos processos físicos de aquecimento, congelamento e separação, mantendo o produto agrícola original relativamente preservado. A evolução da biotecnologia, então, passa da manipulação dos aspectos físicos dos produtos *in natura* para a decomposição de seus elementos constitutivos e subsequente recomposição em novas formas de alimentos, através da inserção dos processos químicos de transformação (WILKINSON, 1989).

Para a agricultura a biotecnologia torna-se uma possibilidade de superação para as barreiras relacionadas ao fornecimento de matéria-prima, heterogeneidades e irregularidades de abastecimento, a partir das técnicas de clonagem e cultura de tecidos que proporcionam a produção de sementes mais resistentes a pestes e programáveis em termos de maturação. Além disso, o desenvolvimento da biotecnologia na agricultura também redireciona o potencial de crescimento dessa atividade em relação aos produtos processados, que possuem um controle maior de seus processos de transformação.

Já para as indústrias os impactos seriam ainda maiores, uma vez que a produção de proteínas unicelulares capazes de suprir os sabores e texturas poderia levar à falência todo o sistema agroindustrial. No que se refere aos insumos agrícolas podem-se destacar duas perspectivas. A primeira, negativa, refere-se à capacidade de tais insumos levarem a transformações tão eficientes capazes de gerar uma independência dessas espécies em relação aos próprios insumos. E a segunda, positiva, “na medida em que as sementes podem agora ser codificadas em função de sua resistência a pesticidas, garantindo e ampliando os mercados tradicionais de insumos químicos” (WILKINSON, 1989, p. 22).

Sendo assim, para Wilkinson existem cinco fatores que tornam as biotecnologias estratégicas para o futuro do sistema alimentar:

1. As biotecnologias rompem a cadeia integrada de produção, unificando insumos agrícolas específicos ao produto final.
2. As biotecnologias abrem a perspectiva para a assimilação da produção alimentar em uma estrutura industrial mais ampla, definida por tecnologia e insumos comuns (biomassa/hidrocarbonetos + fermentação e biorreatores).
3. As biotecnologias redefinirão as tecnologias atuais de purificação, extração, filtração e preservação.
4. As biotecnologias facilitam e aceleram mudanças na produção automatizada.

5. As biotecnologias representam, no processo de produção, a resposta mais apropriada aos novos padrões de demanda, que avaliam os alimentos quanto à sua função nutritiva, que por sua vez reflete o impacto societário dos avanços das ciências da vida (WILKINSON, 1989, p. 33).

Contudo, grande parte das biotecnologias encontra-se em firmas especializadas ou em multinacionais dominantes, que passam assim a monopolizar esse mercado. Existem três principais grupos relacionados à biotecnologia, o petroquímico, o químico e o farmacêutico, embora algumas empresas combinem uma ou mais dessas opções.

O primeiro grupo, respectivamente, refere-se ao processo de valorização da matéria-prima petroquímica, por meio do desenvolvimento de coprodutos, ou da utilização da biotecnologia na incorporação de novos insumos energéticos. Já o setor químico remete à cultura de tecidos e de células, para a produção de aromas e perfumes, e a produção de intermediários, aminoácidos, butanol e polímeros (estes por meio do avanço da engenharia genética e fermentação).

Contudo, é na indústria farmacêutica que uma orientação estratégica da biotecnologia apresenta-se com mais força, uma vez que este setor atua tanto como substituto de matéria-prima de plantas e animais quanto na geração de novos produtos.

Assim, como destaca Wilkinson (1989, p. 37):

Esquemáticamente, portanto, nesses três setores, as biotecnologias tornaram-se um componente da estratégia industrial respectivamente em relação: 1. à valorização ou substituição de matéria-prima; 2. à produção de intermediários; 3. à criação de novos produtos. Embora a tecnologia de fermentação seja comum a todos, a capacitação especializada em biotecnologia de plantas e micróbios corresponde à estratégia petroquímica, a tecnologia de enzimas à química, e a engenharia genética à farmacêutica.

Há ainda alguns fatores limitantes quanto ao desenvolvimento da biotecnologia, como a competitividade de insumos alternativos, a legislação na área de saúde e a situação em relação à propriedade industrial. E, além disso, como citado anteriormente, o desenvolvimento crescente das biotecnologias, e principalmente daquela ligada à biomassa, poderia sucumbir a própria atividade agrícola. Desse modo, ao invés de uma absorção das agroindústrias pelo “complexo químico-energético”, o que se mostra como uma tendência atual é o interesse dos complexos agroindustriais em incorporar a biotecnologia para a produção de “bioquímicos”.

Assim, a evolução da biotecnologia e a sua incorporação cada vez maior nos processos do sistema alimentar produz uma nova dinâmica no mercado de alimentos e produtos farmacêuticos, adequando-os às atuais demandas da sociedade e em contrapartida aumentando cada vez mais a dependência desta pelos mesmos.

REFERÊNCIAS

- AMARAL LAPA, J. R. *O sistema colonial*. São Paulo: Ática, 1991.
- CARDOSO, C. F. S. Novas perspectivas acerca da escravidão no Brasil e A abolição como problema histórico e historiográfico. In: _____. *Escravidão e abolição no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
- CUNHA, A. M. *A colonização e o desenvolvimento capitalista no Brasil*. 2001. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/decon/publionline/textos-didaticos/textodid14.pdf>>. Acesso em: 07 set. 2009.
- DAVIS, John; GOLDBERG, Ray A. *A concept of agribusiness*. Boston: Harvard University Press, 1957. 143 p.
- EARTHAL, Rui. A colonização portuguesa no Brasil e a pequena propriedade. In: OLIVIERIA, Marcio Piñon de; HAESBAERT, Rogério; MOREIRA, Ruy (Org.). *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2006. p. 247-281.
- FAORO, R. *Os donos do poder*. 3. ed. Porto Alegre: Globo, 1976.
- FERNANDES, Bernardo M.; WELCH, Clifford A. Campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil. In: FERNANDES, B. M. (Org.). *Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual*. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 45-70.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio*. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. 255 p.
- OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de. *O processo de industrialização – do capitalismo originário ao atrasado*. Campinas: UNICAMP-IE, 1985. Mimeografado.
- SERRA, Carlos Alberto Teixeira. Considerações acerca da evolução da propriedade da terra rural no Brasil. *Revista Alceu*, Rio de Janeiro, PUC-RJ, v. 4, n. 7, p. 231-248, jul./dez. 2003. Disponível em: <<http://publique.rdc.puc-rio.br/revistaalceu/media/alceu-n7-Serra.pdf>>. Acesso em: 08 set. 2009.
- WILKINSON, John. *O futuro do sistema alimentar*. São Paulo: Hucitec, 1989. 142 p.

AULA 14

O paradigma do desenvolvimento sustentável e a agroecologia como resposta às consequências ambientais da modernização da agricultura¹

¹ Este texto foi um trabalho a partir do Relatório de Bolsa de Pós-Doutorado CAPES -2004. UNL/Lisboa.

14.1. INTRODUÇÃO

Este tema será tratado com mais intensidade no curso de Geografia Rural. Vamos comentá-lo nesta aula apenas para construirmos um olhar do paradigma que veio em contrapartida ao modelo produtivista da Revolução Verde e da modernização da agricultura no Brasil.

Ao longo de sua história, a agricultura vem transformando a sociedade e a natureza. Dos primórdios da domesticação de animais e plantas aos transgênicos do final do século XX muita coisa mudou, mas o homem continua dependente deste milenar sistema. Várias foram as fases de manejos e processos de produção pelas quais a agricultura passou: desde o sistema agrário de floresta, passando pelo sistema com pousio associado à criação e tração animal que dominou a Europa ao longo de vários séculos, pela primeira e segunda revolução agrícola, pela Revolução Verde, na qual se insere a modernização agrícola, até hoje, tendo comportamento de retorno aos moldes tradicionais de manejos com a agricultura alternativa ou sustentável (OLIVEIRA JR., 1989; VEIGA, 1991; ALTIERI, 1989).

Nas últimas décadas do século XVII, iniciava-se na Inglaterra um processo que visava à vedação dos campos abertos (*enclosure*), praticando-se uma agricultura com base em prados temporários (*ley-farming*), que associava a produção vegetal a animal e introduzia culturas novas como o nabo e o trevo, assim como raças melhoradas de animais, criando-se uma onda de progresso tecnológico que viria a prolongar-se até às duas primeiras metades do século

XIX: ficou conhecida por primeira revolução agrícola, segundo Mingay (1977 *apud* FIRMINO, 1995, p. 85).

Os preceitos da moderna agricultura surgem há aproximados 200 anos quando as tecnologias mecânicas e químicas passam a ser incorporadas ao processo agrícola (VEIGA, 1991), ficando este período denominado de segunda revolução agrícola. Esta surge no início do século XX, sendo marcada pela nutrição das plantas por insumos químicos, o que propiciou incremento no setor industrial. Já a Revolução Verde surge com algumas bases de manejos da segunda revolução agrícola acrescentada do que ficou conhecido como “pacote tecnológico”, a genética, a mecanização e os insumos químicos (fertilizantes e agrotóxicos) aplicados na agricultura, propiciando aumentos significativos de produção e tendo por objetivo o fim do problema da fome. Havia, porém, um objetivo subjacente: ampliar o mercado dos insumos produzidos pelo complexo petroquímico e mecânico transnacional (COSTA, 1993, p. 55). A Revolução Verde, também denominada modernização agrícola e modernização conservadora, tem seus princípios, apesar das mudanças pontuais em relação a manejos e agriculturas alternativas, ainda predominantes no Brasil (SILVA, 1982, p. 29-30, 40).

Os manejos da modernização conservadora trouxeram sequelas que ora retornam ao homem na forma de degradação ambiental, novas pragas e doenças em culturas perenes com utilização de agrotóxicos em alta concentração, ora retornam como problemas que já se julgavam extintos do cotidiano da agropecuária como a febre aftosa na Europa, no Uruguai, na Argentina e no Sul do Brasil.

Aportes crescentes de energia externa aos processos produtivos agrícolas implicaram custos crescentes de produção, que em médio e longo prazo não garantiram sua sustentação (GLIESSMAN, 2000). O uso intensivo de agrotóxicos está aumentando os problemas fito e zoossanitários, com reflexos diretos na contaminação dos recursos naturais e dos alimentos, ampliando a resistência dos seres vivos (insetos, patógenos e invasoras) aos produtos químicos.

O incremento do uso dos insumos industriais tem reduzido a eficiência energética do setor agrícola e elevado os custos de produção. A viabilidade financeira do setor é mantida através de maciços subsídios oficiais (EUA, Japão e Mercado Comum Europeu). (COSTA, 1993, p. 56)

A difusão do modelo de Revolução Verde foi alavancada por significativos subsídios embutidos no crédito rural pelo Estado (TUBALDINI, 1982, p. 418). O padrão de desenvolvimento tecnológico foi “definido e estruturado pelo uso de tratores maiores e mais potentes e pelo uso indiscriminado – acima das recomendações técnicas – de fertilizantes e defensivos animais e vegetais” (MOREIRA, 1999). Essa modernização tecnológica não

se manifestou, no Brasil, de forma homogênea entre as diferentes culturas e tamanhos de estabelecimentos: foi fundamentalmente processo seletivo que manteve o elevado padrão de concentração da propriedade da terra, mesmo nas fronteiras incorporadas à produção nos últimos 30 anos.

Por outro lado, já na primeira metade do século XX, a chamada “moderna agricultura” começava a ser questionada por parcela da comunidade científica quanto a degradações e ao uso excessivo e inadequado de defensivos agrícolas (EHLERS, 1999, p. 47; COSTA, 1993, p. 55). Hoje se sabe que a pesquisa orientada segundo os “paradigmas químicos e mecânicos não ponderou em profundidade as variáveis ecológicas, ciclos biogeoquímicos, e os equilíbrios biológicos” (COSTA, 1993, p. 57). Os problemas decorrentes da agroquímica propiciaram o surgimento de várias proposições orientadas à “formulação de uma nova base tecnológica para a agricultura, fundamentada em métodos naturais de produção, adequados a cada realidade edafoclimática” (COSTA, 1993, p. 57).

Atualmente, o agricultor familiar surge em função de suas características intrínsecas como possível opção ao sistema depredador da agricultura moderna. É o “locus onde a produção poderá continuar a suprir as necessidades capitalistas sem afetar irremediavelmente o meio ambiente” (CARMO, 1998). Dois tipos de produtores de cachaça pesquisados por Tubaldini (2004) enquadram-se no conceito de agricultores familiares: os produtores comerciantes familiares e os produtores familiares.

14.2. O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

O conceito de desenvolvimento, de acordo com Denardi *et al.* (2000), possui longa história de construção, sendo ainda tema de debates e controvérsias. Segundo este autor, entre o final da Segunda Grande Guerra Mundial e meados dos anos de 1960, não se fazia distinção entre desenvolvimento e crescimento econômico. No entanto, as condições de vida de muitas populações não melhoravam, até pioravam, mesmo quando os seus países haviam alcançado elevadas taxas de crescimento. Estes fatos provocaram “grande insatisfação com essa visão do desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico” (DENARDI *et al.*, 2000). A ideia de desenvolvimento foi paulatinamente incorporando uma série de aspectos sociais: emprego, necessidades básicas, saúde, educação, longevidade.

Mais recentemente, percebeu-se que as bases ambientais de qualquer progresso futuro poderiam estar sendo comprometidas por crescimento econômico predatório de recursos naturais e altamente poluidores (DENARDI *et al.*, 2000). O desenvolvimento não é somente a satisfação das necessidades das pessoas, mas está ligado às suas capacidades. Neste sentido, ele “está nas pessoas, não nos objetos” (DENARDI *et al.*, 2000).

Já o termo desenvolvimento sustentável é relativamente recente, e seu significado ainda está em construção. Porém, várias são as visões propostas:

(...) desenvolvimento sustentável significa atender às necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender suas próprias necessidades. (COMISSÃO MUNDIAL PARA O MEIO AMBIENTE E O DESENVOLVIMENTO – CMMAD, 1988, p. 28)

(...) o desenvolvimento sustentável deve conciliar, por longos períodos, o crescimento econômico e a conservação dos recursos naturais. (EHLERS, 1999, p. 103)

(...) está associado ao uso, equilíbrio e dinâmica dos recursos da biosfera no presente e no futuro (...) (MOREIRA, 1999, p. 196)

(...) o desenvolvimento, para ser sustentável, deve ser não apenas economicamente eficiente, mas também ecologicamente prudente e socialmente desejável. (ROMEIRO, 1998, p. 248)

Várias entidades internacionais escolhem o desenvolvimento sustentável para indicar a nova filosofia do desenvolvimento que combina eficiência econômica com justiça social e prudência ecológica (BRÜSEKE, 1998, p. 35). O desenvolvimento sustentável também é entendido como processo em constante mudança quanto à dinâmica dos investimentos, a inovações (que devem cumprir demandas atuais e futuras) e à exploração dos recursos (SACHS, 1990, p. 474).

Como todos os novos paradigmas, o conceito de desenvolvimento sustentável passa também por questionamentos. Uma dessas críticas é formulada por Moreira (1999, p. 177), quando afirma que o desenvolvimento sustentável

traz implícita a ideia de que a solução por meio da técnica é possível. E mais, que o problema é apenas a questão do desenvolvimento de tecnologias adequadas [e que nada garante que os benefícios deste paradigma trarão ganhos para os] setores sociais historicamente subalternos, como é o caso da agricultura familiar. O sustentável ou a sustentabilidade continuará carregando elementos conservadores, ao não se constituir como um questionamento da ordem social (MOREIRA, 1999, p. 178).

Contrapondo essas críticas, Ehlers (1999, p. 111) argumenta que “a erradicação da pobreza e da miséria deve ser um objetivo primordial de toda humanidade”, e que a prática sustentável envolve aspectos sociais, econômicos e ambientais que devem ser entendidos conjuntamente. As técnicas de manejos agrícolas são meios necessários à condução do desenvolvimento rural sustentável.

Vários são os objetivos a serem alcançados pelo desenvolvimento rural sustentável quanto a práticas agrícolas, destacando-se:

- a manutenção por longo prazo dos recursos naturais e da produtividade agrícola;
- o mínimo de impactos adversos ao ambiente;
- retornos adequados aos produtores;
- otimização da produção com mínimo de insumos externos;
- satisfação das necessidades humanas de alimentos e renda;
- atendimento das necessidades sociais das famílias e das comunidades rurais. (VEIGA, 1994, p. 7)

No desenvolvimento da agricultura sustentável, a FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura) e o INCRA (Instituto de Colonização e Reforma Agrária) fazem algumas recomendações. Primeiramente, faz-se necessário implementar uma política científica e tecnológica “especialmente em sistemas integrando agricultura e pecuária, em produtos tradicionais” e nos produtos dependentes de muita mão de obra (FAO/INCRA, 1994, p. 10). Também são recomendadas reestruturações dos serviços de extensão rurais, a promoção da integração vertical agricultura-pecuária, o incentivo à rotação de culturas, a indução de práticas de controle integrado de pragas, a maior utilização da adubação orgânica, a conservação do solo através, dentre outros mecanismos, de práticas culturais como a cobertura verde e, finalmente, é necessário desenvolver e apoiar a utilização de sistemas agroflorestais. (FAO/INCRA, 1994, p. 10-11)

14.3. OS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

Para se compreender os sistemas agrícolas em nossos dias, temos que ter em mente sua sustentabilidade, pois “a agricultura é afetada pela evolução dos sistemas socioeconômicos e naturais” (ALTIERI, 2000, p. 16). De acordo com Cavalcanti (1998), sustentabilidade significa a “possibilidade de se obterem continuamente condições iguais ou superiores de vida para um grupo de pessoas e seus sucessores em dado ecossistema” (CAVALCANTI, 1998, p. 161).

Ao pensar a sustentabilidade sob a ótica do retorno aos primórdios humanos, em retorno ao modo de vida selvático dos índios brasileiros, Cavalcanti (1998) assevera que “os índios da Amazônia nos oferecem um caminho para a sustentabilidade”, já que a procura por essa sustentabilidade “resume-se à questão de se atingir harmonia entre seres humanos e a natureza”. Ao contrário do “homem civilizado”, o índio vive de maneira sustentável com a natureza, com estilo de vida baseado “exclusivamente em fontes renováveis de energia” (CAVALCANTI, 1998, p. 165).

A sustentabilidade, de acordo com Sachs (1990), “constitui-se num conceito dinâmico, que leva em conta as necessidades crescentes das populações, num contexto internacional em constante expansão” (SACHS, 1990, p. 235-236). Para ele, a sustentabilidade tem como base cinco dimensões principais: **social, cultural, ecológica, ambiental e econômica**. A sustentabilidade social está vinculada ao padrão estável de crescimento, à melhor distribuição de renda com redução das diferenças sociais. Já a sustentabilidade econômica está vinculada ao “fluxo constante de inversões públicas e privadas”, além da destinação e administração corretas dos recursos naturais. A dimensão sustentabilidade ecológica está vinculada ao uso efetivo dos recursos existentes nos diversos ecossistemas com mínima deterioração ambiental. A sustentabilidade geográfica está ligada à má distribuição populacional no planeta, sendo “necessário buscar uma configuração rural urbana mais equilibrada”. A sustentabilidade cultural procuraria a realização de mudanças em harmonia com a continuidade cultural vigente (SACHS, 1990, p. 235-236). Em 2000, este mesmo autor acrescentou mais quatro dimensões ou critérios de sustentabilidade: ambiental, territorial, política nacional e política internacional.

A sustentabilidade ambiental permitiria que ecossistemas naturais realizassem autodepuração. A territorial visa à eliminação de disparidades inter-regionais, à destinação igualitária de investimentos públicos e à “conservação da biodiversidade pelo ecodesenvolvimento”. A sustentabilidade no âmbito das políticas nacionais passaria por “nível razoável de coesão social”, democracia e capacidade institucional do Estado “para implementar o projeto nacional”. Quanto a políticas internacionais, a sustentabilidade passaria pela garantia de paz assegurada pelo fortalecimento da ONU, controle do sistema financeiro internacional, verdadeira cooperação científica e diminuição das disparidades sociais Norte-Sul (SACHS, 2000, p. 86-88).

Outros autores apresentam diferentes formas de análise da sustentabilidade, como Chambers e Conway (1992), que a dividem em dois grupos, o social e o ambiental:

A sustentabilidade de meios de subsistência levanta muitas questões. Estes se dividem em dois grupos: a vida é ambientalmente sustentável em seus efeitos sobre os recursos locais e globais e outros ativos: é sustentável socialmente, isto é, capaz de lidar com o estresse e os choques e manter a sua capacidade de prosseguir e melhorar. Sustentabilidade é, assim, uma função da forma como os ativos e recursos são utilizados, mantidos e reforçados, de forma a preservar os meios de subsistência. (CHAMBERS; CONWAY, 1992, p. 12)

A sustentabilidade ambiental estaria ligada, de acordo com o pensamento tradicional, à preservação ou ao aprimoramento

da base de recursos produtiva, principalmente para as gerações futuras. Ainda segundo Chambers e Conway (1992, p. 12), na sustentabilidade local, a questão seria: as atividades sustentáveis manteriam, aumentariam ou esvaziariam e degradariam a base natural de recursos? Globalmente, a questão seria saber se atividades sustentáveis trariam contribuições positivas ou negativas, em longo prazo, ao meio ambiente. Localmente, o principal desafio é melhorar a qualidade de vida, de maneira sustentável, intensificando o uso de recursos nas áreas rurais. Globalmente, o desafio principal é reduzir a insustentabilidade do estilo de vida, especialmente nas áreas urbanas dos países ricos.

Ainda de acordo com Chambers e Conway (1992), para se fazer completa, a sustentabilidade ambiental tem que ser complementada pela sustentabilidade social. Sustentabilidade social, de acordo com esses autores, se refere não somente ao que o ser humano pode ganhar, mas à maneira como pode ser mantida decentemente sua qualidade de vida. Isso gera duas dimensões: uma negativa e outra positiva. A dimensão negativa é reativa como resultado de tensões e choques, e a dimensão positiva é construtiva, aumentando e fortalecendo capacidades, gerando mudanças e assegurando sua continuidade. A sustentabilidade de indivíduos, grupos e comunidades está sujeita a tensões e choques. Esta vulnerabilidade tem dois aspectos: um externo, em que as tensões e choques são o sujeito, e outro interno, que é sua capacidade de resistir. As tensões são tipicamente contínuas e cumulativas, previsíveis e dolorosas, como escassez sazonal, crescimentos populacionais e decréscimos de recursos, enquanto choques são eventos tipicamente súbitos, imprevisíveis e traumáticos, como incêndios, inundações e epidemias. Qualquer definição de sustentabilidade tem que incluir a habilidade para evitar, ou mais comumente resistir, a essas tensões e choques. Já a dimensão positiva da sustentabilidade social está em sua capacidade para prever, adaptar e aproveitar mudanças no ambiente físico, social e econômico (CHAMBERS; CONWAY, 1992).

Esses autores dão base para Bicalho (1998) colocar três indicadores: capacidade, equidade e sustentabilidade, para operacionalização do desenvolvimento sustentável.

Esses três indicadores devem ser atendidos pela “operacionalização do desenvolvimento rural sustentável (...) alcançando o objetivo máximo, a geração e o suporte de modos de vida sustentáveis” (BICALHO, 1998, p. 178). A capacidade está relacionada às funções básicas das pessoas, como nutrição adequada, vestimentas confortáveis e boa qualidade de vida. Esta qualidade de vida é entendida como a capacidade de o grupo escolher e avaliar suas ações. A equidade refere-se à distribuição menos desigual dos bens, a habilidades e oportunidades. Inclui também o fim da discriminação às mulheres e às minorias, além do fim da miséria rural ou urbana.

Quadro 14.1 - Operacionalização do desenvolvimento rural sustentável

Capacidade	Achar e usar oportunidades	Modos de vida sustentáveis
	Ter acesso a serviços e informações	
	Experimentar e inovar	
	Suportar tensão e crise	
	Pró-agir e adaptar-se dinamicamente	
Equidade	Promover melhorias dos marginalizados	
	Prover recursos	
	Prover oportunidades	
	Prover capacidades	
	Manter qualidade ambiental	
	Reduzir desperdícios	
	Manter recursos ambientais	
	Perceber interação homem-natureza	
Sustentabilidade	Elevar qualidade de vida social	
	Viver dignamente: nutrido, vestido, saudável, instruído	
	Interagir socialmente	
	Participar politicamente	
	Atingir realização pessoal	

Fonte: BICALHO, 1998.

E, finalmente, a sustentabilidade, que está ligada à nova visão global acerca da poluição, do desmatamento, da superexploração de recursos não renováveis, além da degradação ambiental.

Fundamentado nos aspectos referidos anteriormente e em função das características dos produtores estudados, a sustentabilidade será entendida, para fins deste estudo, de acordo com o proposto por Chambers e Conway: “vamos usar a sustentabilidade de uma forma mais focada para significar a capacidade de manter e melhorar a vida, mantendo ou melhorando os ativos locais e globais e capacidades das quais os meios de subsistência dependem.” (CHAMBERS; CONWAY, 1992, p. 12).

Assim, este estudo tem suporte nesta metodologia, quando busca os indicadores do desenvolvimento rural local nas áreas pesquisadas. Permite, também, vincular a capacidade dos produtores familiares adquirirem, preservarem ou aumentarem sua qualidade de vida, mantendo e garantindo recursos para as próximas gerações.

14.4. A AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

A humanidade sempre interagiu com o meio ambiente, e consequências negativas, de maior ou menor grau, sempre aconteceram, porém elas têm chegado a níveis elevadíssimos atualmente.

Provavelmente em nenhuma outra atividade humana exista interação tão grande entre o ser humano e a natureza como na agricultura, e sua consequência atual é que, ali, acabam por ocorrer grandes problemas ambientais (BRANDENBURG, 1999). Faz-se necessário, então, criar opção ao sistema agrícola depredador que ora impera. A agricultura sustentável é opção que se viabiliza no momento.

A agricultura sustentável, de acordo com Ehlers (1999), “mais do que um conjunto definido de práticas, é hoje apenas um objetivo. O que varia é a expectativa em relação ao teor das mudanças contidas nesse objetivo (...)”.

Atualmente, agricultores, técnicos e pesquisadores formaram o movimento denominado, na agricultura, alternativo. Essa agricultura é hoje considerada sustentável (ALTIERI, 1989) e indica a construção de um caminho baseado nas condições ecológicas e socioeconômicas da agricultura. O agricultor alternativo ou sustentável, no Brasil, não privilegia exclusivamente a razão econômica. Também não releva primordialmente os princípios éticos da questão ambiental. Trata-se de

um agricultor com dupla orientação, que considera a razão técnico-econômica e ao mesmo tempo a questão ambiental, envolvendo outros elementos de ordem cultural ou subjetiva, isto é, um agricultor que tende a construir um projeto de vida segundo uma razão socioambiental ou ecossocial. [Nesse sentido, as mudanças não tenderiam a reorganizar a agricultura segundo um novo paradigma de mudanças, mas seriam] uma forma de organização da produção que ao incluir elementos de um outro padrão técnico de produção forma um outro personagem na agricultura: o agricultor alternativo-sustentável (BRANDENBURG, 1999, p. 264).

Para a conversibilidade da agricultura convencional em agricultura alternativa ou sustentável, são necessárias duas ordens de fatores: uma de caráter social e político, e outra de caráter técnico. Na primeira ordem estaria o “suporte organizacional, que organiza internamente o apoio ao movimento” e, na segunda, o caráter técnico, que se efetiva após estudo da situação de tal maneira que “permita combinar rendimentos econômicos e equilíbrio na gestão de recursos naturais” (BRANDENBURG, 1999, p. 271). Na formação da agricultura sustentável a busca por “maior eficiência dos sistemas de produção agrícola deve ser compatível e coerente com cada realidade ecológica” (COSTA, 1993). Faz-se necessária a utilização mais eficaz dos recursos naturais para que estes não sejam degradados em médio e longo prazos.

Salientando a necessidade de sustentabilidade ecológica de longo prazo, Altieri (2000) destaca que os sistemas de produção devem:

reduzir o uso de energia e recursos e regular a entrada total de energia de modo que a relação entre saídas e entradas seja alta; reduzir as perdas de nutrientes detendo a lixiviação, o escoamento e a erosão, e melhorando a reciclagem de nutrientes com o uso de leguminosas, adubação orgânica e compostos, e outros mecanismos eficientes de reciclagem; incentivar a produção local de cultivos adaptados ao meio natural e socioeconômico; sustentar um excedente líquido desejável, preservando os recursos naturais, isto é, minimizando a degradação do solo; reduzir custos e aumentar a eficiência e a viabilidade econômica das pequenas e médias unidades de produção agrícola, promovendo, assim, um sistema agrícola potencialmente resiliente (ALTIERI, 2000, p. 59-60).

A produção agrícola sustentável, de acordo com Gliessman, é possuidora de base ecológica, em que a produção seja “capaz de, perpetuamente, colher biomassa de um sistema, porque sua capacidade de se renovar ou ser renovado não é comprometida” (GLIESSMAN, 2000, p. 52). Como não é possível demonstrar no presente o que é perpétuo, somente o futuro poderá comprovar verdadeiramente a sustentabilidade. É “impossível se saber, com certeza, se uma determinada prática é, de fato, sustentável ou se um determinado conjunto de práticas constitui sustentabilidade” (GLIESSMAN, 2000, p. 53). Ao presente cabe demonstrar que a prática está se afastando da sustentabilidade.

Para ser sustentável a agricultura deveria:

- ter efeitos negativos mínimos no ambiente e não liberaria substâncias tóxicas ou nocivas na atmosfera, água superficial ou subterrânea;
- preservaria e recomporia a fertilidade, preveniria a erosão e manteria a saúde ecológica do solo;
- usaria água de maneira que permitisse a recarga dos depósitos aquíferos e satisfizesse as necessidades hídricas do ambiente e das pessoas;
- dependeria, principalmente, de recursos de dentro do agroecossistema, incluindo comunidades próximas, ao substituir insumos externos por ciclagem de nutrientes, melhor conservação e uma base ampliada de conhecimento ecológico;
- trabalharia para valorizar e conservar a diversidade biológica, tanto em paisagens silvestres quanto em paisagens domesticadas;
- garantiria igualdade de acesso a práticas, conhecimento e tecnologias agrícolas adequados e possibilitaria o controle local dos recursos agrícolas. (GLIESSMAN, 2000, p. 53-54)

Para sua realização, a agricultura sustentável requer:

- uma combinação de cultivos mais diversificada, não de monoculturas, mas de lavouras com pecuária e pastagens, com plantação de feno e gramíneas com leguminosas combinadas, como o cultivo de aveia e cevada;
- uma redução, em todos os países, principalmente os países industrializados, dos subsídios das políticas públicas, hoje dirigidos a cultivos que têm impactos adversos ao meio ambiente, em benefício de cultivos que têm impacto benigno no meio ambiente;
- um redirecionamento dos incentivos ao uso de insumos predatórios, pois se há externalidades ou efeitos colaterais no seu uso, estes devem ser corrigidas com tributação (LOPES, 1994, p. 98).

A produção agrícola familiar apresenta características que mostram sua força como local privilegiado ao desenvolvimento de agricultura sustentável, em função de sua tendência à diversificação, à integração de atividades vegetais e animais, além de trabalhar em menores escalas (CARMO, 1998, p. 231). Os sistemas agrícolas de produção animal e vegetal ocorrem nas propriedades familiares e empresariais estudadas e, em escala menor de produção, a integração é o mais forte nestes sistemas agrícolas. Percebe-se que ocorre combinação de culturas intercaladas, como arroz, feijão e milho, porém ocorre muito em função do pequeno tamanho das propriedades também como indicador sustentável. Outro requisito da agricultura produtivista: o mau uso de insumos e defensivos químicos é algo negativo para a sustentabilidade que ocorre nestes sistemas agrícolas.

Uma forma de tentar conhecer o grau de sustentabilidade de sistemas agrícolas está na delimitação de parâmetros e indicadores sobre sua realidade. Os parâmetros são entendidos neste estudo como “aspectos estruturadores do conjunto da vida social e da natureza”, e os indicadores como “evidenciadores da capacidade de sobrevivência e reprodução do pequeno produtor rural nas comunidades estudadas” (MARZALL, 1999). Neste sentido, o financiamento agrícola, por exemplo, seria parâmetro, e o acesso dos produtores a este financiamento, indicador. Os indicadores serão todos os itens quantificadores ou qualificadores desses parâmetros, por exemplo, o número de espécies cultivadas, acesso dos moradores à água ou tipos de insumos utilizados. Assim, o indicador consiste numa quantificação do parâmetro.

Tabela 14.1 - Principais diferenças entre agricultura sustentável e convencional

Agricultura sustentável	Agricultura convencional
Aspectos tecnológicos	
1. Adapta-se às diferentes condições regionais, aproveitando ao máximo os recursos locais. 2. Atua considerando o agrossistema como um todo, procurando antever as possíveis consequências da adoção das técnicas. O manejo do solo visa sua movimentação mínima, conservando a fauna e a flora. 3. As práticas adotadas visam estimular a atividade biológica do solo.	1. Desconsidera as condições locais impondo pacotes tecnológicos. 2. Atua diretamente sobre os individuais produtivos, visando somente ao aumento da produção. 3. O manejo do solo, com intensa movimentação, desconsidera sua atividade orgânica e biológica.
Aspectos ecológicos	
1. Grande diversificação. Policultura e/ou culturas de rotação. 2. Integra, sustenta e intensifica as interações biológicas. 3. Associação da produção animal à vegetal. 4. Agrossistemas formados por indivíduos de potencial produtivo alto ou médio e com relativa resistência às variações das condições ambientais.	1. Pouca diversificação. Predominância de monoculturas. 2. Reduz e simplifica as interações biológicas. 3. Sistemas pouco estáveis, com grande possibilidade de desequilíbrios. 4. Formado por indivíduos com alto potencial produtivo, que necessitam de condições especiais para produzir e são altamente suscetíveis às variações ambientais.
Aspectos socioeconômicos	
1. Retorno econômico a médio e longo prazo, com elevado objetivo social. 2. Relação capital/homem baixa. 3. Alta eficiência energética. Grande parte da energia introduzida e produzida é reciclada. 4. Alimentos de alto valor biológico e sem resíduos químicos.	1. Rápido retorno econômico, com objetivo social de classe. 2. Maior relação capital/homem. 3. Baixa eficiência energética. A maior parte da energia gasta no processo produtivo é introduzida e, em grande parte, dissipada. 4. Alimentos de menor valor biológico e com resíduos químicos.

Fonte: CARMO, 1998, p. 226.

14.5. O DESENVOLVIMENTO RURAL LOCAL SUSTENTÁVEL

Admite-se na sociedade, neste limiar do século XXI, o anseio pela construção de um desenvolvimento que atenda à população, com geração e distribuição de riquezas e preservação do meio ambiente e da cultura local. Após o relatório “Nosso futuro comum” (BRUNDTLAND, 1987),² o sistema político tem sofrido constantes pressões para que se construam modelos de desenvolvimento que convertam este anseio em iniciativas concretas de transformações, que majoritariamente incorporem as dimensões econômicas, sociais, éticas e ambientais, como é colocado também no relatório “Que faire”, da Organização das Nações Unidas.³

- Orientado para satisfação das necessidades de toda população (e não submetido à lógica da produção exigida como um fim em si mesmo).
- Endógeno e self-reliant, baseado na autonomia das decisões da população que o empreende, à procura de modelos a cada contexto histórico, cultural e ecológico.
- Consciente de sua dimensão ecológica, procurando estabelecer uma harmonia entre o homem e a natureza, baseada numa atividade de prudência ecológica. (ALMEIDA, 1999, p. 45)

Assim, como espaço privilegiado de ações para atuação e mobilização de políticas propícias e de organização social, especialmente na abordagem de uma ampla participação política democrática, “a gestão local é apontada como uma possibilidade para se pensar em um modelo democratizante, de acesso ao poder das unidades familiares e da comunidade para a gestão de um desenvolvimento sustentável” (FREY, 2001, p. 117). Para que se efetive a possibilidade deste modelo de construção social, a dimensão territorial do planejamento rural é um componente essencial na criação da sustentabilidade.

Sob esta visão, o desenvolvimento local pressupõe um novo paradigma de desenvolvimento sustentável de base territorial que se orienta por resultados em quatro dimensões interligadas (ZAPPATA, 2001, 2003):

1. **Ambiental:** compreensão do meio ambiente como ativo de desenvolvimento, considerando o princípio da sustentabilidade em qualquer opção transformadora.
2. **Econômica:** resultados econômicos com adequados níveis de eficiência pela capacidade de usar e articular fatores produtivos endógenos para gerar oportunidades de trabalho e renda, fortalecendo a economia local e integrando as unidades familiares.
3. **Político-institucional:** novas institucionalidades que, por meio da expressão política e com participação dos atores

² “Relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, divulgado em 1987 sob o título original *Our common future*, que tinha como um de seus objetivos definir uma agenda para ação e apontava o desenvolvimento sustentável como a saída para a grave crise ambiental diagnosticada. Consagrou, na ocasião, a definição de desenvolvimento sustentável como aquele ‘que atende às necessidades do presente, sem comprometer a capacidade de as gerações futuras atenderem também às suas’. Destacou os três componentes fundamentais deste novo modelo de desenvolvimento: proteção ambiental, crescimento econômico e equidade social, reconhecendo a necessidade de mudanças tecnológicas e sociais para que pudesse alcançar equidade e crescimento sustentável. Avaliou temas como economia internacional, população, segurança alimentar, espécies e ecossistemas, energia, indústria e crescimento urbano, numa abordagem que indicava a cooperação como estratégia para resolução dos desafios revelados” (MOUSINHO, 2003, p. 358).

³ Por considerar suas concepções mais pertinentes ao conjunto do trabalho serão utilizadas concepções sobre desenvolvimento sustentável do relatório *Que Faire?* (1975), preparado para a sessão extraordinária da Assembleia Geral das Nações Unidas, que postulou “um outro desenvolvimento”, citado por Almeida (1999). Ainda sobre o assunto, ver o capítulo sobre desenvolvimento local rural sustentável.

sociais, permitam a construção de políticas territoriais que gerem um entorno inovador favorável às transformações da economia local, o resgate da cidadania e o desenvolvimento de práticas de governança democrática.

4. **Social:** participação do cidadão nas estruturas de poder que possibilitem a inclusão, inserção social e participação e repercutam na saúde, na educação, no saneamento básico, nos transportes, na assistência social; ou seja, ações que repercutam na qualidade de vida.

No final da década de 1980, foram iniciadas diversas ações e programas governamentais apoiados financeiramente por agências mundiais visando à implementação de projetos que, além de promoverem transformações produtivas e ampliarem a produtividade geral do setor agropecuário, refletissem também em ambientes sustentáveis. Este modelo resultou em políticas de modernização no espaço rural advindas da Revolução Verde que não solucionaram os problemas os quais se propunham a resolver, mas aprofundou-os, gerando uma maior dependência tecnológica da agricultura em relação à indústria e o aumento da exclusão social no campo, em especial nos países subdesenvolvidos.

Nas primeiras décadas, este padrão de desenvolvimento, ainda envolto em uma *joie de vivre* com os ganhos de produtividade e impactos ambientais, como desertificação, destruição da biodiversidade, envenenamento dos cursos d'água, erosão, entre outros, foi pouco percebido – e até mesmo negligenciado – pelos agricultores e pelos organismos governamentais e intelectuais. Para eles, a natureza era apenas uma fonte de recursos (solo e água) para uma intervenção técnica com a finalidade de aumentar a produção. Neste período, no Brasil, predominava a ideia, em relação à natureza, de que a pior poluição era a miséria e que qualquer atividade produtiva que se quisesse instalar, poluente ou não, teria o total apoio dos governos.

No final da década de 1970, chegam ao Brasil exilados que desenvolvem lutas ambientais e que se juntam ao conjunto de ações organizadas pelos movimentos populares para a constituição de um país mais democrático, o que ganha corpo nas décadas seguintes. O processo de democratização e as lutas sociais que encerraram o ciclo militar, em 1985, propiciaram também uma crescente participação da sociedade civil e o retorno do sistema democrático, constituindo-se igualmente nas bases fundamentais a partir das quais foram geradas e implementadas novas formas de políticas públicas caracterizadas pela participação da sociedade, o que se converteu em traço característico dos anos de 1990. Assim, diversos setores sociais já vinham questionando o padrão intensivo e predatório de produção. Por exemplo, alguns intelectuais que contestavam não somente o modelo tecnológico, mas eram também críticos do sistema

político promoveram, no âmbito institucional, a incorporação da noção de “agricultura sustentável”, em especial após a difusão de tal noção internacionalmente no relatório “Nosso futuro comum” das Nações Unidas.

Nas últimas décadas do século passado, a crise do Estado brasileiro, a inflação, a crise fiscal, a incapacidade de crescimento e a perda de capacidade de utilização dos instrumentos macroeconômicos foram alguns traços da crise que decompôs a capacidade técnico-administrativa que permitiria ao governo operar com alguma eficiência. Sendo assim, neste contexto histórico, foi paulatinamente transformada a antiga lógica das políticas públicas, que deixava seus arcabouços técnicos do passado e passava rapidamente a recolher os impulsos democratizantes, descentralizadores e participativos dos anos mais recentes, frutos do esgotamento do modelo desenvolvimentista implantado nas décadas anteriores e de uma crescente preocupação ambiental com participação social.

Ao mesmo tempo em que o processo de descentralização do Estado, impulsionado pela ideologia neoliberal, transferiu paulatinamente um conjunto significativo de atribuições de gestão aos níveis estadual e municipal de governo, a descentralização foi se constituindo em um princípio ordenador de reformas do setor público e entendida como uma dimensão essencial da democratização. Ao mesmo tempo que perdeu poder no âmbito econômico, o Estado conservou boa parte da sua capacidade reguladora, passando a ser um Estado “atuante”, um ator estratégico que se relaciona com instituições supranacionais, regionais e locais de diferentes tipos.

É neste amplo contexto de mudanças e em função dos novos papéis do Estado que foram implementados no Brasil, nos últimos 16 anos, projetos centrados primordialmente no manejo e na conservação dos recursos naturais, financiados, executados e avaliados pela articulação entre distintos organismos internacionais (como o Banco Mundial), em conjunto com os governos estaduais e o governo federal. Genericamente, as principais características destes novos projetos, entre outros aspectos destacados, foram a “descentralização” das ações, distribuindo responsabilidades aos diferentes atores, e a crescente “participação” dos beneficiários, o que permitiu maior transparência tanto nas decisões como nas ações e, também, a incorporação de diversos componentes de cunho ambiental.

A busca da compreensão de um dos aspectos da problemática rural brasileira no que diz respeito à questão socioambiental e de novos caminhos de desenvolvimento para a superação dos problemas rurais é a questão principal tratada aqui. Será analisada de forma especial a agricultura baseada em unidades familiares e empresariais, pois ela está no centro do debate paradigmático sobre desenvolvimento rural na atual conjuntura brasileira, bem como os produtores dessas agriculturas.

O rural se especifica e, ao mesmo tempo, integra-se ao complexo global (VEIGA, 2002). Movendo-se em um espaço específico, o rural deve ser entendido de duas maneiras: como espaço diferenciado e lugar de vida. Como espaço diferenciado, refere-se à construção social do espaço rural resultante especialmente da ocupação do território e das formas de dominação social que têm como base material a estrutura de posse e uso da terra e de outros recursos naturais, como a água, e a conservação e o uso social das paisagens naturais e construídas pelas relações campo-cidade. Como lugar de vida, refere-se ao espaço em que se vive (cidadania do homem rural e sua inserção na sociedade nacional) (LOPES, 2000, p. 6).

Quanto ao último aspecto mencionado, verifica-se a necessidade de uma ação sobre este espaço para promover seu desenvolvimento, especialmente por meio de políticas territoriais que visem ampliar a inclusão de parcelas significativas da população excluída do processo de modernização no rural imposto no pós-guerra, conhecida como modernização conservadora de caráter setorial e produtivista, que ampliou as distorções sociais e históricas no campo, dentre as quais se pode citar como exemplo a concentração de terras, a expulsão de trabalhadores rurais e a perda ambiental, ou seja, esta ação repercute no todo, que é o espacial.

É necessário que se faça uma diferenciação entre desenvolvimento rural e modernização, pois esta é o processo de aumento da produtividade agrícola com o incremento de técnicas modernas para alcançar melhor produtividade em termos físicos e econômicos. De certa forma, este conceito se liga ao de desenvolvimento agrário, pois ele também está associado ao aumento da produtividade agrícola. Já o conceito de desenvolvimento rural é mais amplo, pois se preocupa com outros aspectos que não o meramente produtivista (Mesquita, 1976 *apud* GRAZIANO, 1982), como as questões referentes a equidade social, preservação ambiental, produção e produtividade da economia.

Percebe-se que o desenvolvimento agrário gera problemas socioambientais, pois as regiões com alta tecnologia e alta produtividade geram a desertificação populacional, a concentração de renda, a perda estética da paisagem e da qualidade ambiental, não se configurando, assim, como sustentável e duradouro (VEIGA, 2002, p. 71).

No início deste século, no Brasil, este modelo de desenvolvimento estava associado a políticas setoriais que visavam maximizar a competitividade do chamado *agrobusiness*. Este tem como objetivo o fornecimento de produtos primários a serem transferidos para a cadeia produtiva das indústrias de transformação e para os exportadores, bem como para o mercado varejista, sendo especializado em determinados produtos, empregando pouca mão de obra. Neste modelo, o produtivista está mais preocupado com a dimensão

comercial, com a produtividade e preços (ALENTEJANO, 2000, p. 2), com os subsídios governamentais e com as barreiras econômicas. A preocupação ambiental associa-se às ideias de compensações, com taxas e regulamentação de um *marketing* verde; portanto, é um modelo altamente excludente, tanto pelo fato de absorver pouca mão de obra como pelo fato de concentrar renda.

Por outro lado, existe uma proposta de desenvolvimento de base territorial que visa ao desenvolvimento rural sem especialização produtiva, mas com diversificação econômica, tendo por base as propriedades de caráter familiar, o ideal da sustentabilidade⁴ (VEIGA, 2001, p. 6).

Desenvolvimento local é uma expressão recente no Brasil, de base territorial, que deriva de dois grandes movimentos: da proliferação de ONGs e de suas estratégias de ações locais, muitas vezes de enfrentamento à globalização, e do processo de descentralização advindo das políticas municipalistas da Constituição de 1988 (NAVARRO, 2002, p. 22). A comunidade é um dos elementos para o entendimento e a formulação de políticas, pois é um *locus* territorial específico, uma coletividade de atores que partilham uma área territorial, um modelo de grupo coeso (CLAVAL, 1999) em que os membros estão ligados por relações de confiança e são capazes de apoiar elementos de transformação.

Na agricultura, a busca pela descentralização e o apelo local podem ser claramente percebidos pela política de gestão de recursos naturais através da operacionalização, pelo conceito de bacias hidrográficas. Dessa forma, o rural é também cada vez mais influenciado por um conjunto de pressões que emanam de seu relacionamento com o meio ambiente; pressões que, incorporadas ou contraditórias ao processo de globalização, impõem um novo paradigma, o da sustentabilidade, o qual procurar-se-á sintetizar.

Na atividade agrícola, o homem trabalha intensamente com a natureza, alterando o comportamento biológico de plantas, animais e de outros elementos, como o solo e o clima. Na história da agricultura, são conhecidas rupturas que alteram profundamente a relação homem-natureza e, por encadeamento, homem-homem.

A primeira grande ruptura aconteceu no século XVIII, sendo conhecida como a primeira revolução agrícola, na qual o processo de fusão entre práticas agrícolas e pecuárias possibilitou que uma série de mudanças tecnológicas, sociais e econômicas se proliferasse em várias regiões da Europa (EARTER, 1994).

A segunda ruptura na agricultura se deu com as inovações consequentes do processo técnico-científico do início do século XX, que possibilitaram o progresso material e aumentaram o domínio do homem sobre a natureza; isto é, com o avanço da genética e do uso de fertilizantes e de agrotóxicos, passou-se a ter maior controle

⁴ As dimensões da sustentabilidade propostas pela Agenda 21 Brasileira (NOVAES, 2003, p. 329): ecológica, que leve em consideração a base física do processo de crescimento e a manutenção dos estoques de capital natural; ambiental, que se preocupe com a manutenção da capacidade de sustentação dos ecossistemas; social, que leve em conta a qualidade de vida da população e cuide de políticas de redistribuição da renda e universalização do atendimento na área social; política, que se refere ao processo de construção da cidadania e da participação social na gestão; econômica, preocupada com a gestão eficiente dos recursos; demográfica, que revele os limites da capacidade de suporte do território e de sua base de recursos; cultural, relacionada com a preservação de culturas e valores; institucional, que cuide de criar e fortalecer engenharias institucionais que considerem o critério de sustentabilidade; e espacial, voltada para a busca de equidade nas relações inter-regionais.

das diversidades ambientais da agricultura e, ao mesmo tempo, isso tornou-a mais dependente do complexo industrial (SANTOS, 1997). No pós-guerra, os avanços do setor industrial agrícola e das pesquisas nas áreas de química, mecânica e genética culminaram em um dos períodos de maior transformação na história da agricultura, denominada Revolução Verde, que, pela difusão internacional das técnicas da pesquisa agrícola, atingiu diversas partes do globo.

O modelo agrícola disseminado pela Revolução Verde foi mostrando seus efeitos perversos, como maior concentração fundiária, ampliação das desigualdades sociais, êxodo rural, maior dependência da agricultura do complexo industrial, dentre outras consequências de dimensões sociais e econômicas. No tocante à natureza, mostrou também a sua hostilidade: mudanças no ciclo biológico das plantas, pressão sobre recursos hídricos, perda da fertilidade, erosão do solo e maior gasto energético, que são alguns dos problemas ambientais ocasionados pelo novo padrão tecnológico.

Como consequência da insatisfação com o padrão de desenvolvimento agrícola adotado, a partir dos anos de 1970 trava-se um intenso debate: de um lado, os defensores de propostas e vertentes alternativas ao modelo agrícola vigente, cujo objetivo comum era desenvolver uma agricultura ecologicamente equilibrada, socialmente justa e economicamente viável; de outro, aqueles favoráveis ao padrão convencional e radicalmente contrários às propostas alternativas que, na tentativa de diminuir o movimento, ridicularizavam seus interlocutores e mostravam que estes eram ingênuos e não compreendiam o “mundo real” (ALMEIDA, 1997).

Em meados da década de 1980, as evidências de degradação ambiental, aliadas à pressão da opinião pública sobre os órgãos governamentais pela defesa do ambiente e o qualificativo sustentável, passam a atrair a atenção de um número crescente de profissionais, pesquisadores e agricultores, fazendo surgir uma infinidade de definições sobre o termo. Conforme afirmou Earter (1994), por intermédio de diferentes manifestações, percebeu-se que os termos agricultura e desenvolvimento sustentável indicavam anseio por um novo paradigma tecnológico que não agredisse o meio ambiente, servindo para explicar a insatisfação com a agricultura convencional ou moderna.

Dentre as diferentes visões, a estratégia de desenvolvimento agrícola sustentável tem como filosofia neutralizar ou minimizar os efeitos das perturbações antrópicas no meio ambiente. Em termos gerais, a sustentabilidade agrícola vincula-se à estratégia de desenvolvimento global que, nos anos de 1970 e parte dos anos de 1980, foi chamado de “ecodesenvolvimento” (SACHS, 1993) e, mais recentemente, de desenvolvimento sustentável. Essa estratégia de

desenvolvimento visa, sobretudo, garantir a satisfação das necessidades atuais sem deixar de atender às necessidades das gerações futuras, o que seria viabilizado por processos de mudanças que englobassem a exploração dos recursos materiais, a orientação dos investimentos, os rumos do desenvolvimento tecnológico e as mudanças institucionais (EHLERS, 1996).

A agricultura sustentável ganhou uma série de definições, incorporando os seguintes itens: retornos financeiro-econômicos adequados aos agricultores; manutenção em longo prazo dos recursos naturais e da produtividade agrícola; mínimo de impactos adversos ao ambiente; otimização das culturas com o mínimo de insumos químicos; satisfação das necessidades humanas de alimentos e de renda; e atendimento das necessidades sociais das famílias e das comunidades rurais (EHLERS, 1996).

Os conceitos de desenvolvimento agrícola sustentável incorporam, de modo geral, as preocupações em integrar à **produtividade** dos sistemas agrícolas aspectos **ambientais, sociais e econômicos**. O desenvolvimento rural precisa incluir dimensões sustentáveis e, para atingir estes objetivos, é necessária uma base territorial local, implantando, assim, um desenvolvimento local que seja socialmente justo e que garanta a vitalidade econômica e a preservação ambiental, um conceito a ser construído na prática.

No Brasil, o conceito de desenvolvimento e território rural vem ganhando duas vertentes: a da multifuncionalidade, como defende Abramovay (1992) e Graziano (2001), que prevê outras funções pluriativas na agricultura que não a agrícola, e a mais agrícola, que defende a transformação da agricultura em agroecossistema⁵ e por meio da agroecologia, segundo Almeida (2004), Altieri (1996) e Weid (2001).

A grande argumentação que une as duas vertentes é a crítica ao modelo produtivista e à agricultura empresarial, pois estas duas vertentes só poderão ser aplicadas com sucesso em uma agricultura de caráter familiar devido às características internas e suas relações externas, enquanto a agricultura empresarial, sozinha, dificilmente poderia ser aplicada, pois sua finalidade é atender prioritariamente às demandas externas, no caso do Brasil.

14.6. O SISTEMA AGROECOLÓGICO

Este sistema busca os motivos dos desequilíbrios causadores de doenças, pragas e da degradação do solo, buscando soluções para restabelecê-los. Dessa forma, no sistema agroecológico, o equilíbrio ambiental, a preservação e a ampliação da biodiversidade são as bases para a sustentabilidade e a autorregulação na agricultura.

⁵ “Na pesquisa agroecológica os agrossistemas são considerados como as unidades fundamentais de estudo. Em tais sistemas a transformação da energia, dos processos biológicos e das relações socioeconômicas é investigada e analisada como um todo indivisível. Portanto, para o agroecólogo, interessa não só maximizar a produção de um componente específico, mas sim a otimização do agroecossistema como um todo. Ou seja, a investigação levanta uma série de interações complexas entre pessoas, culturas, solos, animais etc (...) portanto, suas ferramentas de trabalho devem ser as estratégias para tirar partido das sinergias entre as diferentes componentes do ecossistema agrícola.” (AGRO-ECOSYSTEM HEALTH PROJECT)

As interações ambientais, conforme Altieri (2001, p. 19), quanto maiores e mais profundas forem, mais vantagens podem vir a trazer para a agricultura, uma vez que se:

- cria uma cobertura vegetal contínua para a proteção do solo;
- assegura constante produção de alimentos, variedade na dieta alimentar e produção de alimentos e outros produtos para o mercado;
- contribui para a conservação do solo e dos recursos hídricos através da cobertura morta e da proteção contra o vento;
- fecha os ciclos de nutrientes e garante o uso eficaz dos recursos locais;
- intensifica o controle biológico de pragas fornecendo um habitat para os inimigos naturais;
- aumenta a capacidade de múltiplo uso do território;
- assegura uma produção sustentável das culturas sem o uso de insumos químicos que possam degradar o ambiente. (Altieri; Letourneau; Davis, 1983 *apud* ALTIERI, 2001, p. 19)

Dessa forma, o sistema agroecológico torna-se uma ferramenta importante na busca da sustentabilidade agrícola. Contudo, a estabilidade e o equilíbrio ambiental dependem, antes de tudo, da organização social:

A agroecologia fornece as ferramentas metodológicas necessárias para que a participação da comunidade venha a se tornar a força geradora dos objetivos e atividades dos projetos de desenvolvimento. O objetivo é que os camponeses se tornem os arquitetos e atores de seu próprio desenvolvimento. (Chambers, 1983 *apud* ALTIERI, 2001, p. 21)

Tabela 14.2 - Comparação entre as tecnologias da Revolução Verde e da agroecologia

Características	Revolução Verde	Agroecologia
Técnicas		
Cultivos afetados	Trigo, milho, arroz etc.	Todos os cultivos
Áreas afetadas	Na sua maioria, áreas planas e irrigáveis	Todas as áreas, especialmente as marginais (dependentes da chuva, encostas declivosas)
Sistema de cultivo dominante	Monocultivos geneticamente uniformes	Policultivos geneticamente heterogêneos
Insumos predominantes	Agroquímicos, maquinário; alta dependência de insumos externos e combustível fóssil	Fixação de nitrogênio, controle biológico de pragas, corretivos orgânicos, grande dependência nos recursos locais renováveis
Ambientais		
Impactos e riscos à saúde	Médios a altos (poluição química, erosão, salinização, resistência a agrotóxicos etc). Riscos à saúde na aplicação dos agrotóxicos e nos seus resíduos no alimento	Nenhum
Cultivos deslocados	Na maioria, variedades tradicionais e raças locais	Nenhum
Econômicas		
Custos das pesquisas	Relativamente altos	Relativamente baixos
Necessidades financeiras	Altas. Todos os insumos devem ser adquiridos no mercado	Baixas. A maioria dos insumos está disponível no local
Retorno financeiro	Alto. Resultados rápidos. Alta produtividade da mão de obra	Médio. Precisa de um determinado período para obter resultados mais significativos. Baixa a média produtividade da mão de obra
Institucionais		
Desenvolvimento tecnológico	Setor semipúblico, empresas privadas	Na maioria, públicas; grande envolvimento de ONGs
Socioculturais		
Capacitações necessárias a pesquisa	Cultivo convencional e outras disciplinas de ciências agrícolas	Ecologia e especializações multidisciplinares
Capacitações necessárias à pesquisa	Cultivo convencional e outras disciplinas de ciências agrícolas	Ecologia e especializações multidisciplinares
Participação	Baixa (na maioria, métodos de cima para baixo). Utilizados para determinar os obstáculos à adoção das tecnologias	Alta. Socialmente ativadora, induz ao envolvimento da comunidade
Integração cultural	Muito baixa	Alta. Uso extensivo de conhecimento tradicional e formas locais de organização

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo/Rio de Janeiro/Campinas: Hucitec, 1992.
- AGRO-ECOSYSTEM HEALTH PROJECT. Agroecosystem Health. University of Guelph. Canadá, 1996. Disponível em: <<http://www.idrc.ca>>. Acesso em: 10 fev. 2009.
- ALENTEJANO, P. R. *Novas e velhas questões na análise do espaço agrário brasileiro*. ENGA, 2000. 17 p.
- ALMEIDA, J. Da ideologia do progresso a ideias de desenvolvimento (rural) sustentável. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. (Org.). *Reconstruindo a agricultura – ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável*. Porto Alegre: UFRGS, 1997. p. 33-57.
- ALMEIDA, J. *A construção social de uma nova agricultura: tecnologias agrícolas e movimentos sociais no sul do Brasil*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.
- ALMEIDA, J. Ferreira. *Os portugueses e o ambiente*. II Inquérito Nacional às Representações e Práticas dos Portugueses sobre o Ambiente. Celta, Oeiras, 2004. 402 p.
- ALTIERI, Miguel. *Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. 2. ed. Porto Alegre: Universidade, 2000.
- ALTIERI, Miguel. *Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa*. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989.
- ALTIERI, Miguel. Una perspectiva agroecológica para orientar los programas de educación de postgrado en Economía Agrícola y Desarrollo Rural en la América Latina del siglo XXI. In: ROMANO, Jorge; WESSEL, Eykman (Org.). *La postgraduación en economía y políticas agrícolas y desarrollo rural: curricula y perfil profesional*. Rio de Janeiro: REDCAPA/EDUR, 1996.
- ALTIERI, M. *Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. 3. ed. Porto Alegre: Universidade/UFRGS, 2001.
- ALTIERI, M. A.; LETOURNEAU, D. K.; DAVIS, J. R. Developing Sustainable Agroecosystems. *BioScience*, v. 33, p. 45-49, 1983. *Apud* ALTIERI, M. *Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. 3. ed. Porto Alegre: Universidade/UFRGS, 2001.
- BICALHO, Ana Maria de Souza Mello. Desenvolvimento rural sustentável e geografia agrária. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 12., 1998.
- BRANDENBURG, Alfio. *Agricultura familiar, ONGs e desenvolvimento sustentável*. Curitiba: Ed. da UFPR, 1999.
- BRÜSEKE, F. J. O problema do desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, C. (Org.). *Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Cortez, 1998.
- CARMO, Maristela Simões. A produção familiar como locus ideal da agricultura sustentável. In: FERREIRA, Ângela D. D.; BRANDENBURG, Alfio (Org.). *Para pensar outra agricultura*. Curitiba: Ed. UFPR, 1998. p. 215-238.

CLAVAL, P. *Geografia cultural*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999. 423 p.

CAVALCANTI, Clovis. Sustentabilidade da economia: paradigmas alternativos da realização econômica. In: CAVALCANTI, Clovis (Org.). *Desenvolvimento e natureza: estudo para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim, 1998.

CHAMBERS, R. *Rural Development: Putting the Last First*. London: Longman, 1983. *Apud* ALTIERI, M. *Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. 3. ed. Porto Alegre: Universidade/UFRGS, 2001.

CHAMBERS, Robert; CONWAY, Gordon R. *Sustainable Rural Livelihoods: Practical Concepts for the 21st century*. Institute of Development Studies: Discussion Paper n° 296, 1992.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988. 430 p.

COSTA, Manoel P. B. Agroecologia: uma alternativa viável às áreas reformadas e à produção familiar. *Reforma Agrária*, v. 23, n. 1, p. 53-69, jan./abr. 1993.

DENARDI, Reni A. *et al. Fatores que afetam o desenvolvimento local em pequenos municípios do Paraná*. EMATER/Paraná: Curitiba, 2000. (Disponível na Internet)

EARTER, J. E. Problemas da transição à agricultura sustentável. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 24, n. especial, 1994.

EHLERS, E. *Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma*. São Paulo: Livros da Terra, 1996. 178 p.

EHLERS, Eduardo M. O que se entende por agricultura sustentável? In: VEIGA, José E. (Org.). *Ciência ambiental; primeiros mestrados*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 1998. p. 81-102.

EHLERS, Eduardo. *Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma*. 2. ed. Guaíba: Agropecuária, 1999.

FAO/INCRA. *Diretrizes de política agrícola e desenvolvimento sustentável*. Brasília: FAO/INCRA, 1994.

FIRMINO, C. *Os números da imigração africana*. Os imigrantes africanos nos bairros degradados e núcleos de habitação social dos distritos de Lisboa e Setúbal. Lisboa: CEDAC, 1995.

FREY, K. A dimensão político-democrática nas teorias de desenvolvimento sustentável e suas implicações para a gestão local. *Revista Ambiente & Sociedade*, ano IV, n. 9, p. 115-148, 2º semestre de 2001.

GLIESSMAN, Stephen R. *Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável*. Porto Alegre: Universidade/UFRGS, 2000.

GRAZIANO NETO, F. *A questão agrícola e ecologia: crítica da moderna agricultura*. São Paulo: Brasiliense, 1982. 154 p.

GRAZIANO NETO, F. *Ciência hoje*, SBPC, São Paulo, v. 27, n. 170, p. 81-83, abr. 2001.

LOPES, C. A. Brasil: situação da murcha bacteriana da batata no Brasil. In: TALLER. Sobre enfermidades bacterianas de la papa. Brasília, 1993. *Anais...* Brasília: EMBRAPA/CNPQ, 1994. p. 38.

LOPES, Sygleya Rejane Magalhães. *Procedimentos legais da exploração florestal na Amazônia*. Belém: EFS, 2000. 123 p.

MARZALL, Kátia. *Indicadores de sustentabilidade para agroecossistemas*. Dissertação (Mestrado) –, UFPA, Porto Alegre, 1999.

MESQUITA, Eni de. Uma contribuição ao estudo da estrutura familiar em São Paulo durante o período colonial: a família agregada em Itu de 1780 a 1830. *Revista de História*, São Paulo, v. 53, n. 105, p. 33-45, jan.--mar. 1976.

MINGAY, G. E. *The Agricultural Revolution Changes in Agriculture, 1650-1880*. Documents in Economic History, London, 1977. p. 1-68. *apud* FIRMINO, C. *Os números da imigração africana*. Os imigrantes africanos nos bairros degradados e núcleos de habitação social dos distritos de Lisboa e Setúbal. Lisboa: CEDAC, 1995.

MOREIRA, Antônio Carlos. *A educação ambiental na escola: o que fazer?* Um estudo com professores de Geografia e alunos do Ensino Fundamental da Escola Pública de São Miguel do Oeste – SC. Dissertação (Mestrado em Geografia) –, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 1999. 228 p.

MOUSINHO, Patricia. Glossário. In: TRIGUEIRO, A. (Org.). *Meio ambiente no século 21*. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. *Revista Estudos Avançados*, v. 16, n. 44, 2002. CD-ROM.

NOVAES, Regina. Religiosidade em alta. *Vou Te Contar* - Revista do Censo 2000, Rio de Janeiro, IBGE, p. 10-12, 2003.

OLIVEIRA JÚNIOR, P. H. B. *Notas sobre a história da agricultura através do tempo*. Rio de Janeiro: FASE/PTA, 1989.

ROMEIRO, A. R. *Meio ambiente e dinâmica de inovações na agricultura*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 1998.

SACHS, Ignacy. Desarrollo sustentable, bio-industrialización descentralizada y nuevas configuraciones rural-urbanas. Los casos de India y Brasil. *Pensamiento Iberoamericano*, 46, 1990.

SACHS, Ignacy. *Estratégias de transição para o século XXI*. Desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Studio Nobel/FUNDAP, 1993.

SACHS, Ignacy. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. STROH, Paula Yone (Org.). Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

SANTOS, Milton. *Pensando o espaço do homem*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SILVA, José Graziano da. *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

TUBALDINI, M. A. S. *Cachaça de alambique em Ouro Preto/Minas Gerais-2004 e a aguardente de Medronho no Algarve/Portugal: estudo comparativo de desenvolvimento rural local 2004*. Relatório de pesquisa CAPES – pós-doutorado.

TUBALDINI, M. A. S. Contribuição ao Estudo de Localizações Industriais - Adaptação do Método de Distância Máxima de Ayyar. *Boletim de Geografia Teórica*, Rio Claro, v. 12, n. 23/24, p. 11-13, 1982.

VEIGA, J. E. *O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1991.

VEIGA, José Eli da. *Metamorfoses da política agrícola dos Estados Unidos*. São Paulo: Annablume, 1994.

VEIGA, J. E. et al. *O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento*. Brasília: Convênio FIPE-IICA (MDA/CNDRS/NEAD), 2001.

VEIGA, José Eli da. *Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula*. São Paulo: Autores Associados, 2002.

WEID, J. M. von der. Desenvolvimento agroecológico: como promovê-lo? In: ENCONTRO INTERNACIONAL SOBRE AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL, 1., 2001, Botucatu. *Anais...* Botucatu: FCA/UNESP, 2001. 6 p.

ZAPATA, Tânia et al. *Desenvolvimento local: estratégias e fundamentos metodológicos*. Rio de Janeiro: Ritz, 2001.

ZAPATA, L.; PE. A-CHOCARRO, L. Uso y gestin del bosque en la Euskal Herria atlântica: aprovechamiento tradicional de los recursos forestales en Encartaciones y Gorbea. *Zainak*, 22, p. 201-215, 2003.

As novas relações campo-cidade no mundo contemporâneo

15.1. A CONSTRUÇÃO DAS RELAÇÕES ENTRE O ESPAÇO RURAL E O URBANO

Ao descobrir a razão da existência de uma sociologia dos Grupos Rurais, diante das transformações por que passam estrutura e organização sociais agrárias no momento presente e da sua penetração cada vez maior por elementos urbanos, estaria em processo uma homogeneização rural-urbana, que levaria a abolir a especificidade das duas sociedades interligadas? (QUEIROZ, 1969, p. 46)

Um dos grandes problemas das ciências sociais no que tange a estudos a respeito de temas relacionados ao mundo das cidades e do rural é, justamente, a dificuldade de se definir os limites entre o que é urbano e o que é rural.

Contudo, essa relação vem, ao longo dos séculos, sofrendo constantes mudanças, gerando diferentes níveis de afinidades. Segundo Queiroz (1969, p. 47-48), nem sempre teria havido heterogeneidade marcada entre campo e cidade, e o autor coloca três configurações a respeito da organização social entre o urbano e o rural:

- A primeira parte do pressuposto de que nem sempre a cidade existiu na história da humanidade. Trata-se da “sociedade tribal”, na qual não existe a divergência rural-urbano.
- A segunda organização é da “sociedade agrária”. Neste campo, já existe a cidade, que é tida como centro político-administrativo que organiza o meio rural. Contudo, ela é inteiramente dominada e delimitada pelo campo, uma vez que é abastecida por ele; a cidade é essencialmente consumidora de seus produtos, e ele é verdadeiramente o setor produtor.
- A terceira organização social é a da “sociedade urbana”, que é aquela que, à medida que foi acompanhando o desenvolvimento tecnológico, foi se libertando do campo no que diz

respeito à produção em geral, tornando-se produtora por excelência, reorganizando o trabalho agrário.

Da mesma forma, Wanderley (2000) coloca que, nas sociedades tradicionais, as relações entre o meio rural e urbano foram vistas como relações de isolamento ou oposição. A agricultura e a vida social do camponês eram elementos centrais no espaço rural, também visto como “natural”. Já o urbano era visto como “espaço técnico”. Contudo, com o passar dos anos, as relações urbanas e rurais sofreram profundas transformações. Se antes o meio urbano dependia do dinamismo econômico e era subordinado ao meio rural, com o tempo, as cidades se tornaram dominadoras, e o campo, subordinado às cidades. Tal fato também atingiu as sociedades rurais, que perderam sua autonomia e se viram obrigadas a se integrar de forma econômica, social e cultural à sociedade “englobante”.

O modo de vida da população rural passa a ser afetado significativamente com o esvaziamento do meio rural e com a crescente influência pelo modo de vida urbano, principalmente com o êxodo rural provocado pelo desenvolvimento industrial, que acabou por contribuir para a expansão das manchas urbanas.

(...) a distância – física e social – que tradicionalmente existia entre os habitantes do campo e da cidade foi sendo, pouco a pouco, reduzida. A “paridade” econômica e social foi o resultado, sobretudo, da efetiva expansão das cidades, das crescentes facilidades de acesso da população rural – tanto aos bens e serviços modernos, produzidos nos centros urbanos, como a níveis de renda mais próximos aos dos habitantes das cidades – e da tendência à uniformização dos modos de vida. (WANDERLEY, 2000, p. 97)

Dessa forma, o meio rural não pode ser estudado como um fenômeno isolado, mas sim dentro de um conjunto social e histórico mais amplo, no qual a cidade é um fator importante e inseparável. Neste sentido, “ao estudar processos e equilíbrios de regiões e de sociedades globais, a perspectiva será a dos grupos agrários ou a dos grupos urbanos, predominantemente, mas não exclusivamente” (QUEIROZ, 1969, p. 51).

15.2. O RENASCIMENTO DO RURAL

As transformações mais recentes do meio rural, segundo Wanderley (2000), são resultados principalmente de fatores externos, como a globalização e a crise do emprego, e de fatores internos, que vão desde a regulação da produção agrícola até a valorização do homem e do meio rural.

Em um mundo cada vez mais moderno, o desenvolvimento dos espaços rurais passa a depender não apenas do dinamismo do setor

agrícola, mas também da sua capacidade de atrair outras atividades econômicas e outros interesses sociais.

Além da paridade social e da modernização rural, a adoção de certas políticas de caráter econômico (como, por exemplo, uma maior facilidade nos transportes e meios de comunicação), social (a diminuição da idade da aposentadoria) e regional (estímulo ao desenvolvimento local) favoreceu tanto a redução dos fluxos migratórios do campo para as cidades como a atração para o meio rural de outras categorias sociais. (WANDERLEY, 2000, p. 97)

Desse modo, pode-se dizer que a junção desses fatores faz com que a agricultura não seja apenas mais um fator de povoamento, mas também um espaço de convivência, lazer e qualidade de vida, que passa a atrair uma grande leva de população, principalmente a dos grandes centros urbanos, que passa a procurar no campo um modo melhor de vida, um espaço de descanso, de qualidade de vida. Segundo Kaiser (1986, p. 81 *apud* WANDERLEY, 2000), “o renascimento rural é o resultado da difusão, no espaço, dos efeitos da modernização e do enriquecimento do conjunto da sociedade”.

Este renascimento acaba por ocorrer nos países desenvolvidos não apenas nas grandes áreas rurais, mas também ocorre nos municípios menores. No Brasil, principalmente na região Centro-Sul, nos grandes núcleos urbanos essa tendência vem se acentuando cada vez mais. Contudo, Wanderley (2000) afirma que a proximidade de grupos distintos no meio rural pode também gerar tensões e conflitos. As distinções se expressam frequentemente entre os antigos habitantes e os recém-chegados. Os moradores antigos têm a percepção de que seu espaço está sendo invadido, de que novos valores estão sendo trazidos e de que não haverá mais aquele ambiente de interconhecimento entre todos.

Segundo Wanderley (2000), neste campo de distintos grupos sociais surgem confrontos em torno de discursos a respeito do que é ruralidade e de como os espaços rurais devem ser utilizados. Três posições principais se enfrentam: a primeira atribui prioridade à destinação produtiva do meio rural; a segunda prioriza o meio rural como espaço de consumo, ligado à qualidade de vida e lazer, ocupado por residências permanentes e secundárias; e a terceira vê o meio rural também como um patrimônio ambiental que deve ser preservado.

Contudo, é difícil separar a posição que cada grupo social defende. Enquanto um produtor pode ter preocupação com as questões ambientais no meio rural, da mesma forma uma família que muda para o campo pode ter preocupação com a natureza ou pode vir a ter um projeto de produção em sua propriedade.

15.3. O RURAL E O URBANO

A delimitação entre o rural e o urbano varia de país para país. Contudo, o rural geralmente é caracterizado por uma pequena aglomeração, por sua sociabilidade e pela predominância de paisagens naturais. Além disso, hoje o campo não se trata de um espaço isolado do meio urbano, ele se insere cada vez mais na sociedade moderna tanto como um espaço de lazer e de melhoria da qualidade de vida quanto do ponto de vista social. No entanto, a definição do que seria espaço rural e urbano torna-se importante para identificar e diferenciar a dinâmica interna e externa de cada situação.

O rural, segundo Kaiser (1986, p. 13 *apud* WANDERLEY, 2000),

é um modo particular de utilização do espaço e de vida social. Seu estudo supõe, portanto, a compreensão dos contornos, das especificidades e das representações deste espaço rural, entendido, ao mesmo tempo, como espaço físico (referência à ocupação do território e aos seus símbolos), lugar onde se vive (particularidades do modo de vida e referência identitária) e lugar de onde se vê e se vive o mundo (a cidadania do homem rural e sua inserção nas esferas mais amplas da sociedade).

Por sua vez, Queiroz (1969) coloca que o conceito de urbano varia de país para país. Entretanto, são levados em consideração aspectos ocupacionais, modificação do espaço natural, nível de concentração de diversas atividades técnicas, serviços e taxas de ocupação pela população. O espaço urbano passa a ser tido como meio técnico, enquanto o rural é associado ao espaço natural.

Entretanto, conforme Wanderley (2000), um dos grandes problemas enfrentados pelos estudiosos do assunto é o fato de que as políticas para a agricultura sempre tiveram um enfoque puramente produtivo, o que gerou um grande problema de exclusão, tanto nas áreas quanto nos grupos sociais marginalizados. Assim, o desafio das sociedades modernas é o de como inserir os espaços e as populações rurais na dinâmica da economia moderna e para garantir a preservação dos recursos naturais. A busca de melhoria de qualidade de vida é um dos aspectos colocados pelo presidente da Associação dos Quilombolas – Sr. Geraldo –, consequentemente, da inclusão das comunidades no sistema produtivo agrícola e social de Minas Novas.

Com o avanço tecnológico e econômico, as diferenças significativas que havia entre as condições de vida da população no meio rural e no urbano vêm diminuindo, porém, esta paridade está longe de ser alcançada de forma homogênea. Em muitas localidades rurais, o acesso aos bens e serviços básicos ainda é bastante precário. Dessa forma, torna-se imprescindível aproveitar as oportunidades econômicas, assegurar o bem-estar das populações rurais e preservar

seu patrimônio sociocultural, valorizando o patrimônio natural e cultural dessas sociedades, de forma a reafirmar a identidade local (WANDERLEY, 2000, p. 116).

O setor agrícola deve se adequar a essa nova abordagem, que busca o desenvolvimento local sem prejuízo ao meio ambiente. Portanto, deve gerar emprego à população rural, garantir a segurança e qualidade alimentar, de acordo com os limites ambientais. Neste novo contexto, de acordo com Wanderley (2000), a importância e o significado que os agricultores assumem no meio rural vão depender não somente da sua competência, mas também da sua capacidade de ocupar os espaços não agrícolas. Estes devem se tornar cada vez mais “pluriativos”,¹ atuando além da produção agrícola, sempre atentos às novidades e tecnologias, com conhecimentos múltiplos (culturais, administrativos, comerciais, veterinários e outros). Além disso, diversificar as atividades de sua propriedade ou torná-la “multifuncional”² torna-se imprescindível, uma vez que as relações culturais entre o urbano e o rural vêm se estreitando cada vez mais, principalmente pela crescente procura da cidade pelos produtos e modo de vida rural.

Atualmente, o meio urbano passa a valorizar o meio ambiente cada vez mais, assim o meio rural pode passar a ser visto como de grande valor e importância para o futuro da humanidade.

Nas sociedades modernas, “o meio ambiente é a linguagem potencial de uma reconceitualização sociopolítica do rural”. Assim, a associação – e mesmo, para alguns, a assimilação – do meio rural com o meio ambiente estabelece o diálogo com as cidades em um novo patamar, devido à importância que assume a natureza, em particular para os habitantes dos centros urbanos. (WANDERLEY, 2000, p. 131)

Por outro lado, a própria população rural busca a paridade com o meio urbano através da incorporação de hábitos e produtos típicos da vida citadina. Assim, o referido autor assevera que não se pode afirmar que as mudanças no meio rural sejam efeitos da cidade sobre o campo, uma vez que a articulação com os habitantes das cidades é resultado das iniciativas dos próprios “rurais”.

Logo, pode-se concluir que a modernização do meio rural não pode ser vista simplesmente como o fim do rural. O que ocorre é inter-relação entre os meios, ou seja, ambos se relacionam e se complementam sendo que, hoje, residir no meio rural configura-se como escolha por um modo de vida.

¹ Pluriatividade: Trata-se das diferentes funções exercidas por uma mesma pessoa em seu cotidiano. Estas podem ser ou não remuneradas, assim como exercidas em diferentes espaços e em variados contextos.

² Multifuncionalidade: Trata-se das diferentes atividades exercidas em um mesmo espaço rural em diversas funções: abrange, além das funções alimentar e produtiva, o social, o patrimônio, o ambiente, o lazer, a estética... Estas atividades podem ocorrer simultaneamente ou de maneira alternada em períodos específicos e/ou preestabelecidos.

15.4 RELAÇÃO RURAL-URBANA E AS NOVAS RURALIDADES

15.4.1. A construção das relações entre o espaço rural e o espaço urbano – relação histórica

- Relações marcadas pela dificuldade de delimitação
- Relações sujeitas a mudanças dentro do contexto histórico e evolutivo do homem dentro da organização social

Os modelos de organização social, segundo Queiroz (1969), teriam moldado a construção das relações rural/urbana.

- A primeira trata-se da “**sociedade tribal**”, onde não existe a divergência rural-urbano.

Fraca divisão social do trabalho → relações face a face

- A segunda organização é da “**sociedade agrária**”.

Neste campo, já existe a cidade, que é tida como centro político-administrativo que organiza o meio rural e que, contudo, é essencialmente consumidora de seus produtos.

Início de uma divisão do trabalho → relações afetivas+
relações individuais

- A terceira organização social é a da “**sociedade urbana**”, que é aquela em que, à medida que foi acompanhando o desenvolvimento tecnológico, foi se libertando do campo no que tange à produção em geral e se tornou produtora por excelência, reorganizando o trabalho agrário.

Forte divisão do trabalho → relações indiretas e
indiferentes

Conforme a sociedade e o momento histórico, esses três tipos de relações serão diversos com predomínio diferenciado de um sobre os outros.

No Brasil, a transformação do rural para o urbano acompanha historicamente as atividades econômicas:

Crescimento urbano industrial x sitiantes simples (incapacidade de abastecer as cidades)

Bairro rural → subúrbios

Transição cultural da população

Caboclos circum-urbanos x caboclos de fronteira

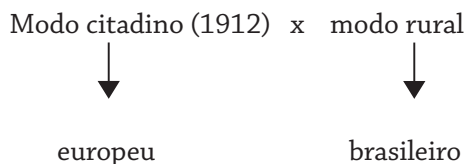
Industrialização e urbanização

Gênero de vida burguês citadino x modo de vida “roceiro”

Cidade – desenvolvido, o novo, —> Rural – atrasado, arcaico
o intelectual

Afirmação da vida citadina Rio de Janeiro (1820) - São Paulo (1850)

“A diversificação das cidades entre cidades de intensa vida burguesa citadina e cidades mais homogêneas com o campo parece estar ligada, no Brasil, não à industrialização, e sim à riqueza do meio rural” (QUEIROZ, 1969, p. 58)



Valorização do modo de vida de acordo com a região do país

As relações rurais e urbanas são marcadas por relações
de isolamento e oposição.

O “espaço rural” —> **espaço natural**

O “**espaço urbano**” seria o meio físico marcado pela intensa modificação do espaço natural, com aspectos ocupacionais elevados (concentração populacional), onde se concentram diversas atividades administrativas, técnicas, industriais, serviços e taxa de ocupação populacional.

15.4.2. Espaço técnico: o espaço rural no Brasil

- Em termos conceituais, porém, o espaço rural no Brasil é definido a partir de critérios político-administrativos postulados pelo IBGE (1999) com base no Decreto Lei nº 311 de 1938 – os quais consideram “urbanas” todas as sedes de municípios e seus respectivos distritos (vilas/arraiais), bem como aquelas áreas caracterizadas por arruamentos, construções e intensa ocupação humana.

- A atual classificação induz a caracterizar como “urbanas” sedes municipais e distritais muito pequenas e predominantemente rurais – muitas das quais com população inferior a 2.000 habitantes e com modo de vida “essencialmente rural”, o que contribui por agravar problemas sociais.
- Tais critérios, contudo, desconsideram fatores como a densidade demográfica e as dimensões socioculturais das populações envolvidas ao definir os espaços em questão, resultando na “urbanização” dos números que envolvem o último censo – o qual aponta cerca de 80% da população brasileira como residente em zonas urbanas.
- Sobretudo no período das décadas de 1940 a 1980, o meio rural passa a sofrer com um processo de esvaziamento populacional para os grandes centros urbanos.
- Hoje o campo não se trata de um espaço isolado do meio urbano, ele se insere cada vez mais na sociedade moderna, tanto na preocupação de uma melhor qualidade de vida quanto do ponto de vista social.
- Se antes o meio urbano dependia do dinamismo econômico e era subordinado ao meio rural, com o tempo as cidades se tornam dominadoras, e o meio rural, subordinado ao modo de vida urbano.

15.4.3. As novas ruralidades no espaço brasileiro

- A população rural brasileira vem se ocupando menos com as atividades de natureza agrícola. Crescem as ocupações associadas a uma nova dinâmica no meio rural derivada da presença crescente dos setores secundário e terciário em atividades do tipo urbano, mas localizadas dentro de áreas rurais.
- Em um mundo cada vez mais moderno, o desenvolvimento dos espaços rurais passa a depender não apenas do dinamismo do setor agrícola, mas também da sua capacidade de atrair outras atividades econômicas e outros interesses sociais.
- Novas discussões a respeito do que seria ruralidade e sobre a utilização do espaço rural:
 - meio voltado para a produção agrícola;
 - espaço de consumo;
 - patrimônio ambiental.
- A sociedade urbana moderna passa a ver o meio rural não apenas como um fator de povoamento e produção agrícola, mas também como um espaço de convivência, lazer, de qualidade de vida, que passa a atrair uma grande leva de população, que por sua vez passa a procurar no campo uma melhor qualidade de vida, um espaço de cultura e lazer. A esta diversidade de usos, define-se o espaço rural como multifuncional.

- Conforme Wanderley (2000), a importância e o significado que os agricultores assumem no meio rural vai depender não somente da sua competência, mas também da sua capacidade de ocupar os espaços não agrícolas.
- Para que isso ocorra, os agricultores devem se tornar cada vez mais “pluriativos”,³ atuando além da produção agrícola, sempre atentos às novidades e tecnologias, com conhecimentos múltiplos (culturais, administrativos, comerciais, veterinários e outros).
- A “multifuncionalidade” torna-se imprescindível, uma vez que as relações culturais entre o urbano e o rural vêm se estreitando cada vez mais, principalmente pela crescente procura da cidade pelos produtos e modo de vida rural.
- O resgate e a preservação dos hábitos tradicionais, produtos e o modo de vida da roça, o “saber fazer”, tornam-se importantes atrativos.

³ Pluriatividade: consideram-se pluriativos aqueles agricultores que trabalham em mais de uma atividade que não seja somente a agricultura – agricultores *part-time*.

REFERÊNCIAS

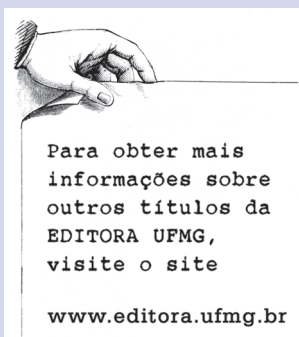
KAISER, Bernard. Le village recomposé. In: PROGRAMME OBSERVATION DU CHANGEMENT SOCIAL. *L'esprit des lieux*. Paris: CNRS, 1986. p. 41-67.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros/USP, 1969.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o rural como espaço singular e coletivo. In: ESTUDOS SOCIEDADE E AGRICULTURA. Rio de Janeiro: CPDA/UFRJ, 2000. n. 15. *Resumos do II Congresso Brasileiro de Agroecologia*.

Sobre a autora

Doutora em Organização do Espaço/Geografia pela Universidade Estadual Paulista-Unesp/Rio Claro (1992) e pós-doutora em Desenvolvimento Rural Local pela Universidade Nova de Lisboa (Portugal). Atualmente é professora associada II da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) do Programa de Pós-Graduação em Geografia (Mestrado e Doutorado) - IGC/UFMG, lecionando também na graduação. Tem experiência na área de Geografia (ênfase em Geografia Agrária), atuando principalmente nos seguintes temas: agricultura familiar, campesinato quilombola, organização do espaço rural, sustentabilidade na agricultura, desenvolvimento rural local, agroecologia e agricultura orgânica e valorização do patrimônio.



A presente edição foi composta pela Editora UFMG, em caracteres Chaparral Pro e Optima Std, e impressa pela Imprensa Universitária da UFMG, em sistema offset, papel offset 90g (miolo) e cartão supremo 250g (capa), em fevereiro de 2012.

ISBN: 978-85-7041-907-1



9 788570 419071



CENTRO DE APOIO
À EDUCAÇÃO A
DISTÂNCIA UFMG

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Ministério da
Educação

Secretaria de
Educação a Distância

